

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O LIBERALISMO EM PERNAMBUCO: AS METAMORFOSES**  
**POLÍTICAS DE UMA ÉPOCA (1800 – 1825)**

***EURICO JORGE CAMPELO CABRAL***

**JOÃO PESSOA - PB**  
**AGOSTO, 2008**

**EURICO JORGE CAMPELO CABRAL**

**O LIBERALISMO EM PERNAMBUCO: AS METAMORFOSES  
POLÍTICAS DE UMA ÉPOCA (1800 – 1825)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses

**JOÃO PESSOA – PB**

**2008**

C117I Cabral, Eurico Jorge Campelo.

O liberalismo em Pernambuco: as metamorfoses políticas de uma época (1800-1825) / Eurico Jorge Campelo Cabral.- João Pessoa, 2008.  
238p.

Orientador: Jaldes Reis de Meneses

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Liberalismo. 2. Idéias liberais – 1800-1825. 3. Iluminismo.  
4. Elite política - Pernambuco.

UFPB/BC

CDU: 330.82(043)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**EURICO JORGE CAMPELO CABRAL**

**O LIBERALISMO EM PERNAMBUCO: AS METAMORFOSES**  
**POLÍTICAS DE UMA ÉPOCA (1800 – 1825)**

Avaliado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ com média \_\_\_\_

**Banca Examinadora da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

---

Profº. Dr. Jaldes Reis de Meneses  
(Orientador)

---

Profª. Drª Maria do Socorro Ferraz Barbosa.  
(Convidado externo)

---

Profª.Drª Rosa Maria Godoy Silveira.  
(Convidado interno)

---

Profº Denise Mattos Monteiro.  
(Suplente)

---

Profº Serioja Cordeiro Mariano.  
(Suplente)

A meu pai Augusto da Costa Cabral e às minhas primas Edileusa e Consuelo Cabral (in memória). A minha mãe Maria da Soledade Campelo Cabral.

Em especial para Alexandra, Lisandra e Marcionila.

## AGRADECIMENTOS

- Aos meus pais, pela dedicação e apoio à minha formação educacional;
- À minha família, pelos momentos de ausência para a realização deste projeto, em especial a Alexsandra pela dedicação, incentivo, apoio e companheirismo;
- A meus irmãos Augusto, Candido, Gorett e Heloisa que sempre incentivaram e apoiaram meus estudos;
- Ao amigo e orientador Prof. Doutor Jaldes Reis de Meneses, pelos ensinamentos, críticas e sugestões e pela liberdade de criação e idéias, pouco vista num trabalho acadêmico;
- Em especial, à Professora Doutora Socorro Ferraz pela solicitude, observações e confiança em mim depositada desde quando aluno na UFPE;
- À professora Rosa Godoy, pelas valiosas contribuições e atenção dispensada, estando sempre pronta a ajudar nas nossas solicitações;
- Ao irmão e amigo Augusto Cabral, pela leitura e sugestões metodológicas;
- Aos companheiros do grupo de filosofia pelas discussões que tanto me enriqueceram e pela compreensão nos momentos de ausência, necessária para a conclusão deste projeto;
- Aos amigos Wellington Sampaio e Juliana Andrade, pelas trocas de idéias e incentivo;
- À secretária do programa de Pós-Graduação, Virgínia, pelo acolhimento e atenção com os mestrandos;
- A todos os professores do programa de Pós-Graduação em História da UFPB;
- E todos que contribuíram, direta e indiretamente, para a realização deste trabalho.

*Mas a viagem continua, e o final ainda não está à vista. Segundo o velho ditado, é melhor viajar com esperança do que chegar. Nossa busca de descobertas alimenta nossa criatividade em todos os campos, não apenas na ciência. Se chegássemos ao fim da linha, o espírito humano definharia e morreria. Mas não creio que um dia sossegaremos: aumentaremos em complexidade, se não em profundidade, e seremos sempre o centro de um horizonte de possibilidades em expansão.*

O Universo numa casca de Noz  
(Stephen Hawking)

*Na primeira noite,  
Eles se aproximam e  
Colhem uma flor  
De nosso Jardim  
E não dizemos nada.*

*Na segunda noite,  
Já não se escondem:  
Pisam as flores,  
Matam nosso cão,  
E não dizemos nada.*

*Até que um dia  
O mais frágil deles  
Entra sozinho em nossa casa,  
Rouba-nos a Lua e,  
Conhecendo nosso medo,  
Arranca-nos a voz da garganta.*

*E por que não dissemos nada,  
Já não podemos dizer nada.*

No caminho com Maiakóvski  
(Eduardo Alves da Costa)

## RESUMO

Constitui tema central desta pesquisa a análise das transformações ocorridas nas idéias e posturas liberais em Pernambuco, na primeira metade do século XIX. Durante esse período, as idéias liberais penetraram, influenciaram, propagaram e se amalgamaram, apresentando-se nas instituições ou espaços “públicos” que se formavam na capitania/província e se materializavam nas conspirações e movimentos de rebeliões/revoluções ocorridos em Pernambuco em 1801, 1817, 1821 e 1824, contra o poder constituído — primeiro contra Lisboa e depois contra o Rio de Janeiro. O Brasil (Colônia/Nação) e Pernambuco, em particular, passavam por profundas influências (idéias liberais/iluministas e outras) e transformações, vivendo momentos de transição (pacto colonial, sede do Governo português, Reino Unido e Brasil Independente) com intensas mudanças políticas, socioeconômicas e culturais. São essas as circunstâncias em que se insere o tema ora em estudo. O objeto de estudo da presente dissertação, mais que dizer respeito aos movimentos sociais liberais propriamente ditos, investiga as idéias que os nortearam e os alimentaram — concebidas como fenômenos autônomos (representações políticas da população), que existem independentes de sua materialização em movimentos revolucionários. A pesquisa se apóia nas categorias habermasianas como instrumentos de análise e investigação para captar a presença das idéias liberais ou idéias liberais/iluministas que influenciaram e criaram novos espaços de socialização, circulação de informações e trocas de experiências, de conhecimentos, idéias e valores. Espaços formais e não-formais (aqui genericamente chamados de instituições), que se transformaram em espaços públicos ou no sentido habermasiano de construções de esferas públicas de participação (criando assim, o cidadão), opostas às esferas do Estado absolutista (de fidelidade do súdito) do Antigo Regime. Partimos da hipótese de que as idéias liberais foram, inicialmente, representadas e disseminadas pelas camadas economicamente dominantes (aristocracia rural), e, posteriormente, com o desenvolvimento de áreas urbanas, pelo menos nas vilas e/ou cidades portuárias — devido ao comércio — passam a ser defendidas pelos segmentos médios da sociedade. Nosso estudo, para tanto, tomou como referência básica o período que vai da Conspiração dos Suassuna (1801), primeira forma de expressão destas idéias, até a Confederação do Equador (1824), movimento republicano de real importância para as idéias liberais em Pernambuco no século XIX.

**Palavras-chave:** Liberalismo, idéias liberais, esfera pública, Pernambuco, Iluminismo, revolução, elite política.



## ABSTRACT

It is the central theme of this research analysis of changes in liberal ideas and attitudes in Pernambuco, in the first half of the century XIX. In the period, the liberal ideas penetrated, influence, spread and amalgamate, showing up in "public" institutions or spaces that was formed in the captaincy/province and materialized in conspiracies and movements of rebellions / revolutions occurring in Pernambuco in 1801, 1817, 1821 and 1824, against the established power — first against Lisbon and after against Rio de Janeiro. The Brazil (Colony/Nation) and Pernambuco in particular passed by influences profound (liberal ideas/Enlightenment and others) and transformations, living moments of transition (colony pact, headquarters of the Portuguese Government, the United Kingdom and Independent Brazil) with intense socioeconomic and cultural political changes. These are the circumstances in which the topic under study. The study of this dissertation, more than concern themselves liberal social movements, investigates the ideas that guided and fed - designed as a standalone phenomena (political representation of the population) which are independent of their materialization in revolutionary movements. The research is based on the Habermas's categories as instruments of analysis and research to capture the presence of liberal ideas or liberal ideas/Enlightenment that influenced and created new spaces for socialization, movement of information and exchanges of experience, knowledge, ideas and values. Formal and non-formal spaces (here generically called institutions), which have been turned into public spaces or in the Habermas sense of construction of public spheres of participation (thus creating the citizen), the sphere of the Absolutist State (of fidelity of subject) of the Old Regime. We assumption that liberal ideas were, initially, represented and disseminated by the economically dominant layers (rural aristocracy), and then with the development of urban areas at least in the towns and/or port cities — due to trade — are being defended by the middle segments of society. Our study, therefore, took as the basic reference period between the Conspiracy of Suassuna (1801), the first form of expression of these ideas, by the Confederação of Equador (1824), republican movement of real importance to the liberal ideas in Pernambuco in XIX century.

**Word-keys:** Liberalism, liberal ideas, the public sphere, Pernambuco, Enlightenment, revolution, political elite.

## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>V</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>VI</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>VIII</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>IX</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>TEMPOS DE GÊNESE: OS CAMINHOS PERCORRIDOS.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>TEMPOS DE MUDANÇAS: AS IDÉIAS LIBERAIS, A TERRA E O PODER FAMILIAR.....</b>	<b>30</b>
2.1 A FAMÍLIA, AS PROPRIEDADES (TERRAS E ESCRAVOS) E O PODER POLÍTICO.....	33
2.2 O TERRITÓRIO: A CONSTRUÇÃO ESPACIAL E ADMINISTRATIVA DA COLÔNIA E DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO.....	38
2.3 O NORTE E A LIDERANÇA DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO.....	48
2.4 OUTRAS CONDIÇÕES MATERIAIS E SOCIAIS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO.....	57
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>TEMPOS DE FORMULAÇÕES: OS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS (RE)ELABORADORES DAS IDÉIAS LIBERAIS .....</b>	<b>67</b>
3.1 ESPECIFICIDADE DO ILUMINISMO PORTUGUÊS.....	69
3.2 O LIBERALISMO EM PERNAMBUCO: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS.....	82
3.3 OUTROS ESPAÇOS LIBERAIS: AS SOCIEDADES SECRETAS, ACADEMIAS, MAÇONARIAS E.....	99
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>TEMPOS DE AÇÃO: AS IDÉIAS LIBERAIS NAS REVOLUÇÕES PERNAMBUCANAS DO SÉCULO XIX.....</b>	<b>124</b>
4.1 A CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNA: AS IDÉIAS LIBERAIS E O MOVIMENTO AUTONOMISTA.....	127

4.2 A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 E A EXPERIÊNCIA DE UMA REPÚBLICA LIBERAL.....	144
4.3 DE GOIANA A BEBERIBE: A EXPULSÃO DE LUÍS DO REGO BARRETO PELOS LIBERAIS DE 1817 E A FORMAÇÃO DAS JUNTAS GOVERNATIVAS.....	165
4.4 NOVAMENTE UMA REPÚBLICA LIBERAL: A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR DE 1824.....	193
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>A LONGA CONSTRUÇÃO: AS IDÉIAS LIBERAIS NO REPOUSO DO TEMPO (CONCLUSÃO).....</b>	<b>209</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIAS.....</b>	<b>222</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>239</b>

# INTRODUÇÃO

Neste trabalho, estudamos as transformações ocorridas nas idéias e posturas liberais em Pernambuco, na primeira metade do século XIX, mas exatamente, os vinte e cinco anos iniciais do referido século.

Essas idéias encontravam-se inseridas em um quadro histórico determinado, a sociedade pernambucana e brasileira em sua fase colonial/nacional do primeiro quarto de século dezenove. O que caracterizava essa sociedade era sua formação social escravista voltada principalmente às atividades econômicas: agrícolas, comerciais e portuárias. Neste momento, estava se urbanizando e tornava-se mais complexa e dinâmica. Foram essas as condições de penetração, (re)elaboração e propagação das referidas idéias liberais, as conhecidas idéias francesas.

Utilizamos como instrumento de análise e investigação para captar a presença das idéias liberais ou liberais/iluministas que influenciaram e criaram novos espaços de socialização, circulação de informações e trocas de experiências, de conhecimentos, idéias e valores, a categoria habermasiana de esfera pública, pois esta possibilitou apreender e acompanhar a construção, formação e transformação de espaços absolutistas ou esferas de poder do Antigo Regime em espaços públicos — políticos — de discussão, divulgação e, em casos mais radicais de conspiração, revoltas, rebeliões e até revoluções, como os ocorridos nos movimentos de 1801, 1817, 1821 e 1824, respectivamente.

O LIBERALISMO EM PERNAMBUCO: as metamorfoses políticas de uma época (1800 – 1825) está estruturado nos cinco capítulos que se seguem:

Primeiro capítulo, **Tempos de Gênese:** os Caminhos Percorridos. Procuramos situar os caminhos percorridos de nossa formação intelectual, apresentando, ainda que de forma breve, as concepções teórico-políticas que acompanharam o trabalho. Isto nos parece necessários, pois o tema ora desenvolvido possui, motivações acadêmico-políticas e se volta para um estudo mais sistemático do objeto de pesquisa. Portanto as razões são tanto subjetivas quanto acadêmicas.

Segundo capítulo, **Tempos de Mudanças:** as Idéias Liberais, a Terra e o Poder Familiar. Não realizamos nenhum estudo genealógico ou da questão fundiária, preocuparam-nos as relações existentes entre nosso objeto de estudo e o fato de algumas

famílias controlarem o poder político da Capitania. Essas famílias eram proprietárias de terras, escravos e defensoras das idéias ditas francesas.<sup>1</sup>

Preocupa-nos, também, identificar as instituições da sociedade colonial, surgidas com a transplantação e “povoamento” da colônia pelos portugueses, tais como a estrutura administrativa, jurídica e fiscal, além dos aspectos material, cultural e social, todas, extensão e apêndice da metrópole, mas, principalmente, as que nos interessam em particular, as várias instituições e organizações “políticas” — Governos da Capitania, Administração Fazendária, Organização Militar, Câmaras Municipais, entre outras<sup>2</sup> — que foram se formando durante o transcurso dos séculos. Essas instituições nos finais do século XVIII passavam por profundas transformações contribuindo, assim, para a mudança<sup>3</sup> de mentalidade (idéias) dos habitantes da Colônia.

A opção de organizar o espaço territorial do Brasil em capitanias hereditárias, entregando-as aos donatários (e suas famílias) e a estes delegarem poderes administrativos (políticos), levaram as constantes (re)organizações do espaço<sup>4</sup> tanto da Colônia como de Pernambuco. Entre os primeiros adeptos das idéias liberais na Capitania de Pernambuco, entre outros, foi à família Cavalcanti que liderou o movimento Conspiração dos Suassuna (1801). Este acontecimento, por exemplo, possibilita percebermos a inter-relação existente entre tais idéias e os aspectos referidos anteriormente — a família e o poder político.<sup>5</sup>

A preocupação com o espaço não decorre da configuração que este adquire no transcurso do tempo — não principalmente — mas, sim, com a relação entre os grupos que detêm poder político, propriedade da terra e dominação econômica e a vinculação existente das idéias liberais com estes segmentos da sociedade. Deste modo, a configuração espacial é percebida, mas, como produto das referidas relações do que como produtoras destas. Este aspecto não deve ser negligenciado, pois nos informa da estrutura da sociedade e da posição de nosso objeto de estudo neste contexto.

---

<sup>1</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. Pernambuco Imortal: O doce sonho da república. v. 4, Recife: Encarte do **Jornal do Comércio**, 1995. p. 7-8; FERNANDES, Aníbal. **Idéias Francesas em Pernambuco na primeira metade do século XIX**. 1957. p. 11-37.

<sup>2</sup> Ver: SALGADO, Graça (org.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colônia**, 1985.

<sup>3</sup> Para a perspectiva aqui adotada, ver: HABERMAS, Jürgen. 1984, op. cit.

<sup>4</sup> BARROS, José D'Assunção. 2005, Op. Cit. p. 106; CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do espaço. **Revista de História Regional**. Vol. 3. – nº 1 – Verão 1998.

<sup>5</sup> CABRAL, Eurico. 1999, op. cit. p. 8-12.

Por fim, procuramos também localizar as idéias liberais em relação aos segmentos socioeconômicos da sociedade; desenvolvemos uma reflexão histórica sobre a relação entre propriedade da terra (latifúndio), família e poder e as idéias liberais; identificamos as correspondências existentes entre os vários segmentos sociais e esta última e demonstrando quais os segmentos socioeconômicos que defendem estas idéias.

Terceiro capítulo, **Tempos de Formulações:** Os Espaços Institucionais (Re)elaboradores das Idéias Liberais. Inventariamos as várias instituições ou espaços de (re)produção, propagandas, estudos e conspirações das idéias liberais ou como eram chamadas na época: idéias francesas.<sup>6</sup> Deste modo, em particular, se atentou às várias formas de organização e propaganda das idéias liberais, presentes nos momentos de conflitos ou nos períodos de paz, neste período, confabulavam-se suas execuções e tomadas de poder.

Identificamos a concepção (ou as concepções) de liberalismo existente em Pernambuco na primeira metade do século XIX. E como foi possível essas idéias disseminarem-se entre os vários segmentos da sociedade da época, então escravista.

Analizamos as influências que estas instituições — as Universidades de Portugal e França (influências externas); o Seminário de Olinda; as Sociedades Secretas: Academias (Suassuna, do Cabo e hospital e biblioteca do Paraíso etc.), Maçonarias e o Areópago de Itambé; a Escola e/ou Faculdade de Direito, no início do século XIX — produziram na capitania/província de Pernambuco no período em estudo, pois nos fornecem uma série de informações sobre a mentalidade e visão de mundo (ideologia) da época, ou em outras palavras, as idéias e posturas políticas que os cidadãos da capitania possuíam ante o poder constituído.

Quarto capítulo, **Tempos de Ação:** As Idéias Liberais nas Revoluções Pernambucana do Século XIX. Não pretendemos estudar os movimentos de conspiração, revoltas e revoluções ocorridos na província especificamente, mas sim, queremos captar as transformações ocorridas nas idéias e posturas liberais em Pernambuco na primeira metade do século XIX, que se materializaram nos vários movimentos (ou líderes) do período em estudo, tais como: A Conspiração dos Suassuna (1801), A Revolução Pernambucana de 1817, A Convenção de Beberibe (1821) e A Confederação do Equador (1824).

---

<sup>6</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. 1995, op. cit.; FERNANDES, Aníbal. 1957, op. cit., nota 28, supra.

Neste contexto, analisaremos o envolvimento dos vários segmentos sociais — médios, populares e das elites — com os movimentos políticos liberais, isto é, que segmentos sociais e econômicos defenderam essas idéias e quais as possíveis correspondências existentes entre os vários segmentos sociais e o ideário liberal.

Por Último, A **Longa Construção**: As Idéias Liberais no Repouso do Tempo (Conclusão). Considerações finais do percurso das idéias liberais vista como múltiplas, heterogêneas e, às vezes, contraditórias, inseridas no período de crise do sistema colonial e de independência do Brasil. Analisamos como as idéias liberais sobreviveram às várias repressões nos diferentes momentos e movimentos e como contribuíram às aspirações autonomistas, republicanas, federalistas e democráticas de Pernambuco. Segundo essa tese, ainda que tenham sido inicialmente a aristocracia rural a representante e divulgadora das idéias liberais; estas, gradativamente, passaram a ser defendidas por outros segmentos sociais, as camadas médias da sociedade. Estas se encontram inseridas em um quadro histórico determinado — a sociedade brasileiro/pernambucana escravista (colonial e imperial) na primeira metade do século XIX.



# CAPÍTULO 1

*O historiador é um homem como qualquer outro e não pode desfazer-se das suas características humanas: não tem possibilidades de pensar sem as categorias de uma dada língua; possui uma personalidade socialmente condicionada pelo quadro de uma realidade histórica concreta, pertence a uma nação, a uma classe, a um meio, a um grupo profissional, etc., com todas as conseqüências, que isso implica no terreno dos estereótipos que aceita (inconscientemente, em geral), da cultura de que é ao mesmo tempo criação e criador (...). Mas, embora não se possa desfazer desta propriedade objetiva que é condicionamento social do conhecimento, pode sim tomar consciência dela, compreender que é indissociável de qualquer conhecimento.*

História e Verdade  
(Adam Schaff)

*O escravo, está claro, sempre figurou no quadro geral, mas explicado por este e não o explicando. Como se devesse ocupar na hierarquia teórica o mesmo lugar subordinado que ocupara na hierarquia social objetiva.*

O Escravismo Colonial  
(Jacob Gorender)

## 1 TEMPOS DE GÊNESE: OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Iniciamos nosso trabalho situando o percurso de nossa formação enquanto historiador, como também, o lugar de onde falamos e escrevemos — os espaços de produção de nossas idéias, visões teóricas e escritas.<sup>1</sup> Apresentamos assim, brevemente, as concepções que norteiam nossa prática historiográfica e que acompanharam a pesquisa implícita ou explicitamente.

Gostaríamos, também, de comentar como a História ou o conhecimento histórico passou a fazer parte de nossa vida.

A história está presente no nosso dia-a-dia, constatamos este fato quando despertamos para o conjunto de acontecimentos que aqui estudamos.<sup>2</sup> Morávamos em Cajueiro, próximo ao bairro de Beberibe, e lá fica a Paça da Convenção, onde se realizavam os grandes comícios políticos (participávamos deles). Foi quando, com outros amigos, questionamos o porquê de eles se realizarem exatamente naquele local.

Responderam-nos que era um local histórico. Este dado despertou nossa curiosidade e “procuramos nos informar”. As primeiras informações foram vagas e se limitavam a dizer que lá ocorrera no século XIX, um movimento revolucionário conhecido como a Convenção de Beberibe, que dera nome à praça e que também estava ligado a outro que ocorreu em Goiana. Mas, o que foi esse movimento revolucionário? Esta foi a primeira pergunta a ser feita.

Assim, uma curiosidade de um grupo de amigos passou a ser um objeto de estudo. Este parece ser um dos melhores exemplos de que a história está presente em nossas vidas.

Desta forma, podemos dizer que teve início uma preocupação mais sistemática com a História, uma preocupação acadêmico-política, e aqui estamos dando continuidade aos nossos estudos, deste modo, o tema ora desenvolvido possui, portanto, razões tanto subjetivas quanto acadêmicas. No primeiro caso, refere-se à minha experiência política de “militante” que despertou meu interesse pelos estudos históricos dos vários movimentos políticos do século

---

<sup>1</sup> Certeau, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jaques e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Vol. 3. 1988, p. 17-48.

<sup>2</sup> Referimo-nos aos primeiros estudos monográficos que fizemos, os quais marcam o início do nosso interesse por esse campo — ou área — de estudo da história. CABRAL, Eurico Jorge Campelo. **Insurreição Pernambucana de 1821** (ou a expulsão dos portugueses de Pernambuco). 1992, 32 p. Monografia (Especialização em História do Nordeste). Fundação de Ensino Superior de Olinda — FUNESO. Depois estudamos também: \_\_\_\_\_, **Os Suassuna, as idéias liberais e a conspiração dos autonomistas**. 1999, 78 p. Monografia (Especialização em História de Pernambuco). Universidade Federal de Pernambuco.

XIX; no segundo caso, em certa medida, decorrente do anterior, nasceu da necessidade de compreender o liberalismo a partir de um conhecimento sistemático.

Em termos teórico-metodológicos, fizemos a opção de estudar o tema, numa perspectiva de longa duração<sup>3</sup>, com a intenção de contribuir com uma abordagem em que o foco da investigação recaia não na conjuntura — nos movimentos — mas sobre as idéias, isto é, nas estruturas. Essas, aqui entendidas, como reações espirituais, enquadramentos mentais ou um povo estudado por suas mentalidades ou idéias, o que nos aproxima das considerações feitas por Fernand Braudel:

Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitável, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transporta. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (*envolventes*, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar. Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reações espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões de longa durações.<sup>4</sup>

Pensamos aqui na proximidade de nosso objeto de estudo tanto com as mentalidades como com as civilizações (espirituais). Nessa perspectiva, talvez possamos falar em uma civilização liberal que se formou na Europa por volta do século XVII, passando pelo século XIX e se alonga para além, nos tempos e nos espaços e, também, de uma civilização Renascentista, de uma civilização Iluminista, de uma civilização Cristã etc.<sup>5</sup>

É importante, também, deixar claro, que a longa duração não deve ser confundida com as delimitações temporais do objeto investigado, como analisa o historiador José D’Assunção Barros: “*Quando falamos em ‘tempo longo’ referimo-nos a ‘duração’ ou antes: a um*

<sup>3</sup> Ver: BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 1986, p. 7-39; \_\_\_\_\_, **Escritos Sobre a História**. 1978, p. 13-16, 41-78; BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. 1983, p. 128-132; REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. 1994, p. 19-20, 24-25, 28-31, 58-100.

<sup>4</sup> BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 1986, p. 14 (para citação), ver também p. 14-15; \_\_\_\_\_, **Escritos Sobre a História**. 1978, p. 49-51. Grifo nosso.

<sup>5</sup> Essa perspectiva aproxima-se da: NÁDER, Alexandre Antônio Gíli. **Tempo e Conhecimento: dialética da duração e fundamentos da narrativa para uma História de tempo recente/presente (1968-2002) da educação superior brasileira**. 2004, 250 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. p. 241-244; para um desenvolvimento mais detalhado da questão ver principalmente, p. 18-36 (Introdução) e 227-245 (Anexo. Ideologia e Mentalidade, da desigualdade ou antagonismo à diferença e complementaridade: É (quase) tudo uma questão de tempo).

*determinado ‘ritmo de duração’. O tempo longo é o tempo que se alonga, o tempo que parece passar mais lentamente. Não devemos confundir ‘longa duração’ com ‘recorte extenso’”.*<sup>6</sup>

Assim, o foco de nossa abordagem buscou acompanhar as idéias liberais em sua dialética da descontinuidade/continuidade, isto é, perseguimos as idéias liberais e/ou liberais/iluministas em seus movimentos de mudanças (transformações) e permanências (sobrevivências), durante um quarto do século XIX da história de Pernambuco, mas que se alongam para além do período aqui estudado, como nos referimos no capítulo cinco (p. 215):

Ainda uma última consideração, a longa duração das idéias liberais apresenta-se na dialética de permanências/mudanças que antecede os movimentos políticos e os ultrapassa, estando presente nas instituições (não)formais e nas várias organizações civis, propagadoras e conspiradoras de tais ideais — Seminário, Areópago, bibliotecas, sociedades secretas, escolas e/ou faculdade etc. Assim, as idéias liberais são realidades imersas no todo social, que o tempo demora a gastar, mudando os movimentos, as personagens, as classes sociais, os grupos, facções ou partidos políticos, mudando elas próprias, mas, permanecendo um núcleo (os princípios) que fazem delas o que elas próprias são liberais. Deste modo, quando as estudamos buscamos perceber suas transformações (metamorfoses) e permanências (o que se conserva).

Ainda sobre as opções historiográficas (entendendo estas como o conhecimento histórico, isto é, os fundamentos teóricos e metodológicos da ciência da história, seus diferentes discursos, métodos e modos de escrita)<sup>7</sup>, buscamos referenciar nosso trabalho nas correntes interpretativas modernas que estudam a sociedade brasileira do século XIX em seus vários campos de investigação, utilizando-se de enfoques e métodos hodiernos.<sup>8</sup>

Tradicionalmente, as análises dos movimentos “revolucionários” brasileiros se enquadram nos esquemas de interpretações exogâmicas<sup>9</sup> (que condicionam o movimento a

<sup>6</sup> BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional** 10 (1): 95-129, Verão, 2005, p. 106.

<sup>7</sup> Cf. SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. 2001, p. 26, “(...) *Podemos considerar o estudo historiográfico como o estudo da história dos escritos históricos, métodos, interpretações a as respectivas controvérsias.*”

<sup>8</sup> Para historiografia em geral, ver: BARROS, José D’Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. 2004; CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 1997; MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. 2006. Para a historiografia brasileira da época em estudo, ver: JANCÓS, István (org.). **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. 2003; \_\_\_\_\_, **Independência**: história e historiografia. 2005; MALERBA, Jurandir (org.). **A Independência Brasileira**: Novas Dimensões. 2006.

<sup>9</sup> NOVAIS, Fernando A. **Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial** (1777-1800). 1981; \_\_\_\_\_, O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos G. **Brasil em Perspectiva**. 1978, p. 47-63; \_\_\_\_\_, As Dimensões da independência. In: MOTA, Carlos G. **1822 Dimensões**. 1986. p. 15-26; FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 1987; MELLO, João M. Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 1991.

fatores externos), e endogâmicas<sup>10</sup> (que condicionam o movimento a fatores internos). A primeira linha de interpretação fornece-nos uma visão do conjunto de influências externas, as transformações do mundo capitalista moderno e contemporâneo, “mas reduz a realidade da Colônia a simples elemento da engrenagem do Sistema Colonial”.

É que a contradição é inerente à sua natureza (do sistema colonial), quer dizer, ao funcionar desencadeia tensões que, acumulando-se, acabam por extravasar seu quadro de possibilidade. Não é possível explorar a colônia sem desenvolvê-la; isto significa ampliar a área ocupada, aumentar o povoamento, fazer crescer a população. É certo que a produção se organiza de forma específica, dando lugar a uma economia tipicamente dependente. Mas, de qualquer modo, o simples crescimento extensivo já explica o esquema; a ampliação das tarefas administrativas vai promovendo o aparecimento de novas camadas sociais, dando lugar aos núcleos urbanos etc. Assim, pouco a pouco, se vão revelando oposições de interesses entre colônia e metrópoles, e quanto mais o sistema funciona, mais o fosso se aprofunda. Por outro lado, a exploração colonial, quanto mais opera, mais estimula a economia central, que é o seu centro dinâmico. A industrialização é a espinha dorsal desse desenvolvimento, e quando atinge o nível de uma mecanização da indústria (Revolução Industrial), todo o conjunto começa a se comprometer porque o capitalismo industrial não se acomoda nem as barreiras do regime de exclusivo colonial nem com o regime escravista de trabalho.<sup>11</sup>

Por outro lado, a segunda linha de interpretação fornece-nos um conhecimento que ultrapassa a “simples descrição dos acontecimentos históricos”, pois considera nossa história inserida em uma totalidade ampla — o sistema mundial e a formação escravista social brasileira —, rica em contradições internas. Sendo assim, a História é a história das estruturas em um processo contínuo de mudança.

A desobstrução metodológica impõe a inversão radical do enfoque: as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora para dentro (tanto a partir da família patriarcal ou do regime jurídico da terra, quanto a partir do mercado ou do sistema colonial). A inversão do enfoque é que permitirá correlacionar as relações de

---

<sup>10</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 1988; \_\_\_\_\_, **A Escravidão Reabilitada**. 1990; \_\_\_\_\_, **A Burguesia Brasileira**. 1982; CARDOSO, Ciro F. Sobre os modos de produção coloniais da América. In: SANTIAGO, Théó Araújo. **América Colonial**. 1988, p. 61-84; \_\_\_\_\_, O Modo de produção escravista colonial na América. In: Ibidem. p. 85-132; \_\_\_\_\_, As concepções acerca do sistema econômico mundial e do antigo sistema colonial: a preocupação obsessiva com a extração de excedentes. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. 1980; FERRAZ, Maria do Socorro. O liberalismo como Doutrina da Nova Ordem Capitalista e a Repercussão no Brasil. **CLIO – Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE**, n.5, 1982, p. 155-164; \_\_\_\_\_, **Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. 1996; \_\_\_\_\_, Conflitos políticos em Pernambuco: questões metodológicas. **CLIO – Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE**, n.10, 1998, p. 111-122; SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888 – 1891)**. 1985; MALERBA, Jurandir. **Os Brancos da Lei: Liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil**. 1994; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. 1980.

<sup>11</sup> NOVAIS, Fernando A. 1986, op. cit. p. 23; ver também: MELLO, João M. Cardoso de. 1991, p. 42-43.

produção às forças produtivas em presença e elaborar a categoria de modo de produção escravista colonial na sua determinação específica.<sup>12</sup>

Em outro texto, continua Gorender:

... Tal diferença consiste em que Novais e Cardoso de Mello partem do sistema colonial mundial como totalidade que determina o conteúdo da formação social no Brasil, ao passo que eu inicio minha análise com o modo de produção escravista colonial, a cuja dinâmica própria atribuo uma determinação fundamental.<sup>13</sup>

Não vamos nos alongar na apresentação dos modelos explicativos, pois foge a nosso objetivo de estudo. Entretanto, queremos explicitar nossa formação acadêmica, deixando clara que a opção por uma das posições teóricas não invalida a contribuição da outra.

Entendemos que a linha de interpretação exogâmica esbarra na limitação de estudar a colonização como ato de colonizador, não sendo possível explicar as contradições internas do modo de produção por este gerado, nem de captar a dinâmica de suas estruturas, limitando-se a relacionar modificações internas a acontecimentos externos como se fosse correia de transmissão.

A linha de interpretação que trabalhamos, se contrapõe à anterior; estuda a sociedade brasileira de dentro para fora, analisa as contradições internas de seu modo de produção, explica as transformações pelos antagonismos inerentes à sua organização estrutural, concebe nossa história como totalidade concreta, como formação social escravista brasileira. Esta contém o modo de produção escravista que lhe serve de base material e, por vez, sendo dominante, determinará o caráter geral da formação social.

Em outras palavras, não se trata de pensar a realidade da colônia como se tudo fosse uma consequência de influências externas capazes de moldarem inteiramente, e a seu bel prazer, comportamentos e situações.

Recusamos, assim, a visão historiográfica que reduz toda nossa história a um puro reflexo ou consequência de determinações externas e que está a ver, quase sempre, escusas influências alienígenas nos diversos momentos de nossa formação.

No século XVI, resultante de atos deliberados e planejados, surgiu a sociedade escravista colonial. Seu processo de gênese não foi linear e sem atropelos, mas como todo ato humano, foi cheio de curvas e zigue-zagues, tentativas, erros, frustrações e acertos; foi,

---

<sup>12</sup> GORENDER, Jacob. 1988, op. cit. p. 7.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_, 1982, op. cit. p. 7-8.

também, consequência de ato abrupto da empresa exportadora colonial, como argumenta Ciro F. Cardoso:

A sociedade escravista colonial surgiu como uma consequência da empresa exportadora e se estruturou em função das características e exigências de tal empresa; por conseguinte, esta preexistiu à sociedade estruturada e condicionou sua forma. Não se pode passar por alto este aspecto **voluntário**, que se traduz na decisão consciente dos colonos e das metrópoles, na organização do tráfico, nas políticas coloniais. Porém tampouco cabe exagerá-lo e ver na escravidão colonial o resultado de uma **eleição**, já que no começo não havia alternativas.<sup>14</sup>

O escravismo colonial é resultado da junção de vários fatores que, simbioticamente unidos, possibilitaram a emergência de um modo de produção novo, pois ainda não existente na história humana:

... o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo sócio-econômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. Deste determinismo de fatores complexos, precisamente, é que o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características **novas**, antes desconhecidos na história humana.<sup>15</sup>

E continua o autor:

A explicação da gênese do escravismo colonial não se consegue na justaposição abstrata e a-histórica entre os fatores de produção, porém somente na dialética entre forças produtivas e relações de produção, tal qual se apresentava no condicionamento recíproco de múltiplos aspectos da situação histórica existente. A força produtiva encarnada na plantagem adequava-se ao trabalho escravo e a ela se associou não só na América, mas antes na própria Europa. Sucede, contudo, que a América oferecia imenso fundo de terras fertilíssimas inapropriadas, o que deu à plantagem canavieira do continente americano viabilidade muitíssimo maior do que nas Ilhas mediterrâneas e atlânticas. Mas esta mesma viabilidade só se compreende por ser o continente americano um continente **colonizado**. De outra maneira, ficaria inexplicado o **escravismo colonial**.<sup>16</sup>

A formação social escravista que se formou na Colônia, a partir da conquista européia, vai durar até os finais do século XIX.

Essas considerações historiográficas têm a pretensão apenas de delinear um pouco de nossa formação intelectual, histórica e de vida, não devendo ser entendida aqui como modelos rígidos de explicações por nós adotados. Tomamos tais referências, porque indicam os trajetos percorridos nas nossas inquietações político-acadêmicas, de cidadão e estudioso da história e

<sup>14</sup> CARDOSO, Ciro, apud GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 1988, op. cit. p. 135.

<sup>15</sup> GORENDER, Jacob. 1988, op. cit. p. 40.

<sup>16</sup> Ibidem. p. 140.

de como nos voltamos para o tema objeto de nossa pesquisa. Não se pretende aqui estudar as idéias liberais em Pernambuco na primeira metade do século XIX, partindo do marxismo para se ir afunilando até chegar ao liberalismo, pretendemos, sim, investigar as transformações das idéias e posturas liberais utilizando-nos, como já nos referimos, dos enfoques e métodos hodiernos, em especial, das categorias habermasianas entre outros.

Nosso objeto de estudo está inserido nesta formação social escravista brasileira e apresenta-se, em termos historiográficos, no campo da história das idéias políticas, pois analisamos as transformações ocorridas nas idéias e posturas liberais em Pernambuco, na primeira metade do século XIX. Assim, é comum ao nosso objeto de investigação a presença de alguns conceitos e/ou categorias habituais às Ciências Política e Histórica. Existem algumas expressões que são constantes em nossa escrita, por isso, faremos algumas considerações sobre a concepção que as norteiam.

Encontramos na historiografia expressões como “Administração Pública”, “Funcionário Público”, “Poder Público”, “Poder Político”, “Política”, “Esfera Pública”, “Esfera do Poder”, “Esfera Política”, “Esfera Civil”, “Sociedade Civil”, “Esfera Privada”, “Aristocracia Rural”, “Burguesia Agrária”, entre outras<sup>17</sup>, para referir-nos às questões do governo (poder) e da sociedade. Entretanto, podemos perguntar se realmente existiam ou se são adequadas para nos referirmos aos “elementos” ou “instituições” do período colonial e do século XIX, no Brasil, pois não é fácil afirmarmos que, nos referidos períodos, existissem “esferas públicas” e/ou “espaços propriamente públicos” e porque também percebemos que, na virada do século XVIII e início do século XIX, no Brasil e em Pernambuco, *surgem* ou se *transformam* vários “elementos” ou “instituições” da sociedade, aparecendo *novas*, que representavam ou estavam afinadas ao ideário liberal (como veremos no capítulo 2).

No Antigo Regime<sup>18</sup>, Portugal absolutista e/ou déspota esclarecido é um exemplo, ainda que se considere toda evolução histórica desses conceitos (desde que os Gregos criaram

<sup>17</sup> Para uma análise histórica sociológica destes conceitos e/ou categorias, ver: HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. 1984.

<sup>18</sup> Em perspectiva próxima a nossa e tomando Habermas, entre outras, como referência, ver: NEVES, Guilherme Pereira. **Rebeldia, Intrigas e Temor no Rio de Janeiro de 1794**. (2004), p. 5, “... Significa, antes de mais nada, insistir na idéia de que a política no Antigo Regime não se regia pelos mesmos princípios que se implantaram a partir da Revolução Francesa. Nada de assembléias, nada de representantes **públicos** de grupos ou interesses, nada de meios de divulgação de acontecimentos ou medidas, a não ser o sermão do padre e o ocasional **bando** com toque de caixa da autoridade local. Como observava Capistrano de Abreu, a partir de um viajante, na cidade colonial, ‘questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam; quando muito sabem se há paz ou guerra, assegura Lindley.’ Mais importante, para essas populações, a vida transcorria como uma **liturgia**, de vez em quando perturbada por algum acontecimento excepcional, como uma peste, uma guerra ou um terremoto, ou por alguma medida arbitrária de um agente da Coroa, cabendo sempre ao soberano, como representante na Terra de seu fiador no Céu, a iniciativa de restabelecer a ordem rompida, mesmo que para tanto fosse necessário chamar sua atenção por meio de um motim. (...)” Grifo do autor.



a política, ou, para alguns, criaram o conceito de política), podemos encontrar dificuldades para usá-los, pois guardam características que se “assemelham” às Teocracias da Antigüidade ou ao poder Teocrático Cristão Medieval.<sup>19</sup> Em Portugal e em sua Colônia da América, as questões relacionadas ao poder eram tratadas como de natureza privada da pessoa do rei e pelo rei, assim, o que deveria ser público (isto é, do cidadão) era na verdade, particular, pertencente aos desejos, caprichos e decisões da pessoa do governante (o rei). Não existia o cidadão, membro da sociedade civil, aquele que obedece às Leis e ao Estado Constitucional (este último também não existia); mas sim, o súdito, aquele que se submete à autoridade do governante/monarca (rei, imperador, príncipe, etc.), o qual se confunde com o Estado, onde as leis são apenas as normas a que o súdito deve obedecer. Mesmo nos Estados Absolutistas Modernos, que Hobbes considera como público, ainda assim, a esfera pública não está presente e, segundo o filósofo e escritor Luciano Gruppi:

No Estado moderno, (...) existe uma identificação absoluta entre o Estado e o monarca, o qual representa a soberania estatal. Mais tarde, em finais de 1600, o rei francês Luís XIV afirmava “L'état c'est moi” (o Estado sou eu), no sentido de que ele detinha o poder absoluto; mas também de que ele identificava-se completamente no Estado.<sup>20</sup>

Deixemos mais clara nossa posição, historiando brevemente o conceito de “Política”, que é o mais abrangente e envolve os demais e, para nós, fundamenta-os. A política ou seu conceito nasce na Grécia como solução ao problema do poder, não como criação de uma sociedade sem classes, justa e feliz, mas como resposta e solução que uma sociedade oferece para suas diferenças, seus conflitos e suas contradições, sem escondê-la sob a sacralização do poder, e sem fechar-se à temporalidade e às mudanças. A solução encontrada pelas Civilizações Orientais da Antigüidade (Pérsia, Índia, China, Egito etc.) foi a sacralização da realeza, onde vigorava o poder despótico ou patriarcal, permitindo ao imperador fundir sua autoridade de governante (administrador, juiz, comandante militar e sumo sacerdote) com a de patriarca, chefe de família cuja vontade absoluta é a lei: aquilo que apraz ao rei, tem força de lei, assim, nasce o governo teocrático, no qual o chefe da “nação” tem poderes absolutos sobre as famílias, bens móveis e a terra, como se depreende da fala de Marilena Chauí:

---

<sup>19</sup> Como oposição a estes, o espaço público propriamente dito — *res publica* (coisa pública) —, após os gregos e romanos só ressurgirá com a queda das Monarquias de Direito Divino e do Antigo Regime na modernidade ocidental.

<sup>20</sup> GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel** (As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci). 1986, p. 10.

Embora, de fato, a origem desse poder estivesse na propriedade da terra e dos rebanhos, sendo o chefe o detentor da riqueza, procurava-se garanti-lo contra revoltas e desobediências afirmando-se uma origem sobrenatural e divina para ele. Aparecendo como designado pelos deuses e desejado por eles, o detentor do poder também era detentor do privilégio de relacionar-se diretamente com o divino ou com o sagrado, concentrando em suas mãos a autoridade religiosa.<sup>21</sup>

Opondo-se a esta solução dada ao problema do poder, os gregos inventaram a política, significando que, ao criarem a Pólis e com ela o direito de votar e de decidir os destinos da cidade, criaram, também, o espaço político ou público — a Ágora — local onde os cidadãos adultos do sexo masculino, livres e nascidos na cidade, iam votar. Assim, em vez do poder do déspota, que confunde sua autoridade privada com a função pública de governante sagrado, temos a separação da autoridade pessoal privada do chefe de família e o poder impessoal público, pertencente à coletividade; a separação da autoridade militar e o poder civil, subordinando a primeira à segunda; a separação da autoridade mágico-religiosa e o poder temporal laico, impedindo a divinização dos governantes, e criando a idéia e a prática da lei como expressão de uma vontade coletiva e pública, definidora dos direitos e deveres para todos os cidadãos, impedindo que fosse confundida com a vontade pessoal de um governante.

Este conjunto de inovações criadas pelos gregos, como solução ao problema do poder, contrapondo-se à solução dada pelas Civilizações Orientais, foi analisado pela professora Marilena Chauí, em seus vários aspectos, além dos já abordados, como se vê a seguir:

Examinamos até aqui duas grandes respostas sociais ao poder: a resposta despótica e a política. Em ambas, a sociedade procura organizar-se economicamente — a forma da propriedade —, mantendo e mesmo criando diferenças sociais profundas entre proprietários e não-proprietários, ricos e pobres, livres e escravos, homens e mulheres. Essas diferenças engendram lutas internas, que podem levar à destruição de todos os membros do grupo social.

Para regular os conflitos, determinar limites às lutas, garantir que os ricos conservem suas riquezas e os pobres aceitem sua pobreza, surge uma chefia que, como vimos, pode tomar duas direções: ou o chefe se torna senhor das terras, armas e deuses e transforma sua vontade em lei, ou o poder é exercido por parte da sociedade — os cidadãos —, através de práticas e instituições públicas fundadas na lei e no direito como expressão da vontade coletiva. Nos dois casos, surge o Estado como poder separado da sociedade e encarregado de dirigi-la, comandá-la, arbitrar os conflitos e usar a força.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. 1994, p. 372 e 373-374; MOSCA, Gaetano e BOUTHOU, Gaston. **História das Doutrinas Políticas**: Desde a Antigüidade. 3. ed. 1975, p. 17-31.

<sup>22</sup> CHAUI, Marilena de Souza. 1994, op. cit. p. 377. Sobre o homem grego e os aspectos aqui abordados, ver: JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia**: a formação do homem grego. 1986; uma boa introdução à questão do poder, LEBRUN, Gerard. **O que é Poder**. 1984. Uma terceira solução ao problema do poder, nem “despotismo”, nem “política”, é dada pelos povos tribais ou comunais da América do Sul que, segundo estudos do etnólogo francês Pierre Clastres, as denominou de “a sociedade contra o Estado”. Ver: CHAUI, Marilena de Souza. 1994, op. cit. p. 377-379; ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. 2. ed. 2000, p. 186-189; MOSCA, Gaetano e BOUTHOU, Gaston. 3. ed. 1975, op. cit. p. 14-16; CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**: Pesquisa de Antropologia Política. 1990.

Não por acaso<sup>23</sup>, as monarquias absolutistas modernas guardavam semelhanças com as monarquias despóticas orientais da Antigüidade e, por sua vez, o que chamamos de política moderna, buscou seus fundamentos na concepção clássica greco-romana de política.<sup>24</sup>

Ainda uma consideração sobre essas questões. Podemos perceber que na, colônia portuguesa da América, o que deveria ser público, estava sob o controle privado de famílias donatárias que em certa medida representava, além dos seus próprios interesses, os da Coroa portuguesa uma vez que, por causa da forma como fora constituída, a família simbolizava a unidade fundamental detentora da riqueza e do poder, como observaremos na distribuição feita pelo rei, de capitanias hereditárias, nas quais o público e o privado se confundem na pessoa do donatário/governador, marcando toda nossa história colonial. Essa assertiva — confusão do público e o privado — foi fruto, entre outros, inicialmente, da diminuta presença da burocracia portuguesa na Colônia, como podemos perceber nas considerações do historiador Jurandir Malerba, quando afirma: “*No Brasil do período colonial — e de todo o século XIX — afirmara-se a preponderância da esfera privada sobre uma constituição política débil. Vários fatores levaram a unidade doméstica a se consolidar como núcleo da organização da vida social.*”<sup>25</sup> Assim, mesmo com a formação da nação, “*o predomínio da esfera privada sobre a pública no Império do Brasil arranhou-se na forma do oikos.*”<sup>26</sup>

Do exposto até aqui, faz-se necessário esclarecer que, no período em estudo, ainda que o Brasil (Colônia/Nação) não fosse uma sociedade burguesa, ele passava por profundas

<sup>23</sup> A discussão sobre o absolutismo é mais complexa e não pretendemos resumi-la aqui a uma variação do despotismo ocidental. Como também, não pretendemos tomar a expressão política sem considerar sua diacronia, pelo contrário, a política evoluiu e incorporou as várias formas de governo hoje existentes. Assim, se na cultura clássica, só os gregos e romanos tinham a política e os outros povos, o despotismo, hoje, o conceito de política se ampliou e comporta as formas democráticas e autoritárias de governos, por isso, podemos falar de política autoritária, libertária, totalitária, democrática etc.

<sup>24</sup> A bibliografia sobre história das idéias políticas é extensa, aqui indicamos algumas por nós consultados. Sobre a origem da política até a Idade Média, uma boa introdução, ainda que didática e breve, são: CHAUI, Marilena de Souza. 1994, op. cit. p. 371-393; \_\_\_\_\_, Ética. In: **CICLO DE CONFERÊNCIAS** — ORG. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 1991, Fita, n. 02; ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. 1992, p. 138-140, 152-154; \_\_\_\_\_, **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 2. ed. 2000, op. cit. p. 190-202. Para uma abordagem mais elaborada, ver os clássicos: MOSCA, Gaetano e BOUTHOU, Gaston. **História das Doutrinas Políticas: Desde a Antiguidade**. 3. ed. 1975, op. cit. p. 32-97; CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Idéias Políticas**. 1985, p. 13-36. Para uma análise voltada aos aspectos da esfera pública, ver: HABERMAS, Jürgen. 1984, op. cit. p. 15-25.

Para o período moderno até o século XIX, ver: CHAUI, Marilena de Souza. 1994, op. cit. p. 393-422; ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. 1992, op. cit. p. 155-170; \_\_\_\_\_, 2. ed. 2000, op. cit. p. 203-250; MOSCA, Gaetano e BOUTHOU, Gaston. 3. ed. 1975, op. cit. p. 98-317; CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. 1985, op. cit. p. 37-158.

<sup>25</sup> MALERBA, Jurandir. 1994, op. cit. p. 55.

<sup>26</sup> Ibidem. p. 56.

influências (idéias liberais/iluministas e outras) e transformação vivia momentos de transição (pacto colonial, Sede do Governo português, Reino Unido e Brasil Independente) com profundas mudanças políticas, socioeconômicas e culturais etc. O que justifica, em certa medida, usarmos as categorias habermasianas<sup>27</sup> como instrumentos de análise, sem, com isto, provocar nenhum anacronismo ou contradição. A Europa, espaço estudado por Habermas, de onde vinham, principalmente, mas não exclusivamente, as referidas influências externas (idéias liberais), também passava por mudanças profundas, de uma sociedade de Antigo Regime superando os vestígios feudais, para uma sociedade capitalista que consolidava os valores e ideários da classe burguesa. Assim, a sociedade tradicional européia se modernizava e se libertava das amarras autoritárias do Antigo Regime, construindo espaços e esferas públicas de participação política no poder.

No Brasil, ainda que não estivesse em transição para o capitalismo, aqui encontramos semelhança/dessemelhança entre as duas realidades (Europa/Colônia e a presença da idéias liberais para cá transplantadas), que nos permitem, por analogia, usarmos os mesmos instrumentos de análise utilizados por Habermas, guardado, é claro, as devidas proporções.

Outro aspecto que gostaríamos de esclarecer, é quanto ao título da pesquisa, que inicialmente era: “Pernambuco Liberal: as metamorfoses políticas de uma época (1800 – 1850)”, e foi modificado para: “O LIBERALISMO EM PERNAMBUCO: as metamorfoses políticas de uma época (1800 – 1825)”. A razão da mudança decorre do fato de percebermos que, antes, havia uma conotação exaltiva e ufanista do tema, quando, no entanto, pretendemos apenas conhecer como as idéias liberais e suas transformações em Pernambuco se apresentaram na primeira metade do século XIX. Uma vez que há estudos desenvolvidos na historiografia, centrados em movimentos, procuramos discutir como tais idéias liberais se manifestaram. No que se refere ao recorte temporal, a modificação se deu em virtude do nosso objeto, inicialmente, extrapolar as dimensões para uma dissertação de mestrado, não sendo possível cumprir os prazos.

Constitui tema central deste trabalho a investigação e análise das transformações ocorridas nas idéias e posturas liberais em Pernambuco, na primeira metade do século XIX. Estas se encontram inseridas em um quadro histórico determinado — a sociedade pernambucana do referido período. Estudamos os vários aspectos: social, vida material e as representações das idéias políticas, principalmente.

---

<sup>27</sup> HABERMAS, Jürgen. 1984, op. cit.

Em Pernambuco, durante a primeira metade do século XIX, as idéias liberais materializavam-se nas conspirações e movimentos de rebeliões contra o poder constituído — primeiro contra Lisboa e depois contra o Rio de Janeiro.

Deste modo, as formas de expressão das idéias e posturas liberais foram as conspirações e movimentos de rebeliões e revoluções políticas ocorridas em Pernambuco em 1801, 1817, 1821, 1824 e 1848, entre outros, tão bem estudado por pesquisadores como Manuel C. de Andrade (1971, 1997), Amaro Quintas (1982, 1985), Teobaldo Machado (1990), Glacyra L. Leite (1988, 1989), Socorro Ferraz (1996), Carlos G. Mota (1972), Izabel Andrade Marson (1980) e Evaldo C. de Melo (2004). Entretanto, o foco de nosso trabalho volta-se para abordagem ainda pouco investigada; procuramos *captar as transformações ocorridas nas idéias e posturas liberais em Pernambuco, na primeira metade do século XIX* (como referimo-nos). Nosso objeto de estudo, não são, portanto, os movimentos liberais propriamente ditos, mas sim, as idéias que os norteiam e os alimentaram — concebidas como fenômenos autônomos (representações políticas da população), que existem independentes de sua materialização em movimentos revolucionários. Acreditamos, assim, diferenciar-nos das abordagens já apresentadas e contribuir para os estudos das idéias políticas em Pernambuco, durante um período significativo da nossa história — o Movimento de Independência.

Partimos da hipótese de que as idéias liberais foram, inicialmente, representadas e disseminadas pelas camadas economicamente dominantes (aristocracia rural) e posteriormente, com o desenvolvimento de áreas urbanas, pelo menos nas vilas e/ou cidades portuárias — devido ao comércio — passam a ser defendidas pelos segmentos médios da sociedade.<sup>28</sup>

Nosso estudo, para tanto, toma como referência básica<sup>29</sup> o período que compreende a Conspiração dos Suassuna (1801), primeira forma de expressão destas idéias, até a Confederação do Equador (1824), movimento republicano de real importância para as idéias liberais em Pernambuco no século XIX.

---

<sup>28</sup> Estas reflexões foram inicialmente esboçadas em: CABRAL, Eurico Jorge Campelo. 1999, op. cit. p. 58-70.

<sup>29</sup> Para uma análise do recorte do objeto de pesquisa ver: BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional** 10 (1): 95-129, Verão, 2005. p. 115-116, "(...) Para realizar seu trabalho, o historiador deverá operar necessariamente com três recortes, que envolvem respectivamente o "tempo", o "espaço", e o "problema" a ser examinado. (...)."

## CAPÍTULO 2

*A ordem jurídica — escrita ou consuetudinária — é o ponto de partida para se definir e fixar a estrutura administrativa de qualquer Estado em qualquer tempo. Através dela, percebe-se não só a forma de organização do poder, como a matriz básica da estrutura encarregada de administrá-la. Impõe-se, assim, para estudos dessa natureza, o conhecimento do corpo de leis que fundamenta e rege o Estado. Retraçar a administração do Brasil Colônia implica, pois, compreender a ordem jurídico-institucional que sustentou o Estado absolutista português durante o período em que teve curso o seu empreendimento colonial na América.*

Fiscais e Meirinhos  
(Graça Salgado)

*Homens abastados dominavam o Estado brasileiro no século XIX.*  
Clientelismo e Política no Brasil do século XIX  
(Richard Graham)

## 2 TEMPOS DE MUDANÇAS: AS IDÉIAS LIBERAIS, A TERRA E O PODER FAMILIAR

O período, entre o século XVI e XVIII, na Europa Ocidental, correspondeu, em termos sociais e políticos, ao surgimento e ascensão de uma nova classe social, que procurou, a todo custo, estabelecer uma maior participação no âmbito do Estado: a burguesia.<sup>1</sup> Muitas foram as mudanças pela quais passava o Continente Europeu durante essa época, sofrendo um processo de reestruturação de sua dinâmica social. Sendo atingidos por um movimento de transformação gradual da vida rural em urbana, os campos começaram a dar lugar às cidades; à agricultura e o pastoreio, à fábrica e ao comércio; a ideologia religiosa dar lugar à científica; as normas jurídicas baseadas na tradição da Igreja Católica, da lugar às normas “laicas” baseadas na razão e no contrato; o direito consolidou os vários códigos jurídicos nacionais. Enfim, o Continente Europeu, como se refere Maximiano Lopes Machado:

... passou por um acirrado processo de racionalização no qual possibilitou inúmeras transformações. Dentre elas temos os descobrimentos geográficos, a nova cosmologia, as invenções tecnológicas, uma metafísica renovada e secular, mudanças na estrutura da vida econômica, dinamização da vida nas cidades devido ao desenvolvimento dos setores médios urbanos, substituição do status do nascimento pelo contrato jurídico, quebra da hegemonia da Igreja Católica como fonte de explicação do mundo, implementação dos Estados nacionais, entre outras. Tudo isto contribuiu para originar novas relações sociais e, em função destas, desenvolveu-se uma nova filosofia para permitir uma justificação racional do mundo que então se configurava, ou seja, o liberalismo. Entretanto o processo de racionalização como o elemento chave para o surgimento do movimento de secularização das normas jurídicas e do estabelecimento do Estado secular, penso que o liberalismo, enquanto doutrina, foi fruto desse processo e representou o apresto da secularização no âmbito da política.<sup>2</sup>

Essa nova filosofia, *o liberalismo*, à qual se refere Machado, tem sua primeira formulação teórico-doutrinária no século XVII<sup>3</sup> com John Locke (ainda que não se trate de um pensador propriamente liberal), embora essa denominação não tivesse aparecido antes do Oitocentos, como se refere Antônio Paim:

<sup>1</sup> LASKI, Harold J. **O Liberalismo Europeu**. 1973. p. 9.

<sup>2</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. **O Liberalismo no Brasil Oitocentista**: aspectos políticos e sociais de práticas liberais. 2007, 105 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. p. 13.

<sup>3</sup> Cf. MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo**: Antigo e Moderno. 1991, p. 16. “*Por consenso histórico, o liberalismo (a coisa senão o nome) surgiu na Inglaterra na luta política que culminou na Revolução Gloriosa de 1688 contra Jaime II. Os objetivos dos vencedores da Revolução Gloriosa eram tolerância religiosa e governo constitucional. Ambos tornaram-se pilares do sistema liberal, espalhando-se com o tempo pelo Ocidente.*”

O termo *liberalismo* começou a ser empregado no século XIX. Os conservadores ingleses eram chamados de *tories* e os liberais de *whigs* até a época das reformas de 1832. Em seguida a estas, os primeiros adotaram o nome de Conservative Party e, logo a seguir, os segundos a denominação de Liberal Party.<sup>4</sup>

Provisoriamente, entendemos por Liberalismo<sup>5</sup> o conjunto de idéias éticas, políticas e econômicas da classe burguesa em ascensão, que se opunha à visão de mundo da nobreza feudal. Tem suas origens nos conflitos de classes da sociedade européia dos séculos XVII e XVIII, como bem sintetizou Vicente Barreto:

A IDÉIA LIBERAL, nascida na paixão das guerras religiosas européias do século XVII, tendo servido, principalmente na Inglaterra, como ideologia para a burguesia ascendente, somente veio a ser chamada de liberalismo na segunda metade do século XIX. Nos primeiros tempos de sua história, ainda quando não era conhecido pelo seu nome atual, o liberalismo lutou por algumas reivindicações básicas. Defendeu o direito natural de liberdade, sustentou que a autoridade governamental devia ser limitada ao dever de assegurar aquele direito aos seus cidadãos e, também, pela primeira vez na história ocidental, garantiu a liberdade de consciência. As idéias que constituem o fundo da fé liberal giravam sobre a liberdade e as condições políticas e sociais para garanti-la. Durante esses três séculos foram adicionadas às idéias originais, outras reivindicações econômicas, sociais e políticas, que atendiam às circunstâncias históricas. Conservou-se, porém, a opção básica liberal. É liberal a idéia de que o homem tem a liberdade de escolher sua vida, os seus objetivos, e de que o governo não pode negar essa liberdade. O liberal prova sua fé defendendo as instituições que garantem a liberdade, tornando-as mais eficientes. O liberal, se bem que se preocupe com uma série de outras reivindicações, distingue-se pela sua atitude diante da autoridade estabelecida e do convencionalismo social.<sup>6</sup>

Esse conjunto de idéias irá variar durante a sua história, apresentando diferentes atitudes e práticas, conforme as circunstâncias e locais, não existindo um modelo único de liberalismo, pelo contrário, esse, como todos os sistemas de idéias, se caracteriza pela

<sup>4</sup> PAIM, Antônio. **Evolução Histórica do Liberalismo**. 1987, p. 13. (Destaque no original).

<sup>5</sup> Um clássico sobre o assunto é: LASKI, Harold J. **O Liberalismo Europeu**. 1973. Ver também: MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo: Antigo e Moderno**. 1991. Outro trabalho interessante, mas no campo do liberalismo econômico é: DENIS, Henri. **História do Pensamento Econômico**. 1982, p. 87-233, (Segunda Parte: O Nascimento da Economia Política e a Afirmação da Doutrina Liberal). É importante, também, não confundir capitalismo com liberalismo, nem esse com democracia, pois, no primeiro caso, um não é o sinônimo nem a consequência inevitável do outro, inclusive, cronologicamente, o liberalismo é mais recente que o capitalismo. Um clássico sobre este último é, DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. 1980. No segundo caso, o Estado liberal não era necessariamente democrático, pois, o direito de votar e de participar de funções políticas era restrito aos membros que possuíam propriedades – voto censitário. Isto demonstra que os princípios liberais, inicialmente, não incluíam a participação universal dos cidadãos, esta foi uma conquista histórica das classes excluídas. Confirma essa proposição: PAIM, Antônio. **O Liberalismo Contemporâneo**. 2000, p. 23, “*Em seus primórdios, a doutrina liberal não guardava compromissos com o ideal democrático. Seu propósito era criar freios e limites ao poder absoluto do monarca.*” Ver também: FERRAZ, Socorro. O Liberalismo como Doutrina da Nova Ordem Capitalista e a Repercussão no Brasil. **CLIO — Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco**, nº 5, 1982. p. 155-156.

<sup>6</sup> BARRETO, Vicente. **A Ideologia Liberal no Processo da Independência do Brasil (1789-1824)**. 1973, p. 21. (Destaque no original).



heterogeneidade. No Brasil, essas idéias não estarão presentes antes dos finais do século XVIII, como veremos. Entretanto, o que aqui chegou, nos inícios do século XVI, não foram as idéias novas e “avançadas” do Continente Europeu em mudança, ou seja, não foi o Renascimento; a Revolução Científica Moderna; nem as inquietações políticas, sociais e culturais (diga-se, secularização das instituições Ocidentais); pelo contrário, Portugal fez transladar o ideário tridentino com seu modelo de sociedade.

Deste modo, para captarmos as idéias liberais em Pernambuco no século XIX — objeto de nosso estudo — faz-se necessário apresentar, ainda que de forma breve, as condições históricas de penetração e absorção deste ideário burguês, por isso, começaremos fazendo algumas considerações a respeito de como Portugal construiu e constituiu sua colônia da América.

## 2.1 A FAMÍLIA, AS PROPRIEDADES (TERRAS E ESCRAVOS) E O PODER POLÍTICO

Na colônia, no século XVI, criou-se uma infra-estrutura de produção<sup>7</sup> baseada na propriedade da terra e no trabalho escravo, produzindo em larga escala para o comércio de exportação. Esse sistema concentrava a riqueza e o poder, político entre outros<sup>8</sup>, nas mãos de poucas famílias e se fundava no parentesco, o que facilitou o domínio dos portugueses e, posteriormente, dos seus descendentes nos primeiros tempos da “colonização”, propiciando, assim, o controle sobre esse território, suas riquezas e propriedades.

Essa organização social [a Colônia] fundava-se no modo de produção escravista colonial<sup>9</sup> — nisso diferia de Portugal<sup>10</sup> —, e como demonstrou Gorender<sup>11</sup>, nasceu de atos

---

<sup>7</sup> Não nos referimos aqui à fase de exploração do pau-brasil, primeira etapa do vínculo Metrôpoles-Colônia, ver: SALGADO, Graça (org.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colônia. 1985, p. 48-49.

<sup>8</sup> Usamos as expressões política e suas correlatas com certas ressalvas — pois a presença do Estado português através de sua burocracia era diminuta, sendo forte o poder das famílias, assim, quase não se dá a separação entre o que deveria ser público (política) do que deve ser privado (a casa/família) —, pelo menos se entendermos política no sentido clássico (Greco/romano).

<sup>9</sup> Além das considerações feitas no “Capítulo 1”, é importante deixar claro que o “modo de produção” insere-se na “formação social” e se explica por uma teia extremamente complexa de fatores internos e externos. A Escravidão não se explica só pelos fatores econômicos. Ela subtende a presença de um aparato repressivo e um sistema de ordenações jurídicas, consubstanciados no Estado escravista. As relações de produção escravista envolvem um conjunto de normas legais e consuetudinárias, invariavelmente garantidas, pela coerção do Estado. O “Estado” existente no Brasil colônia, ainda que seja a extensão do Estado português, aqui ganha particularidades. A legislação permitia o trabalho escravo e sua posse, definindo o que é, e, quais são os elementos desse regime de produção e as formas de propriedade; possibilitou a criação jurídico-política das relações sociais, culturais e mentais da sociedade escravista. Assim, estava legitimada e

deliberados, planejados e abruptos da ocupação portuguesa dessas terras. Afora o sistema econômico, no início do século XVI, Portugal faz nascer (translado) em suas terras da América uma série de instituições que aqui antes não existiam.<sup>12</sup> Essas Instituições são meras reproduções ou extensões das existentes nos Estados da Europa. Nesse momento, elas eram a forma hegemônica burocrática/estatal da presença e controle português em sua colônia, que se impõe sobre a forma de “povoamento”, administração política e cultural, a exemplo das várias instituições introduzidas como: a catequese, as escolas, a língua, a família nuclear cristã, a religião Católica, a propriedade privada, os valores, os órgãos e/ou aparelhos administrativos, etc. Esse conjunto de ações, procedimentos e equipamentos foram parte do modelo mercantil/absolutista, modelo clássico do Antigo Regime português. Tal posição assemelha-se à da historiadora Graça Salgado quando analisa a relação jurídica/institucional entre Metrópole e a Colônia:

A Colônia, como extensão da ordem jurídica-institucional metropolitana, submetia-se à mesma lógica dos padrões administrativos peculiares ao Estado absolutista. Tal prolongamento, na prática, verificava-se pela imensa rede de funcionários régios aqui estabelecidos para gerir e supervisionar, em nome do rei, a administração colonial. No entanto o espaço colonial corresponde a uma realidade particular, o que marcava não apenas uma diferença, como impunha a necessidade de alguns ajustes, a fim de tornar possível o projeto colonizador português. Assim, a Metrópole aos poucos respaldou-se legalmente, elaborando, além das próprias Ordenações Filipinas, que abalizaram a organização e o funcionamento do seu aparelho administrativo, um vasto elenco de leis especiais para regular seus interesses na Colônia.<sup>13</sup>

---

instituída/institucionalizado um modo novo de pensar e produzir nas terras deste lado do Atlântico, o modo escravista colonial. Como fica claro, partimos aqui da suposição que o sistema colonial criou, também, o **ser social** [o escravo], que através de seu trabalho compulsório nas grandes propriedades fundiárias sustentava a referida empresa colonial. Sobre o “Estado escravista colonial”, ver: SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888 – 1891)**. 1985, p. 57-86 e 86-96; sobre o “ser escravo”, ver: MALERBA, Jurandir. **Os Brancos da Lei: Liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil**. 1994, p. 1-26, passim.

<sup>10</sup> Reforça nossa posição: JANCÓSÓ, István. Independência, Independências. In: JANCÓSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. 2005, p. 25-26:

“A contrapelo do que se dava no Reino, cuja sociedade se ajustava aos padrões da civilização das Luzes e às exigências de um capitalismo em acelerada expansão, as da América portuguesa, também afetadas pelas mesmas mudanças, reforçavam seu caráter escravista, no que, de resto, não diferiam do que era comum aos domínios ultramarinos das potências européias da época moderna.”

E continua Jancsó:

“Em poucos documentos de meados dos Setecentos, coloniais expuseram o escravismo como condição de existência da **nação portuguesa** na América com a nitidez dos termos da **Representação a Sua Majestade dos senhores dos engenhos, lavradores de canas e tabacos da Bahia**, de sete de janeiro de 1752.” (grifo no original).

<sup>11</sup> GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 1988, p. 135.

<sup>12</sup> Antes da conquista, essas terras eram habitadas por nativos (ou índios como chamavam os portugueses) que ainda viviam da caça, da pesca, da coleta e de uma incipiente agricultura. Não conheciam a propriedade privada da terra, havendo apenas uma delimitação das áreas dependentes de cada tribo que, necessariamente, eram muito extensas, face à pequena capacidade de produção por hectare em uma sociedade caçadora e pescadora.

<sup>13</sup> SALGADO, Graça (org.). 1985, op. cit. p. 16.

Essa rede de funcionários régios que, gradativamente, se constituíam como percebemos, se encarregavam das diversas funções em que se dividia a administração do Estado: segurança, defesa, ordem e gestão dos interesses financeiros, entre outros, sendo, na verdade, os agentes responsáveis pela aplicação das determinações legais da metrópole na Colônia. Muitos desses agentes, inclusive, vieram para cá com suas famílias, parentes e agregados. Observamos, assim, que o processo colonizador se formou tendo como núcleo as redes de famílias, e as capitanias hereditárias são os melhores exemplos dessa relação intrínseca entre família, terra e poder político, que acompanha a história do Brasil e da capitania de Pernambuco, desde sua fundação, como se constata em Gilberto Freyre, Mary Del Priore e na historiadora Serioja Mariano. Freyre assim se refere:

A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou moças órfãs ou mesmo à-toa mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros. Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia. (...).<sup>14</sup>

Del Priore identifica na tradição colonial dois aspectos importantes: por um lado, as alianças entre proprietários de terras se efetivavam quase sempre pelo casamento ou pela herança; por outro lado, a riqueza era vista como um forte fator para a associação, desse modo: “(...) a família constitui a forma de um grupo se perpetuar no poder. No mundo político, encontram-se vários exemplos de famílias, como as senhoriais de outrora, que detêm o poder sobre a vida e a morte das pessoas, distribuindo ordem e favores entre os mais carentes.”<sup>15</sup>

Serioja Mariano, em trabalho sobre “*família e relação de poder na Paraíba*”, segue a mesma linha de análise e afirma:

O principal mecanismo para a formação das redes de familiares era o casamento. Era a união matrimonial entre as famílias que viabilizava, por exemplo, a criação de partidos, (...). Como afirma, a este respeito, Linda Lewin, “o exercício do poder político, portanto, permaneceu ligado ao fato de que os primeiros povoadores que

<sup>14</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. 1966. 1º tomo, p. 25.

<sup>15</sup> DEL PRIORE, Mary. **A Família no Brasil Colonial**. 1999, p. 54.

*desbravaram e povoaram tanto o litoral e o interior fizeram-no como empreendimentos militares familiares”.*

A ocupação e a conquista foram montadas como um negócio de família, o que garantia as bases da organização política nas capitâneas. (...). Na conquista do sertão, o distanciamento e isolamento geográfico, em relação ao poder metropolitano, concorreu para uma maior autonomia das famílias mais ricas, garantindo o monopólio político local. Era um sistema que tinha, no recebimento de sesmarias, uma prática de fortalecimento das relações de poder, ou seja, “*era a posse da terra, combinada com uma linhagem de prestígio, o que conferia o direito ao domínio local*”.<sup>16</sup>

E continua a historiadora, demonstrando que esse vínculo consolida-se com a dominação política e econômica, quando as referidas famílias tomam para si as funções e cargos da administração “pública”. Aqui vale uma observação, essa posse do Estado pelas famílias se dá de duas formas: por um lado, a transferência dos cargos políticos para o domínio privado; por outro lado, o assenhoreamento privado da máquina pública, através de uma posse estamental dos cargos públicos, além de investir em suas propriedades tornando as terras produtivas, eram essas:

... Famílias que dominavam a economia do açúcar e, a partir de finais do século XVIII, a produção e o comércio do algodão. No âmbito político, “*monopolizavam os cargos eletivos e as nomeações de todo nível e se apropriavam de todos os impostos públicos locais. Desenvolviavam uma política de famílias que lhes asseguravam o controle dos cargos municipais, e os cargos de coronéis, juízes de paz e chefes políticos a nível local*”. Os grupos políticos, formados a partir das relações de parentesco, foram incorporados às estruturas sociais e constituíram lideranças nos movimentos de autonomia política do começo do século XIX.<sup>17</sup>

A referida historiadora, ainda descreve os grupos e segmentos sociais que formavam as famílias que lideravam os movimentos políticos liberais e não só esse:

As famílias das camadas ricas eram compostas por proprietários rurais (donos de engenhos e produtores da cultura algodoeira) e comerciantes locais em ascensão. Ainda compondo as camadas que lutaram contra o domínio metropolitano, destacam-se os militares e profissionais liberais, como médicos, professores e, com uma participação significativa, dos padres. É pelas mãos desse grupo dominante, e de uma parcela letrada da elite, que movimentos insurrecionais, como o de 1817, ganharam crescente apoio.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente Opulenta e de boa linhagem**: família e relações de poder na Paraíba. 2005, 248 p. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco. p. 13-14. (Destaque no original).

<sup>17</sup> Ibidem. p. 17. (Destaque no original).

<sup>18</sup> Ibidem. p. 16.

Numa perspectiva também de análise política, um outro historiador, Richard Graham, em sua obra *Clientelismo Político no Brasil do Século XIX*, estudando um período posterior ao do nosso objeto de pesquisa, preocupa-se em investigar a concessão: de proteção, de cargos oficiais e de outros favores, feitos em troca de lealdade política e pessoal e que funcionava para beneficiar especialmente os ricos; esses padrões sociais herdados da colônia tinham na instituição da família o seu paradigma, e assim se refere:

Outras instituições, menos formais, foram herdadas dos tempos coloniais, e ninguém pensou em criá-las ou modificá-las: existiam. Em toda as partes do país se podia verificar o peso da família e da casa, a tensão latentes entre pobres e ricos, um agudo senso de hierarquia social e a prática constante de prestar favores em troca de obediência. Esses padrões sociais influenciavam enormemente a política e davam às estruturas de governo um significado particular, brasileiro.<sup>19</sup>

E continua Graham, no tocante às eleições, argumentando que era uma das formas de algumas famílias poderosas testarem e ostentarem a liderança da chefia política local. Para tanto, necessitavam arrebanhar um séquito pessoal, pois:

A família e a unidade doméstica constituíam os fundamentos de uma estrutura de poder socialmente articulada, e o líder local e seus seguidores trabalhavam para ampliar essa rede de dependência. Numa sociedade predominantemente rural, um grande proprietário de terras contava com a lealdade dos seus trabalhadores livres, dos sitiantes das redondezas e dos pequenos comerciantes da vila, lealdade que seria demonstrada por várias maneiras, não menos pelo apoio nas eleições. (...) Alguém que desafiasse a liderança de um potentado local tinha de arrebanhar um séquito pessoal; exibir seu poderio levava facilmente ao uso da violência direta para derrubar o principal chefe anterior. Por conseguinte, eleições e violência caminhavam juntas.<sup>20</sup>

Ainda uma última consideração, que Richard Graham faz sobre a importância dessa instituição como unidade básica da ordem política:

As famílias representavam importante fonte de capital político. Naturalmente, como em outros lugares, elas dedicavam-se a aumentar sua propriedade, e, ao longo de várias gerações sucessivas, famílias bem-sucedidas acumularam recursos significativos. Os vínculos que levavam homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte desses recursos e, através da política, famílias lutavam para preservá-los, muitas vezes contra outras famílias.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. 1997, p. 27.

<sup>20</sup> Ibidem. p. 17.

<sup>21</sup> Ibidem. p. 35.

Claro que essa hegemonia da família patriarcal não era algo totalmente homogêneo, nem absoluto, que negasse todas e quaisquer outras possibilidades de organização dessa instituição, como bem demonstra Del Priore:

Embora se reconheça a importância da família patriarcal, os historiadores têm mostrado a existência, na mesma época, de famílias pequenas, famílias de solteiros e viúvos, famílias de mães e filhos sem pais, famílias de escravos. Ou seja, também no passado a noção de família se alterava conforme os grupos sociais e as regiões do país. Os escravos forros viviam de um jeito; os poderosos da elite senhorial, de outro. O que não variava era o hábito, muito comum, de integrarem amigos e parentes à família.

Assim, no Brasil colonial, existia tanto a família patriarcal, das áreas de monocultura e latifúndio, quanto às famílias que se distinguiam por ligações transitórias, das áreas de passagem e mineração, havia também a família constituída por homens livres e pobres, em zonas agrárias, cuja necessidade de estabilidade a tornava muito semelhante à família patriarcal.<sup>22</sup>

Alongamo-nos um pouco, nas considerações sobre a família, na tentativa de demonstrar os diversos vínculos existentes desde o período colonial, entre esta, a riqueza material (principalmente a propriedade de terras e escravos) e, por extensão, o domínio e/ou influência nas “esferas públicas”<sup>23</sup>, desde cargos burocráticos até a participação política direta nas câmaras municipais como “homens bons” ou nas assembléias e senado, já no Dezenove. Isto nos possibilita perceber que as atividades políticas, sobretudo de representação, eram privilégios dos segmentos abastados, estando assim, excluídos os pobres e negros; ratifica nossa posição, a prática do voto censitário.

## 2.2 O TERRITÓRIO: A CONSTRUÇÃO ESPACIAL E ADMINISTRATIVA DA COLÔNIA E DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

Voltemos ao início do processo de colonização. A opção de organizar o espaço territorial do Brasil em Capitanias Hereditárias foi uma decisão do governo Português de Dom João III, entregando-as aos donatários (e suas famílias) e a estes delegarem poderes administrativos (políticos). Era, também, a solução mais prática e barata para consolidar a

<sup>22</sup> DEL PRIORE, Mary. 1999, op. cit. p. 9. Para análise dos aspectos jurídico da família patriarcal nos quadros da sociedade escravista, ver: MALERBA, Jurandir. **Os Brancos da Lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil**. 1994, principalmente o capítulo III, p. 55-81.

<sup>23</sup> Usamos a expressão “Esfera pública” por ser mais ampla que “esfera do Estado” ou “esfera política”. Entretanto, para o referido período, as utilizamos com ressalvas. São as mesmas dificuldades a que nos referimos na nota 8, supra e nas considerações feitas no capítulo 1 do nosso trabalho.

conquista do território de sua Colônia na América. Esta instituição já era conhecida — foi aplicada nas Ilhas do Atlântico — e não exigia financiamento da Coroa, entregando essa responsabilidade a particulares. Em seu processo diacrônico, essas organizações levaram a constantes (re)organizações do espaço<sup>24</sup>, tanto da Colônia, como de Pernambuco.

O espaço não é para nós apenas a dimensão geográfica e física em que os acontecimentos ocorrem como se fosse um cenário neutro, sem importância e que não interfere na vida dos homens. Não é como concebe a historiografia tradicional, “*apenas um limite geográfico e administrativo e a sociedade somente está presente no discurso político, sem que este expresse um chão social de interesses materiais concretos.*”<sup>25</sup> Essa postura historiográfica demonstra, a “*indiferença para com os elementos da dinâmica social e territorial na qual os acontecimentos e as ações históricas tiveram lugar.*”<sup>26</sup> Ou como afirma Raimundo Arrais:

O espaço não é uma matéria inerte, um mero suporte das relações travadas entre os indivíduos, mas parte constitutiva das relações sociais, incorporando significados que lhe são atribuídos por determinadas representações, revestindo-se de simbologias e participando da construção de certas identidades.<sup>27</sup>

Percebemos, assim, que o espaço se constrói de vários modos e por diferentes intervenções, sejam elas, econômicas, políticas, culturais, simbólicas e institucionais/administrativa, etc., como no caso das capitanias hereditárias, que foram entregues às famílias de nobres e de funcionários administrativos portugueses, após a conquista da América por Portugal e seu domínio sobre essa terra.

Deste modo, a opção pela organização espacial destas terras em capitanias hereditárias — 15 faixas lineares de terras, de extensões variáveis ‘10 a 100 léguas’ e desiguais quanto às suas potencialidades, que iam desde o litoral até a linha do Tratado de Tordesilhas e foram doadas a 12 Capitães-donatários — nos faz singular, na medida em que cada grande lote de terra era entregue a um donatário que, em regra, deveria vir com sua família ocupar,

<sup>24</sup> O espaço concebido como uma construção e em constante mudança, ver: BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional** 10 (1): 95-129, Verão, 2005. p. 106; CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do espaço. **Revista de História Regional**. Vol. 3. — nº 1 — Verão 1998; ver também: BERNARDES, Denis A. de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCÓS, István (org.). **Independência: história e historiografia**. 2005, p. 379-409; ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. 2004; HABERMAS, Jürgen. **Mudança da estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 1984.

<sup>25</sup> BERNARDES, Denis A. de Mendonça. 2005, op. cit. p. 381.

<sup>26</sup> Ibidem. p. 381.

<sup>27</sup> ARRAIS, Raimundo. 2004, op. cit. p. 11.

administrar e torná-las produtiva. Cabendo a ele e seus descendentes o usufruto, como estabelecem os documentos básicos<sup>28</sup> que recebiam do rei: Carta de doação (conferia ao donatário a posse hereditária da capitania e estabelecia as dimensões de cada uma. Posse, aqui, não significa o domínio exercido pelo proprietário. Ou seja, os donatários não eram proprietários das capitanias, “mas apenas” seus administradores) e Carta foral (estabelecia os direitos e deveres dos donatários, relativos à exploração da terra, entre eles, o de conceder sesmarias e de fundar vilas etc.).

Quanto às sesmarias, é importante esclarecer que essas não criavam nenhum laço de tipo enfiteutico, pois as propriedades eram de tipo alodial, isto é, livre de qualquer dependência jurídica. O sistema de sesmarias, tal como as outras práticas administrativas, foram transplantadas de Portugal para o Brasil, e estabelecia que o benefício da doação do lote de terra fosse sempre a uma pessoa que houvesse prestado serviços ao rei ou à coroa e fosse cristão etc. Esse sistema visava povoar a colônia face à abundância de terras e à distância das autoridades metropolitanas. O que se pretendia, era facilitar o crescimento do poder do grande proprietário, quase sempre um fidalgo, dando-lhe a posse de largas porções de terras incultas. Essa prática foi usada durante todo o período colonial, até 17 de julho de 1822, quando o regime de sesmaria foi substituído pelo *da posse da terra*.

Inicialmente, as capitanias hereditárias ficaram assim distribuídas: O 1º lote, do Maranhão, doado a João de Barros e Aires da Cunha; o 2º lote do Maranhão, doado a Fernando Álvares de Andrade; o do Ceará, doado a Antônio Cardoso de Barros; o do Rio Grande, doado ao famoso historiador João de Barros; o de Itamaracá, doado a Pero Lopes de Sousa; o de Nova Lusitânia ou Pernambuco, doado a Duarte Coelho Pereira; o da Bahia de Todos os Santos, doados a Francisco Pereira Coutinho; o de Ilhéus, doado ao escrivão da Fazenda, Jorge de Figueiredo Correia; o de Porto Seguro, doado ao proprietário e navegador Pero do Campo Tourinho; o do Espírito Santo, doado a Vasco Fernandes Coutinho; o de São Tomé ou Paraíba do Sul, doado a Pero de Góes; o 2º lote de São Vicente, doado ao Capitão-mor Martim Afonso de Sousa; o de Santo Amaro, doado a Pero Lopes de Sousa; o 1º lote de São Vicente, também doado ao Capitão-mor Martim Afonso de Sousa; e finalmente, o de Santana, também doado a Pero Lopes de Sousa. Essa foi a primeira intervenção modificadora no espaço das terras da América portuguesa que dá início a construção espacial do território

---

<sup>28</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre estes documentos, ver: DELGADO, Luiz. **Quadro histórico do direito brasileiro**. 1974, especialmente p. 39 – 53; ANDRADE, Manuel Correia de. **História Econômica e Administrativa do Brasil**. 1996, cap. 4; PRADO, J. F. de Almeida. O regime das capitanias. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de & FAUSTO, Boris (coords.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 1997, t. 1. v. 1, p. 96-107; SALGADO, Graça (org.). 1985, op. cit. p. 50-51.



da Colônia Brasil, conforme observamos no anexo (mapa 01). Percebe-se que aposse dessas terras por famílias donatárias que as recebiam com direito hereditário, formava imensos latifúndios e seus poderes políticos adivinham do domínio econômico do que produziam; os exemplos clássicos foram às capitanias hereditárias de Pernambuco e São Vicente no primeiro momento da ocupação e, posteriormente, as das regiões mineradoras no século XVIII.

No transcurso dos séculos XVI ao século XVIII, dependendo das circunstâncias: políticas, econômicas ou administrativas, as capitanias sofreram várias modificações, algumas se extinguiram, outras foram sendo criadas e outras ainda sofreram fusão e/ou anexação pelas capitanias mais prósperas. No primeiro caso, temos, por exemplo, São Vicente, Santo Amaro e Santana entre outras; no segundo caso, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e a do Rio Grande de São Pedro; e no terceiro caso, Itamaracá, Alagoas e Sergipe, entre outras.<sup>29</sup>

Assim, a conquista dessas terras pelos portugueses, reorganizou o espaço segundo às circunstâncias referidas e os interesses da Coroa Lusitana, eliminando a configuração espacial *primitiva* feita pela distribuição dos povos nativos<sup>30</sup> existentes nesse continente; construindo outra, de fisionomia totalmente nova, produto de uma organização social urbana, classista e predatória.<sup>31</sup> Além disso, podemos observar, nas representações cartográficas anexas (mapa 01 e 02), um traçado resultante de ação planejada e programada para determinados fins de exploração, “ocupação” e “povoamento”.

Tais representações cartográficas são importantes porque nos ajudam a perceber como se deu a construção espacial do território da colônia (Brasil), mas também, como essas construções corresponderam às relações de hegemonias de grupos e/ou famílias controlando imensas extensões de terras, o que por sua vez, possibilitava poder e prestígio, como veremos mais adiante, no exemplo da capitania de Pernambuco.

Além desta distribuição espacial das terras da colônia, existiam outras subdivisões que possibilitavam uma maior eficiência no controle administrativo da Colônia por parte da monarquia portuguesa, como se vê em Caio Prado Júnior:

A capitania forma, pois, a maior unidade administrativa da colônia. Divide-se seu território em *comarcas*, sempre em pequeno números. A comarca compõe-se de *termos*, com sede nas vilas ou cidades respectivas. Os termos, por sua vez dividem-se em *freguesias*, circunscrição eclesiástica que forma a paróquia, sede de uma

<sup>29</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **As Raízes do Separatismo no Brasil**. 1997, p. 57-60.

<sup>30</sup> Sobre esses povos e suas diferenças com relação ao europeu, principalmente em relação ao poder, ver: CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**: Pesquisa de Antropologia Política. 1990.

<sup>31</sup> Para uma análise crítica da construção do novo mundo português, ver principalmente toda a primeira parte de: RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: formação e o sentido do Brasil. 1998, p. 25-77.

igreja paroquial, e que servia também para a administração civil. Finalmente as freguesias ainda se dividiam em *bairros*, circunscrição mais imprecisa, e cujo principal papel aparece na organização das *ordenanças*, (...).<sup>32</sup>

Essa forma de organizar o espaço da colônia demonstra que a ação administrativa dos Portugueses pautava-se em uma racionalidade no uso e distribuição do território em hierarquias de mando e poder, tão complexas quanto dinâmicas e desenvolvidas tornavam-se essas terras lusitanas.

Além destas formas de organização administrativa do poder e do espaço das terras portuguesas da América, em 1548, a monarquia portuguesa toma para si a responsabilidade da administração da colônia. Como o sistema de capitanias — que dependia da iniciativa de particulares — não dera o lucro esperado, foi considerado como falido; coube à Coroa agora introduzir nas suas terras o cargo de Governador-Geral<sup>33</sup>, este não eliminou as capitanias<sup>34</sup>, mas cria uma espécie de coordenação administrativa centralizada na pessoa do governador-geral<sup>35</sup> como se este fosse um rei na colônia, cabendo-lhe as decisões administrativas, fiscais, jurídicas, militares e políticas. Assim, à proporção que o tempo passava e o Brasil se foi tornando importante, devido, sobretudo, ao desenvolvimento da agroindústria açucareira e, posteriormente, da mineração, a administração e organização do espaço da colônia foi também se tornando mais complexa e o dilema da centralização (unificação) versus descentralização (fragmentação — divisão em vários "Estados", como na América espanhola) vai persistir, mas com uma forte tendência ao primeiro, pelo menos formalmente; entretanto, este conflito está longe de ser definitivamente resolvido, como bem sintetizou Manuel Correia de Andrade:

---

<sup>32</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 1987, p. 306; ver também, ANDRADE, Manuel Correia de. 1996, op. cit. Cap. 4; DELGADO, Luiz. Op. cit. p. 36-37; SALGADO, Graça (org.). 1985, op. cit. p. 75-76.

<sup>33</sup> SALGADO, Graça (org.). 1985, op. cit. p. 51-53, 63-64.

<sup>34</sup> Ibidem. p. 62-63; CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. 1998, p. 158. “*O sistema de capitanias foi mantido, embora todas passassem para a administração real. Ao final do período colonial, em 1822, havia 18 capitanias, administradas por governadores nomeados por Lisboa*”; É importante esclarecer que a maioria das capitanias da Colônia tornou-se províncias em 28 de fevereiro de 1821, pouco mais de um ano antes da declaração de independência do Brasil, ver anexo (mapa 05). Conforme informações da **Enciclopédia eletrônica Wikipédia**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Brasil\\_states1823](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Brasil_states1823)> Acesso em 28 jul. 2008; ver também a nota 37 a seguir.

<sup>35</sup> O Governador-Geral tinha como auxiliares diretos: o Ouvidor-mor, responsável pela aplicação da justiça na colônia; o Provedor-mor, responsável pela cobrança de impostos e provimento dos cargos e o Capitão-mor, responsável pela defesa da terra, nomeados diretamente pela Coroa, eram responsáveis pela execução da política metropolitana. Ou seja, passavam a coordenar as iniciativas de povoamento, produção e defesa da terra, tornando mais eficientes a fiscalização e o controle do processo de colonização que, apesar das dificuldades, já se iniciará. Ver também, SALGADO, Graça (org.). 1985, op. cit. p. 66-69; FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 1997, p. 115-122, 141-146.

Por três vezes a unidade do território brasileiro esteve em perigo; de 1572 a 1578 a Colônia foi dividida em dois governos, um com sede na Bahia e com autoridade sobre as Capitanias do Norte e outro com sede no Rio de Janeiro e com autoridade sobre as Capitanias do Sul; sofreu um novo desmembramento de 1608 a 1612, em face da preocupação com a luta contra os castelhanos e os incentivos à descoberta de minas de ouro. Mais prolongada foi a divisão da Colônia em dois Estados, o do Brasil e o do Maranhão, feita em 1621, durante a dominação espanhola. O Estado do Maranhão manteve este nome e teve a sua capital em São Luís até o ano 1737, quando ela foi transferida para Belém do Pará, por causa da preocupação com a conquista da Amazônia, passando a se chamar Estado do Grão Pará e do Maranhão. Só voltaria a se integrar politicamente no país em 1774. Na verdade, porém, continuou a manter, até a Independência, maiores comunicações com Lisboa do que com o Rio de Janeiro, em vista das dificuldades na época, de navegação, que dependia da direção dos ventos e das correntes marítimas.<sup>36</sup>

Deste modo, percebe-se quanto foi dinâmico e complexo o processo de conquista e construção da colônia, que mudava segundo as circunstâncias e os interesses; assim, a “colonização” não foi um modelo rígido a ser executado, mas algo que respondia às necessidades de cada momento; não foi também, algo fruto de puro acaso, foi planejado, pensado, racionalmente elaborado (como constatamos na empresa colonial), mas flexível o bastante para adaptar-se às diversidades que iam surgindo, é o que demonstra Andrade:

Vê-se, desse modo, que administração colonial não foi criada de acordo com um modelo preestabelecido, mas instituições foram sendo criadas e cargos e funções substituídos à proporção que as necessidades surgiam. Assim, apesar da criação de um Governo Geral em 1548, o rei continuou a doar Capitanias Hereditárias durante o século XVII, como ocorreu com as de Campos dos Goitacazes, de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, de Ilha de Santa Catarina e do Rio da Prata no Estado do Brasil e as de Cumá e Caeté ou Gurupi, Ilha Grande de Joanes ou Marajó, do Cabo Norte, de Cameté e do Xingu no Estado do Maranhão. Só na segunda metade do século XVIII é que Pombal acabou definitivamente com o sistema, passando todas as Capitanias à Coroa.<sup>37</sup>

Assim, entre o processo de colonização (conquista) e a independência, o espaço da colônia, como vimos, sofreu várias mudanças de configurações, intervenções e (re)organizações.

Outro aspecto importante da sua organização foi a classificação hierárquica das capitanias hereditárias, feita pelo Marquês de Pombal no século XVIII; colocando todas sob a autoridade do Vice-Rei, mas, dentre elas, dez recebiam a designação de capitanias-mores ou gerais (tinha maior autonomia): as de Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio, São Paulo,

<sup>36</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. 1996, op. cit. p. 79; ver, também, SALGADO, Graça (org.). 1985, op. cit. p. 55-62; CARVALHO, José Murilo de. 1998, op. cit. p. 157-158.

<sup>37</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. 1996, op. cit. p. 81.

São Pedro do Rio Grande, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais; e as demais, eram chamadas de capitanias subalternas, como por exemplo: Ilhéus, Porto Seguro, Piauí, Itamaracá, Paraíba, entre outras.<sup>38</sup>

Um pouco antes do período pombalino, após a Restauração Portuguesa, D. João IV manteve a tendência à centralização administrativa por meio do Conselho Ultramarino, criado em 1642, que sobreviveu até 1808, e introduziu uma série de reformas com esses fins, por exemplo: os juízes Ordinários, presidentes das Câmaras, que eram eleitos pelos “homens bons” do município, foram substituídos pelos Juízes de Fora, nomeados por aquele Conselho. Essas medidas tinham como finalidade fortalecer o poder central, evitando, assim, que o processo de fragmentação representado pelas Câmaras Municipais e suas práticas descentralizadoras se consolidasse.<sup>39</sup>

Outras reorganizações administrativas ocorreram, dependendo das mudanças na sucessão no trono português; entretanto, não alteraram substancialmente a estrutura básica da administração da colônia, até a vinda da Família Real para o Brasil.<sup>40</sup>

Em Pernambuco, como em qualquer outra capitania da colônia, a autoridade máxima era o capitão-general e governador<sup>41</sup>, por ser uma das capitanias-mores; e o simples governador, nas capitanias subalternas. Observamos que a estrutura administrativa das capitanias era uma réplica em miniatura da administração metropolitana no espaço da colônia, como demonstra Graça Salgado:

Assim, nas capitanias, delegava-se a supervisão geral dos negócios régios aos CAPITÃES-GOVERNADORES, auxiliados, como na instância do governo-geral, por uma gama de funcionários responsáveis por diversos ramos da administração. O PROVIDOR, réplica local do provedor-mor, era o encarregado da fiscalização, arrecadação e demais atividades atinentes ao setor fazendário. Vários outros oficiais menores o auxiliavam nessas funções. Na área judicial, O OUVIDOR era o principal agente incumbido da aplicação da lei e, como na administração central, vários funcionários de menor graduação o secundavam em suas competências judiciais. A

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_, 1997, op. cit. p. 55-60; DELGADO, Luiz. 1974, op. cit. p. 35-38.

<sup>39</sup> Sobre os conflitos entre poder central e o local ver: SALGADO, Graça (org.). 1985, op. cit. p. 69-72; 74; 80. Ver também, ZENHA, Edmundo. **O Município no Brasil** (1532-1700). 1948, principalmente o capítulo IV, p. 104-130; LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 1997, p. 81-98; para vários outros aspectos ver, p. 127-139; 161-170; 213-224; 245-251; PRADO JÚNIOR, Caio. 1987, op. cit. p. 314-320; FAORO, Raymundo. 1997, op. cit. p. 146-153; DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local**. 1994.

<sup>40</sup> Merece destaque as reformas de D. José I, realizadas pelo seu primeiro ministro, o Marquês de Pombal, e as reformas pós-pombalinas. Para maiores informações sobre a administração da colônia, ver: PRADO JÚNIOR, Caio. 1987, op. cit. p. 298-340; DELGADO, Luiz. 1974, op. cit. p. 333-110; ANDRADE, Manuel Correia de. 1996, op. Cit; e principalmente, SALGADO, Graça (org.). 1985, op. cit.

<sup>41</sup> Sobre a organização administrativa de Pernambuco, principalmente nos finais do período colonial, ver: LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. 1988, p. 133-174.

defesa das capitanias era encargo dos capitães-governadores, que dividiam essa atribuição com os ALCAIDES-MORES e os CAPITÃES-MORES DE ORDENANÇAS.<sup>42</sup>

Como podemos constatar, a hierarquia administrativa da colônia reproduz, em suas várias instâncias — governo-geral, capitania e o município —, a estrutura da administração portuguesa, isto é, as instâncias da colônia se organizam na forma e no conteúdo semelhante à instância metropolitana, obedecendo a uma hierarquia de cargos, órgãos e atribuições.

Não é nosso objetivo aqui descrever detalhadamente a evolução das diversas (re)organizações do espaço da colônia brasileira, queremos apenas situar as transformações sofridas por esta, para assim, demonstrar como, nos finais do século XVIII e início do século XIX, gradativamente, a capitania de Pernambuco se modifica em função da perda da hegemonia na região (desligamento administrativo das capitanias subalternas e diminuição do território como punição das revoluções de 1817 e 1824); mas desejamos, também, dentro do possível, interpretar nossa história — do Brasil e de Pernambuco, em particular —, como sendo, a História de algumas Famílias (donatárias) controlando o Poder Político, isto é uma das características da forma como foram colonizadas estas terras de Portugal. É preciso ainda lembrar que, a partir de 1821, as capitanias passaram a ser chamadas províncias. Entretanto, a expressão já era usualmente utilizada pela população, em geral, desde o início da primeira metade do referido século.

A formação do espaço territorial do Norte (ou como chamamos hoje, Nordeste) se dá, em certa medida, como resultado do movimento de hegemonia da capitania de Pernambuco na região. Assim, desde o século XVI, a expansão da capitania Nova Lusitânia — como era chamada a donataria de Duarte Coelho — se dá em direção ao norte, conquistando terras aos indígenas e aos franceses.

A expansão para o norte não foi bem sucedida, entretanto, os donatários conseguiram efetivar o povoamento em Itamaracá onde, antes da implantação da capitania, já existiam feitorias, uma delas, a de Conceição, atual Vila Velha, que se tornou capital do território de Pero Lopes. Seu desenvolvimento pequeno a fez logo cair na área de influência de Olinda. Segundo Manuel Correia de Andrade, para a conquista do próprio território, ameaçado pelos ataques indígenas, o Governo Geral necessitou custear expedições consecutivas àquela área, hoje paraibana, consolidando a conquista em 1585, quando foi fundada Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, capital da Paraíba. Assim, a capitania da Paraíba foi

---

<sup>42</sup> SALGADO, Graça (org.). 1985, op. cit. p. 66. (Destaque no original).

formada com o desmembramento da porção Norte de Itamaracá e da porção Sul da capitania do Rio Grande. Continuando o avanço para o norte, em 1598, era ocupada a foz do rio Potengi, implantando ali o forte dos Reis Magos e dando início à fundação da cidade de Natal. Filipéia e Natal foram inauguradas como cidades, enquanto Olinda continuava como vila, pois as primeiras foram edificadas em capitanias da Coroa e a segunda estava em capitania de donatário. O avanço iniciado em Pernambuco continuou pelo Litoral Norte e, em 1603, era tentada a implantação da capitania do Ceará e, em 1614, forças partindo de Olinda eram enviadas ao Maranhão para destruir a França Equinocial, fundada por franceses, e que conquistam a cidade de São Luís. O Piauí teria sua formação realizada por um movimento de bandeiras que partira da Bahia. De 1635 a 1714, o Piauí pertencia ora a Pernambuco, ora a Bahia; em 1715 passou à jurisdição do Maranhão, em 1718 separou-se e passou a ser capitania.<sup>43</sup>

Deste modo, podemos observar que as configurações das capitanias foram se alterando; ocorre que a delimitação de cada uma antecedeu ao povoamento e este veio a modificar as delimitações determinadas pelo Rei, seja porque houve vários (re)ordenamentos administrativos ou porque o povoamento seguia os pólos mais atraentes (atividades: agrícolas, mineração, gado, bandeiras etc.). O fato é que todas as capitanias, ao longo do tempo, modificaram seu território (no formato e nas dimensões), a própria Colônia Brasil mais que dobrou sua extensão territorial, como se pode observar nos anexos (mapas 02 e 05); a colônia tinha inicialmente algo aproximado de 2.800.000 quilômetros de área; ainda no século XIX, adquiria as dimensões próximas às atuais, com uma extensão aproximada de 8.547.000 quilômetros, ver anexo (mapa 05). Com Pernambuco não foi diferente, a dimensão de seu território mudou consideravelmente, por várias razões: invasões estrangeiras, perda da hegemonia econômica na região, conflitos políticos etc., como se verifica em Manuel Correia de Andrade:

A configuração territorial de Pernambuco nem sempre foi a que se apresenta hoje; surgido na primeira metade do século XVI, com a criação da capitania de Duarte Coelho, ele era delimitado, no litoral, por acidentes naturais como a foz do rio Santa Cruz, ao norte, e a foz do rio São Francisco ao sul. A partir deste ponto, o território duartino avançava para o interior até o imaginário meridiano de Tordesilhas. A separação entre Pernambuco e a Bahia era feita pelo rio São Francisco, desde a foz até suas nascentes.

Com o avanço do povoamento, Pernambuco não teve condições de manter o seu controle sobre áreas mais distantes, como o território, hoje piauiense, quando, 1715, foi tirado da jurisdição e anexado ao Estado do Maranhão. Em 1721, quando foi criada a capitania de Minas Gerais e estabelecidos os limites da mesma, ficou

<sup>43</sup> Ver: ANDRADE, Manuel Correia de. **Atlas Escolar de Pernambuco**. 2003, p. 21.

definido que ela compreenderia o alto São Francisco até a desembocadura, no mesmo, do rio Carinhanha.

No século XVIII, Pernambuco perdeu uma boa parte do seu território, mas foi compensado com a anexação da pequena, mas povoada, capitania de Itamaracá e com o arquipélago de Fernando de Noronha. No século seguinte, ele seria castigado pelas duas revoluções republicanas que promoveu e perderia o território alagoano (1817) e, em 1824, o extenso Sertão do São Francisco, que foi anexado provisoriamente a Minas Gerais, e transferido, em 1827, para a Bahia.

Quando as capitanias foram classificadas em gerais e anexas, tendo as primeiras jurisdição sobre as demais, estiveram sob a jurisdição de Pernambuco a do Ceará, de 1656 a 1799, a do Rio Grande do Norte, de 1701 a 1817, e a da Paraíba, de 1675 a 1799.<sup>44</sup>

Assim, a província de Pernambuco, no século XIX, diferia bastante da capitania de Pernambuco no século XVIII. As capitanias do Ceará (1799), Rio Grande (1817)<sup>45</sup>, Paraíba

<sup>44</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **Pernambuco: cinco séculos de colonização**. 2004, p. 87-88. É importante observar a existência de desencontros de informações nas datas referentes à capitania da Paraíba, provável erro gráfico do autor, conforme podemos verificar em: LIMA, José Ignácio de Abreu e. **Sinopse ou Dedução Cronológica** dos Fatos mais notáveis da História do Brasil. (1ª ed. 1845). 1983, p. 267-268, “A capitania da Paraíba do Norte, que se compreendia em parte na de Itamaracá, tendo passado à coroa depois da expulsão dos holandeses, permaneceu independente dos capitães-gerais de Pernambuco desde 1684 até que, por efeito da resolução-régia de 29 de dezembro de 1755, em Consulta do Conselho Ultramarino, ficou-lhe subordinada, por se conhecer os poucos meios, que a Provedoria da Fazenda da mesma capitania tinha para sustentar um governo separado, mandando el-Rei D. José I extingui-lo, e anexá-lo ao governo de Pernambuco.

Assim se executou: e como a provisão do Conselho Ultramarino de janeiro de 1756 declarou ao então governador da Paraíba Luiz Antônio Lemos de Brito, que essa extinção teria o seu efeito com o prazo de tempo da sua patente, e que o substituísse um oficial da Praça de Pernambuco com o posto de capitão-mor interino, a quem competiria igual jurisdição e soldo [...].

Neste estado se conservou esta capitania, até que por efeito da carta-régia de 17 de janeiro de 1799, comunicada em ofício do capitão-general de Pernambuco com data de 26 de agosto do mesmo ano ao governador da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho, tornou esta capitania à sua antiga independência; [...].”

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** (1795-1817). 1958, v. VII, p. 46 e 48. “A capitania da Paraíba foi incorporada ao governo-geral da Bahia em 1684, e depois ao da capitania de Pernambuco por deliberação do Conselho Ultramarino de 29 de dezembro de 1755, para cuja execução baixo uma provisão régia em 1 de janeiro imediato, dirigida ao governador da dita capitania da Paraíba, [...]”

“Recebendo a ajuda do governo provisório de Pernambuco a mencionada carta régia de 1799, de separação das capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte da sua jurisdição governamental, não houve nisso o menor ressentimento da sua parte; [...]”

<sup>45</sup> Observamos no anexo (mapa 03) a existência de desencontro de datas com relação ao desligamento da capitania do Rio Grande da capitania de Pernambuco, no mapa consta 1808 e aqui no texto 1817, ambas são citadas respectivamente por ANDREDE, Manoel Correia de. **Pernambuco Imortal: O doce sonho da república**. v. 4, Recife: Encarte do **Jornal do Comércio**, 1995, p. 6-7; \_\_\_\_\_, 2003, op. cit. p. 20-23; \_\_\_\_\_, 2004, op. cit. p. 87-88. Devem-se esses desencontros de datas, provavelmente, ao fato que a referida capitania (Rio Grande), já no início do século, tinha seus governadores nomeados pela Corte, mas permanecia na dependência legal (formal) da segunda, mesmo após a derrota da revolução Pernambucana de 1817, o que gerou interpretações várias, como indicamos em outros pesquisadores a seguir: LIMA, José Ignácio de Abreu e. **Sinopse ou Dedução Cronológica** dos Fatos mais notáveis da História do Brasil. (1ª ed. 1845). 1983, p. 313, “A capitania do Rio Grande do Norte, que se havia conservado sujeita à de Pernambuco, ficou inteiramente desligada pelo decreto de 3 de fevereiro de 1820, que mandou criar nela uma alfândega, casa de inspeção de algodão, e uma junta da fazenda, com inteira independência nestes ramos dos tribunais de Pernambuco. Apesar de serem os governadores do Rio Grande nomeados pela corte desde o princípio deste século, não houve diploma que isentasse o seu governo da dependência, em que estava do capitão-general da referida capitania de Pernambuco, até que, em consequência da revolução de 1817, o governador José Inácio Borges começou a dirigir-se diretamente à corte, e a estabelecer por este meio a independência da capitania, que se firmou por meio dos novos estabelecimentos criados no referido ano de 1820.”

(1799), Alagoas (1817) e a Comarca de São Francisco em 1824, já haviam sido desligadas administrativamente de Pernambuco. Com isso, Pernambuco passou a possuir as dimensões geográficas atuais, como podemos observar no anexo (mapa 04).

Essas separações causaram um forte abalo econômico e financeiro à capitania de Pernambuco, mesmo assim, os dois principais ramos da produção — açúcar e algodão — permitiram continuar o crescimento conjuntamente com outros produtos de menor relevância.<sup>46</sup>

## 2.3 O NORTE E A LIDERANÇA DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

Apesar da redução do território, do ponto de vista geopolítico, a capitania continuou crescendo em importância na colônia, é o que se depreende das falas de Vamirech Chacon e Glacyra Leite:

Como centro exportador Pernambuco desempenhava, para o Nordeste, o mesmo que o Rio de Janeiro para o Centro-Sul. O porto do Recife representava, portanto, o ponto de convergência de uma produção que visava, na sua maior parte, a exportação.<sup>47</sup>

O mesmo se conclui da fala de Vamirech Chacon:

---

Ver também: HONORATO, Manoel da Costa. **Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco**. (1ª ed.1863). 1976, p. 105-106. “(...) Depois disso Pernambuco sofreu algumas alterações e chegou a compreender os territórios que formam atualmente as províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. As do Ceará e Paraíba foram separadas por carta régia de 17 de janeiro de 1799, em razão dos inconvenientes que resultou da inteira dependência que tinham dos governadores de Pernambuco; a de Alagoas foi desmembrada pelo alvará de 16 de setembro de 1817, em consequência dos serviços por ela prestados contra a revolução de 1817; a do Rio Grande do Norte tornou-se independente em virtude do decreto de 3 de fevereiro de 1821, que mandou criar nela uma alfândega, inspeção e junta da fazenda, independentes de Pernambuco; a comarca de São Francisco, que compreende as vilas da Barra, campo Largo, e a povoação de Carunhanha, foi desmembrada pelo decreto de 7 de julho de 1824, para pertencer a Minas-Gerais; mas depois foi ligada à Bahia pela resolução de 15 de outubro de 1827.”;

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** (1701-1739). 1983, v. V, p. 5, “José Inácio Borges obteve por insâncias [sic] suas o desmembramento da capitania do Rio Grande do Norte do governo de Pernambuco, por Decreto de 3 de fevereiro de 1821, ficando assim firmada a sua emancipação, estando já então, por alvará de 18 de março de 1818, desmembrada da comarca da Paraíba e constituindo uma comarca separada, tendo por cabeça a cidade do Natal; com um corpo de tropas de primeira linha, criado por decreto de 22 de janeiro de 1820, e uma alfândega, casa de inspecção de algodão e uma junta de fazenda criada por decreto de 3 de fevereiro do mesmo ano, tudo a esforço do seu governador.” \_\_\_\_\_, **Anais Pernambucanos** (1795-1817). 1958, v. VII, p. 45-48; BERNARDES, Denis A. de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. 2005, p. 384.

<sup>46</sup> FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. 1996, p. 114-115.

<sup>47</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. 1988, p. 34.



De 1780 a 1826 irrompeu o algodão acima do açúcar, louvado pelo Governador de Pernambuco em 1797, Tomás José de Melo, por conta da sua mor resistência à seca e menor custo. A economia era florescente quando da Independência em 1822.

O porto do Recife era freqüentado por muitos navios de bandeira dos Estados Unidos e não só portugueses e britânicos, a partir da abertura oficial dos portos do Brasil imposta, em 1808, pelo Governo de Londres ao Rei João VI como um dos preços pela ajuda na sua fuga do Portugal acossado pela invasão napoleônica, enquanto Fernando VII ficava preso na Espanha. Fato decisivo para a diferença de Independência política entre o Brasil e a América Espanhola em seguida.

Para o Recife, ao lado de Salvador/Bahia, vinha comércio da Europa, África, Índia e até da China através de Bengala e Macau. Os portos de destinação das exportações, por sua vez, eram principalmente Lisboa, Madeira e Açores, porém ao lado da Grã-Bretanha, Gibraltar, Boston e Filadélfia nos Estados Unidos. As mercadorias exportadas: sobretudo algodão e açúcar seguidos por couros e madeiras. Filadélfia se tornaria um dos centros conspiradores liberais radicais de Pernambuco, juntamente com outros latino-americanos.

Em 1823, logo após a Independência, tinham arribado, com cargas, ao porto do Recife, 343 embarcações de Portugal, França, Hamburgo, Amsterdã, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Buenos Aires, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e portos contínuos, e Costa d'África na interessante maneira de arrolar as chegadas. Com mercadorias no valor de 2.458:506\$570 réis.

Houve então um saldo de 547:474\$290, conseqüência das exportações atingindo 3.005:980\$860, rumo a Portugal, França, Hamburgo, Amsterdã, Trieste, Gênova, Vigo, porto da França e Grã-Bretanha, Estados Unidos, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e portos contíguos, e Costa d'África em 323 embarcações.

Era este o Recife anterior e contemporâneo à infância e adolescência de José de Abreu e Lima, nascido no Recife em 6 de abril de 1794 numa família do patriciado das casas grandes dos engenhos de açúcar. Seu pai herdara, entre outras, a vasta propriedade do Engenho Casa Forte na imediata periferia da capital.

Qual o clima intelectual desta cidade oceânica, quase hanseática, em contato permanente e direto com tantos portos do mundo?<sup>48</sup>

Era esse o Recife — principal centro econômico/administrativo da antiga capitania Duarte — dos finais do século XVIII e início do século XIX.

Outro aspecto importante da administração da Colônia e de Pernambuco, na transição do século XVIII ao XIX, que gostaríamos de considerar, era a organização do aparelho repressivo, ou seja, as Forças Armadas.<sup>49</sup> Esta era formada por dois corpos militares: um, as tropas profissionais, também chamadas tropas regulares ou forças pagas, cuja oficialidade era sempre portuguesa; outra, as tropas auxiliares, não remuneradas, constituídas pelas milícias e

<sup>48</sup> CHACON, Vamireh. **Abreu e Lima**: general de Bolívar. 1983, p. 29-30.

<sup>49</sup> Para a organização das Forças Militares em Pernambuco, ver: LEITE, Glacyra Lazzari. 1988, op. cit. p. 151-174; SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade**: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. 2001, p. 139-268.

ordenanças. Desse modo, institucionalizavam-se os dois níveis das Forças Armadas; o nível regular, a tropa de linha e o nível auxiliar, formado na colônia.<sup>50</sup>

Com uma estrutura que trata de forma diferenciada seus membros, dependendo se são portugueses ou colonos, os conflitos eram inerentes a esta instituição, sejam eles de recrutamento: organização das diferentes categorias das tropas (hierarquia dos postos militares e seus privilégios), composição racial e social no Exército e o papel de mantenedoras da ordem colonial. Como se refere Glacyra Leite:

As forças Armadas passaram, então, a desempenhar, primordialmente, o papel de mantenedoras dessa ordem. Sobressaía em importância, no final do século XVIII e início do XIX, refrear as possíveis tentativas de autonomia em relação à Metrópole. A oposição que, pouco a pouco, surgiu no interior das Forças Armadas foi uma decorrência da própria diversificação de interesse entre colonizadores e colonizados que se foi estabelecendo no curso dos anos. Dada a sua própria organização, as Forças Armadas congregavam elementos ligados aos dois pólos opostos. Enquanto forças repressivas, eram responsáveis pela manutenção do estatuto colonial e grande parte dele identificava-se com esse objetivo. Contudo, aqueles elementos cujos interesses radicavam-se no pólo oposto, tiveram muitas vezes uma atuação se não decisiva, pelo menos marcante, nas contestações ao regime.<sup>51</sup>

Por fim, as dificuldades financeiras da administração portuguesa não se atinham apenas à manutenção interna, mas atingiam os diversos setores. Os recursos adotados, freqüentemente, para cobrirem as despesas da capitania e da metrópole, eram os empréstimos públicos e o aumento crescente da já expressiva carga tributária. Assim, a população vivia em constante tensão, chegando, às vezes, a rebelar-se contra os representantes do fisco. Quando isto ocorria, cabia às Forças Armadas reprimirem a população.

O resultado de organizar a colônia em capitanias hereditárias criou uma relação intrínseca entre família, propriedade da terra, administração e poder político, de tal forma que podemos identificar em nossa história todos estes aspectos juntos. É o que estamos analisando e tentando demonstrar com alguns exemplos de ricas famílias que controlando a terra, a produção e a força de trabalho, controlavam também, como extensão, a câmara municipal, a justiça e exerciam influência junto às instituições eclesiásticas, magistratura e administração da capitania, entre outros.

Deste modo, uma das conseqüências da forma como foram colonizadas estas terras de Portugal seria o fato de que algumas famílias controlassem o poder político das capitanias —

<sup>50</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1988, op. cit. p. 147; PRADO JÚNIOR, Caio. 1987, op. cit. p. 310-313; sobre a organização militar do Império português e da Colônia, ver também: SILVA, Kalina Vanderlei. 2001, op. cit. p. 19-138.

<sup>51</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1988, op. cit. p. 150.

esse o aspecto que mais nos interessa aqui. Esta consequência, torna-se características da História do Brasil e de Pernambuco; no nosso caso, desde a chegada do primeiro donatário Duarte Coelho Pereira com sua família e muita gente nobre por ele trazida em 1535. Estes, fundadores dos primeiros engenhos, detêm a hegemonia econômica e política da capitania.

Entre os vários nobres que acompanharam o donatário e sua esposa Dona Brites a Pernambuco, veio seu cunhado Jerônimo de Albuquerque. Este se casa com a filha de Arco Verde, cacique ou chefe dos Índios Tabajaras, a qual passou a ser chamada Dona Maria do Espírito Santo Arco Verde.<sup>52</sup>

“Desta união, que tanto contribuiu para o bom êxito da conquista e civilização do país, nasceram oito filhos, aos quais perfilhou Jerônimo de Albuquerque, distinguido-se, entre eles, d. Catarina de Albuquerque, que casou com Filipe Cavalcanti, fidalgo florentino, e Jerônimo de Albuquerque, fidalgo da casa real, o heróico restaurador do Maranhão, troncos de duas das mais distintas famílias de Pernambuco – Cavalcanti e Albuquerque Maranhão”.<sup>53</sup>

Nos inícios da colonização nordestina, três grandes famílias, que por sinal, entrelaçadas, vieram de Florença: Accioli, Cavalcanti (Filipe Cavalcanti, filho de João Cavalcanti e Genebra Manelli) e Manelli.<sup>54</sup>

“Filipe Cavalcanti, fidalgo florentino, já residia em Pernambuco em 1556. Casado com D.Catarina de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque com a índia D. Maria do Espírito Santo Arco Verde, legitimada por concessão régia, e de cujo consórcio vem a família Cavalcanti de Albuquerque”.<sup>55</sup>

Os líderes da Conspiração dos Suassuna e seus descendentes (Viscondes de: Albuquerque, Suassuna, Camaragibe e o Barão de Muribeca) são oriundos da filogenia de Catarina de Albuquerque e Filipe Cavalcanti, originários dos mais nobres e conceituados colonos que vieram para esta capitania no começo de sua povoação, em princípios do século XVI.<sup>56</sup> Essas famílias controlavam, política e economicamente, a capitania; o próprio Filipe Cavalcanti fora capitão-mor, governador de Pernambuco por volta de 1589, loco-tenente do

<sup>52</sup> COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** (1493-1590). 1983, v. I, p. 148-150, 611-614; BARRETO, Carlos Xavier Paes. **Os Primitivos Colonizadores Nordestinos e seus Descendentes**. 1960, p. 162-163, 176-181.

<sup>53</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1983, v. I, op. cit. p. 440.

<sup>54</sup> BARRETO, C. X. Paes. 1960, op. cit. p. 18, 156, 180.

<sup>55</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1983, v. I, op. cit. p. 149-150, ver também, p. 439-443, 612-615.

<sup>56</sup> BARRETO, C. X. Paes. 1960, op. cit. p. 179-180; COSTA, F. A. Pereira da. **Dicionário Bibliográfico de Pernambucanos Célebres**. 1981, p. 93, 364, 369; \_\_\_\_\_, op. cit. 1983, v. I, p. 148-150, 439-443, 611-613.

donatário Jorge de Albuquerque Coelho e rico possuidor de vários engenhos de açúcar, exercendo forte influência nos negócios “públicos” locais.<sup>57</sup>

No início do século XVI, Fernão Soares adquiriu do senhor Gaspar Alves de Pugas um terreno situado na ribeira do riacho Suassuna, que nasce nas florestas do engenho Macujá, e deságua no rio Jaboatão, em Jaboatão. Juntando-se com seu irmão Diogo Soares, levantaram um engenho de açúcar, que moia com água da ribeira do riacho Suassuna, ao qual, dão o nome de engenho Nossa Senhora da Assunção, o mesmo da padroeira da capela construída para o culto religioso da gente da propriedade. A época da construção é ignorada. Entretanto, o referido engenho moeu pela primeira vez no dia 03 de agosto de 1587, segundo consta nos termos de registro da propriedade, que fizeram os irmãos Soares, na vila de Olinda, em 08 de agosto de 1588, perante o provedor e contador da fazenda real, Jerônimo de Mendonça. No entanto, em 1637, o engenho já tinha mudado de nome e proprietário, passando a chamar-se Suassuna<sup>58</sup>, pertencente a João Barros Correia.<sup>59</sup>

Desta maneira, ia o engenho Suassuna mudando de dono, até ser adquirido pela família Cavalcanti, que faz fundar, na primeira década do século XIX, uma sociedade secreta divulgadora de idéias políticas liberais, como demonstra Pereira da Costa:

“O engenho passou por fim à propriedade de um ramo da família Cavalcanti de Albuquerque, em meados do século XVIII, adquirido por Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, que no mesmo falecendo, foi sepultado na capela-mor da igreja matriz de Jaboatão, da qual era o padroeiro”.<sup>60</sup>

Continua Pereira da Costa:

“Cabendo a propriedade do engenho a seu filho Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, capitão-mor de Olinda, o **coronel Suassuna**, das nossas tradicionais lendas históricas, apesar dos transe e provações por que passou em 1801-1802, como chefe de um movimento separatista, como ficou narrado, conspirou ainda, inspirado pelas mesmas idéias, e assim instituiu no seu engenho um centro de propaganda política, sob a denominação aparente de **Academia Suassuna**, que na frase de um cronista do tempo, era uma escola democrática, onde os iniciados e adeptos, não só nacionais como estrangeiros, achavam luz, agasalho e subsídios”.<sup>61</sup>

Outro aspecto importante é o fato de os Cavalcanti, ao adquirirem o engenho Suassuna, passarem a ser identificados com este, de tal modo que o capitão-mor de Olinda

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_, 1983, v. I, op. cit. p. 611-613.

<sup>58</sup> “Suassuna é um vocábulo de origem tupi, e segundo Alfredo de Carvalho, corrutela de coó-assu-una, veado preto.” (COSTA, F. A. Pereira da. **Anais pernambucanos**. 1983, v. I, op. cit. p. 583).

<sup>59</sup> Ibidem. p. 371-373, 580-581.

<sup>60</sup> Ibidem. p. 581.

<sup>61</sup> Ibidem. p. 581. Grifo do autor.

Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque ficou vulgarmente conhecido por Coronel Suassuna. Assim como o movimento conspiratório por ele liderado e a sociedade secreta fundada em seu engenho ficaram respectivamente popularizadas com o nome de sua propriedade — Conspiração dos Suassuna e Academia Suassuna — e não pelo seu nome, Cavalcanti.

Participava, também, da referida academia Francisco Paes Barreto, mais conhecido como o Morgado do Cabo<sup>62</sup>, que nos dizeres do padre Joaquim Dias Martins era um:

illustre e dignissimo pernambucano de 1817; (...) conhecido antomasticamente por patriarcha distinctissimo da Liberdade da pátria : inimigo irreconciliável dos déspotas, dos tirannos, dos oppressores natos de seo paiz, fez-se adepto profundissimo dos secretos democraticos, socio indefectivel da academia — Suassuna.<sup>63</sup>

Esse senhor de engenho tão exaltado por Dias Martins, na verdade, era homem de posturas moderadas e não tão avesso aos déspotas como o queria o autor dos *Mártires Pernambucanos*. Demonstra isso, Manoel Correia de Andrade, quando se refere à participação de Paes Barreto na revolução Republicana:

Ao se iniciar a revolução de 1817, ele ficou à frente de um grupo revolucionário mais moderado, como capitão-mor comandante da companhia de ordenanças do Cabo. Reunindo suas tropas, marchou para o Recife, participando, a 7 de março, do assédio à fortaleza do Brum, contribuindo para capitulação do Governador Caetano Pinto. Em seguida, foi para o largo do Erário, onde se procedeu à constituição do

<sup>62</sup> Reproduziremos aqui os esclarecimentos sobre esse título, feitos por COSTA PORTO, José da. **Pequena história da Confederação do Equador**. 1974, p. 37, nota 1: “*Fiel à tradição romana, a sucessão hereditária antiga, como hoje, se processava de modo simples. Falecendo um dos cônjuges, o patrimônio se partilhava entre o supérstite e os herdeiros, conforme o disciplinamento do Corpus Iuris, que acolhera a lição de Ulpiano, nos comentários ‘ad Edictum’.* Havia, porém, embora casos raros, exceções, podendo o ‘pater-famílias’ — à semelhança daquele ‘dominium indivisibile’, ou ERCTO NON CITO, de que nos fala, meio penumbrosamente, o Gaio do Cairo — determinar que os bens, ou parte deles, constituíssem um ‘vínculo’ indivisível e inalienável, os chamados ‘bens encapelados’ ou ‘morgados’, adjudicados a um dos herdeiros – via de regra o filho mais velho, o único dono da herança, usualmente chamado MORGADO. Usual na França medieval, daí se transplantou para a Península Ibérica, inclusive Portugal, onde, ignorado pelas Ordenações Afonsinas e Manuelinas, aparece consagrado nas Ordenações Filipinas, dos começos de 1600, trasladando-se para o Brasil, tão enraizara a praxe que a lei de 3 de agosto de 1770, nos tempos de Pombal, não extirpá-la, procurasse opor-lhe freios limitantes, por julgá-la ‘contrária à natureza do direito de propriedade e à justiça e equidade, criando privilégios entre os filhos’.

Na Colônia, os casos de morgado foram raros, registrando-se, entre outros, aquele instituído pelo velho João Pais Barreto, colono do século 16, latifundiário desadorado, dono de uma imensidão de terras na mata pernambucana, do Cabo até Alagoas. Francisco Pais Barreto, — figura central nos acontecimentos da década de 1820 — teria sido o último dos morgados do Cabo, pois a lei 57, de 6 de outubro de 1835, durante a Regência Trina, não somente proibiu o estabelecimento de novos ‘morgados, capelas e quaisquer outros vínculos de qualquer natureza’, mas declarou extintos os existentes ‘pela morte dos atuais administradores’, devendo, a partir de então, ser o patrimônio dividido igualmente por todos os herdeiros.”

<sup>63</sup> MARTINS, Joaquim Dias. **Os Mártires Pernambucanos**, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817. s/d. p. 80.

governo provisório da república. Com o prestígio e a fortuna que possuía, esperou, Francisco Paes Barreto, ser eleito membro do governo republicano, mas para sua surpresa, não estava entre os escolhidos. Sentiu-se decepcionado e retirou-se para o Cabo, onde ficou aguardando os acontecimentos, sem contudo negar apoio à República. Deveria viver numa grande dúvida: teriam os moderados condições de conter as reivindicações populares e de impedir que a República marchasse para a abolição da escravatura, o que seria para ele um desastre econômico? É a dúvida que aflige os homens ricos e de classe alta que abraçam ideologias progressistas, advogando reformas mas temendo que elas atinjam os seus interesses particulares. No caso da República, quando as tropas reais venceram a batalha de Pindoba e marcharam sobre o Recife, ele reuniu os seus homens e advogou que o governo revolucionário propusesse uma rendição honrosa. A sua sugestão não foi aceita e quando os revolucionários se retiraram da cidade ele deixou-se ficar, sendo um dos primeiros a ser aprisionado e remetido para a Bahia, nos porões do navio Carrasco, e colocado na cadeia da Relação. (...) <sup>64</sup>

Solto em 1821, foi novamente preso e enviado para os Cáceres em Lisboa por ordem do, então, governador Luis do Rego Barreto, acusado de conspirar contra a vida do general, mas vitoriosa a revolução constitucionalista portuguesa, foi autorizado a voltar para Pernambuco, aqui chegando vai assumir as atividades política como presidente da Junta de Governo, conhecida como Governo dos Matutos. Entretanto, sentindo-se ameaçado por grupos populares, retirou-se para o Cabo, para onde ia sempre que os problemas se aguçavam, naturalmente sentindo-se mais seguro em seu clã. E aqui podemos perceber que ele não era tão avesso ao absolutismo, como pensava Dias Martins, pois esse retiro durou pouco: logo no início de 1824, o imperador Pedro I o nomeia para o cargo de presidente da Província de Pernambuco, a 23 de fevereiro do mesmo ano. Essa a razão imediata da deflagração da Confederação do Equador. <sup>65</sup>

Dito isto, devemos ter um olhar crítico sobre a obra de Dias Martins, sem, no entanto, negar seu valor como fonte histórica. Sua linguagem exaltativa, ufanista e retórica no sentido clássico do termo é típica da época, <sup>66</sup> ou como nos alerta Michel de Certeau, toda escrita historiográfica é construída a partir da produção de um lugar sócio-econômico, político e cultural, inclusive a nossa. <sup>67</sup> Entretanto, o que nos interessa aqui, é perceber a forte relação existente entre as famílias proprietárias de terras e escravos, que por extensão, controlam o poder político, entendido esse, também, como defesa do **status quo** e/ou da mudança; nesse último caso, incluímos as idéias liberais. Um dos exemplos clássicos dessa relação é a família

<sup>64</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. Pernambuco Imortal Personagens: Da Independência à Confederação do Equador. n. 6, Recife: Encarte do **Jornal do Comércio**, 2000, p. 88-89.

<sup>65</sup> Ibidem. p. 89.

<sup>66</sup> Cf. BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. 2006, p. 165, nota 87.

<sup>67</sup> CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas**. 1988, p. 18.

de Francisco Paes Barreto participante de 1817, à qual estamos nos referindo, como podemos conferir em Manoel Correia de Andrade:

Francisco Paes Barreto foi uma das figuras mais representativas da chamada aristocracia do açúcar, da nobreza da terra, tanto pela sua origem como pela sua fortuna. Nasceu no engenho Velho, na Comarca do Cabo, a 26 de maio de 1799, sendo filho do mestre de campo Estevão José Paes Barreto e de d. Maria Izabel Paes Barreto. Era da linhagem dos Paes Barreto, família que se destacou na vida política e social de Pernambuco, desde a conquista da terra aos indígenas, no século XVI. O seu ancestral, João Paes Barreto, participou da luta travada por Duarte Coelho de Albuquerque contra os índios da porção sul de Pernambuco. (...) Ele foi herdeiro do título e dos direitos de Morgadio do Cabo, recebendo por herança uma grande quantidade de terras, formada pelos engenhos Velho, Santo Estevão, Ilha e Guerra, dedicando-se com determinação e competência à agricultura. Dispondo de terras bem mais extensas que a capacidade industrial destes engenhos, fundou mais os de Campo Alegre, São José, Caramuru, Junqueira e Camassari, totalizando assim, entre os seus bens, 9 engenhos de açúcar. Com toda esta riqueza, dispunha, naturalmente, de muito poder, exercendo cargos públicos e administrando bens na cidade. Proprietário e diretor do hospital do Paraíso, ele cedeu uma sala para que fossem realizadas as reuniões maçônicas da Academia do Paraíso. Tinha à sua volta uma verdadeira corte de amigos, parentes e agregados, além de numerosa escravaria. Com tanta riqueza e poder, ele teria que exercer uma forte liderança e, aproximando-se dos maçons, passou a participar da conspiração em favor da Independência e, possivelmente, da República. (...).<sup>68</sup>

O comportamento encontrado em Paes Barreto não é exclusivo dele, pois encontramos em outros senhores membros das mesmas elites das quais faz parte.<sup>69</sup>

Alongamo-nos um pouco na citação de Manoel Correia porque ela sintetiza bem os aspectos relevantes da nossa problemática. Mas é importante deixar claro que, mesmo quando da introdução das idéias liberais na capitania de Pernambuco, essas não eram exclusividades das famílias ricas (ainda que sejam, inicialmente, as mentoras intelectuais), outros segmentos sociais também participaram dos vários espaços de socialização dessas idéias, espaços como as Academias, Suassuna e outras que iam se formando (Paraíso e do Cabo, etc.), o que se verá no próximo capítulo. Eram participantes de segmentos socioeconômicos não proprietários, como se refere Manoel Correia de Andrade, por exemplo, ao padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro — *“nasceu na vila de Tracunhaém, em 28 de fevereiro de 1766, de família de destaque, embora pobre. Apesar da grande dificuldade para se educar, tinha muito*

<sup>68</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. 2000, op. cit. p. 88. Ver também: COSTA, F. A. Pereira da. 1981, op. cit. p. 353-358. Não pretendemos fazer nenhuma genealogia, por isso, não nos referimos à presença, na família Paes Barreto, de sangue de cristão-novos entre seus antepassados. Para essa questão, consultar o excelente trabalho: MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue: Uma fraude genealógica no Pernambuco colônia**. 1989.

<sup>69</sup> Ver: MACHADO, Teobaldo. **As Insurreições Liberais em Goiana**. 1990.

*interesse pelas coisas da natureza e aproximou-se do naturalista Manoel Arruda da Câmara (...)*.<sup>70</sup>

O militar Pedro da Silva Pedroso,

Nasceu no Recife, originário de família modesta, nos finais do século XVIII. (...). Chegando ao Recife no período de luta pela Independência, Pedro Pedroso voltou a integrar seu posto de oficial e a se envolver numa campanha junto às classes menos favorecidas, tendo facilidade de acesso às mesmas por sua origem humilde e pela sua cor, uma vez que era mulato.<sup>71</sup>

E Frei Joaquim do Amor Divino Caneca: *“era de origem humilde, filho do tanoeiro Domingos da Silva Rabelo, apelidado de o Caneca. Nasceu em Fora de Portas, no Recife. Humilde, ele adotou como nome o apelido do pai para indicar sua origem”*.<sup>72</sup>

Até aqui, demonstramos que o controle político da capitania pertencia às poucas famílias que para cá vieram como donatárias, sendo a família Cavalcanti uma delas. Estas não só detinham a hegemonia do poder “público” (ou melhor, controlavam as esferas locais do Estado absolutista), como também, do econômico. Entretanto, inicialmente representam os interesses metropolitanos (de Portugal), mas com o passar dos anos e com o gradativo apego à terra por parte principalmente dos seus descendentes, essa postura mudará. Pelo menos para uma parte dessas elites; os interesses deixaram de identificarem-se e passou a surgir uma série de conflitos entre a elite<sup>73</sup> dominante local ou parte dela e a elite dominante metropolitana. Como podemos observar, na verdade, os conflitos de interesses demonstram a heterogeneidade das elites e deixam transparecer as fissuras internas, ou melhor, a existência de frações entre as elites, ou nas palavras da historiadora Socorro Ferraz: *“frações de classes”*.<sup>74</sup>

<sup>70</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. 2000, op. cit. p. 71; COSTA, F. A. Pereira da. 1981, op. cit. p. 477-481; MARTINS, Joaquim Dias. s/d. p. 314-321.

<sup>71</sup> Ibidem. p. 86-87; Ibidem. p. 760-763; Ibidem. p. 309-311.

<sup>72</sup> Ibidem. p. 94-95; Ibidem. p. 495-506; Ibidem. p. 336-337; MELLO, Evaldo Cabral de (Organização e introdução). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. 2001, p. 11-47.

<sup>73</sup> O Conceito de elite não se prende exclusivamente ao poder econômico, mas é mais amplo. Entretanto, neste período era comum, mas não exclusividade, a quem detinha o poder econômico, por extensão deter o poder (ou controle) político (elite política), cultural (elite intelectual) etc.

<sup>74</sup> FERRAZ, Socorro. Conflitos Políticos em Pernambuco: Questões Metodológicas. **CLIO — Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco**, nº 10, 1988. p. 118, *“Esses conflitos que foram ideologizados pela doutrina liberal, no século XIX, foram praticamente liderados, com algumas exceções, pela classe dominante. Como então tipificar esses conflitos que não representam a clássica luta de classes e sim lutas entre frações de uma mesma classe. Sabemos que as camadas dominantes no Brasil, na primeira metade do século XIX, tendo idênticos referenciais para as mesmas atividades econômicas, encontravam-se mal articuladas e dispersas em regiões distantes umas das outras de tal modo que frações dessas camadas se tornaram concorrentes e inimigas umas das outras.”*



## 2.4 OUTRAS CONDIÇÕES MATERIAIS E SOCIAIS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

Além das já referidas condição material, é importante, ainda que de forma breve, considerarmos mais alguns aspectos da situação socioeconômica de Pernambuco nos finais do século XVIII e início do século XIX, porque foi nesse contexto dinâmico que as idéias liberais penetraram, foram absorvidas, (re)elaboradas e se materializaram em vários movimentos políticos, explodindo assim, uma era de conflitos — conspirações, rebeliões e revoluções, segundo a fala de seus membros.<sup>75</sup> Já nos referimos às atividades econômicas tradicionais (açúcar, algodão e gado)<sup>76</sup>, todas relacionadas ao meio rural e, principalmente, à aristocracia agrária. Por sua vez, as atividades urbanas produziram um espaço novo, no qual se destaca o comércio e por extensão, intensificaram as atividades portuárias, localizadas no litoral. Foram nesses espaços, quase sempre urbanos, que se localizaram os pólos disseminadores de idéias burguesas, catalisadoras dos anseios e desejos de uma população heterogênea com interesses diversos, mas que gradativamente se percebe como filhos da terra e “oprimidos” por uma metrópole que lhes consome todas suas energias (claro que nem todos os segmentos da sociedade se percebiam assim). Essa percepção de explorados foi o núcleo unificador que atraiu os diferentes segmentos sociais a lutarem “juntos” contra a presença portuguesa.

Assim, para termos uma idéia do que era a economia de Pernambuco, no período em estudo, veremos dois casos: a vila de Goiana e a cidade do Recife.<sup>77</sup> Antes, porém, devemos destacar a importância da capitania para a região Norte da colônia, como faz Glacyra Leite:

O porto do Recife era um centro comercial e escoadouro da produção de uma vasta região nordestina. Por ele exportava-se, além de produtos da capitania de Pernambuco, também do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Em 1803, o

<sup>75</sup> Para a distinção dos conceitos de Revolução e Rebelião, ver: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 1997, p. 111-122.

<sup>76</sup> Ver: MENDES Jr. Antônio. **Brasil História: Textos e Consulta** — Império. 1983; LEITE, Glacyra L. **Pernambuco 1817: Estrutura e Comportamentos Sociais**. 1988, p. 33-83; \_\_\_\_\_. **Pernambuco 1824: A Confederação do Equador**. 1989, p. 29-55; FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. 1996, p. 99-126; ANDRADE, Manuel Correia de. 1995, op. cit. op. 5-7; FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 1987, p. 89-109.

<sup>77</sup> A capital da capitania de Pernambuco era Olinda, única cidade até 5 de dezembro de 1823, quando um decreto Imperial conferiu, também ao Recife, os foros de cidade. Recife passou a capital de Pernambuco por ato do Conselho da Província, em 15 de fevereiro de 1827. O título de cidade era apenas honorífico e não trazia privilégio algum.

governador da Paraíba do Norte afirmava não ser possível elaborar com exatidão mapas de importação, visto que “os habitantes desta capitania vão vender os seus efeitos na praça de Pernambuco onde compram os de que necessitam tanto para o seu gasto como para negócio...”<sup>78</sup>

Continua a historiadora:

O comércio do Ceará era, também, feito pela praça do Recife: “Aí vinham vender os seus gêneros de produção própria conduzidos por terra, em costas de animais, e acompanhados dos próprios mercadores, que vendendo-os em geral de passagem pelas (...) feiras do interior regressavam por mar, sortidos de artigos para seus estabelecimentos”.<sup>79</sup>

Conclui a autora:

A vila do Recife era, portanto, um centro comercial e vista como capital por “todos os povos adidos ao Bispado de Olinda (...) apesar de haver governos separados como os do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba”. O Bispo de Olinda compreendia “... todo o espaço de terreno que se estende as Alagoas até o Ceará. Em 1817 o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, reafirmava a importância do porto do Recife em um ofício enviado para a Corte, onde dizia que “... em Recife está concentrada a maior freguesia e comércio desta capitania”.<sup>80</sup>

Vejamos agora as vilas de Goiana e Recife. Goiana, no início do século XIX, possuidora de um intenso comércio, era o segundo centro comercial de toda a capitania — depois do Recife, e um dos mais importantes do Nordeste. Constituíam-se como pólo centralizador comercial de quase todo o Norte (Piauí, Ceará, Sul da Paraíba, etc) da região, com sua feira semanal (feira que juntava todas as semanas, na vila, de 1.000 a 3.000 cabeças de gado), seus inúmeros engenhos, sua feira de produtos diversos: farinha de mandioca, inhame, batata doce, frutos em geral (laranja, banana, manga, abacaxi), além de peixe salgado e aves de diversas espécies, como galinhas, perus, guinés. De Goiana, partia carne verde para o abastecimento das vilas de Igarassú, Olinda, Recife e Sirinhaém, comércio de real importância na época. Seu artesanato era desenvolvido com grande número de olarias, que produziam telhas e tijolos, não só para o consumo da vila, como também para as vilas circunvizinhas. Produzia, ainda, louças, utensílios de fland e couro: aí estavam instaladas movelarias, selarias e funilarias, além da tecelagem de panos grossos; todo esse desenvolvimento era possível devido à existência de vários portos fluviais.<sup>81</sup>

<sup>78</sup> LEITE, Glacyra L. 1988, op. cit. p 33.

<sup>79</sup> COSTA, F. A. Pereira da, apud. LEITE, Glacyra. **Pernambuco 1817**. (1988), op. cit. p. 33, nota 1.

<sup>80</sup> LEITE, Glacyra L. 1988, op. cit. p 34.

<sup>81</sup> Ver: MACHADO, Teobaldo. **As Insurreições Liberais em Goiana**. 1990, p. 100-104.

A frase “*O Recife é uma cidade em ascensão, aumentando diariamente em opulência e importância*”, de Henry Koster, usada como epígrafe por Vamirech Chacon, representa claramente o que era o Recife do início do século XIX. Como podemos ver:

Os alimentos e os tecidos vinham em primeiro lugar nas importações via Recife, para sua larga área de influência, além de cerca de cinquenta produtos, em parte da própria Ásia: chá, cravo, canela, pimenta, louças, etc. As porcelanas chamadas de Companhia das Índias, ainda muito frequentes nas famílias tradicionais recifenses, são outra prova disto.

Até 1799, as importações se apresentavam maiores que as exportações voltando a predominar com o alvorecer do século XIX. Ao longo do período, o Recife disputava o segundo lugar das exportações e importações com a Bahia, logo após o Rio de Janeiro. O Norte ainda pesava mais que o Centro-Sul ou Sudeste do Brasil. O Maranhão vinha em quarto lugar, em seguida o Pará.

A própria moeda começa a fluir, para o Brasil, tornando-se escassa e gerando reclamações em Portugal...

Em 1805, o Recife chega a exportar quase tanto quanto o Rio de Janeiro; em 1809, Pernambuco e Bahia até o deixam em terceiro lugar. De 1814 a 1821 e em 1823, o Recife está de novo à frente do Rio, um pouco acima da Bahia. Açúcar, couros e madeiras, entre as quais ainda o pau-brasil, mais o algodão, continuavam as principais exportações via Recife, vindas de quase todo o Nordeste e não só de Pernambuco.<sup>82</sup>

A vila do Recife apresentava-se como núcleo comercial em expansão, como ponto de convergência de uma área relativamente ampla, fundada no trabalho escravo e na produção para exportação. Sua população era formada, também, por indivíduos expulsos, ocasionalmente, pela expansão dos canaviais. Essa população, atraída pela possibilidade de conseguir uma ocupação qualquer nas regiões portuárias ativas — como Recife — para aí se dirigia, ficando disponível para realização de pequenas tarefas. Concentrados em determinados pontos da vila, tais elementos constituíam uma população marginal, sensível a manifestações de rebeldia de qualquer ordem.

O Recife foi um importante centro de prestação de serviços. Na vila, concentravam-se as atividades de administração,<sup>83</sup> ensino, saúde, apoio ao comércio, finanças, lazer, etc. Enfim, na vila, estavam todos os equipamentos necessários para o funcionamento da sede do governo da capitania ou mesmo de um país periférico.

Entretanto, todos esses equipamentos e desenvolvimentos colocavam o Recife (diga-se Pernambuco) e o Norte da colônia em contato com as mudanças e com novas idéias vindas do exterior (Inglaterra, França e Estados Unidos, etc.); assim, o Recife funcionava como um pólo

<sup>82</sup> CHACON, Vamireh. 1983, op. cit. p. 28-29.

<sup>83</sup> A sede administrativa da capitania continuava a ser Olinda (ver nota 77, supra), onde residia o bispo e deve ser a do governador durante seis meses do ano. Entretanto, era o Recife a vila que mais crescia em importância.

de influências e confluências para a região em geral e para as capitanias subalternas a Pernambuco, em particular.

Estas transformações ocorridas em âmbito local refletem, até certo ponto, as mudanças no processo histórico brasileiro. Por exemplo, a sociedade se urbanizou, aumentou o fluxo de renda interna e, entre outros acontecimentos importantes, constituíram-se as camadas médias urbanas (pelo menos nos centros mais desenvolvidos: nas vilas e/ou cidades portuárias como Recife, Salvador e Rio de Janeiro) que, enriquecidas, mandaram seus filhos estudarem em universidades européias.

Todo este conjunto de transformações tornou heterogênea a formação social escravista brasileira. Esta se apresenta dinâmica, mas conserva vários traços da estrutura colonial. E, segundo Caio Prado Júnior, o que caracteriza a sociedade colonial de princípios do século XIX, é a escravidão, como se depreende da fala do mesmo:

Naturalmente o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do século XIX, é a escravidão. Em todo lugar onde encontramos tal instituição, aqui como alhures, nenhuma outra levou-lhe a palma na influência que exerce, no papel que representa em todos os setores da vida social. Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir: e de um modo profundo, seja diretamente, seja por suas representações remotas.<sup>84</sup>

Deste modo, as características apresentadas durante o período colonial brasileiro — produção agrícola em larga escala para o comércio externo, grande propriedade da terra, monocultura e trabalho escravo — permanecem para além do período de transição (lutas pela emancipação política da colônia), conservando-se mesmo após a Independência do Brasil.

Assim, na passagem do século XVIII e início do século XIX, um conjunto de acontecimentos locais e “nacionais” (digo coloniais), criava um quadro socioeconômico rico em contradições. A crise da mineração, que prejudicou a economia portuguesa, propiciou o renascimento agrícola da colônia que, por sua vez, beneficiava Pernambuco. Esta conjuntura favorável, de crescimento econômico da capitania, se dá sobre as tradicionais estruturas escravista-açucareiras, que reproduzem, em âmbito local, as mesmas características da sociedade brasileira, como demonstra a historiadora Socorro Ferraz:

Pernambuco, na metade do século XIX, apresentava características de inserção numa economia de plantação, com base escravista. A abundância da terra e a ausência de imigrantes apontavam ao investidor aplicação de capital,

---

<sup>84</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. 1987, op. cit. p. 269.

prioritariamente, na mão-de-obra escrava. Com terras a preços muito baixos, ou de graça, a expansão da lavoura do açúcar poderia se realizar desde que o plantador dispusesse da mão-de-obra escrava para o desenvolvimento daquela cultura. Essa particularidade levava a dependência mútua entre o setor agrícola e o comercial. O capital desse setor era aplicado nos negócios que diziam respeito à mão-de-obra escrava e adiantamento para as despesas com a plantação do açúcar e do algodão. O crédito se vinculava primeiramente ao comércio mas, também, ao setor agrícola, tendo como garantia a possível colheita e a quantidade de escravos que um plantador possuísse. Esta transação comercial era geralmente feita pelas ‘casas comerciais’ de portugueses e algumas estrangeiras, principalmente as Inglesas.<sup>85</sup> A atividade industrial era de fato quase inexistente.

A capitania de Pernambuco, sendo, como foi desde o início da colonização portuguesa, um dos principais centros econômicos da colônia, baseada na agroindústria açucareira, dependia da força de trabalho servil. Esta estrutura reproduziria ao nível da superestrutura (instituições jurídico-políticas e formas de consciência social) o mesmo modelo de organização da base material, apresentando assim, as contradições e conflitos da primeira na segunda. Deste modo, a rígida hierarquia das relações de trabalho se reproduz na sociedade, ainda que esta apresente, nos inícios do século XIX, um grau de heterogeneidade bastante complexo. Como já nos referimos; neste momento, a sociedade colonial possui uma densidade demográfica acentuada — prevalece uma concentração populacional nas áreas agrícolas, mas os centros urbanos em formação, principalmente nas cidades e/ou vilas portuárias, como já dissemos, modificavam gradativamente este cenário. Existia nestas áreas uma miscigenação intensa, que relativizava as relações entre pessoas de uma mesma cor, evitando a homogeneidade racial, construindo uma estratificação social que se baseava na cor e na propriedade. Este pensamento pode ser comparado ao que afirma a historiadora Socorro Ferraz:

A presença de diferentes raças, com funções pré-estabelecidas dentro do sistema, definia atuação de cada uma nos mundos do trabalho e do ócio e, conseqüentemente, o seu lugar na sociedade. Além das diferenças de cor, e de função, aumentavam as diferenças sociais. O fenômeno da desigualdade social ultrapassa a condição de pertencer a determinada raça. Não devemos responsabilizar as diferenças raciais como únicas pela desigualdade social.<sup>86</sup>

Continua a autora:

A conjunção de escravidão e latifúndio determinando o tipo da sociedade colonial que Gilberto Freyre tão inteligentemente estudou, não resultou numa sociedade cuja divisão era entre os livres e os escravos. Entre estes e aqueles, houve um mundo de

<sup>85</sup> FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 99.

<sup>86</sup> FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 121-122.

gradação social que também se baseou na cor e na propriedade. Entre os livres, podemos encontrar o grande proprietário de agricultura e de gado, o pequeno proprietário, incluindo o lavrador e o pecuarista, o importador e exportador ligado às atividades mercantis, os que se ocupavam da burocracia, militares, juizes e outros, e ainda o pequeno comerciante. Entre os escravos, os da lavoura, os da pecuária, os que trabalhavam em zonas auríferas, os escravos de ganho e os domésticos. Entre livres e escravos, há uma categoria de homens mestiços livres e que ocupavam várias funções na sociedade, alguns relevantes, mas todas dentro de certos limites.<sup>87</sup>

Deste modo, a classe dominante era formada, principalmente, por grandes proprietários de terra e de escravos que se dedicavam à cultura da cana-de-açúcar, do algodão e à pecuária bovina. Eles possuíam a terra e produziam para a exportação, mas esta era controlada por comerciantes portugueses. Também, dificilmente, os proprietários tinham acesso aos cargos públicos mais importantes. Limitavam-se a obter posições como oficiais de milícias e a ocuparem cargos nas câmaras municipais. Os altos comandos militares, a alta magistratura e os cargos de governo ficavam, em geral, com funcionários de carreira, em sua maioria, portugueses. Também participavam desta classe privilegiada os funcionários que controlavam o governo e que exerciam a autoridade com certa liberdade, destacavam-se os funcionários fazendários e da justiça, sempre preocupados com o aumento na arrecadação dos impostos e com o controle das divergências sociais, salientando-se a hostilidade desta classe com a população pobre que, em geral, sofria muito com o autoritarismo dos grandes proprietários e das autoridades.

Como decorrência do desenvolvimento da colônia e surgimento das cidades (núcleos urbanos), concentrar-se-á uma mão-de-obra livre, ligada aos trabalhos portuários e ao comércio. Esta mão-de-obra livre, somada aos pequenos e médios comerciantes (pequena burguesia) e aos profissionais liberais vai formar um segmento social médio urbano de brasileiros natos, compostos também, de grande parte do clero, dos funcionários públicos e dos militares de baixa patente. Quando da chegada ao Brasil da Corte Portuguesa, na primeira década do século XIX, esta camada média, centrada nas grandes cidades, vai ser golpeada pela criação de novos impostos e aumento dos já existentes, elevando o custo de vida.

Os grupos populares, que formavam a maioria da população, sobretudo na área açucareira, eram formados por escravos, em grande parte africanos, e por pessoas pobres que trabalhavam a terra alheia ou em pequenas propriedades. Aí havia uma gama enorme de brancos empobrecidos, de mulatos, de cafusos, de negros e até alguns indígenas e caboclos.

Como vimos, a sociedade colonial apresenta-se dividida em vários segmentos sociais, estes, por sua vez, encontram-se heterogêneos e fracionados, existindo desigualdades internas.

---

<sup>87</sup> Ibidem. p. 122-123.

Entretanto, algo os unifica: o distanciamento em relação aos negros, como se refere a historiadora Socorro Ferraz: “(...) *A situação de privilégio não era indistinta, para todos os brancos, dentro dessa sociedade. Nem estavam eles no mesmo patamar onde se entrincheirava a elite, mas, todos, incluindo os pobres, se distanciavam do mundo dos negros*”.<sup>88</sup>

Os vários segmentos sociais e suas frações unificam-se, também, pela total dependência ao senhor dono de terra, mesmo quando a sociedade se apresenta mais complexa, é o que interpretamos na afirmação da historiadora Socorro Ferraz:

Com exceção do ouro, os sub-sistemas regionais tinham as mesmas estruturas de dominação, entravando o desenvolvimento de camadas médias, capazes de influir num processo de formação de uma sociedade urbana. Homens livres desde os assalariados dos engenhos, como, feitores, mestres do açúcar, purgadores, caixeiros, pequenos comerciantes locais, artífices, pequenos empregados e pequenos funcionários, todos dependem da estrutura de poder do senhor de engenho, sendo a cidade um prolongamento do campo. A terra dá “status” social ao indivíduo e o acesso a ela é dificultado, pela ausência de legislação e, posteriormente, pela lei da terra, que obstaculou a distribuição de propriedades rurais.<sup>89</sup>

No início do século XIX, a população brasileira e de Pernambuco era formada, principalmente, por europeus brancos, em sua maioria portugueses, de africanos trazidos pelo tráfico, e indígenas que se incorporavam à sociedade. Sendo a população da capitania, a terceira mais numerosa da colônia, segundo Oliveira Lima:

Nos princípios do actual século porém, já Pernambuco apresentava quatrocentos e oitenta mil habitantes n’um total brasileiro de trez milhões, numero apenas excedido pela Bahia e por Minas Geraes, tendo outrossim augmentado a proporção dos engenhos.<sup>90</sup>

Além dos aspectos já referidos, fazem-se necessárias algumas considerações sobre cotidianos, hábitos, costumes, e influências européias e africanas, entre outras, da vida da população, pois, nos informam sobre a visão de mundo e valores das pessoas da capitania, no momento estudado. Essas informações, encontramos-las principalmente nas descrições feitas, muitas vezes, de forma pitoresca por Oliveira Lima e por vários viajantes, que aqui estiveram

<sup>88</sup> FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 121.

<sup>89</sup> \_\_\_\_\_, 1982, op. cit. p. 160.

<sup>90</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. **Pernambuco**: seu desenvolvimento histórico. 1975, 222; ver também: FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 31-44; LEITE, Glacyra L. 1988, op. cit. p. 33-45.

no início do século XIX, o que nos permite conhecer como era Pernambuco, e principalmente Recife, no período em estudo.<sup>91</sup> Escreve Oliveira Lima:

Alguma dama menos caseira que aventurava-se a visitas, não sahia a pé: deixava-se conduzir em uma enfeitada cadeirinha transportada por escravos. Tão excessivo recato feminino e as rotulas que discretamente cerravam as janelas davam ao Recife um ar de villa árabe, na qual se adivinhassem mulheres espreitando gulosamente os transeuntes por traz de intrincados mucharabis.<sup>92</sup>

A viajante Maria Graham se referiu em seu diário [Domingo], 29 [de setembro] de 1821:

A festa de S. Miguel fez sair as senhoras portuguesas, das quais não havíamos visto ainda uma só passar pelas ruas. O traje preferido parece ser o negro, com sapatos brancos e fitas brancas ou coloridas e flores no cabelo, uma manta de seda ou gaze preta ou branca. Vimos alguns padres, também, pela primeira vez, Penso que o edito em que se determina que se conservem dentro dos muros dos respectivos conventos origina-se do fato de estarem eles entre os fomentadores do espírito de independência. A apropriação de tão grande parte da renda da igreja pela corte de Lisboa torna-a evidentemente impopular entre o clero do país; não é difícil aos padres convencer o povo daquilo que é de fato verdade, isto é, que a remessa de tantos tesouros do país para sustentar Lisboa, que não pode agora nem governá-lo, nem protegê-lo, é um bom fundamento para queixas. Diz-se que os costumes do clero aqui são os mais depravados. Isto é provavelmente verdade. Os membros do clero romano, impedidos pelos votos, de exercerem as caridades ativas da vida social, só dispõem dos recursos da ciência e da literatura contra as paixões e os vícios. Mas aqui até os nomes da literatura e da ciência são quase desconhecidos. O colégio e a biblioteca de Olinda estão em decadência. Não há um só livreiro em Pernambuco e a população de suas diversas freguesias sobe a 70.000! Um jornal toleravelmente bem escrito, do qual não consegui arranjar o primeiro número, fundou-se em março. Sob o título de *Aurora Pernambucana*, e com a seguinte epígrafe de Camões:

*Depois de procelosa tempestade,  
Noturna sombra e sibilante vento,  
Traz a manhã serena claridade  
Esperança de porto e salvamento,*

Alude à chegada das notícias da revolução em Portugal, a 26 daquele mês e ao juramento do governador, magistrados, etc., de aderirem à constituição estabelecida pelas cortes. Sinto dizer que a publicação deste único jornal está interrompida nos dois últimos meses por ter o editor, ao que parece, assumido a secretaria do governo e não ter mais tempo para dirigir a impressão.<sup>93</sup>

<sup>91</sup> Sobre os vários aspectos referidos, ver: LIMA, Manuel de Oliveira. op. cit. p. 222-227; PERNAMBUCO, Arquivo Público de. **Um Tempo do Recife**. 1978; FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. 1960; MOTA, Mauro. **Modas e modos**. 1976; SETTE, Mário. **Arruar**: histórias pitorescas do Recife antigo. 1978; ver também as fontes impressas: AMARAL, Francisco Pacífico do. **Escavações**. Fatos da História de Pernambuco. 1974; GAMA, Lopes. **O Carapuceiro**: Crônicas de costumes. 1996; GRAHAM, Maria. **Diário de Uma viagem ao Brasil**. 1990; KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil**. 1980; KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 1978; TOLLENARE, Louis-François de. **Notas Dominicais**. 1978.

<sup>92</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. 1975, op. cit. p. 223.

<sup>93</sup> GRAHAM, Maria. 1990, op. cit. p. 141-142.



Outro viajante que esteve aqui, só que em meados do século XIX, foi o pastor americano Daniel Kidder, que fez várias descrições da época, como podemos ver:

A cidade divide-se em três paróquias: São Pedro de Gonçalves ou Recife, Santo Antônio e Boa Vista. Tem dezessete igrejas e capelas, além da capela inglesa, de construção recente: dois mosteiros, três recolhimentos, seis hospitais, entre particulares e públicos, um teatro, o palácio do governo, a alfândega, a cadeia, arsenais de marinha e militar e três quartéis. Quanto à instrução pública, possui um liceu, duas escolas de latim e sete primárias. Dispõe ainda de três prelos que publicam dois jornais diários e três outros periódicos, editando, ainda, livros, de vez em quando. Suas ruas são iluminadas por trezentas e sessenta lâmpadas e em parte pavimentadas. Datam de tempos remotos as quatro fortalezas que defendem a cidade: o forte do Pico, à extremidade do Recife, o Brum e o Buraco, nas praias arenosas, em direção a Olinda, e finalmente o das Cinco Pontas ou Pentágono, na face meridional da cidade.<sup>94</sup>

Detemo-nos um pouco nos viajantes, para exemplificarmos quanto são diversos os aspectos por eles descritos e quanto de informações podemos encontrar em seus escritos e diários.

É importante, ainda, uma última consideração quanto ao espaço produzido nessas terras da América. Portugal introduziu áreas urbanas próximas ao litoral, não imediatamente à ocupação do território, mas, por volta do século XVIII, aquelas áreas em que haviam fixado os primeiros núcleos de povoamento portugueses com seus equipamentos de administração e comércio, tais como as sedes governativas, as câmaras municipais, as feitorias e, principalmente, o porto. Foram nesses locais que gradativamente, como já dissemos, ia se formando os primeiros e ainda rudimentares núcleos urbanos: as vilas e cidades.

Nos espaços construídos do território americano, criou-se a Colônia, desenvolveram-se as estruturas de produção da sociedade colonial (fatores internos) que duraram por mais de trezentos anos. Mas, nos finais do século XVIII e início do século XIX, de forma abrupta, tal como tinha ocorrido no início da conquista dessas terras no século XVI pelos portugueses, transladando para cá suas instituições, sofreram o influxo dos novos ventos que sopram da Europa (ventos liberais) e atingem as instituições já existentes ou as que se formavam, alimentando um processo de mudança que as transformam em algo novo, em espaços (re)produtores ou (re)elaboradores das idéias liberais/iluministas,<sup>95</sup> responsáveis pela construção de uma nova visão de mundo, isto é, de valores, conhecimentos e idéias.

<sup>94</sup> KIDDER, Daniel P. 1980, op. cit. p. 90.

<sup>95</sup> Como se percebe, tomamos as expressões Iluminismo e Liberalismo sem fazer uma rígida distinção, considerando, essas, como o conjunto de idéias da classe burguesa em ascensão, pois entendemos que sua expansão, seja no mundo europeu ou fora dele — em nosso caso, a América —, “se dá inseparável”, isto é, concebemos o liberalismo juntamente com outros aspectos do iluminismo (a crítica à religião; a valorização da

Assim, os antigos espaços institucionais, gradativamente, começaram a romper com o ideário da sociedade do Antigo Regime e entraram em um processo de transição — são as metamorfoses políticas que aludimos no título de nossa pesquisa — como veremos no próximo capítulo.

---

razão, da ciência, da pesquisa, do pensamento laico, etc.) como responsáveis pela formação de uma nova mentalidade, principalmente na Europa. Não queremos com isto afirmar que são a mesma coisa, mas apresentá-los como doutrinas que compartilhavam dos mesmos princípios, como se fossem unha e carne, corpo e alma. Entretanto, nota-se que o Iluminismo, por definição, é mais amplo do que liberalismo, é o que se percebe em: MERQUIOR, José Guilherme. 1991, op. cit. p. 49, “Muitas vezes se diz que o liberalismo decorre em grande parte do Iluminismo. Isto é, em grande parte, verdade, mas, para compreendê-lo, devemos rememorar a natureza daquela era intelectual. (...) o Iluminismo foi basicamente uma tentativa de substituir a religião, a ordem e o classicismo pela razão, pelo progresso e pela ciência. Apoiou-se no novo senso de expansão do domínio sobre a natureza e a sociedade que tomou conta da Europa por volta de meados do século XVIII, na esteira de um notável crescimento de população, comércio e prosperidade que se seguiu a uma era de depressão econômica. Como tal, o Iluminismo significou acima de tudo uma “recuperação do alento”, (...). Ao mesmo tempo que se desdobrava na obra de Voltaire e Diderot, Hume e Adam Smith, Lessing e Kant, o Iluminismo juntou uma complexa coleção de idéias que abrangiam direitos humanos, governo constitucional e liberalismo, ou liberdade econômica. O pensamento do Iluminismo veio a coincidir com a maior parte dos ingredientes do credo liberal clássico, sem ser sempre liberal em termos estritamente político.”

Ver também: MACHADO, Maximiano Lopes. 2007, op. cit. p. 35-36; ABBAGNANO, Nicola. **Diccionario de Filosofia**. 2000, p. 535. Sobre o Iluminismo ver: REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Humanismo a Kant**. 1990, 665-852; e o clássico, HAZARD, Paul. **O pensamento Europeu no Século XVIII** (De Montesquieu a Lessing). 1983.

## CAPÍTULO 3

*Cidadania e participação política em uma esfera verdadeiramente pública de poder são processos de construção lenta, ainda mais no Brasil, herdeiro de cinco séculos de latifúndio e de quase outro tanto de escravidão.*

.....  
*... o liberalismo no mundo luso-brasileiro padeceu de limites profundos, estabelecidos pelas dimensões restritas da esfera política propriamente pública.*

Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil.  
(Lúcia Maria Bastos O. Neves)

### 3 TEMPOS DE FORMULAÇÕES: OS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS (RE)ELABORADORES DAS IDÉIAS LIBERAIS

A sociedade brasileira e pernambucana dos finais do século XVIII e início do XIX assentava-se sobre bases escravistas e apresentava um quadro de crise estrutural o declínio da mineração, que prejudicava a economia portuguesa e fazia aumentar a opressão sobre a Colônia.

Paradoxalmente, esse declínio corresponde, no plano internacional, a uma conjuntura que seria amplamente favorável ao comércio português de produtos agrícolas coloniais, proporcionando o renascimento agrícola da colônia — o açúcar, até o advento do café, seria o principal produto de exportação — que, por sua vez, beneficiava Pernambuco. É o que se depreende da fala de Manuel Correia de Andrade:

A crise econômica que atingira Pernambuco por um século, fora atenuada com o aumento da demanda de algodão no mercado europeu e com a expansão desta cultura, associada à pecuária nas terras de clima semi-árido. O binômio algodão-gado chegou a ganhar uma importância que muitas vezes suplantou a do açúcar, no valor dos produtos de exportação. Muitos proprietários tiveram oportunidade de melhorar suas casas nos engenhos e no Recife e em Olinda, onde vinham passar temporadas e a Semana Santa. Nestas ocasiões ostentavam a riqueza que possuíam.<sup>1</sup>

Assim, as condições socioeconômicas da capitania/província<sup>2</sup> de Pernambuco, quando da introdução das idéias liberais, eram favoráveis; estava-se em pleno renascimento agrícola e a economia açucareira, como já dissemos, passava por um surto de crescimento da produção e expansão do canavial<sup>3</sup>, além do desenvolvimento da cultura do algodão e da atividade pecuária.

<sup>1</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Pernambuco Imortal: O doce sonho da república*. v. 4, Recife: Encarte do *Jornal do Comércio*, 1995, p. 7.

<sup>2</sup> Usamos as expressões “capitania/província” sempre que nos referimos a um período de tempo relativamente longo e pouco preciso em seu conteúdo, ou seja, toda vez que tomarmos, no período, em estudo as idéias liberais, as instituições, as organizações administrativas, jurídicas etc. e os acontecimentos de forma mais generalizados e como um todo. Isto ocorre porque nosso objeto de estudo (as idéias liberais) cobre um recorte temporal relativamente longo (um quarto de século) de 1800 a 1825, e se alonga para antes e depois, correspondendo a diferentes circunstâncias políticas da administração portuguesa, em relação as suas terras na América (Brasil Colônia e Brasil Reino) e ao Brasil Independente (Império).

<sup>3</sup> MENDES JR. Antônio. *Brasil História: Textos e Consulta — Império*. 1983; LEITE, Glacyra L. *Pernambuco 1817: Estrutura e Comportamentos Sociais*. 1988, p. 33-83; \_\_\_\_\_, *Pernambuco 1824: A Confederação do Equador*. 1989, p. 29-55; FERRAZ, Socorro. *Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. 1996, p. 99-126; ANDRADE, Manuel C. de. 1995, op. cit. p. 5-6; FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 1987, p. 89-109.

Inseridas, neste contexto histórico em estudo, procuramos captar as transformações das idéias e posturas liberais ocorridas na capitania/província de Pernambuco na primeira metade do século XIX. Para tanto, investigamos os processos de mudanças e continuidades das várias instituições que funcionaram como espaços de (re)produção, propaganda/divulgação, estudos e conspirações de um ideário liberal/iluminista ou, como eram chamadas essas idéias perigosas, idéias francesas.<sup>4</sup>

### 3.1 ESPECIFICIDADE DO ILUMINISMO PORTUGUÊS

A existência de *instituições* em um meio que se caracterizava por atividades econômicas tradicionais (principalmente as rurais), nas quais seus núcleos urbanos diminutos mais se assemelhavam às cidades medievais — talvez nem tanto — e que, após trezentos anos de colonização (dominação) portuguesa, começa a apresentar mudanças, fazendo surgir *instituições novas*, semelhante a outras pertencentes a meios mais modernos, mais desenvolvidos e urbanizados voltado para as intensas atividades comerciais. Essas são as circunstâncias em que se insere o nosso objeto de estudo.

A investigação recai aqui sobre as instituições, pois elas nos permitem captar os movimentos de mudanças, informando-nos sobre a mentalidade e visão de mundo (ideologia) dos seus membros e — não só deles — da época, ou em outras palavras, quais idéias e posturas políticas os cidadãos da capitania/província possuíam ante o poder constituído. Assim como procedeu Habermas<sup>5</sup> — analisando as mudanças ocorridas nas várias instituições da sociedade européia, demonstrando suas transformações em esferas públicas burguesas — procuramos, também, perceber como nossas instituições transformaram-se e se (re)elaboraram para representar os desejos dos habitantes da capitania/província no transcurso do tempo.

Uma observação inicial se faz importante, por usarmos Habermas como um dos referenciais teóricos, em uma investigação que não tem por objeto a sociedade burguesa. De início, não estamos afirmando existir na Colônia uma classe burguesa, nem considerando ser a sociedade colonial também burguesa. Estamos, sim, afirmando existir no Brasil (Colônia/Nação) a presença de idéias oriundas desse segmento social, para cá transplantadas,

---

<sup>4</sup> ANDRADE, Manuel C. de. 1995, op. cit. p. 8; FERNANDES, Aníbal. **Idéias Francesas em Pernambuco na primeira metade do século XIX**. 1957, p. 11-37; CHACON, Vamireh. Introdução: O Discurso Político de Frei Caneca. In: CANECA, Joaquim do Amor Divino. **O Typhis Pernambucano**. 1984, p. 17-19.

<sup>5</sup> HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa, 1984.

as idéias liberais/iluministas que influenciaram, se amalgamaram, transformaram e criaram novos espaços de socialização, circulação de informações e trocas de experiências, de conhecimentos, idéias, valores etc. Espaços formais e não-formais (aqui genericamente chamados de instituições), que se transformavam em espaços públicos ou, no sentido habermasiano, de construções de esferas públicas de participação (criando assim, o cidadão), opostas às esferas do Estado absolutistas (de fidelidade do súdito) do Antigo Regime. Espaços e/ou instituições como bibliotecas, igrejas, escolas, albergues, reuniões em casa, associações secretas, maçonaria, encontros casuais em feiras, praças, armazéns, divulgação de periódicos, livros ou simples conversas entre indivíduos, entre outros, alguns desses espaços serão objetos de nossa investigação neste capítulo.

Estas instituições eram freqüentadas, quase que exclusivamente, pelos membros das elites socioeconômicas, entretanto, não raro, encontramos membros dos segmentos sociais mais pobres participando. Exemplos disso foi o frade revolucionário da Ordem Carmelita em Pernambuco, Frei do Amor Divino Caneca.<sup>6</sup>

Desse modo, os aspectos aqui abordados se inserem na sociedade brasileira e pernambucana da época em estudo, que se assentava sobre bases escravistas; entretanto, já nos finais do século XVIII e início do XIX, sofria um processo de urbanização e tornava-se mais complexa. Surgiam várias camadas sociais, principalmente nas áreas comerciais (nas vilas e cidades portuárias), mudando uma sociedade que polarizava uma minoria de senhores a uma maioria de escravos. As comunicações, embora ainda precárias, haviam se desenvolvido. Os antagonismos<sup>7</sup> e conflitos de interesses, seja entre as classes (dominantes e dominadas) ou entre as próprias elites e/ou parte delas (nacionais e metropolitanas), se aguçavam. Isso permitiu a formação de uma “opinião pública”<sup>8</sup>, que discutia a situação colonial, a prepotência das autoridades metropolitanas na Colônia e a nova legislação, que tornava a exploração metropolitana mais rígida e a vida dos colonos, mais difícil.

Era comum a essas elites da Colônia enviarem seus filhos para estudarem nas universidades européias, especialmente na de Montpellier, na França, e na de Coimbra, em

---

<sup>6</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. 1982, p. 495-506; MELLO, Evaldo Cabral de. Introdução: Frei Caneca ou a outra Independência. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. 2001, p. 11-47.

<sup>7</sup> Sobre as contradições do processo histórico brasileiro, como explicações dos movimentos que vão culminar na independência, ver: PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 20. ed. 1987, p. 357/8, 365, 374.

<sup>8</sup> Para uma análise da categoria de ‘opinião pública’ como perspectiva histórico-sociológica, ver: HABERMAS, Jürgen. 1984, op. cit. Principalmente: o capítulo III *funções políticas da esfera pública*; capítulo IV *esfera pública burguesa: idéia e ideologia*; capítulo V *para o conceito de opinião pública*.

Portugal, tendo sido o ensino desta última reformulado pelo Marquês de Pombal. Esses eram espaços de difusão de idéias novas, isto é, idéias liberais/iluministas, como veremos.

Nesse contexto, a produção social das idéias — no caso em estudo, as liberais — se dão na confluência e influências externas com a mentalidade escravista latifundiária (a aristocracia rural). Estas idéias liberais se produzem, são (re)elaboradas e propagadas nos espaços<sup>9</sup> institucionais ou não, tais como: o Seminário de Olinda, as sociedades secretas: Academias (Suassuna, do Cabo e Hospital e Biblioteca do Paraíso etc), Maçonarias e o Areópago de Itambé, ainda, um pouco mais tarde, a Escola e/ou Faculdade de Direito, na primeira metade do século XIX, as novas sociedades secretas e os grupos e posteriores partidos políticos.

Dentre os espaços institucionais importantes para nosso estudo, começaremos analisando o Seminário de Olinda, por não ser o único, mas um dos primeiros, temporalmente falando, a representar o ideário liberal/iluminista, em uma formação histórica social escravista.<sup>10</sup>

No dia 16 de fevereiro de 1800, era fundado pelo Bispo-governador José Joaquim de Azeredo Coutinho, Diretor Geral dos Estudos da Capitania de Pernambuco, nomeado por Carta Régia de 13 de abril de 1798<sup>11</sup>, o Seminário de Olinda, com cento e trinta e três estudantes, dos quais trinta e três seminaristas e cem alunos de fora; sendo, então, confiada a sua reitoria ao Cônego Dr. José de Almeida Nobre, que pertencera à extinta ordem dos jesuítas, e a vice-reitoria, ao Padre José Pinto de Carvalho.<sup>12</sup> O Seminário deveria fornecer

---

<sup>9</sup> Nos espaços institucionais tradicionais, os valores sociais e políticos da sociedade colonial, ainda em vigor, passam a ser contestados e uma nova visão-de-mundo, baseadas em novos ideais em que cabia aos homens transformar a realidade, construindo uma outra por suas decisões, isto se dava a partir da participação em uma esfera crescentemente pública de poder. Ver: Ibidem. p. 42-74; Para entender o processo de formação dessas esferas burguesa, ver também: p. 27-41 § *Para a gênese da esfera pública burguesa*.

<sup>10</sup> Para a fundamentação da formação social escravista brasileira, ver: GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 1988; OHLWEILER, Otto Alcides. **Evolução Sócio-econômica do Brasil**: do descobrimento à nova república. 1990; PRADO JÚNIOR, Caio. 20. ed. 1987, op. cit.; FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil**. 2004; SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888 – 1891)**. 1985; MALERBA, Jurandir. **Os Brancos da Lei**: Liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. 1994. Este último analisa a mentalidade da classe dominante em seus aspectos jurídicos, inserido nesta formação social.

<sup>11</sup> Carta Régia do Príncipe Regente. In: NOGUEIRA, Severino Leite. op. cit. p. 131, nota 7. (Cópia integral).

<sup>12</sup> COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 1958, v. VII, p. 13; BARATTA, cônego José do Carmo. **Escola de Heróis**: o Colégio de N. S. das Graças o Seminário de Olinda. 1972, p. 53; NOGUEIRA, Severino Leite. **O Seminário de Olinda e o seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**. 1985, p. 201, 205-209 (para a relação dos alunos matriculados); BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. (2006), p. 13. Estes dois últimos divergem com os dois primeiros em relação aos números dos alunos matriculados.

educação formal aos jovens, fossem eles pobres ou ricos<sup>13</sup>, tanto aos que se destinavam ao sacerdócio como aos que apenas queriam fazer as humanidades e depois continuar estudando em universidades européias. Ele foi instalado no antigo Colégio dos Jesuítas — conforme doação Real<sup>14</sup>, o qual foi restaurado e dispunha de excelentes e ilustres professores como o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro<sup>15</sup>, o Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro<sup>16</sup>, entre outros.

O Seminário não era um estabelecimento exclusivamente pio, somente para formação de padres, existiam os alunos que se preparavam para o sacerdócio, e os que não se destinavam à vida sacerdotal, estes procuravam no novo centro de estudo os seus cursos de humanidades e, ao concluí-los estavam aptos para os estudos na Europa, em Montpellier e, principalmente, em Coimbra. O que se percebe nestes procedimentos, é a influência de uma mentalidade nova e mais aberta para a época, que fora introduzido no Seminário através de seu estatuto, elaborado pelo fundador, o Bispo Azeredo Coutinho, de mentalidade liberal/iluminista.<sup>17</sup>

Percebemos melhor a visão de mundo formadora das novas instituições quando comparamos os contextos históricos/culturais em que se inserem o Seminário e o antigo Colégio dos Jesuítas, fechado por ordem do Marquês de Pombal, em 1759.<sup>18</sup> Este último fundamentava-se nos princípios filosóficos/teológicos da Escolástica medieval, conforme

---

<sup>13</sup> Como podemos ver, ricos e pobres, sem distinção, podiam ser alunos do seminário, conforme seu Estatuto, parágrafo 1º capítulo I e capítulo IV da parte primeira. Estatutos do Seminário Episcopal de N. S. da Graça da cidade de Olinda de Pernambuco. In: NOGUEIRA, Severino Leite. 1985, op. cit. p. 319 e 323. (O Estatuto está reproduzido no apêndice do livro, integralmente).

<sup>14</sup> Carta Alvará de Doação. In: NOGUEIRA, Severino Leite. 1985, op. cit. p. 381-383. (Cópia integral).

<sup>15</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. 1982, op. cit. p. 477-481; MARTINS, Pe. Joaquim Dias. **Os Mártires Pernambucanos**. s/d. p. 314-317.

<sup>16</sup> MARTINS, Pe. Joaquim Dias. s/d. op. cit. p. 125-129.

<sup>17</sup> NOGUEIRA, Severino Leite. 1985, op. cit. p. 105-106.

<sup>18</sup> LIMA, José Ignácio de Abreu e. **Sinopse ou Dedução Cronológica** dos fatos mais notáveis da História do Brasil. 1983, p. 223. “*Pelo Alvará de 19 de janeiro de 1759 foram os Jesuítas declarados banidos e proscritos de Portugal; e pelo de 3 de setembro (publicado na chancelaria a 3 de outubro) foram havidos como rebeldes, traidores, adversários e agressores, que tinham sido contra a pessoa del\_Rei D. José, e por tais declarações proscritos e desnaturalizados. Em virtude da C. R. de 21 de julho do mesmo ano fez o conde de Bobadela prender os jesuítas na cidade do Rio de Janeiro, e nas outras capitanias do Sul, no mês de novembro, mandando-os sair de todos os lugares onde residiam; outro tanto se praticou nas capitanias do Norte com o mesmo sigilo e pontualidade no ano imediato.*”;

BARATTA, cônego José do Carmo. 1972, op. cit. p. 42; “*A expulsão dos jesuítas, escreve Oliveira Lima, revestiu um aspecto geral de brutalidade certamente imerecida. Felizmente, Pernambuco, uma das mais adiantadas capitanias do Brasil, não imitou o que se fez noutras partes.*”;

\_\_\_\_\_, **História eclesiástica de Pernambuco**. 1922, p. 65-66; LIMA, Manuel de Oliveira. **Pernambuco**. Seu desenvolvimento histórico. 1975, p. 214-216.



estabelecido pelo Concílio de Trento, que determinou que deveria ser criado, em cada diocese, um seminário para formação de candidatos ao sacerdócio.

A cultura portuguesa pré-reforma<sup>19</sup> era fortemente empírica e pragmática, aberta às inovações e às influências externas. Nas análises de Vicente Barretto, Washington Vita e Cruz Costa, possuía, nessa fase, uma tradição intelectual progressista e dinâmica, fruto de um humanismo renascentista que colocara a nação lusa na ponta dos avanços científicos/tecnológicos, possibilitando as grandes descobertas marítimas, como se depreende da fala de Barretto:

O humanismo, nascido precisamente das novas descobertas marítimas, alargara a visão do mundo do homem europeu. Existia uma rápida substituição de valores. Os descobrimentos retificavam conceitos e idéias, que não correspondiam à realidade do mundo.

“À medida que as caravelas”, escreve o historiador Antônio José Saraiva, “iam desbravando o Atlântico para o sul, os navegadores substituíam ponto por ponto a herança empírica tradicional, adaptada a condições diversas das que eles enfrentavam, por um conjunto de regras ainda empiricamente elaboradas, mas resultantes de uma experiência nova e da colaboração da ciência teórica dos astrônomos. Uma observação direta e sistematicamente exercida sobre a natureza tendia assim a sobrepor-se ao simples empirismo das práticas de náutica. As viagens eram assim fecundas de conseqüências, que é indispensável considerar no estudo da evolução da cultura portuguesa até a sua expressão renascentista”

A própria tradição da cultura portuguesa era empírica. Os descobridores tiveram a preocupação de utilizar as viagens marítimas para confirmar e retificar o conhecimento clássico. (...).<sup>20</sup>

Nesta mesma perspectiva interpretativa, Washington Vita refere-se:

Êste fato demonstra o profundo vínculo existente entre as navegações e a cultura do Renascimento. Aliás, o concurso dos Descobrimentos foi enorme e incalculável para o desenvolvimento do espírito europeu moderno, para o desenvolvimento do humanismo, para a formação do sentido crítico, para a supressão do critério de autoridade em Ciência e em Filosofia, e para os lentos progressos do *Homo sapiens* diante da tirania do *Homo credulus*.<sup>21</sup>

O mesmo se conclui da fala de Cruz Costa:

Toda a atividade dos portugueses orienta-se para um sentido positivo, para uma forma concreta de pensamento, que se afasta e diferencia dos moldes das culturas

<sup>19</sup> Sobre o tema pré-reforma em Portugal, ver: BARRETTO, Vicente. **Evolução do Pensamento Político Brasileiro**. 1989, p. 27-28; COSTA, Cruz. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. 1967, p. 15-35; TÔRRES. João Camilo de Oliveira. **Interpretação da Realidade Brasileira**: introdução à história das idéias políticas no Brasil. 1973, p. 41, 46-47, 134-135; VITA, Luis Washington. **Panorama da Filosofia no Brasil**. 1969, p. 9-11.

<sup>20</sup> BARRETTO, Vicente. 1989, op. cit. p. 27-28.

<sup>21</sup> VITA, Luis Washington. 1969, op. cit. p. 11.

dos demais países da Europa medieval. Desde a Idade Média é fácil verificar no pensamento português a consciência de uma posição empírica, pragmática.<sup>22</sup>

Mas esta cultura moderna, dinâmica, voltada para as ciências empíricas, que fazia de Portugal uma nação contemporânea e, às vezes, pioneira das mudanças proporcionadas pelo Renascimento que acontecia na Europa, sofre um forte e profundo golpe, colocando-a na estagnação e no atraso.

Com isso, em Portugal, a Contra-reforma<sup>23</sup>, iniciada por D. João III, o Beato, filho de D. Manuel, o Venturoso, estabeleceu que as universidades deveriam ser o centro do *desprezo* do mundo, sendo entregue a de Coimbra aos Jesuítas, por D. João III. Foi assim que se rompeu com a tradição mais produtiva do renascimento lusitano e os introduziu no dogmatismo religioso da Reforma Católica e do Santo Ofício (1536), aprofundando, ainda mais, a cisão com a tradição intelectual portuguesa, isto é, entre um humanismo de inspiração científica/pragmática, “laico” (ex.: Bacon, Descartes, Galileu, etc), e o humanismo especulativo/abstrato, escolástico, de preocupações estritamente morais, metafísicas e teológicas (ex.: leitores de Aristóteles e São Tomás de Aquino, etc). É nesse momento, que no *terreno das idéias, o empirismo até então vigente, o saber prático e operacional foi substituído pelo culto da forma*. O humanismo clássico se reduziu a mera repetição dogmática de pensadores como São Tomás de Aquino e Aristóteles (culto à autoridade), limitando-se a uma erudição livresca, esterilizada pelo excesso de imobilismo canônico, e as línguas nacionais foram abandonadas, nas escolas, para só se falar o grego e o latim entre os estudantes. Foi neste contexto que a Companhia de Jesus e a Inquisição vieram configurar os contornos da sociedade portuguesa dos séculos XVII e meados do XVIII. No campo do ensino, o pensamento e a prática fundavam-se no método pedagógico da “*Ratio studiorum* — conjunto de normas regulamentando cursos, programas, métodos e disciplinas nas escolas jesuítas — colocava, no cimo do saber, a teologia, e a esta subordinava todos os outros ramos do conhecimento.”<sup>24</sup> Temos aqui o instrumento criado não só para ordenar e sistematizar as ações e procedimentos do pensamento escolástico, mas, também, uma ferramenta extremamente útil na defesa e no ataque ao espírito da Reforma. A *Ratio*

<sup>22</sup> COSTA, Cruz. 1967, op. cit. p. 19.

<sup>23</sup> Sobre o tema Contra-reforma em Portugal, ver: BARRETTO, Vicente. 1989, op. cit. p. 28-30; VITA, Luis Washington. 1969, op. cit. p. 11-27; CRIPPA, Adolpho (Coord.). **As Idéias Filosóficas no Brasil**. 1978, v. 1, op. cit. p. 62-71. Ibidem. v. 2, p. 39-53. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A Arte de Curar nos Tempos da Colônia: Limites e espaços da cura**. 2004, p. 80-92; PAIM, **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 1984, p. 205-220.

<sup>24</sup> BARRETTO, Vicente. 1989, op. cit. p. 28-29.

*studiorum* só foi publicada em 1599, pelo Padre Geral da Ordem dos Jesuítas Cláudio Aquaviva, dotando-os de um meio eficaz contra o avanço da Reforma luterana tanto em Portugal como nas suas Colônias, como demonstra Adolpho Crippa:

A Ratio Studiorum se refere à ordem e ao método dos estudos, feitos sob a forma de códigos “de leis e processos educativos”, visando evitar o “inconveniente das mudanças freqüentes que a grande variedade de opiniões e preferências individuais acarretaria, com a sucessão de professores e prefeitos de estudos”. Era assim “um plano de estudos e de ensino, uniforme e sistemático”.<sup>25</sup>

Desta forma, o pensamento jesuíta se tornou hegemônico e ocupou todas as esferas do poder e da sociedade, formando várias gerações de jovens através de suas instituições de ensino, e não só elas, que irão ocupar os mais diversos cargos na esfera pública e privada.<sup>26</sup> Assim, o ciclo de (re)produção dos valores, idéias e saberes estava montado e funcionando, durante mais de duzentos anos. É importante, ainda, destacar que “*os colégios fundados pelos jesuítas no período colonial eram quase todos de ‘fundação real’ e por isto pode-se dizer que, de fato, eram escolas “públicas” e, como tais, “gratuitas, ainda que não estatais.*”<sup>27</sup>

Sobre esse aspecto, a gratuidade do ensino, a situação não se alterou com a reforma feita no período pombalino, como demonstram as falas do viajante Inglês Henry Koster, ao chegar a Pernambuco na década de 1810: “*Escolas gratuitas foram fundadas em vários pontos do interior e ensinam latim em muitos desses cursos, mas a maior parte da instrução consta de leituras, escrita e aritmética. Mas essas escolas nem o Seminário exigiam pagamento para os alunos.*”<sup>28</sup> Do também viajante Tollenare: “*Este seminário ou colégio de Olinda é a única instituição pública para a instrução secundária do sexo masculino.*”<sup>29</sup>; e do revolucionário de 1817, Muniz Tavares: “*(...) Nas principais Vilas fundavam-se escolas*

<sup>25</sup> Grifo nosso. CRIPPA, Adolpho (Coord.). 1978, v. 2, op. cit. p. 43.

<sup>26</sup> Os jesuítas formavam profissionais para os mais diversos cargos, ver: Ibidem. v. 3, p. 41-42. “*Os estudos de Direito e Medicina só podiam ser feitos em Coimbra ou outra parte da Europa. O bacharel e o mestre em Artes não conferia título superior no Brasil pois estes eram privilégio da Metrópole; era preciso ir completar na Europa os seus estudos. Por isto o bacharel e o mestre em Artes passam a constituir no Brasil a aristocracia dos letrados, futuros teólogos, juízes, magistrados, médicos.*”

“*Segundo alguns autores as escolas dos jesuítas, no período colonial, visavam apenas as catequese, a preparação para os futuros sacerdotes jesuítas e de pessoal que servisse para ser profissionalmente feitor das Companhias de Comércio e Navegação. Por causa da catequese formaram aldeias visando atender a clientela indígena; nelas ingressavam os brancos nativos, futuros feitores, e os filhos dos donatários das Companhias. Mamelucos e mulatos não tinham acesso às suas escolas.*” Grifo nosso.

<sup>27</sup> Ibidem. v. 2, p. 52; ver, também, COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 157 e 158.

<sup>28</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 1978, p. 55.

<sup>29</sup> TOLLENARE, Luís-François de. **Notas Dominicais**. 1978, p. 94.

*preliminares pagas pelo Erário; a classe pobre entrava na participação das luzes.*”<sup>30</sup> É importante frisar que não devemos concluir do exposto que o ensino fosse generalizado e a capitania/província tivesse alto grau de escolaridade.

Esse estado de coisas — o Santo Ofício, a rigidez pedagógica dos Jesuítas e a Censura com as relações de obras proibidas, o Index<sup>31</sup> — que durou os séculos XVI e XVII e primeira metade do século XVIII, manteve Portugal num mundo cada vez mais distante das novas conquistas do espírito humano. Isto se confirma quando observamos a perda de importância das universidades portuguesas em relação às européias, como demonstra o historiador Carlos Miranda:

Os efeitos desse processo podem ser observados no século XVIII, quando ocorre a hegemonia de outras universidades européias, como as de Pádua, Nápoles, Edimburgo, Montpellier e Paris, em relação à academia de Évora e à de Coimbra.

E continua o historiador:

A revolução copernicana e os trabalhos de Kepler, Giordano Bruno, Galileu e as idéias de Bacon, Harvey e Descartes não conseguiram modificar a rigidez do pensamento escolástico dos jesuítas, os quais permaneceram ensinando em latim e desprezando as grandes descobertas do Renascimento científico europeu.<sup>32</sup>

Essa perda de importância se percebe com maior clareza quando observamos a relação dos pensadores constantes na nota trinta e um e na citação anterior, que estavam proibidos de serem divulgados em Portugal; todos eles e/ou suas obras fazem parte do conjunto de estudiosos avançados da época.

Entretanto, no Portugal Iluminista<sup>33</sup>, só alguns tiveram sua divulgação permitida, a situação mudara, mas não em tudo. Desta maneira, o Despotismo Esclarecido português

<sup>30</sup> TAVARES, Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 4. ed. Anotada por Oliveira Lima. 1969, p. 31.

<sup>31</sup> Esta (a censura) vai perdurar com outro nome mesmo após as reformas pombalinas. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. 2004, op. cit. p. 98-99. “Abolindo a censura da Inquisição, Pombal cria a Mesa Censória, com a finalidade de reprimir todos aqueles que não seguissem a nova orientação do Estado português. Assim, em 27 de setembro de 1770, um edital da Rel Mesa Censória torna pública uma lista de livros proibidos, por conterem doutrinas “falsas, temerárias, heréticas, sediciosas e ofensivas à paz e ao sossego público”. Nesta longa lista, figuravam os nomes de alguns dos maiores pensadores que a humanidade conheceu: Hobbes, Diderot, Voltaire, Spinoza, Rousseau, entre outros. Não satisfeito com tamanha violência, os censores de Pombal organizaram grandes fogueiras no Terreiro do Poço e na Praça do Pelourinho, em Lisboa, onde queimaram os livros que haviam sido censurados ou recolhidos. (...)”

<sup>32</sup> Ibidem. p. 90.

<sup>33</sup> Sobre o iluminismo português, ver: Ibidem. p. 97-108; CRIPPA, Adolpho (Coord.). 1978, v. 3, op. cit. p. 53-60; Ibidem. v. 1, p. 71-79; \_\_\_\_\_, **As Idéias Políticas no Brasil**. 1979, p. 45-61 e 63-92; BARRETTO, Vicente. 1989, op. cit. p. 30-35; COSTA, Cruz. 1967, op. cit. p. 56-58; VITA, Washington Luis. 1969, op. cit. p. 28-34; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas constitucionais: a cultura política da Independência**

nascia, trazendo no seu bojo, as limitações da mentalidade tradicional. Chamamos a atenção para este aspecto por ser muito importante, ele nos informa sobre a natureza e limites do iluminismo e das reformas realizados pelo Marquês de Pombal e as posteriores a ele.

É importante também considerar que, desde no início do século XVIII, assistia-se, em Portugal, a uma considerável abertura em relação ao exterior que, depois das dificuldades que se seguiram à Restauração de 1640, gradativamente, só fez aumentar. Como bem demonstra Manoel Cardozo:

O século XVIII em Portugal, apesar das contradições e limitações, foi um período de mudança acelerada e foi muito menos rígido em suas ortodoxias barrocas do que o século XVII. O espírito de inovação foi mais acentuado na segunda metade, sobretudo durante o período do Marquês de Pombal (1750-1777), mas começou a se fazer sentir muito antes; concebivelmente a partir de 1692, quando Catarina de Bragança retornou a Portugal; possivelmente em 1703, com o Tratado de Methuen com a Inglaterra; ou pelo menos em 1727, quando delegados vindos de Paris fundaram uma loja maçônica em Lisboa. Embora tênues ou insignificantes, foram rupturas na couraça do conformismo.<sup>34</sup>

Assim, com a ascensão de D. João V (1706-1750), alguns aristocratas, em geral ligados à diplomacia, mais conhecidos como *estrangeirados*, empenharam-se em desbravar os caminhos da cultura europeia, enfrentando, é claro, as resistências da sociedade essencialmente tradicional — diga-se de cultura clerical jesuíta. Este grupo, inicialmente pequeno, não cessou de crescer em número e influência ao longo da primeira metade do século XVIII, vindo a ocupar cargos no governo do referido rei, é o que se deduz da fala de Lúcia Maria Bastos, quando afirma que o grupo dos estrangeirados:

tornando-se o responsável, dentro da administração, por alguns sinais de renovação, em consonância com idéias de caráter cada vez mais claramente ilustrado, provenientes da França, da Inglaterra, da Áustria e, sobretudo, da Itália. Em 1750, a sorte estava lançada, mas muito tempo ainda seria necessário para decidir a partida.<sup>35</sup>

Só com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo — Marquês de Pombal — como Ministro de D. José I (1750-1777), foi que as coisas começaram a se modificar efetivamente, permitindo a participação mais significativa dos estrangeirados no governo, o

---

(1820-1822). 2003, p. 27-33; CHACON, Vamireh. 1984, op. cit. p. 13-22; PAIM, Antonio. **História do Liberalismo Brasileiro**. 1998, p. 15-20; AZEVEDO, Fernando de. **A cultura Brasileira**: Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 1963, p. 537-549.

<sup>34</sup> CARDOZO, Manoel. Azeredo Coutinho e o Fermento Intelectual de Sua Época. In: KEITH, Henry H. & EDWARDS, S. F. **Conflito e continuidade na sociedade brasileira** — ensaios. 1970, p. 90.

<sup>35</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2003, op. cit. p. 28.

Marquês era um deles. Suas preocupações com a eficiência administrativa demonstravam uma visão de ordem prática e racional típica de um homem ilustrado. Cria a Junta do Comércio, para estimulá-lo, e a Junta Administrativa da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, a fim de dinamizar este setor básico da economia portuguesa. Optou pela restauração da autoridade monárquica e, simultaneamente modernizou Portugal, expulsou os jesuítas e reformulou o sistema de ensino; estimulou as manufaturas portuguesas que haviam sofrido um golpe de morte com a assinatura do Tratado de Methuen; proibiu a exportação de ouro e combateu vigorosamente o contrabando; criou na sua colônia Brasil a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba e aumentou a rigidez da política fiscal. Tudo isso na tentativa de alavancar a economia e o espírito empreendedor do povo português. Mas é no campo das manifestações culturais que se percebe melhor o iluminismo do Marquês, suas medidas adotadas foram fundamentais para moldarem os principais aspectos da Ilustração portuguesa. Exemplo disto foi o controle das instituições educacionais pelo Estado e as mudanças realizadas no ensino superior, impondo um novo estatuto à Universidade de Coimbra (1772), para que pudesse formar pessoas que preenchessem os altos cargos da administração. Como afirma Lúcia Maria Bastos, esta instituição “*passou a servir como principal instrumento de homogeneização, em termos de valores e padrões de comportamentos dos indivíduos que pertenciam à elite.*”<sup>36</sup>

O iluminismo pombalino foi muito influenciado pelas idéias do médico Ribeiro Sanches, idealizador do Colégio Real dos Nobres, em Lisboa, que desempenhou uma forte influência na educação dos meninos pertencentes à nobreza portuguesa; pelas de D. Luís da Cunha, que sugeriu a reforma total do Santo Ofício, dando aos jesuítas liberdade de consciência, abolição do processo inquisitorial e fim do confisco de bens; pelas idéias de Duarte Ribeiro de Macedo, que preconizou a introdução das artes em Portugal para estancar a saída do dinheiro; e, principalmente, pelas idéias de Luís António Verney, autor da obra *O verdadeiro método de estudar*, que é formada por um conjunto de dezesseis cartas, nas quais apresenta uma crítica severa à pedagogia e aos manuais de ensino, até então, empregados pelos jesuítas em Portugal. O que Verney pretendia com a obra, era “*mostrar como a Nação deveria passar pelo “Iluminismo” para que pudesse fazer frente aos problemas econômicos e obter o desenvolvimento de Portugal não só no setor econômico mas também cultural e científico.*”<sup>37</sup> Ele foi o idealizador das reformas no ensino e na Universidade de Coimbra,

---

<sup>36</sup> Ibidem. p. 29.

<sup>37</sup> CRIPPA, Adolpho (Coord.). 1978, v. 3, op. cit. p. 55.

posta em prática por Pombal, que visava modernizá-la, para que essa, através da contribuição das ciências modernas, pudesse servir à elevação da produção, do comércio e da indústria, garantindo a formação de profissionais de que o país necessitava.<sup>38</sup>

A proposta intelectual de Verney se diferenciava da dos jesuítas, não só no método e no conteúdo, mas na visão de mundo, e nas escolhas intelectuais, como demonstra Crippa:

È preciso recordar que em 1746 os jesuítas proibiram o ensino das doutrinas de Descartes, Gassendi, Newton e Locke. Por isto, neste mesmo ano, Luis Antonio Verney, ao publicar sua obra, não só suscita polêmicas, mas também divulga a sua idéia de um “empirismo mitigado”.<sup>39</sup>

Apesar de toda contribuição do pensador português, percebe-se que “*o iluminismo de Verney é basicamente reformista: não tem a marca revolucionária e anti-religiosa do francês; é essencialmente reformista visando o progresso nacional e salvaguardando o humanismo. Era mais próximo, assim, do iluminismo italiano.*”<sup>40</sup> Esse iluminismo italiano era cristão e católico. As características apresentadas eram fruto da relação intrínseca entre o iluminismo e o Estado português, isto é, o iluminismo foi, em Portugal, um movimento “oficial”, financiado, executado (principalmente na Universidade de Coimbra) e incentivado pelos ministros do rei, por exemplo, o Marquês de Pombal e D. Rodrigo de Souza Coutinho, entre outros. Assim, a nova orientação dada ao iluminismo pelo Marquês se explica porque Pombal não queria saber do Iluminismo francês, pois este continha elementos capazes de pôr em perigo a autoridade em geral e a autoridade real, em particular.

A ascensão de D. Maria I ao poder, em 1777, não foi a negação total destas políticas pombalinas, antes, foi uma reação à pessoa de Pombal, por parte da nobreza e do clero. Esses fizeram a troca de influências e homens, deram continuidade a uma política de fortalecimento do Estado e da racionalização administrativa, reformulando suas atitudes em face dos clérigos. Entretanto, logo se apresentaram os limites de tais práticas intelectuais, pois, ao chegarem as primeiras notícias da Revolução Francesa e, com elas, o medo dos seus “abomináveis” princípios, a primeira reação a esta situação foi a repressão policial para conter a infiltração e a propaganda das idéias revolucionárias. Percebe-se, assim, uma oscilação nos representantes do iluminismo português, entre posturas ora progressistas ora moderadas.

<sup>38</sup> Ibidem. v. 3, p. 54-57; Ibidem. v. 1, p. 71; MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. 2004, op. cit. p. 97.

<sup>39</sup> CRIPPA, Adolpho (Coord.). 1978, v. 3, op. cit. p. 56.

<sup>40</sup> Ibidem. v. 3, p. 58.

Este quadro, com suas continuidades e rupturas, só começou a se modificar com a regência extra-oficial de D. João<sup>41</sup>, a partir de 1792, trazendo de volta as esperanças dos mais esclarecidos. Demonstra isso a continuidade dada à política cultural, a exemplo da abertura da Real Biblioteca Pública e da posse, no cargo de ministro plenipotenciário, ambas em 1796, de D. Rodrigo de Souza Coutinho, afilhado de Pombal, oriundo de família aristocrática e de formação ilustrada. Estadista preocupado com reformas, dirigiu sua atenção para as iniciativas no domínio econômico, financeiro, administrativo e cultural dos países vizinhos, atento ao que poderia aplicar em Portugal; também defendia a idéia de criar um grande “*Império luso-brasileiro, a colônia do Brasil ligada a Portugal, do qual este seria o centro comercial e aquela, o corpo produtivo, mas em condições de igualdade social com a metrópole e liberada, enfim, da maior parte dos entraves característicos do sistema colonial.*”<sup>42</sup> No intuito de realizar suas idéias, D. Rodrigo de Souza Coutinho reuniu à sua volta um grupo de intelectuais para exercer a administração do Estado português, entre eles, os brasileiros José Bonifácio de Andrade e Silva, Hipólito José da Costa, José Couto, Manuel Arruda da Câmara<sup>43</sup>, o bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho e muitos outros. Estes dois últimos são de especial importância para nosso estudo, pois este último foi governador de Pernambuco e fundador do Seminário de Olinda, espaço institucional de ensino no molde do iluminismo da Universidade de Coimbra reformada pelo Marquês de Pombal, e aquele, era médico e naturalista, tido como o fundador do controverso Areópago de Itambé, que estudaremos adiante. Como podemos perceber, temos, na constituição das esferas do Estado, um corpo de indivíduos voltados para administrá-lo segundo o ideário de uma geração de intelectuais ilustrados, metropolitanos ou coloniais, que funcionavam como instrumento de homogeneização<sup>44</sup>, em termos de valores e padrões de comportamento, sendo esses indivíduos de segmentos sociais diversos. Assim, concordamos com a historiadora Lúcia Maria Bastos ao afirmar que:

---

<sup>41</sup> D. João tornou-se, formalmente, príncipe regente de Portugal em 1799, embora já estivesse exercendo a função de chefe de Estado desde 1792.

<sup>42</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2003, op. cit. p. 31.

<sup>43</sup> É comum encontramos duas redações diferentes para o nome do médico e naturalista referido, uma: Manuel de Arruda Câmara, provavelmente incorreta, outra: Manuel Arruda da Câmara, provavelmente correta, como podem conferir nos documentos e textos manuscritos constantes em: ARRUDA DA CÂMARA, Manuel. **Obras reunidas**. (C. 1752-1811). 1982, p. 235-281.

<sup>44</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 2006; para a expressão homogeneização, p. 51, e para o papel homogeneizador das instituições, p. 55-67.



Inaugurava-se uma nova prática na esfera do Estado, através da qual se estabelecia um círculo de intelectuais, provenientes de segmentos sociais diferentes, que procuravam organizar uma discussão permanente entre pessoas privadas, sobre a necessidade de se renovarem as instituições políticas, sociais e econômicas do mundo luso-brasileiro. Esses indivíduos constituíram o núcleo a partir do qual uma nova cultura política se moldou, pois, imbuídos do espírito das reformas pombalinas, tinham aproveitado a penetração das novas idéias durante o reinado de d. Maria I para desenvolver agudo sentido prático. Na ótica das Luzes, acreditavam que o meio para atingir seus objetivos consistia na adoção de medidas de caráter cultural e, particularmente, pedagógico. Inserido no mundo do Antigo Regime, porém, esses homens esclarecidos, que participaram da revolução cultural de Portugal, não puderam deixar de considerar a religião como um dos esteios do Estado. (...).<sup>45</sup>

Outro aspecto importante dessa geração, que diz muito da natureza e dos limites dos homens que fizeram o iluminismo português — quero dizer, luso-brasileiro — como já nos referimos, são suas posturas moderadas, quando não conservadoras; isso fica claro, nas palavras da autora citada anteriormente:

(...). Imbuídos de noções reformadoras, esses ilustrados estavam mais identificados com a idéia de um grande Império luso-brasileiro do que com a de separatismo político. Na mesma perspectiva de Rodrigo de Souza Coutinho, buscavam o novo, mas simultaneamente queriam manter o antigo, principalmente no que tange às estruturas sócio-econômicas.<sup>46</sup>

Detemo-nos, um pouco demoradamente, nas instituições e nos movimentos de idéias portuguesas, pois parece-nos necessário para compreendermos melhor como se formou a mentalidade dos cidadãos da Colônia, fossem eles políticos, revolucionários, profissionais liberais ou homens públicos, entre outros. E porque nos informa, também, sobre o processo de mudança ocorrida nas várias instituições lusitanas — que, por extensão, atingiu as instituições da Colônia — à semelhança daquelas transformações às quais Habermas se refere quando da constituição da esfera pública burguesa.<sup>47</sup>

Analisando as transformações ocorridas até aqui, constatamos que as várias classes sociais elaboraram idéias e constituíram instituições que as representavam, produzindo, assim, suas visões de mundo e de si mesmas. Dessa forma, podemos identificar correspondências entre estratificações sociais e as instituições existentes na sociedade e, como faz Habermas, acompanhar as mudanças das instituições já existentes — pertencentes a uma determinada classe — transformando-se em outras de classes opostas, como foi o caso da burguesia, que se

<sup>45</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2003, op. cit. p. 31-32.

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_, Liberalismo Político no Brasil: Idéias, Representações e Práticas (1820-1822). In: PEIXOTO, Antonio Carlos. **O liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e práticas. 2001, p. 77-78.

<sup>47</sup> HABERMAS, Jürgen. 1984, op. cit. p. 27-68.

apossou das cidades medievais<sup>48</sup>, dos cafés<sup>49</sup>, dos salões<sup>50</sup> e ressignificou a família<sup>51</sup>, entre outras. Desta forma, o que queremos dizer, é que podemos conhecer o conjunto de idéias (ou como pensavam os indivíduos) de determinada classe estudando as transformações de suas instituições.

Para uma análise próxima da nossa, consultar a historiadora Lúcia Maria Bastos.<sup>52</sup> que considera o século XVIII português, mesmo com suas limitações, um período de constituição de certas esferas públicas, ainda que dúbias, por causa da ligação com o Antigo Regime e o desejo de mudanças lentas e graduais. Foi nesse período, principalmente entre 1750 e 1850, que se presenciou o nascimento de novos espaços de divulgação e discussão do pensamento político, em sentido *lato sensu*. Entendidos esses espaços,

Enquanto “esfera de pessoas privadas reunidas num público”, instituições como a própria Universidade, a Academia Real de Ciências de Lisboa, os círculos de aristocratas, como o de d. Rodrigo, as lojas maçônicas, e também as sociedades literárias, os salões, os clubes, os cafés converteram-se em instâncias de sociabilidade, nas quais exercitou-se um discurso propriamente político, porquanto público. (...).<sup>53</sup>

### 3.2 O LIBERALISMO EM PERNAMBUCO: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Voltemos nosso olhar, novamente, para as instituições da Colônia, em particular as de Pernambuco, visando captar os movimentos de transformações das idéias aristocráticas (espaços institucionais tradicionais/absolutistas) em idéias e posturas liberais, na primeira metade do século XIX. Essas instituições foram espaços em que as idéias iluministas, portuguesas ou francesas, propagaram-se. Existindo uma espécie de luta interstícia entre a corrente iluminista radical jacobina francesa, importada à revelia, e a portuguesa/italianizada, moderada, oficial: uma apelava à revolução, outra, à reforma. É o que estamos vendo tanto na metrópole e na Colônia, bem como na capitania/província de Pernambuco.<sup>54</sup>

---

<sup>48</sup> Ibidem. p. 28 ss.

<sup>49</sup> Ibidem. p. 48 ss.

<sup>50</sup> Ibidem. p. 62 ss.

<sup>51</sup> Ibidem. p. 60-68.

<sup>52</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2003, op. cit. p. 32.

<sup>53</sup> Ibidem. p. 32.

<sup>54</sup> CHACON, Vamireh. 1984, op. cit. p. 18.

A segunda posição (iluminista, mas, mais conservadora), inicialmente, era representada em Pernambuco pelo Bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho que, paradoxalmente, vai constituir o Seminário de Olinda<sup>55</sup> com uma mentalidade que, em muito, ultrapassará suas posições e idéias.<sup>56</sup> Assim, enquanto Azeredo Coutinho limitava-se à defesa de um “nacionalismo” para igualar (integrar) o Brasil a Portugal, na perspectiva de formar um único e imenso Império Luso-brasileiro, os ideais dos membros docentes e discentes de seu Seminário (não todos) buscavam um nacionalismo que deseja a autonomia — como demonstraram, por exemplo, o Movimento Revolucionário de 1817<sup>57</sup> e o viajante inglês Henry Koster: “as instituições públicas não são numerosas mas as que existem são excelentes. O Seminário de Olinda, para educação de rapazes, é bem dirigido e vários dos professores são pessoas de cultura e princípios liberais.”<sup>58</sup> Isso foi resultado do conjunto de circunstâncias da capitania/província que, em um processo de avanços e recuos, influências e confluências, idas e vindas e numa espécie de zigue-zagues, gestou em uma complexa dinâmica de opressão e resistências, interesses e conflitos econômicos, políticos e sociais que se casaram e produziram o espectro de Revoluções, na capitania/província de Pernambuco, na primeira metade do século XIX.

Essas circunstâncias foram marcadas, inicialmente, como já dissemos, pelos conflitos de interesses entre as elites nacionais (ou parte dela) e elites metropolitanas, não significando que, localmente, seja esta sociedade harmoniosa e homogênea; pelo contrário, o quadro social da Colônia e de Pernambuco, em particular, era extremamente contraditório, existindo, assim, conflitos internos entre os vários segmentos sociais, os latifundiários donos de terras e escravos, as camadas médias e a maioria da população — brancos pobres, mestiços e escravos. Após a independência, os conflitos seriam entre estes últimos.

Entretanto, as idéias e posturas liberais se materializavam nos conflitos de interesses entre a *elite dominante local ou frações dela* e a *elite mercantil portuguesa*. É importante lembrar que essa caracterização geral não significa que houvesse uma homogeneidade de

---

<sup>55</sup> Para a análise da educação superior como elemento de unificação ideológica da elite imperial, ver: CARVALHO, José Murilo de. 2008, op. cit. p. 63-92.

<sup>56</sup> “Em suma, não havia indícios, quando Azeredo Coutinho o criou, de que o seminário viria a ser aquilo que chegou a ser depois: a alma mater dos liberais que tiveram ativa participação na vida política ulterior de Pernambuco. Os tempos mudaram, e também os homens envolvidos no funcionamento da escola. Mas o Bispo que se tornou Inquisidor-Mor de Portugal, por mais orgulhoso que estivesse de sua sementeira, dificilmente poderia ter ficado satisfeito com a colheita.” CARDOZO, Manoel. 1970, op. cit. p. 105.

<sup>57</sup> Alguns de seus líderes foram membros do Seminário de Olinda como professores ou seminaristas.

<sup>58</sup> KOSTER, Henry. 1978, op. cit. p. 55.

comportamento nos e entre os dois grupos da elite. Na verdade, as elites são heterogêneas e se cruzavam, existindo brasileiros que defendiam interesses mercantis portugueses e até portugueses que defendiam interesses locais, comportamento que muda de acordo com as circunstâncias, isto é, indivíduos que, em um determinado momento, defendiam os interesses do primeiro grupo, em outros momentos, defendem os do segundo, dependendo de suas conveniências, o que dificulta qualquer taxonomia homogeneizadora e simplista. Posteriormente, após a independência, os conflitos seriam entre a elite local e os segmentos médios da sociedade.<sup>59</sup> Esses conflitos se situam em nível quase estritamente político, porque se localizam na “superestrutura” da sociedade, apresentando-se como disputas pela hegemonia no controle do “Estado Nacional” (em seu processo constitutivo), ou seja, controlar o aparelho institucional significa colocá-lo a serviço dos grupos que o detêm, porque é daí que provém a ajuda financeira sob diferentes formas desde trabalhos públicos, tráfico de influências, financiamentos das exportações, impostos, etc, e se projetam em defesa de uma região porque essas elites se reproduzem em função dos subsistemas econômicos regionais, e se organizam em torno do pensamento liberal.<sup>60</sup>

Chamamos a atenção para esse aspecto — a condição social dos representantes das idéias liberais — porque nos informa sobre as motivações dos vários conflitos e visões de mundo que constituíam o universo mental dos habitantes, como também, dos membros das instituições da sociedade colonial e dos vários movimentos políticos de contestação na capitania/província de Pernambuco, no início do século XIX, como veremos no próximo capítulo. Informa-nos ainda, das posições e afinidades dos indivíduos em relação às correntes liberais/iluministas já referidas; possibilitando-nos perceber que, de um modo geral, os membros de uma determinada classe social correspondem à defesa de um conjunto de idéias da classe à qual fazem parte. Essa “correspondência” — idéia/classe — não se dá de forma determinada e linear, sabemos que, às vezes, membros de uma determinada classe defendem os interesses e idéias de outra e vice versa. Isso é, a condição de classe pode até explicar os limites e avanços que uma pessoa possui, mas, não exclusivamente. No nosso caso, por exemplo, a condição de classe do Bispo Azeredo Coutinho indica muitas de suas posições e

---

<sup>59</sup> Sobre essa estratificação social, ver: FERRAZ, Maria do Socorro. 1996, op. cit. p. 42-43; FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 1997, p. 203-221; MACHADO, Teobaldo. **As Insurreições Liberais em Goiana**. 1990, p. 55-60.

<sup>60</sup> FERRAZ, Maria do Socorro. Conflitos Políticos em Pernambuco: Questões metodológicas. **CLIO — Revista do Mestrado em História da UFPE**, nº 10, Recife: UFPE, 1988, p. 115.

de seu comportamento pouco ou nada ousado<sup>61</sup>; filho de família rica, proprietária de terras e escravos, veio a estudar em Coimbra e a seguir uma carreira eclesiástica, fez parte de uma geração de intelectuais luso-brasileiros, Bacharel em Direito e formado em Teologia na Universidade de Coimbra pós-reforma iluminista, um dos representantes da mentalidade colonial/ilustrada portuguesa no período do ministro ilustrado D. Rodrigo de Souza. O Bispo Azeredo Coutinho não foi homem de idéias e ações revolucionárias, limitou-se a defender reformas que garantissem os interesses portugueses, tais como eficiência econômica e, principalmente, cultural (demonstrou isso quando governador da capitania de Pernambuco), baseada na racionalidade iluminista. Entretanto, não ousava ir além de uma administração ilustrada a serviço da Coroa, dito de outra forma, Azeredo dava continuidade às ações pombalinas (particularmente na área educacional), sem a mesma radicalidade crítica com relação ao clero jesuíta.<sup>62</sup> Apenas queria garantir a modernidade para Portugal e legitimar a construção de um Império Luso-brasileiro aos moldes projetados pelo ministro D. Rodrigo de Souza,<sup>63</sup> assim, ele foi um tipo clássico representativo do despotismo ilustrado lusitano.<sup>64</sup>

Antes de passarmos a outro ponto, queremos fazer referência a dois historiadores que sintetizam, de forma bastante esclarecedora, os aspectos anteriormente abordados — as condições de classe dos indivíduos em relação às idéias que a representam, e as posturas políticas das elites ilustradas.

---

<sup>61</sup> “*Em Portugal, num ambiente cultural marcado pela tibieza da burguesia, formou-se Azeredo Coutinho. Nessa tibieza se radicava a força do **despotismo esclarecido**. Mas ela representava, também, a sua fraqueza. As contradições desse momento histórico complexo atingiram, profundamente, a própria Igreja Católica luso-brasileira, de onde emergiu um segmento que ousou desafiar a autoridade papal, sob a bandeira do regalismo. Azeredo Coutinho cerrou fileira com aqueles que combateram nesse campo.*” ALVES, Gilberto Luiz. **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836**. (1993), p. 86. Grifo no original.

<sup>62</sup> A oposição mais dura de Pombal com relação aos jesuítas não significou uma oposição à Igreja em geral, ao contrário, significou apoio às ordens ligadas ao iluminismo italiano (oratorianos). O que, na verdade, ele queria, era romper com os representantes da Contra-reforma e do iluminismo francês.

<sup>63</sup> Para uma análise mais detalhada da Ilustração luso-brasileira, em particular no período de D. Rodrigo de Souza Coutinho, ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da metrópole e outros estudos**. 2005, p. 39-126; MAXWELL, Kenneth. **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. 1999, p. 157-207.

<sup>64</sup> Sobre Azeredo Coutinho e seu Seminário, a bibliografia é enorme e heterogênea, em alguns casos chega a ser contraditória, ver, por exemplo: NOGUEIRA, Severino Leite. 1985, op. cit.; COUTINHO, José J. da Cunha de Azeredo. **Obras Econômicas (1794-1804)**. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. 1966; SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ideologia do Colonialismo: Seus Reflexos no Pensamento Brasileiro**. 1984, p. 13-28; CARDOZO, Manoel. 1970, op. cit. p. 86-122; BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 39-49; SIQUEIRA, Sônia Aparecida. A Escravidão Negra no Pensamento do Bispo Azeredo Coutinho: Contribuição ao Estudo da Mentalidade do Último Inquisidor Geral. In: SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **Estudos Sobre a Escravidão Negra**. v. 1, 1988, p. 365-452; ALVES, Gilberto Luiz. 1993, op. cit.; AZEVEDO, Fernando de. 1963, op. cit. p. 556-559; KOSTER, Henry. 1978, op. cit. p. 55; TOLLENARE, Luís-François de. 1978, op. cit. 94, 130-131; TAVARES, Muniz. 1969, op. cit. p. 30-31 e Nota X, p. 252-256; COSTA, F. A. Pereira da. 1954, v. VI, op. cit. p. 573-582; Ibidem. 1958, v. VII. p. 11-20; BELLO, Ruy de Ayres. **Subsídios para a História da Educação em Pernambuco**. 1978, p. 77-84.

Gilberto Luiz Alves, estudando o Seminário de Olinda, confronta a proposta pedagógica de Azeredo Coutinho (que considera burguesa) com a dos jesuítas (tridentina) e analisa as visões de mundo que cada uma representa. Essas visões pertencem a determinada classe social, isto é, para cada classe social corresponde um conjunto de idéias, valores, interesses e visões de mundo que estruturam a mentalidade dos seus integrantes em determinada época, marcando suas práticas políticas, sociais e suas evoluções históricas. Deste modo:

(...) procedeu-se a uma abordagem que expõe o movimento que esteve na base do desenvolvimento da educação burguesa, desde o Humanismo, passando pela Reforma, até chegar ao Iluminismo. A postura antagônica, identificada com a reação a esse desenvolvimento, é representada por Erasmo. A da Reforma encarna-se em Comênio, enquanto a iluminista é formulada por Azeredo Coutinho, segundo os Estatutos do Seminário de Olinda. O *Ratio Studiorum*, sistematizado pela Companhia de Jesus, é tomado como paradigma da Contra-Reforma.<sup>65</sup>

Kenneth Maxwell resgata a importância de D. Rodrigo de Souza para a historiografia portuguesa. D. Rodrigo de Souza, absolutista ilustrado, incansável homem de projetos e reformas, que, em 1803, quando consultado sobre a situação da Europa [o clima de tensão entre a França de Napoleão Bonaparte e a Inglaterra, pela hegemonia do Continente era intenso], recomenda ao príncipe regente de Portugal, D. João, a transferência da sede da monarquia para a América.<sup>66</sup> Posição esta anterior ao século XIX, que já agradava, em 1792, tanto os grandes senhores de escravos das regiões costeiras quanto aos mineiros pós-inconfidentes e arrependidos, pois estavam prontos para uma solução de compromisso com a Metrópole. As reformas e a reorganização proposta, estabelecendo a sede da monarquia no Brasil, representavam uma solução negociada bem-vinda e esperançosa, que oferecia a oportunidade de mudanças políticas sem desintegração social na relação metrópoles-colônia<sup>67</sup>, como nos informa o referido historiador:

O plano de transferir a Corte para o Brasil, abraçado por d. Rodrigo, em 1803, era eminentemente aceitável para os brasileiros brancos. O Cônego Luís Viera da Silva, já em 1789, considerava a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro como a melhor solução possível para os problemas do Brasil. Alvarenga Peixoto, em uma ode dedicada à rainha, em 1792, pedia-lhe que visitasse seus súditos americanos. Um dos poucos pontos que vieram à tona no inquérito relativo

<sup>65</sup> ALVES, Gilberto Luiz. 1993, Op. Cit, p. 21-22. Para o aprofundamento da análise das classes sociais com relação as idéias que a representam, ver p. 74-90.

<sup>66</sup> MAXWELL, Kenneth. 1970, op. cit. p. 187.

<sup>67</sup> Ibidem. p. 188-189.

às acusações, aparentemente forjadas, contra o capitão Francisco de Paula Cavalcante e outros, em Pernambuco, no ano de 1801, foi a evidente preocupação, existente no Brasil, quanto ao que viria a acontecer caso o príncipe regente não se estabelecesse na América, na eventualidade da perda de Portugal.<sup>68</sup>

Maxwell destaca, assim, a preocupação de D. Rodrigo em realizar o projeto de construção de um império luso-brasileiro — para tanto, formou junto a si uma equipe de bacharéis e cientistas brasileiros, como já demonstramos. Esse aspecto é importante para se compreender as posturas progressistas e conservadoras das elites letradas/políticas e escravistas brasileiras. Partes dessas elites letradas estudavam na Europa, principalmente em Coimbra, tomavam posições políticas progressistas, às vezes, chegavam a defender a independência e, em alguns casos, com República; entretanto, devido às notícias de revoltas negras em São Domingos, recuaram dessas idéias (projetos) e se satisfizeram com a conservação e adoção de uma Monarquia Ilustrada no Brasil. Essas notícias punham as elites da Colônia em “polvorosa” e explicam, em parte, as razões de se buscar uma solução de compromisso com a Metrópole, como observa o historiador Kenneth Maxwell:

Parte das razões, tanto para as preparações quanto para a recepção cordial, situava-se no curso dos acontecimentos que tiveram lugar entre 1789 e 1808. O fator tempo da conspiração mineira e da baiana, bem como a relação entre a cronologia dos acontecimentos ocorridos no Brasil, a Revolução Francesa e a revolta dos escravos em São Domingos causaram, entre os brasileiros brancos, a guinada do flerte com o republicanismo para uma aceitação otimista da monarquia. Ministros compreensivos, que faziam parte do governo português, especialmente durante o período entre 1796 e 1800, no qual d. Rodrigo de Souza Coutinho teve o controle do departamento dos domínios ultramarinos, incentivaram muitos brasileiros que poderiam ter-se tornado nacionalistas — dos quais muitos, na verdade, viram com simpatia o movimento republicano em Minas Gerais — a ingressar nos escalões superiores da formulação de políticas. Essa colaboração entre os intelectuais brasileiros e os ministros esclarecidos produziu uma idéia imperial, de inspiração luso-brasileira, que foi além do nacionalismo, em direção a uma solução mais ampla, de caráter imperial, tentando desarmar as tensões Metrópole-Colônia.<sup>69</sup>

Como podemos perceber, as idéias liberais/iluministas na tradição portuguesa, ou melhor, luso-brasileira e, se quiser, sulista, hoje diríamos Sudeste, quase sempre, apresentam-se como um iluminismo moderado; filtrado pelos interesses latifundiários/escravistas das elites da Colônia.

Opunha-se a essa perspectiva liberal — “oficial” — uma outra, radical e revolucionária, mais conhecida como jacobinismo francês. Nessa segunda corrente, acreditamos que as camadas economicamente dominantes (aristocracia rural) da sociedade,

<sup>68</sup> Ibidem. p. 188.

<sup>69</sup> Ibidem. p. 190. Grifo nosso.

foram inicialmente, as que representavam e disseminavam as idéias liberais, e, posteriormente, com o desenvolvimento de áreas urbanas, pelo menos, nas vilas e/ou cidades portuárias — devido ao comércio, passam a ser defendidas pelos segmentos médios da sociedade.<sup>70</sup> Como essas idéias francesas penetraram a Colônia, e em Pernambuco, principalmente? Através dos filhos dos potentados da terra, que iam estudar na Europa — em Montpellier etc — como já destacamos; entretanto, outros meios eram usados, sobretudo, quando de obras proibidas, usavam-se o contrabando e a aquisição feita pelas autoridades e pessoas renomadas da Corte (tráfico de influências), afora os livreiros e viajantes, entre outros.

Desta maneira, as idéias liberais/francesas iam se propagando na capitania/província de Pernambuco, divulgadas por pessoas influentes, como o capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, rico senhor de engenho e chefe de uma conspiração política, conhecido como Coronel Suassuna; o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, professor de desenho do Seminário de Olinda, intimamente ligado às idéias republicanas, saturado de leituras liberais, o qual desenvolveu ativíssima propaganda, sendo um dos mais prestigiosos e legítimos chefes da revolução de 1817<sup>71</sup>; Dr. Manuel Arruda da Câmara, carmelita secularizado por um breve pontifício, aluno da Universidade de Coimbra e médico pela faculdade de Montpellier, um dos primeiros divulgadores das idéias liberais e republicanas defendidas por autores franceses e, sobretudo, pelos revolucionários de 1789. Ainda era ele apontado como o, ou um dos introdutores da Maçonaria e criador do Areópago de Itambé nas fronteiras de Pernambuco com a Paraíba, tendo sido sempre um exaltado partidário das idéias francesas<sup>72</sup>, como demonstra uma das autoridades judiciais vindas para Pernambuco devassar os implicados da Revolução de 1817, Desembargador Berto Teixeira Álvares de Carvalho, o qual, em carta ao Ministro do Reino, Tomás Antônio Vila Nova Portugal, datada, do Recife a 30 de abril de 1818, afirma:

Quando estive em Lisboa, por via de um bacharel que foi despachado para Juiz do Crime de Angola e veio a morrer no Rio de Janeiro, chamado Jerônimo da Cunha, soube eu que Simão Pires Sardinha e um Padre José Luís, ambos de Minas Gerais e assistentes em Lisboa, convidavam os brasileiros para sua casa para os imbuírem no sistema republicano e meio de o plantar no Brasil; e que um Manuel Arruda da Câmara e seu irmão, o Doutor Médico Francisco Arruda da Câmara, vieram para

<sup>70</sup> Ver: CABRAL, Eurico Jorge Campelo. **Os Suassuna, As Idéias Liberais e a Conspiração dos Autonomistas**. 1999, 78 p. Monografia (Especialização em História de Pernambuco). Universidade Federal de Pernambuco. p. 58-70.

<sup>71</sup> KOSTER, Henry. 1978, op. cit. p. 284, nota (5).

<sup>72</sup> TAVARES, Muniz. 1969, op. cit. p. 259, Nota X.



Pernambuco com o mesmo projeto; os três primeiros morreram antes desta Revolução, mas ainda é vivo o terceiro; deste falam as testemunhas da devassa e está preso e omitiram os outros... O sobredito Manuel Arruda, quando chegou a Pernambuco, chamou para si o padre João Ribeiro, dos mais principais dos levantados e que foi Governador e teve-o sempre consigo e o fez seu testamenteiro, chamando-lhe sempre seu discípulo, e tudo isso as testemunhas calam... Estes homens como franco-maçons muito sócio ocultos...<sup>73</sup>

Tollenare, viajante francês que se encontrava em Pernambuco quando estourou a Revolução de 1817, também se refere à influência dessas idéias: “*Este estabelecimento [Seminário de Olinda] é um dos maiores benefícios prestados por este digno prelado, animado de idéias liberais e que era capaz de operar uma útil reforma nos costumes*”.<sup>74</sup> E continua o francês, em outro ponto do seu diário, comentando o desejo dos homens da província de serem informados sobre as luzes:

Depois do jantar nos estenderam esteiras no chão para fazermos a sesta; depois disto veio o banho; após, a minha qualidade de estrangeiro, me foi preciso fazer frete ao guardião e a um outro frade, aos quais nenhuma das circunstâncias da nossa Revolução francesa era estranha; as suas infundáveis controvérsias demonstravam a sua erudição e o desejo de se instruir; mas, não contribuíam a instruir-me do que um estrangeiro deseja saber sobre o Brasil; a todo o momento eu procurava levá-los a falar do interior do país que tantas vezes têm percorrido; mas, a política européia era a sua mania, e eu os deixei todo envergonhado de ter sido menos hábil do que eles na arte de fazer perguntas que decidem o assunto de uma conversação.<sup>75</sup>

.....

Antes da revolução reuniam-se, à tarde, várias vezes por semana, em minha casa, o Padre João Ribeiro e alguns dos seus amigos, parte dos quais se liga ao carro da sua fortuna, e parte dele se afastou; o sr. Diretor da alfândega e o sr. José Carlos também compareciam algumas vezes.

Estes senhores desejavam ser instruídos sobre o estado das artes, das ciências e da filosofia na França, e imaginavam loucamente que um simples negociante era capaz de satisfazê-los sobre estes pontos importantes; eu lhes dizia o pouco que sei e o que penso, prevenindo-os da fraqueza das minhas luzes.<sup>76</sup>

.....

Estes senhores pareciam aprovar esta opinião, e falávamos de sistemas de educação. Recordo-me que um dia o Padre João Ribeiro me disse: “É em vão que se pretende abafar as idéias liberais; pode-se adormentar por um momento a liberdade; mas, ela terá sempre o seu despertar, não duvideis disto”.<sup>77</sup>

Alongamos-nos um pouco na citação porque ela nos informa do contexto social do autor, mostrando, também, a relação íntima que tinha com os mais importantes líderes da

<sup>73</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. vol. CIV. 1954, p. 156.

<sup>74</sup> TOLLENARE, Luís-François de. 1978, op. cit. p. 130.

<sup>75</sup> Ibidem. p. 26.

<sup>76</sup> Ibidem. p. 156.

<sup>77</sup> Ibidem. p. 157.

revolução de 1817. Percebemos, assim, como se construiu a mentalidade dos participantes do movimento — encontros e reuniões em casa, nas academias, clubes, lojas maçônicas e bibliotecas.<sup>78</sup> Muitos foram os clérigos envolvidos em 17 e 24, a exemplo de Pe. Antônio Jácome Bezerra, do Frei João da Conceição Loureiro, do Pe. João Cavalcanti de Albuquerque, entre outros, todos ligados ao ideário francês, pois o número dos indiciados chegou, segundo Gláucio Veiga, a 44 clérigos.<sup>79</sup> Com a Confederação do Equador, não foi diferente, basta citar seu principal ideólogo, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Esta presença francesa na capitania/província de Pernambuco é significativa para compreendermos como se formou a mentalidade e o espírito de rebeldia nesta parte da Colônia. Entretanto, percebemos uma desigual e descontínua circulação de idéias na antiga capitania Duarteina — seja em relação a outras partes da Colônia (principalmente o Rio de Janeiro) ou na própria capitania/província (Recife em relação ao restante de Pernambuco). Alargadas pouco a pouco, a partir de 1808, tais idéias encontraram eco junto a um público reduzido e díspar: comerciantes, estudantes, professores, funcionários públicos, advogados, médicos, militares, membros de irmandades secretas, padres, entre outros segmentos.

Assim, em Pernambuco, apesar das restrições impostas pela censura portuguesa, a circulação de idéias possibilitou a formação da opinião pública, a construção de uma consciência de que éramos Colônia e a insatisfação com a condição de opressão em que vivia a capitania (principalmente após a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808), como podemos perceber nos vários movimentos de contestação, protestos e de revoltas, nos grupos sediciosos, nos motins, nas quarteladas e nas revoluções ocorridas na primeira metade do século XIX, na antiga capitania Duarteina. Tudo isso são demonstrações de inconformismo, mas também de uma certa coesão ideológica de novo tipo que formava e construía um novo léxico político para seus membros. A análise desse vocabulário nos permite captar as mudanças na mentalidade da população da capitania, como fez Denis Bernardes, ao estudar a Conspiração dos Suassuna:

*De uma forma não exaustiva, podemos traçar um inventário lingüístico das duas linhas do comportamento político, acima mencionados, tal qual elas foram percebidas pelos representantes do poder metropolitano, em 1801:*

<sup>78</sup> Para analisar a evolução e transformações dessas instituições, ver notas 48 a 51, supra.

<sup>79</sup> VEIGA, Gláucio. Perfis Iluministas da Revolução de 1817. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. LII, 1979, p. 242-245; ou \_\_\_\_\_, **História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife**. 1980, v. 1. (Período Olinda), p. 185-187.

**Do lado das novidades:**

“idéias revolucionárias”

“era preciso procurar a liberdade”

“sentimentos perversos, pérfidos e abomináveis”

“idéias facciosas e revolucionárias pela liberdade e mudança do Governo”

“Inconfidência”

“Horível e execrável procedimento”

“Horível e abominável delito”

“Pérfidos, execráveis e abomináveis projetos”

“Novidades”

“Veneno”<sup>80</sup>

**Do lado da cultura política tradicional:**

“defesa e conservação dos domínios de Sua Alteza Real”

“assegurando ao mesmo Augusto senhor que nós não pouparemos nenhum trabalho, mesmo ao preço de nossa vida para defender o sagrado depósito a nós confiado, e que a todo tempo daremos prova de nossa fidelidade”

“Honra e fidelidade de verdadeiros súditos”

“(…) espírito patriótico do qual os fiéis portugueses sempre foram dotados”

“Respeito, amor, fidelidade e vassalagem ao nosso Augusto Soberano”.

Um outro trabalho de análise lingüística do vocabulário político, mas em outra perspectiva, com a intenção de interpretar estatisticamente o emprego de expressões lexicais presentes neste movimento, em seus vários momentos, foi comentado por Glacyra LEITE em *Pernambuco 1817*, em que assim se refere:

Com a mesma preocupação por uma metodologia científica, os autores de “Introdução ao estudo do vocabulário político através dos autos da devassa na Insurreição Pernambucana de 1817”, desenvolveram um trabalho aplicando os resultados de estudos lingüísticos e semânticos a textos históricos.

Os autores detêm-se na análise dos campos conceitualistas estruturados em função das lexias: “ordem” / “desordem” e “Revolução” / “Contra-revolução”.

Na página 150, no quadro demonstrativo apresentado pelos grupos sócio-profissionais, constatam que os conceitos de “ordem” emitidos pelos militares afloram estatisticamente no momento da repressão ao movimento.

- O conceito de “desordem” aparece mais nitidamente durante o movimento revolucionário (entre 6 de março a 19 de maio de 1817).

- O conceito de revolução é empregado durante a tomada de poder e no momento da contra-revolução.

- Finalmente, o conceito de contra-revolução é exaustivamente utilizado no momento posterior a 19 de maio.

<sup>80</sup> BERNARDES, Denis. Considerações em torno da repercussão da Revolução Francesa em Pernambuco. In: Andrade, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury. **O Nordeste e a Revolução Francesa**. 1992. p. 80.

Os autores não se preocupam em discutir problemas vinculados com as estruturas sociais mas em apresentar uma análise sincrônica do vocabulário político e social. Em suma, elaboram estatisticamente problemas vinculados aos níveis semânticos e ideológicos dos documentos históricos.<sup>81</sup>

Como apresentamos até aqui, as idéias francesas conseguiram penetrar na Colônia e, em particular, Pernambuco. Mesmo com toda a vigilância das autoridades coloniais, ainda assim, os livros e impressos, inclusive de autores indexados, conseguiam circular. Entretanto, além dos meios já referidos, outros como as livrarias, tipografias e bibliotecas foram importantes na circulação e (re)produção das idéias novas, idéias francesas. Ainda nos primeiros anos do século XIX, gradativamente, começavam a surgir as primeiras livrarias, ou pelo menos, algo muito rudimentar, precursor das futuras livrarias que surgiram com a criação do Curso de Direito em Olinda, no ano de 1827, que impulsionou o comércio de livros, no dizer de Pereira da Costa:

Com a instalação do Curso Jurídico surgiu logo na cidade uma bem montada tipografia, da qual saíram alguns periódicos políticos e literários redigidos por estudantes, e várias obras e folhetos de assuntos diversos, de muito boa impressão; estabeleceu-se uma “loja de livros”, na rua do Amparo, que existia já em começos de 1831; e foi criada uma biblioteca pública, que foi instalada em 1832 no convento de S. Francisco.<sup>82</sup>

Entretanto, Oliveira Lima, citando o viajante inglês Henry Koster, afirma que, no início do referido século até a década de 1810, não existiam livrarias propriamente ditas, o que mais se aproximava de uma livraria, no Recife, era a portaria dos conventos, onde se vendiam folhinhas, santinhos e hagiológicos. Livrarias não se encontravam, andando os livros sujeitos a uma vexatória e ridícula inspeção.<sup>83</sup> Para se conseguir abastecer esses espaços com obras, recorria-se, muitas vezes, à prática do contrabando<sup>84</sup>: prova isso, o excessivo controle

<sup>81</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817**: estrutura e comportamento sociais. 1988, p. 31. Refere-se a autora a publicação de: CONTIER, Arnaldo; OLIVEIRA, T.; FERREIRA, L. Carlos. Introdução ao estudo do vocabulário político através dos autos de devassa da Insurreição Pernambucana de 1817. **Anais de História**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1971, v. II, pp. 111-112. — (Departamento de História); ver também: PIMENTA, João Paulo G. A Política Hispano-americana e o Império Português (1810-1817): Vocabulário político e conjuntura. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. 2003. p. 123-139.

<sup>82</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1965, v. IX, op. cit. p. 275-276.

<sup>83</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. 1975, op. cit. p. 227; KOSTER, Henry. 1978, op. cit. p. 57. “*Surpreende aos ingleses que em uma praça tão grande como Recife não existe uma tipografia nem um mercado de livros. No convento da Madre de Deus vendem almanques, estampas, histórias da Virgem e dos Santos, e outras na mesma espécie, em tamanho reduzido, impressos em Lisboa.*”

<sup>84</sup> “*A importação de livros, mesmo depois de permitida, andava sujeita à censura, empecilho fácil de arredar, como escreve Tollenare e se pode bem acreditar. A importação em todo caso devia ser clandestina e privada.* (...)” TAVARES, Muniz. 1969, op. cit. p. 258, Nota XIII. Grifo nosso.

exercido pela Mesa Censória que, em edital de 1770, condenava à pena de fogo mais de 120 livros, geralmente em língua francesa, mas também em inglês e latim, entre eles, obras de Hobbes, Rousseau, Spinoza, Voltaire etc. Essas práticas eram fruto da censura, e não terminavam por aí, havia ordens de queimar as impressoras e derreter os tipos, inclusive, às vezes, prendia-se e até se exilava os responsáveis quando o caso era considerado muito grave. Isso explica, em parte, a forma desigual de difusão das idéias e a existência do contrabando; outras razões eram a opressão sobre a capitania/província, o desejo latente de “liberdade” e as notícias de independência que chegavam das demais colônias da América.

As bibliotecas eram mais frequentes que as livrarias, ainda que não estivessem separadas, constam registros bem mais antigos das primeiras, provavelmente desde o século XVII. Em sua maioria, eram conventuais e algumas de particulares, as públicas ainda não existiam, como podemos verificar pela obra de Muniz Tavares, um dos membros do movimento revolucionário de 1817:

Não havia biblioteca pública, necessidade absoluta de país civilizado: conservavam-se alguns livros, mas pouco escolhidos, e aferrolhados no interior dos conventos, onde nenhum profano ousava penetrar. O padre João Ribeiro Pessoa, coadjuvado por seus amigos, já começava a formar uma particular na sua habitação, que a todos era aberta: não abundava ainda em volumes, eram porém de preço inestimável pelas matérias, que continham.<sup>85</sup>

É interessante a observação feita por Gláucio Veiga, sobre a afirmação de Muniz Tavares, “de leigos não terem acessos às bibliotecas dos conventos”:

Mas, há um reparo a fazer à frase de Muniz Tavares de que as bibliotecas conventuais eram de uso exclusivo dos religiosos “onde nenhum profano ousava penetrar”. O Convento do Carmo do Recife tinha duas bibliotecas, uma pública franca e especialmente destinada ao uso dos estudantes frequentadores do Colégio do convento e outra biblioteca, particular, dos frades. Pretende Pereira da Costa distinguir essas bibliotecas pelas referências encontradas em vários volumes: os da biblioteca pública tinham um dístico — “Da Livraria Pública do Colégio do Recife” — e a dos frades, — “Da Livraria Primeira do Colégio do Recife”.

Quanto à Biblioteca da Madre de Deus, tudo indica que era frequentada, pois, os frades fazem disputas públicas em fim do séc. XVIII e começos do XIX. E mesmo como educadores avançados não deveriam manter sua biblioteca aferrolhada, como pensou genericamente Muniz Tavares.<sup>86</sup>

O estado em que se encontravam os acervos das bibliotecas, na maioria delas, era lastimável. Na biblioteca de S. Bento, notava-se o estado de ruína, desfalques e abandono; no

<sup>85</sup> TAVARES, Muniz. 1969, op. cit. p. 31.

<sup>86</sup> VEIGA, Gláucio. 1980, v. 1. (Período Olinda), op. cit. p. 245.

Convento de Santo Antônio do Recife, a livraria estava completamente perdida e a biblioteca, em completa ruína; no Convento de N. S. do Carmo do Recife, de sua livraria nada mais restava, esse estado de penúria foi descrito por Pereira da Costa em Relatório entregue ao governo em 21 de junho de 1886, quando estava encarregado de examinar e dar parecer sobre os livros e documentos existentes nos conventos e mosteiros do Recife e Olinda.<sup>87</sup> Ainda que o relatório de Pereira da Costa tenha sido posterior ao período em estudo, ele nos dá uma idéia do número de livrarias e do interesse pela leitura em uma Praça, como a do Recife, que no século XIX, tinha parte significativa da população escrava<sup>88</sup> e/ou analfabeta.

De fato, o número de livrarias, bibliotecas e tipografias só começaram a crescer com a criação do Curso Jurídico em Olinda (o acervo desta instituição era constituído pela Biblioteca da extinta Congregação dos Oratorianos — entre quatro e cinco mil volumes — entre outras doações).<sup>89</sup> Este Curso fez impulsionar o comércio de livros; aumentar a população de estudantes e de leitores; criar as primeiras bibliotecas públicas<sup>90</sup>; as “lojas de livros” ficariam definitivamente especializadas e, nas boticas, lojas de ferragens ou o pregão dos mascates de porta em porta, não iria se encontrar mais textos impressos. Crescem, também, os círculos de leituras, as sociedades literárias, as folhas estudantis e uma camada de ilustres letrados.<sup>91</sup>

O ambiente estava propício para o desenvolvimento da imprensa e da tipografia, que, desde a década de 1820, se expandia em Pernambuco. Os periódicos e folhas estudantis de literatura, filosofia e, principalmente, de política, se intensificaram. Assim, desde o surgimento de *A Aurora Pernambucana*, primeira folha aparecida na província, em 27 de março de 1821, não deixaram de aparecer outros periódicos, revistas e almanaques, por exemplo, *O Caeté*, dirigido pelo frade liberal Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, *O*

<sup>87</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1965, v. IX, op. cit. p. 223-233.

<sup>88</sup> Sobre a população escrava no Recife, ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. (1998), p. 41-91.

<sup>89</sup> VEIGA, Gláucio. 1980, v. 1. (Período Olinda), op. cit. p. 15-16; ou \_\_\_\_\_, A Biblioteca dos Oratorianos. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. L, 1978, p. 51-52.

<sup>90</sup> \_\_\_\_\_, 1980, v. 1. (Período Olinda), op. cit. p. 250, nota (30). Assim se refere:

“*Pereira da Costa — Anais, vol. IX, págs. 223/232. Em 1817, houve uma tentativa de se criar uma biblioteca pública em uma das salas do Arquivo Militar, através de uma subscrição particular, idéias do general Francisco José de Souza de Andréia em ofício a Luiz do Rego.*

*Em 1821, não vingado o primeiro projeto, anunciava a ‘Aurora Pernambucana’ (nº 5, de 23.04.1821) que Luiz do Rego, atendendo a uma sugestão iria instituir a desejada Biblioteca Pública.*

*Finalmente, há o projeto de Muniz Tavares, em 1821, nas Cortes Constitucionais de Lisboa, também sem ser objetivado. Somente em 7 de dezembro de 1830, como já vimos foi criada a Biblioteca Pública de Olinda para servir ao Curso Jurídico.”*

<sup>91</sup> Para um exame mais detalhado desses e outros espaços de formação e socialização intelectual e política, ver: BERNARDES, Denis. 2006. op. cit. p. 121-151.

*Liberal*, redigido pelo padre João Batista da Fonseca, implicado em 1817 e depois em 1824; *Argos Pernambucano*, do poeta liberal José da Natividade Saldanha; *Desengano dos Brasileiros*, do reinol João Soares Lisboa; *Abelha Pernambucana*, de Antônio Borges da Fonseca, qualificada de “*folha liberalíssima*”; *O Constitucional*, de Fr. Miguel do Sacramento Lopes Gama; *Bússola da Liberdade*, do padre João Barbosa Cordeiro; *O Carapuceiro*, de Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama; *Segarrega*, de Felipe Mena Calado da Fonseca, membro do movimento revolucionário de 1817 e um dos líderes da Convenção de Beberibe (1821), e *O Typhis Pernambucano*, de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, crítico ferrenho do absolutismo e defensor das idéias liberais. O que caracterizava a maioria desses jornais e periódicos da primeira metade do século XIX,<sup>92</sup> eram as polêmicas intelectuais, muito comuns entre os jovens estudantes da faculdade de direito, e as disputas políticas.

A tentativa de instalar tipografias na capitania/província de Pernambuco é bastante antiga, existe desde o início século XVIII,<sup>93</sup> entretanto, a rígida fiscalização da metrópole não permitiu seu funcionamento, determinando ao governador Francisco de Castro Menezes seu fechamento, só vindo a existir outra novamente na primeira metade do século XIX, como demonstra Luiz do Nascimento, em sua *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1851)*:

A primeira tipografia de Pernambuco existiu em 1706, destinada “à impressão de letras de câmbio e breves orações devotas”. Entretanto, consoante Alfredo de Carvalho (“Gênese e Progressos da Arte Tipográfica em Pernambuco”) “da sua existência efêmera é testemunho único o documento ordenando a sua supressão, não tendo chegado até nós um só dos seus modestos produtos”.

A segunda, estabelecida em 1815 e pertencente a Ricardo Fernandes Catanho, só entrou em funcionamento em 1817, sob a denominação de Oficina Tipográfica da Segunda Restauração de Pernambuco. Nela imprimiu-se simples prospecto — o famoso *Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima revolução operada felizmente na praça do Recife, aos seis do corrente mês de março, em que o generoso esforço dos patriotas exterminou daquela parte do Brasil o monstro da tirania real*.

Derrotados, depois, os idealistas da República de Pernambuco, foi a tipografia encaixotada e mandada para a Corte. Ficara, porém, “boa porção de tipos” e, para aproveitá-los o governador Luiz do Rego autorizou, em 1821 a construção de um prelo de madeira, no qual veio a imprimir-se *A Aurora Pernambucana*.<sup>94</sup>

Tudo isso só começou a mudar com a instalação da Corte na cidade do Rio de Janeiro e a implantação, em terras da Colônia, da primeira tipografia regulamentada. Entretanto, é

<sup>92</sup> Para uma relação completa desses impressos, ver: CARVALHO, Alfredo de. Jornais Pernambucanos de 1821-1898. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. IX, nº 52, 1899, p. 25-50.

<sup>93</sup> COSTA, Francisco A. Pereira da. Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. VI, n. 39, 1891, p. 23-54.

<sup>94</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1851)**. v.1, 1968, p. 10, nota (1).

importante deixar claro que os rigores da censura não desapareceram de forma definitiva, a rígida fiscalização continuava agora com a imprensa atrelada ao governo, através de uma tipografia oficial, necessária à administração da Coroa.<sup>95</sup> Todavia, esta situação de ausência de tipografias e de um efetivo comércio de livros não impediu a formação de uma camada de letrados e a circulação, também, de idéias liberais, como já vimos.

Assim, as idéias liberais, apesar das limitações impostas, materiais e, principalmente, legais, continuavam a se propagar na capitania/província de Pernambuco, como se refere Aníbal Fernandes, em conferência pronunciada na Faculdade de Direito da Paraíba, na cidade de João Pessoa, no dia quinze de setembro de 1957:

Para se ter uma idéia de como Pernambuco transformou-se no reduto da Liberdade, ao influxo das generosas idéias francesas, basta referir o grande número de periódicos que usavam a palavra mágica, como uma bandeira, desde que foi possível à população respirar; e que se pôde manter um ambiente mesmo relativo de respeito à consciência de cada um.

Menos de um ano depois da Proclamação da Independência aparecia no Recife o periódico “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco”. Nome simbólico, que exprime muito bem a aspiração tradicional dos pernambucanos; seguindo-se outro denominado “Escudo da Liberdade do Brasil” e o TYPHIS PERNAMBUCANO, que foi segundo Alfredo de Carvalho o órgão por excelência da Confederação do Equador, a outra Revolução Liberal de Pernambuco de 1824; fundado e exclusivamente redigido por Frei Caneca.<sup>96</sup>

Como podemos perceber, todos os meios de comunicação e os espaços institucionais existentes na época foram usados como instrumentos de (re)elaboração e propaganda das idéias francesas, permitindo, assim, a difusão e a formação de uma mentalidade crítica e rebelde ante o poder constituído, capaz de ousar, organizando-se em movimentos armados e revolucionários como 1817, 1821, 1824 e 1848, só para falar dos mais relevantes. Esses movimentos foram todos fortemente influenciados pelas idéias francesas, como afirma Murilo de Carvalho: “*Os líderes mais radicais dos movimentos libertários antes da Independência tinham formação francesa ou puramente brasileira*”.<sup>97</sup> E eram seus membros os “*Padres, médicos e maçons: eis os mais típicos representantes do radicalismo político nas três*

<sup>95</sup> A criação da Imprensa Régia na Corte não significou unicamente uma imprensa controlada, significou, também, a preocupação com a formação da opinião pública. Para a análise da opinião pública, ver: nota (8) supra; BERNARDES, Denis. 2006. op. cit. p. 309; LIMA, Manuel de Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. 1996. p. 755, nota (959).

<sup>96</sup> FERNANDES, Aníbal. 1957, op. cit. p. 28.

<sup>97</sup> CARVALHO, José Murilo de. 2006, op. cit. p. 68.



*décadas que precederam a Independência. Muitos deles não diferiam dos magistrados pela origem social: diferiam pela formação e pela carreira. (...).”<sup>98</sup>*

Demonstramos, até aqui, que as idéias francesas penetraram a Colônia, não só através dos estudantes, mas também por meios dos contrabandistas estrangeiros que traziam livros de Voltaire, Rousseau, Adam Smith e outros pensadores progressistas. Muitos letrados, professores, juristas, padres, tinham boas bibliotecas, onde estavam os melhores “autores da época”. Essas idéias encontraram no Brasil e, em nosso caso, Pernambuco, condições propícias à sua absorção e propagação. Os conflitos de interesses existentes na Colônia levavam alguns segmentos da sociedade (ou frações destes) a identificarem-se com os ideais ilustrados, sobretudo, políticos (liberdade, democracia, república, entre outros), que eram, gradativamente, introduzidos e moldados segundo a visão de habitantes da Colônia. São as metamorfoses a que aludimos no título de nosso trabalho, como bem demonstra Emília Viotti da Costa:

As críticas feitas na Europa pelo pensamento ilustrado ao absolutismo, assumem, no Brasil, o sentido de críticas ao sistema colonial. No Brasil, ilustração é, antes de mais nada, anti-colonialismo; criticar a realeza, o poder absoluto do rei, significa lutar pela emancipação dos laços coloniais.<sup>99</sup>

A introdução dessas idéias iluministas, como estamos vendo, se deu de diferentes modos, mas de acordo com estímulos locais, por isso, encontramos soluções profundamente revolucionárias e libertadoras em determinados grupos, e mais brandas e conciliadoras em outros; seja na Colônia Brasil ou em outras do Continente americano, como se refere Célia Barreto.<sup>100</sup> Esses diferentes modos de adoção do ideário iluminista são um dos aspectos essenciais para explicar os diferentes tipos de independências ocorridos na América colonial. A recepção dessas idéias pela população brasileira também se deu de forma variada, dependendo dos locais e momentos em que houve. Essas diferenças de concepções ficam mais claras, quando observamos os grupos ou elites políticas responsáveis pelo processo de independência e formação do Estado Imperial, pois podemos identificar a que concepções se filiavam, quando da atuação política no período que antecedeu o movimento de 1822. Essas posições, como já nos referimos, correspondem à formação intelectual e ao lugar social dos

<sup>98</sup> Ibidem. p. 86.

<sup>99</sup> COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. 1978, p. 73.

<sup>100</sup> BARRETO, Célia de Barros. Ação das Sociedades Secretas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Monárquico. t. II, v.1, 1997, p. 196.

indivíduos — como demonstra Michel Certeau — se em Coimbra ou Montpellier; no primeiro caso, predominaram tendências ideológicas conservadoras, no segundo, o espectro ideológico liberal radical.<sup>101</sup>

Os futuros dirigentes do Estado brasileiro independente foram formados sob fortes influências do conservadorismo de Coimbra, que conferiu homogeneidade ideológica à elite imperial<sup>102</sup> e possibilitou a independência pela via “pacífica”<sup>103</sup>, com a manutenção da ordem socioeconômica e o não-rompimento com a herança cultural colonial e portuguesa. Porém, contrastando e coexistindo com esse grupo, existiam outros, também emancipacionistas, de matriz ideológica diferente, cujos membros participaram de processos iniciados nas sociedades secretas e revolucionárias e que culminariam na independência do Brasil, mas nem sempre estiveram no poder. Eram esses grupos mais radicais em suas perspectivas liberais, de origem francesa, como nos informa Carvalho:

Este conservadorismo contrasta com o comportamento político dos que se formaram em outros países europeus, sobretudo na França, e dos que se formaram no Brasil, aos quais, estranhamente, parecia ser mais fácil entrar em contato com o Iluminismo francês. As academias, as sociedades literárias, as sociedades secretas, formadas no Brasil, e as próprias rebeliões que precederam a Independência exibem quase que invariavelmente a presença de elementos formados na França ou influenciados por idéias de origem francesa, os primeiros em geral médicos, os segundos padres.<sup>104</sup>

Na Colônia, e em nosso caso, Pernambuco, essas idéias remontam aos finais do século XVIII, quando as tensões criadas pelas contradições internas fazem surgir uma série de organizações e instituições — Seminário, como já vimos, e Sociedades Secretas etc. — que se encarregaram de combater e conspirar contra o Absolutismo Monárquico, ampliando a crise do sistema colonial.<sup>105</sup>

<sup>101</sup> CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jaques e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 1988, vol. 3, p. 17-48.

<sup>102</sup> CARVALHO, José Murilo de. 2006, op. cit. p. 84.

<sup>103</sup> A tese da Independência pacífica e sem violência é contestada por: RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contra-revolução**. 1975. (v. 1. A evolução política. — v. 2. Economia e sociedade. — v. 3. As Forças Armadas. — v. 4. A liderança nacional. — v. 5. A política internacional); \_\_\_\_\_, **Aspirações Nacionais: Interpretação histórico-política**. 1963, p. 17, 19, 47, 76; KEITH, Henry H.A Tradição Não-Violenta na História do Brasil: Mito que Precisa Ser Demolido? In: KEITH, Henry H. & EDWARDS, S. F. **Conflito e continuidade na sociedade brasileira** — ensaios. 1970, p. 270; LOVE, Joseph L. Comentário. In: Ibidem. p. 282.

<sup>104</sup> CARVALHO, José Murilo de. 2006, op. cit. p. 85.

<sup>105</sup> A crise do sistema colonial iniciou-se na Europa Ocidental, quando a Revolução Industrial pôs em xeque as doutrinas e valores mercantilistas do Antigo Regime.

É interessante observar que se vivia uma conjuntura de crise estrutural nesse período, tanto nas metrópoles como nas colônias; no primeiro caso, as críticas feitas ao Antigo Regime, pelas idéias liberais iluministas<sup>106</sup>, a luta contra o monopólio comercial<sup>107</sup>, a evolução do capitalismo e a Revolução Francesa (1789) são significativos para compreendermos a situação em que se encontrava a Europa; a esses acontecimentos externos, somam-se outros, como: o interesse da Inglaterra pelos mercados da América Latina, a independência dos Estados Unidos (1776) e a ilustração Portuguesa, todos contribuindo para influenciar e estimular a sociedade brasileira e pernambucana a se sentirem “desejosas” de liberdade.

Essas influências só foram possíveis porque a Colônia possuía um ambiente propício à absorção e disseminação de tais elementos, haja vista a herança dos movimentos nativistas<sup>108</sup>: a Revolta de Beckman (1684), a Guerra dos Emboabas (1708) e a Revolta de Vila Rica (1720); e, mais perto de Pernambuco, a luta de expulsão dos Holandeses (1654) e a Guerra dos Mascates (1710). Como, também, os movimentos emancipacionistas: a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração do Rio de Janeiro (1794) e a Conjuração Baiana (1798).<sup>109</sup>

Não identificamos nenhuma teleologia nos referidos movimentos. Porém, os relacionamos porque compõem o “cenário histórico dos acontecimentos”, ou pelo menos, alguns desses estavam presentes nos discursos, nas falas e nos escritos dos líderes dos vários movimentos revolucionários da primeira metade do século XIX, em Pernambuco<sup>110</sup>.

### 3.3 OUTROS ESPAÇOS LIBERAIS: AS SOCIEDADES SECRETAS, ACADEMIAS, MAÇONARIAS E...

<sup>106</sup> Para uma análise do liberalismo na fase iluminista, um excelente trabalho é: LASKI, Harold J. **O Liberalismo Europeu**. 1973, p. 117-169.

<sup>107</sup> COSTA, Emília Viotti da. 1978, op. cit. p. 67-75.

<sup>108</sup> Para uma análise inovadora e bastante interessante sobre o nativismo, ver: SILVA, Rogério Forastieri da. **Colônia e Nativismo: A História como “Biografia da Nação”**. 1997.

<sup>109</sup> Cf. COSTA, Emília Viotti da. 1978, op. cit. p. 84-88.

<sup>110</sup> Por exemplo: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. 2001, op. cit. p. 58, 280; \_\_\_\_\_, **Obras Políticas e Literárias**. 1972, p. 185, 394; Padre João Ribeiro citado por TOLLENARE, Luís-François de. 1978, op. cit. p. 190; TAVARES, Muniz. 1969, op. cit. p. 35-36, e Nota XXII da p. 271-274; a mesma idéia está presente no título e na obra de MARTINS, Pe. Joaquim Dias. **Os Mártires Pernambucanos**, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817. s/d.

Voltemos aos espaços em que os referidos acontecimentos e idéias eram acompanhados e discutidos. O debate político e intelectual era uma das ocupações dos membros das Academias e/ou Sociedades Secretas e da Maçonaria, núcleos de estudos e centros de difusão das idéias republicanas e democráticas da Colônia; espaços que funcionavam como meios para se fugir das amarras da rígida censura e fiscalização dos representantes da realeza absolutista. Esses locais eram uma espécie de lugar público ou, como pensava Habermas, locais em que o público se formava, onde seus membros se sentiam como livres e se tratavam como iguais, numa sociedade rigidamente estabelecida em formalidades de obediência hierárquica, na qual se entende por “público” a mera obediência ao rei absoluto. Criar um espaço público, no sentido propriamente moderno (sociedade civil), só era possível usando-se da prática do segredo e do secreto, isso explica parcialmente, porque foram um dos meios usados pelos oponentes do sistema. Usaremos Habermas para nos subsidiar na análise desses espaços, que, em nosso caso, só temporariamente funcionaram como públicos, mas que, enquanto espaços de pessoas privadas reunidas num público, contribuíram para a constituição de certas esferas públicas na sociedade colonial (e pós-colonial), ainda que dúbias, por causa da ligação com o Antigo Regime e o desejo de mudanças lentas e graduais, assim como diz Habermas:

... inicialmente a igualdade social só era possível como uma igualdade fora do Estado. Por isso, a reunião das pessoas privadas em um público é antecipada em segredo, uma esfera pública antecipa ainda grandemente com exclusão da publicidade. A política do segredo, na época do Iluminismo, típica das lojas maçônicas, mas também difundida entre outras ligas e associações, é de caráter dialético. A razão que deve concretizar-se na comunicação racional de um público de homens cultos, no uso público do entendimento, por ameaçar uma relação qualquer de poder, ela mesma necessita da proteção de não se tornar pública. Enquanto a chancelaria secreta do príncipe é a sede da publicidade, a razão não pode revelar-se diretamente. A esfera pública ainda é obrigada a observar a prática do segredo: o seu público, mesmo enquanto público, ainda continua obrigado a ser interno. A luz da razão que se esconde para se proteger, desvela-se passo a passo. Isso é lembrado pelo famoso dito de Lessing sobre a maçonaria, que, na época, era um fenômeno comum à toda a Europa: que ela seria tão antiga quanto a sociedade civil — “caso a sociedade civil não seja, ela mesma, apenas um simples rebento da maçonaria”.<sup>111</sup>

Esses centros formadores, divulgadores e propagadores de tais concepções eram, inicialmente, sociedades políticas e literárias e foram os primeiros espaços para a penetração do movimento maçônico no Brasil, por isso, as Sociedades Secretas e a Maçonaria têm,

---

<sup>111</sup> HABERMAS, Jürgen. 1984, op. cit. p. 50-51. Para uma análise das várias instituições da esfera pública, ver todo o capítulo II.

genericamente, sido tratadas como se fossem a mesma coisa. Muitos historiadores as confundem como iguais, só se diferenciando na expressão:

... estas sociedades secretas, quer se chamassem areópago, academias, lojas, universidades ou couzas semelhantes, eram lojas maçônicas para aqui transplantadas pelos espíritos adiantados que se iniciaram na Europa ou nos Estados Unidos, diferindo de nome justamente para fazer confusão, desnortear o governo portuguez, não levantar suspeitas e melhor propagar as idéias da democracia disfarçadamente.<sup>112</sup>

Essa confusão é fruto da semelhança de algumas posturas, por exemplo, ambas, defendendo posições idênticas, repudiavam a influência fradesca, além de possuírem o mesmo caráter esotérico. Deste modo, faz-se necessário esclarecer o equívoco existente entre Maçonaria e Sociedades Secretas; para tanto, vamos considerar a introdução de ambas, cronologicamente.

As sociedades no Brasil são anteriores às seitas maçônicas. Como notou Antônio Cândido, as sociedades literárias do século XVIII recorriam “ao segredo para preservar-se, repudiando a influência fradesca e incorrendo na sua ira ao querer formular uma atitude moderna: laica, civil, interessada no progresso das luzes e da sociedade”. Não tinham, porém finalidades políticas explícitas como a maçonaria. Representaram, todavia, um momento de transição “de passagem da gratuidade à participação na vida social e da subordinação clerical ao pensamento livre; passagem do escritor marginal que se justapõe à sociedade e procura congregar-se politicamente para, deste modo, participar organicamente da vida nacional”.<sup>113</sup>

Continua o autor citado:

A sociedade secreta, pelo seu caráter elitista e esotérico, chegou a ser confundida por alguns historiadores com uma loja de tipo maçônica, nada, porém, autoriza essa suposição. Seus membros dedicaram-se fundamentalmente a estudos e à propagação das idéias entre a elite baiana.<sup>114</sup>

Mais recentemente, Fernand Turret, estudando a Franco-Maçonaria francesa, nos finais do século XX, também chegou às mesmas conclusões, e fez a distinção entre esta e as sociedades secretas:

A F.º. M.º. nunca foi uma sociedade secreta. Ela pode ter-se refugiado no segredo quando esteve em perigo, proibida, seus membros perseguidos, como foi o caso na França sob a Restauração e, mais recentemente, sob o regime de Pétain e a ocupação

<sup>112</sup> MELO, Mário. **A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817**. (1912), p. 10.

<sup>113</sup> MENDES Jr., Antônio. 1983, op. cit. p. 78-80.

<sup>114</sup> Ibidem. p. 69.

hitleriana. Mas, de modo geral, os poderes políticos à frente do Estado são sempre informados do que se passa, por seus amigos ou seus espiões.<sup>115</sup>

Todavia, quando a maçonaria começava a ser introduzida na Colônia e em Pernambuco, com bastante propagação, na segunda metade do século XVIII e início do XIX, aquelas sociedades secretas, ou melhor, as antigas sociedades ou clubes literários buscam para si uma participação política mais intensa, apresentando-se, também, como associações de culto à democracia, formadas por elementos revolucionários, assemelhando-se ao modelo maçônico, ensejando, assim, a confusão entre ambas. No entanto, além dos aspectos políticos, contribui para confusão a recorrência de ambas à prática de segredos e cultos secretos de tipo esotéricos.

Desses fatos, decorre o constante uso indistinto das expressões *sociedade secreta* e *maçonaria* como sinônimas, ainda que indevidamente.

Segundo Oliveira Lima, em nota à obra de Muniz Tavares, as primitivas sociedades secretas — areópago, academias, universidades, oficinas, etc. — eram, certamente, centros brasileiros; as lojas propriamente maçônicas tinham sido, pelo contrário, de origem portuguesa, daí afirmarem existir sociedades partidárias da independência brasileira, as primeiras já citadas e as maçônicas, de influência européia, orientadas pela maçonaria portuguesa, de sentido revolucionário, mas de caráter liberal constitucional, cuja finalidade primordial consistia no regresso de D. João VI ao Reino.<sup>116</sup> Essa posição coincide com a de Ulysses Brandão quando afirma:

O Areópago de Itambé, a Academia do Paraíso, a Academia de Suassuna, a Oficina de Igarassú e a Universidade Democrática, não faziam parte da Maçonaria, pelo menos em seus princípios, pois não obedeciam ao preâmbulo da sua lei magna, porque não praticavam a filantropia, porque não ensinavam a filosofia com a investigação constante da verdade, explicando cientificamente o mundo e o homem e porque não pregavam a solidariedade humana com a propaganda das questões sociais. Nem tão pouco obedeciam a sua liturgia por ocasião da iniciação e nem ministravam, juntamente com os ensinamentos simbólicos dos rituais, outros reais e relativos a cada grau maçônico, o que é indispensável para o cabal desempenho da missão maçônica.<sup>117</sup>

<sup>115</sup> TOURET, Fernand. **Chaves da Franco-Maçonaria**. 1975, p. 113.

<sup>116</sup> TAVARES, Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 281, Nota XXIII, “*Como se vê, aristocratas portugueses faziam parte das sociedades secretas do tempo. A maçonaria pode nas suas várias ramificações visar a fins políticos diversos, e não tinham certamente idêntico objetivo os maçons portugueses e brasileiros afora o ideal comum de liberdade humana. (...)*”; \_\_\_\_\_, **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3. ed. Introdução de Maximiano Lopes Machado. Revisada e anotada por Oliveira Lima. 1917, p. 79, Nota XXIII; QUITAS, Amaro. **A revolução de 1817**. (1985), p. 92-94.

<sup>117</sup> BRANDÃO, Ulisses. A Confederação do Equador — 1824. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. XXVI, nº 123 a 126, 1924, p. 70; TAVARES, Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. Nota XXIII, p. 280.

Desta forma, podemos perceber que as Academias mudaram em relação às do século XVIII, assumindo uma atitude mais moderna e republicana; é o que se constata, também, na fala de Oliveira Lima em nota à obra já citada:

As idéias republicanas no Brasil são, pode dizer-se sem risco de incorrer em inexatidão, o resultado direto das suas sociedades secretas, algumas delas disfarçadas com o nome de academias, devendo englobar-se nessas instituições de caráter revolucionário as lojas maçônicas, importadas do estrangeiro, rebento de árvores européias, ou meras criações originais, americanas. As chamadas academias não eram portanto mais, como o tinha sido no século XVIII as baianas, dos Esquecidos e dos Renascidos, o reflexo ou a imitação local das que tinham constituído a feição intelectual portuguesa desde os finais do século XVII e vieram a tornar-se predominantes no século imediato, quando o conde da Ericeira, protótipo de erudito acadêmico, amontoava na biblioteca do seu solar 43 volumes escritos do seu punho e o duque de Lafões, um letrado cosmopolita, e o abade Corrêa da Serra, um botânico notável, fundavam a Academia Real das Ciências de Lisboa.<sup>118</sup>

Deste modo, no final da última década do século XVIII, entre várias associações secretas que começavam a se formar no Norte da Colônia, o *Areópago de Itambé*, nos limites de Pernambuco com a Paraíba, foi certamente a primeira, com o fito de propagar as idéias liberais que, vitoriosas na França e nos Estados Unidos da América, empolgavam a todos que combatiam ou não se conformavam com o absolutismo monárquico, então vigente. E segundo Maximiano Lopes Machado:

Era o Areópago uma sociedade política, secreta, intencionalmente colocada na raia das províncias de Pernambuco e Paraíba, freqüentada por pessoas salientes de uma e outra parte, e donde saíam, como de um centro para periferia, sem ressaltos nem arruídos, as doutrinas ensinadas.

Tinha por fim tornar conhecido o estado geral da Europa, os estremecimentos e destroços dos governos absolutos, sob o influxo das idéias democráticas. Era uma espécie de magistério que instruía e despertava o entusiasmo pela república, mais em harmonia com a natureza e dignidade do homem, e ao mesmo tempo inspirava ódio à tirania dos reis. Era, finalmente, a revolução doutrinada, que traria oportunamente a independência e o governo republicano a Pernambuco.<sup>119</sup>

<sup>118</sup> TAVARES, Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 274-275, Nota XXIII; Idem. Ibidem. 3. ed. p. 70, Nota XXIII; QUITAS, Amaro. 1985, op. cit. p. 92-94.

<sup>119</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. Introdução. In: TAVARES, Francisco Muniz. 3. ed. 1917, op. cit. p. XXIV; Ver, também, COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 99-101; ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos Nativistas em Pernambuco**: Setembrada e Novembrada. 1971, p. 16; QUINTAS, Amaro. 1985, op. cit. p. 92-94; BARRETO, Célia de Barros. 1985, op. cit. p. 200-201; BRANDÃO, Ulisses. 1924, op. cit. p. 64-72; MELO, Mário. 1912, op. cit. p. 8-22; MELO, Clóvis. A Revolução Francesa e a Insurreição Pernambucana de 1817. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury. 1992. Op. Cit. p. 93-96; MARTINS, Pe. Joaquim Dias. s/d. op. cit.

O Areópago de Itambé foi fundado no ano de 1798, pelo Dr. Manuel Arruda da Câmara e deve ter funcionado, regularmente, até 1800. Foi nele que nasceu a idéia, esposada pelos irmãos Suassuna, de tornar Pernambuco uma república independente de Portugal, sob a proteção da França. Dele faziam parte, entre outros, o Dr. Francisco Arruda da Câmara (irmão do fundador); os irmãos Suassuna Francisco, Luiz Francisco e José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque; os Padres Antônio Felix Velho Cardoso, José Pereira Tinoco, Antônio de Albuquerque Montenegro e José Ribeiro Pessoa, todos com o intuito de propagar a Independência e a República.

Manuel Arruda da Câmara faz parte daquela geração de intelectuais de formação ilustrada dos finais do século XVIII<sup>120</sup>, que se destaca, junto com José Bonifácio de Andrade e Silva, como modelos exemplares, característicos da época. Educado na Europa, formado em Medicina, estudioso das ciências naturais, da agricultura e preocupado com as questões políticas de sua pátria. Era um pesquisador dedicado e minucioso, um homem intensamente observador e seu espírito visava sempre ao benefício da sua terra e da sua gente. Ao voltar para o hoje Nordeste, realizou longas viagens pelo sertão pesquisando a fauna, flora e a mineralogia, enfim, era um naturalista e botânico que deixou extensa obra sobre sua região, Nordeste, ou Norte, como era chamada. Esse homem culto, já velho e doente, foi visitado pelo viajante inglês Henry Koster, a 24 de outubro de 1810, que escreveu a seu respeito o seguinte:

Esse homem ilustre estava em Goiana, muito doente de uma hidropisia, adquirida em sua residência num distrito sujeito às febres. Era homem empreendedor e entusiasta pela botânica. Seus altos conhecimentos deviam interessar qualquer Governo previdente, especialmente num país incultivado mas sempre em desenvolvimento. Mostrou-me vários dos seus desenhos que achei muito bem feitos. Não mais tive ocasião de vê-lo. Quando voltei do Ceará não houve tempo para encontrá-lo, e faleceu antes de minha segunda viagem a Pernambuco. Trabalhava na “Flora Pernambucana” que sua morte deixou incompleta.<sup>121</sup>

Atribui-se a Manuel Arruda da Câmara, como já dissemos, a criação do Areópago de Itambé, centro de formação democrática, de propaganda política e de idéias republicanas. Foi deste que saíram as Academias do Cabo, do Paraíso e Suassuna, as quais substituíram o

<sup>120</sup> Para uma análise dos intelectuais ilustrados comprometidos com os estudos das ciências naturais no Brasil, ver, nota 63 supra, principalmente, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. 1999, op. cit. p. 39-126;

<sup>121</sup> KOSTER, Henry. 1978, op. cit. p. 69. Para uma biografia de Arruda da Câmara, ver: MELLO, José A. Gonsalves de. Introdução: Estudo Biográfico. In: ARRUDA DA CÂMARA, Manuel. 1982, op. cit. p. 11-74; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. 1982, op. cit. p. 640-644; ANDRADE, Manuel Correia de. Pernambuco Imortal Personagens. Formação da Consciência Nacional: do Nativismo ao Nacionalismo. v. 4, Encarte do **Jornal do Commercio**, 2000, p. 58-59.



Areópago de Itambé, dissolvido em 1801, com a denúncia da Conspiração dos Suassuna, que tinha por fim proclamar Pernambuco um Estado independente sob a forma republicana.

Como podemos observar, os autores até aqui consultados<sup>122</sup> têm como certa a existência do Areópago de Itambé, fundado pelo sábio naturalista Manuel Arruda da Câmara, e que funcionou entre 1798 e 1800, do qual saiu a Conspiração dos irmãos Suassuna.

Entretanto, tal convicção é contestada pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello, que organizou, fez a introdução e a biografia do livro — *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas — c. 1752- 1811*.

Segundo Gonsalves de Mello, a localização do Areópago é suspeita com relação ao naturalista, pois não consta que ele ali tivesse residido; a informação, a respeito do Areópago e de seu fundador, é atribuída a um “manuscrito do arquivo de Paula Montenegro”, que Maximiano Lopes Machado recebera; no entanto, esta informação não merecia confiança, por não estar devidamente documentada. Outra suspeita do historiador recai sobre o próprio Maximiano Machado, a quem Gonsalves de Mello acusa de ser o “responsável por falsificação de informação histórica” — sobre a guerra dos Mascates.<sup>123</sup>

O historiador Gonsalves de Mello afirma: “*Não é possível escrever-se história com documentação tão suspeita e com informações inverossímeis como as que acabamos de deixar transcritas.*”<sup>124</sup> E continua: “*Com a suspeição aqui levantada, o suposto Areópago de Itambé fica a aguardar confirmação de outras fontes, pois ele não tem suporte histórico senão nos papéis de Paula Montenegro, que Maximiliano Lopes Machado foi o único a ver e utilizar, se é que os viu.*”<sup>125</sup>

O jornalista e historiador Clóvis Melo tenta lançar luz na questão, utilizando-se de Mário Mello, afirma Clóvis o seguinte:

Há quem conteste a existência do Areópago por dele não terem ficado arquivos, nem documentos. Mário Behring, encarregado da secção de manuscritos da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, afirmava em 1908 que “originais de muitos documentos desse Areópago se achavam no arquivo Público de São Petersburgo, fato de que lhe informara nosso ministro plenipotenciário junto ao governo do Tzar [sic] Nicolau.”<sup>126</sup>

Para justificar seu argumento, especula:

<sup>122</sup> Ver nota 119, supra.

<sup>123</sup> MELLO, José A. Gonsalves de. 1982, op. cit. p. 59-61.

<sup>124</sup> Ibidem. p. 60.

<sup>125</sup> Ibidem. p. 61.

<sup>126</sup> MELO, Clóvis. 1992, op. cit. p. 94.

Como foram parar tão longe ninguém informa. É possível que a Maçonaria brasileira os tenha transladado à França, que esteve ocupada por tropas russas, entre 1815 e 1819, após a derrota de Napoleão I. Podem ter ido no botim, no produto do saque, dos ocupantes, que levaram muita coisa, dos museus, bibliotecas e arquivos franceses, em represália ao que Napoleão lhes roubara na invasão de 1812. Não há outra explicação.<sup>127</sup>

Também Manuel Correia de Andrade, apoiando-se em Mário Melo, que procurou localizar em 1912 o prédio em que teria funcionado o Areópago, faz a seguinte consideração: *“Mações [sic] mais recentes lembram que Areópago não indica propriamente a existência de um prédio, ou uma casa, mas apenas a reunião, em um determinado momento, de um grupo de mações preocupados em definir algumas posições e decisões.”*<sup>128</sup>

Impossibilitado de uma exposição mais clara, esperamos que as pesquisas históricas venham um dia esclarecer o fato. Entretanto, comprovada ou não a existência do Areópago de Itambé, o certo é que as idéias liberais/iluministas de liberdade, democracia e república foram propagadas de algum modo, pois a atmosfera intelectual de Pernambuco, desde a vinda de Manuel Arruda da Câmara, do seu irmão Francisco Arruda da Câmara, do Bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho e, com a fundação do Seminário de Olinda, intensificaram-se.

Com o malogro do movimento — Conspiração dos Suassuna em 1801 — que pretendia tornar Pernambuco independente, sob a égide do regime republicano, o Areópago de Itambé, em consequência, teria sido fechado.

Apesar do insucesso, os membros não deixaram de propagar as idéias liberais e republicanas, vindo a criar, ainda no ano de 1802, três associações ou centros políticos que, pela localização das suas respectivas sedes e fundações, eram chamadas, respectivamente, de Academias do Paraíso, do Cabo e Suassuna, as quais depois de um estágio de quinze anos, foram dissolvidas em 1817, após esta Revolução mal sucedida. Além dessas, muitas outras vieram a surgir.<sup>129</sup>

Tal como o Areópago de Itambé, a existência das Academias também carecem de comprovação documental sólida, e a maioria das informações que se têm, são obtidas na obra

---

<sup>127</sup> Ibidem. p. 94.

<sup>128</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. 2000, v. 4, op. cit. p. 58.

<sup>129</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 141-145; \_\_\_\_\_, 1982, op. cit. (consultar os verbetes onomásticos referentes aos membros das respectivas academias); ver também, TAVARES, Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 274-275, Nota XXIII; BRANDÃO, Ulisses. 1924, op. cit. p. 67-72; e principalmente, consultar os verbetes onomásticos referentes aos membros das respectivas academias na obra de MARTINS, Pe. Joaquim Dias. s/d. op. cit.

do padre Joaquim Dias Martins, da Congregação do Oratório, entretanto, segundo Denis Bernardes, para alguns de seus aspectos, existem provas documentais merecedoras de crédito.

Quase tudo o que se sabe sobre a existência de tais academias está baseado nas informações contidas na citada obra de Dias Martins, fonte repetida por Pereira da Costa e por todos os que se ocuparam do assunto. Por razões fáceis de entender, não há documentação que tenha registrado suas fundações, seus membros ou modo de funcionamento. No entanto, é possível não descartar totalmente que existiram, senão como associações dotadas de modos formais de funcionamento, ao menos como lugares de sociabilidade intelectual e política, nucleados em torno de algumas personalidades que, por razões de ordem intelectual ou de posição social, reuniam em torno de si redes de relações que incluíam tanto laços de parentesco, quanto comuns interesses no plano ideológico e político. A ação de tais pessoas e a existência de tais redes é que Dias Martins denominou um tanto enfaticamente de *academias*, embora não se possa desconhecer ou descartar — apesar da rarefação documental — que laços maçônicos as atravessavam.<sup>130</sup>

Cronologicamente, a primeira daquelas três agremiações políticas que surgiram, foi a *Academia Suassuna*, instituída no engenho de mesmo nome, situado em Jaboatão, pelo seu proprietário e capitão-mor de Olinda, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, vulgarmente conhecido por Coronel Suassuna, tendo ele como colaboradores, nessa empresa, o advogado José Luís de Mendonça e os padres João Ribeiro Pessoa e Miguel Joaquim de Almeida Castro (o Miguelinho). Foram membros desta academia, entre outros, o Vigário João Cavalcanti de Albuquerque, Capitão Antônio José Vitoriano Borges de Almeida, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, Capitão-mor Francisco Paes Barreto, José Carneiro Carvalho da Cunha Beringuel, José Maria de Vasconcelos Bourbon, Luís Fortes de Bustamante, Antônio Gonçalves da Cruz (o Cabugá), Capitão-mor Francisco Xavier de Moraes Cavalcanti, Tenente José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Coronel Amaro Gomes da Silva Coutinho, Padre Inácio de Almeida Fortuna e Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca.

As fontes documentais que demonstram a existência dessa, academia são escassas. Encontramos algumas informações nos testemunhos do padre Dias Martins, quando se refere ao capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Coronel Suassuna), depois de este ser absolvido da acusação de conspiração.

Depois desta incompreensível época de glória e de ruína [sua prisão em 1801], o público se admirou vendo o grande Suassuna cada vez mais infatigável, se bem que mais circunspecto, em cultivar, propagar e arraigar a ciência oculta da liberdade: o seu engenho — Suassuna — converteu-se numa brilhante Academia, onde os adeptos e aprendizes não só da Província e nacionais, mas ainda estrangeiros, achavam luz, agasalho, e subsídios: não satisfeito com isso promoveu com todo o ardor a criação da biblioteca do Paraíso, e a promoção do Padre João Ribeiro Pessoa

<sup>130</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 154-155.

de Melo Montenegro [...] para administrar, diretor e presidente desta famosa Academia da Capital.<sup>131</sup>

A segunda academia foi fundada no Hospital do Paraíso, de propriedade de Francisco Paes Barreto, cuja administração foi entregue ao Padre João Ribeiro Pessoa de Montenegro. A *Academia do Paraíso*, como era chamada, teve como diretor e presidente o mesmo Padre João Ribeiro Pessoa, professor da cadeira de desenho do Seminário de Olinda, que foi transferido para o Recife, com o intuito de estabelecer, nos salões do referido hospital, um núcleo político, dos mais famosos da capital, tendo como membros, entre outros, os já citados da Academia Suassuna.

O padre João Ribeiro Pessoa de Montenegro foi escolhido para administração da referida academia por ser um homem ligado aos republicanos, saturado de leituras liberais e por desenvolver intensa propaganda política, além de ser culto, e muito estimado pelas pessoas, independente de situação social. Segundo Tollenare, que o tinha como amigo, considerava-o um homem instruído que “*possuía em sua casa (Hospital do Paraíso) uma espécie de gabinete de leitura; dez ou doze assinantes tinham começado a base de uma biblioteca da qual tinha a direção [...]*”.<sup>132</sup> Henry Koster, outro viajante que esteve com ele, fala do prestígio junto à população: “[...] *Ele é o favorito, bem-vindo em toda parte, por grandes e pequenos. Confesso não ter encontrado uma pessoa com maneiras mais agradáveis. É igualmente querido por quantos o conhecem, e todas as classes o adoram [...]*”.<sup>133</sup> O padre Dias Martins, em sua obra, *Os Mártires Pernambucanos*, afirma que João Ribeiro Pessoa foi colocado na biblioteca do Paraíso para poder catequizar, persuadir e conquistar adeptos para a causa da liberdade. Assim se refere:

Era sempre o seminário de Olinda a sua principal campanha, e por ele cultivada com tanto zelo e assiduidade, como convinha a quem bem conhecia quanto vale, e quanto duram as primeiras lições e impressões: é desnecessário dizer que da sua escola, reforçada pela do insigne — Castro único — [o padre Miguel Joaquim de Almeida Castro], saíram os mais destemidos atletas que ornaram esta galeria! Nestes patrióticos exercícios se conservou, medindo sempre sua atividade pelas circunstâncias mais ou menos favoráveis, até a primeira aparição do insigne — Martins 2.º — [Domingos José Martins], época provável, em que os mistérios da democracia passam a ser metódicos, e se arranhou o plano de se porem em prática: então a sociedade pôs em movimento as mais possantes molas, para se transferir de Olinda para o Recife a cadeira de desenho com o seu professor, e tudo se conseguiu, dando-se-lhe a administração do hospital do Paraíso — vid. [sic] Barreto 2.º — [Francisco Pais Barreto] para novo e mais apropriado liceu dos amigos da pátria, e incumbindo-se-

<sup>131</sup> MARTINS, Pe. Joaquim Dias. s/d., op. cit. p. 12.

<sup>132</sup> TOLLENARE, Luís-François de. 1978, op. cit. p. 147.

<sup>133</sup> KOSTER, Henry. 1978, op. cit. p. 271.

lhe a doutrina oculta com os fascinantes títulos — de aula de desenho e biblioteca pública. Esta aula ficou sendo a grande matriz ou academia do Paraíso, como lhe temos chamado tantas vezes. Foi pena que o mais bem imaginado teatro ou instituição da política humana tivesse um fim prematuro! E tudo por ardência e imprudência dos fogosos pernambucanos.<sup>134</sup>

Detemo-nos, um pouco mais, na pessoa do padre João Ribeiro, por ser ele um personagem dos mais importantes na referida academia e mesmo no movimento revolucionário de 1817.

Analisando as academias do Recife, Denis Bernardes vai demonstrar que a Academia do Paraíso foi a mais bem estruturada e de maior importância como núcleo de formação e propaganda política, inclusive, por sua posição geográfica melhor situada, que possibilitava uma eficiente circularidade e sociabilidade das idéias e da opinião pública:

Das duas academias citadas, a mais importante parece ter sido a do Paraíso e a que apresentava mais características de organização. Ela funcionava no hospital do Paraíso, um local estratégico por sua posição na então vila do Recife. O hospital do Paraíso estava situado no bairro de Santo Antônio, o coração administrativo da província e onde se localizavam também os mais importantes equipamentos urbanos do Recife, com exceção dos da área portuária. Aí estavam o palácio do Governo, o Erário Régio, a cadeia pública e Senado da Câmara. Também, o convento de Santo Antônio, a matriz do Santíssimo Sacramento do bairro de Santo Antônio, e, mais ao sul, no que viria a ser o bairro de São José, o convento do Carmo, o hospício da Penha, o mercado da Ribeira, a igreja de São Pedro dos Clérigos e o forte das Cinco Pontas, para citar apenas alguns dos seus edifícios mais importantes.<sup>135</sup>

O autor também esclarece que as referidas aulas de desenho e a biblioteca não foram criadas de imediato, só foram transferidas do Seminário de Olinda para o Recife, tempos depois, já em 1816.<sup>136</sup> Além disso, esses espaços funcionavam como um verdadeiro núcleo de formação político-intelectual, que preparou os agentes (atores) políticos que participaram dos movimentos de 1817, 1821 e 1824.<sup>137</sup>

A existência desses espaços de formação político-intelectual não significa que, fora deles, as pessoas estavam impossibilitadas de tomarem consciência da realidade e de participarem da vida política da capitania/província, pelo contrário, só uma minoria de letrados e, quase sempre, abastados, participavam das academias. Posição próxima a essa, percebe-se em Denis Bernardes, quando afirma:

<sup>134</sup> MARTINS, Pe. Joaquim Dias. s/d. op. cit. p. 315-316.

<sup>135</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 157.

<sup>136</sup> Ibidem. p. 159-160.

<sup>137</sup> Ibidem. p. 156-164.

a ação de milhares de pessoas que participaram das lutas políticas dos períodos citados, não dependeu de terem feito parte de qualquer tipo de sociedade secreta ou semi-secreta. A maioria, evidentemente, não passou por elas. Isso não a torna nem mais nem menos apta à ação política. É claro, no entanto, que para uma minoria, a experiência intelectual proporcionada por tais sociedades foi importante, mas não dava, necessariamente, nenhuma garantia de ter melhor clareza política sobre os que delas não participaram.<sup>138</sup>

A *Academia do Cabo*<sup>139</sup> é contemporânea das duas anteriores, e como ela também terminou a sua existência em 1817, com o malogro da revolução. A sua denominação, como já dissemos, vem do lugar de sua sede, na povoação do Cabo de Santo Agostinho e seus associados eram quase os mesmos das academias Suassuna e Paraíso. Seu fundador foi o Capitão-mor Francisco Paes Barreto, depois Marquês do Recife, posteriormente, Morgado do Cabo.

Além dessas, funcionava como se fosse uma sucursal ou filial das referidas, seguindo os seus programas. Instalada pelo capitão-mor Francisco Xavier de Moraes Cavalcanti, sócio das duas primeiras, um centro político na casa de sua residência na vila de Igarassu, em 1816, dando-se o nome de *Oficina*. Essas informações podem ser conferidas na obra de Dias Martins:

Ora associado às duas academias Suassuna e Paraíso [...] as quais suplementava ao norte, dando na sua casa magníficas assembléias e esplêndidos banquetes; onde quase fundia oráculos o ilustríssimo Andrade 1.º — [ Antônio Carlos Ribeiro de Andrade] — , ainda que nem sempre com bastante discricção; pois muito antes de 6 de março, se divulgou, que desta oficina saíra o celeberrimo requerimento em nome da câmara de Igarassú, contra os novos tributos do Alvará de 1812; requerimento que tanto incomodou Caetano Pinto, e tantas lhe subministrou para sufocar a Liberdade no seu berço, se quisesse! Também foi certo, que nesta oficina se pronunciou, em plena assembléia ou banquete, o grito desacautelado, e que tanto mal tinha de fazer a causa — morram os marinheiros.<sup>140</sup>

É interessante observar que os gritos de *morram marinheiros*, os quais se refere Dias Martins, foram repetidos inúmeras vezes, quando estourou o movimento de 1817, como demonstra Tollenare em seu diário: “*Não se ouve ainda o grito de liberdade e sim os de: ‘Viva a Pátria! Mata marinheiro!’*”.<sup>141</sup> Essa observação é importante para percebemos a relação íntima existente entre as idéias liberais/iluministas discutidas, estudadas e

<sup>138</sup> Ibidem. p. 156, nota 70.

<sup>139</sup> Sobre a referida academia, só encontramos referências em: COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 144.

<sup>140</sup> MARTINS, Pe. Joaquim Dias. s/d. op. cit. p. 138.

<sup>141</sup> TOLLENARE, Luís-François de. 1978, op. cit. p. 139; 141.

(re)elaboradas nas sociedades secretas e sua materialização nos vários movimentos revolucionários da primeira metade do século XIX.

Muitas outras sociedades secretas irão surgir, havendo uma espécie de pulverização de tais espaços. Esse fenômeno mostra-nos o grau de efervescência política em que se encontrava o *Norte* da Colônia, em particular, Pernambuco. Assim, teremos, ainda, a *Universidade Secreta*, fundada por Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, natural de São Paulo, homem instruído, formado em direito na Universidade de Coimbra, chegado a Pernambuco em 1815, para ocupar o cargo de ouvidor-mor na comarca de Olinda. Aí, logo se ligou aos espaços políticos da província, como, por exemplo, a academia de Francisco Xavier de Moraes, em Igarassu. A referida universidade secreta também ficou conhecida, no dizer de Oliveira Lima, como “‘*Universidade Democrática*’ e converteu-se ele próprio [Antônio Carlos] numa ‘*Academia Ambulante*’ (expressão do padre Dias Martins), aliciando e iniciando prosélitos”,<sup>142</sup> como se vê:

Desde esta época todos olharam para o grande Andrade [sic] como para um dos grandes campeões da inspirada ventura: e não se enganaram; por que ou de antemão professando os mesmos princípios, ou atraído, e eletrizado por eles, não tardou em fazer-se o mais insigne adepto, ou melhor, o mestre único dos adeptos da doutrina democrática: associado às duas Academias do Cabo, e Paraíso, a sua mesma casa foi uma universidade, e cada uma de suas correções uma série de conquistas; e para dizer tudo, nós lhe chamaremos — Academia ambulante.<sup>143</sup>

Na vila de Igarassu, o cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto, com o intuito de propagar os ideais revolucionários, abriu em sua casa uma *Escola Secreta*, que, em 1821, reinstalou como loja, dando-lhe o título *Seis de Março de 1817*, que foi regulamentada em 6 de outubro de 1832.<sup>144</sup>

Além das Sociedades Secretas e/ou Academias, outros espaços foram fundamentais à (re)elaboração e propaganda das idéias liberais: a *Maçonaria*, que, em nosso caso, manteve vivo o aspecto mais político do ideário iluminista, é um dos exemplos.<sup>145</sup>

<sup>142</sup> TAVARES, Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 279, Nota XXIII; Grifo nosso.

<sup>143</sup> MARTINS, Pe. Joaquim Dias. s/d. op. cit. p. 32.

<sup>144</sup> TAVARES, Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 279, Nota XXIII; COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 96-97; Sobre Vicente Peixoto ver: Ibidem. p. 151-152; MARTINS, Pe. Joaquim Dias. s/d. op. cit. p. 311-312.

<sup>145</sup> Sobre a maçonaria no Brasil, com importantes referências a Pernambuco, ver: SILVA, Augusto César Acioly Paz. **As Luzes da Maçonaria sobre Pernambuco**. 2005, p. 1-15; \_\_\_\_\_, “**Pedreiros do Mal**”: Maçonaria X Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912). 2007, p. 33-40 (principalmente); PRADO Jr., Caio. 20. ed. 1985, op. cit. p. 369-377; RODRIGUES, José Honório. **Independência**: revolução e contra-revolução. 1975, vol. 1, “A evolução Política”, p. 17-30; RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. 1988, p. 281-308; BARRETO, Célia de Barros. 1997, op. cit. p. 191-206; BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 177-187.

É importante esclarecer que, a partir da introdução da maçonaria em nosso meio, a distinção entre esta e as sociedades secretas e/ou academias torna-se cada vez mais difícil, pois nem os membros das mesmas — os integrantes das lojas maçônicas eram também integrantes das academias e vice-versa —, nem os estudiosos fazem uma distinção rigorosa entre elas. Entretanto, não é nosso objeto de estudo essa problemática, nem pretendemos analisar as obscuras origens da maçonaria no Brasil, por isso, vamos nos ater apenas ao que há de mais solidamente documentado e nitidamente testemunhado.

O período que vai dos finais do século XVIII até a Independência, em 1822, considera-se como um período de penetração, estruturação e propagação da maçonaria em geral, tanto francesa como portuguesa, que serão as duas principais correntes de influências desta instituição européia na Colônia. Entretanto, na tentativa de tornar mais claras as diferentes influências, tanto de uma corrente como de outra, citaremos Célia Barreto:

A Maçonaria, neste período, está já plenamente estabelecida na Colônia. O Norte, principalmente Pernambuco, abriga numerosas Lojas. No Rio de Janeiro, surgem as primeiras organizações. Em 1801 instala-se a primeira Loja Simbólica Regular sob o título de Reunião, filiada ao Grande Oriente da França. Em 1802 cria-se na Bahia a loja Virtude e Razão, ambas segundo o rito francês. A notícia de sua fundação, sob a égide do Grande Oriente Francês, chega a Portugal, fazendo com que a Maçonaria portuguesa também se interesse em estabelecer-se no Brasil. É assim, pois, que em 1804 vem ao Brasil um delegado, a fim de convencer nossos maçons a aderir ao Grande Oriente Português. Mas aquelas primeiras Lojas brasileiras, de certa forma ligadas ao Grande Oriente Francês, teriam também interesse em desligar o Brasil de Portugal, não apenas no plano político-nacional, como também no âmbito da própria organização maçônica. Não alcançou êxito, à vista disso, o enviado português, que achou mais acertado deixar fundadas novas Lojas ligadas ao Grande Oriente Português. Nasceram, então, as Lojas Constância e Filantropia. Surgem desde aí desentendimentos, entre os ramos português e francês das Lojas maçônicas brasileiras sobretudo porque defendiam princípios políticos diferentes, já que o antiabsolutismo da Maçonaria portuguesa não envolvia uma posição favorável à independência colonial.

Talvez, por isso mesmo, as lojas portuguesas no Brasil não resistiram e “adormeceram” em 1806.<sup>146</sup>

Ainda sobre esse aspecto — as nebulosas origens da maçonaria — é interessante observar o que se tem de certo, “*é que mesmo antes de existir no Brasil uma maçonaria organizada e reconhecida, existiam maçons que foram iniciados na Europa e propagavam aqui no Brasil os ideais defendidos por esta instituição.*”<sup>147</sup> Esses ideais possuem como princípios sagrados, segundo Célia Barreto, “*toda uma filosofia liberal individualista tomada*

<sup>146</sup> BARRETO, Célia de Barros. 1997, op. cit. p. 201-202.

<sup>147</sup> SILVA, Augusto César Acioly Paz. 2005, op. cit. p. 2.



à *Ilustração do século XVIII ou resultante de uma convergência na mesma direção.*” Que “(...) *vão definir os interesses da burguesia em ascensão.*”<sup>148</sup>

Essa organização ideológica da maçonaria faz com que assuma posições revolucionárias contra os poderes absolutistas e, assim, seus interesses coincidam com os da burguesia em ascensão. Entretanto, aqui no Brasil, diferente da Europa, não existia uma classe burguesa, o que não impediu que uma outra assumisse seu “papel”. A classe que assumiu tal posição foi a *aristocracia da terra*, pelo menos inicialmente, pois, no transcurso da primeira metade do século XIX, esse papel foi gradativamente mudando de mãos e assumido pelos segmentos médios da sociedade, em um processo complexo, cheio de contradições, avanços e recuos, idas e vindas, num zigue-zague em que os personagens ora assumem posturas avançadas, até mesmo revolucionárias, ora o inverso, com posturas moderadas, quando não reacionárias, dependendo, é claro, das convicções ideológicas e da condição e posição social que possuem, como estuda Teobaldo Machado, em sua obra: *As insurreições Liberais em Goiana*:

O presente trabalho procura desmistificar as acepções de que os movimentos insurreicionais, que ocorreram em Pernambuco entre 1817 e 1824, foram liderados pela aristocracia rural dominante.

Ao mesmo tempo em que rebate essa “pseudo-liderança”, tenta demonstrar a real e efetiva participação de um segmento médio nas insurreições de 1817, 1821 e 1824.<sup>149</sup>

.....  
São os comerciantes, os padres, os militares, os profissionais liberais e os funcionários públicos que em Goiana lideram a Insurreição [1817]. Os senhores-de-engenho, na sua quase totalidade, repelem o movimento ou lhe ficam alheios.<sup>150</sup>

Essas influências externas — idéias liberais — que, na Colônia, foram percebidas de formas diversas por segmentos sociais vários, com posições políticas divergentes, tais como liberais moderados e liberais radicais, atingiram o processo de Independência brasileira e evidenciaram contradições da política internacional cindida entre as mais importantes nações européias da época — França e Inglaterra — levando o processo a um movimento de alinhamento a uma das duas nações e suas respectivas concepções políticas, isto é, alinhamentos ao “modelo de nação” ou ao “modelo de Estado”, ambos liberais, como demonstra a historiadora Socorro Ferraz:

<sup>148</sup> BARRETO, Célia de Barros. 1997, op. cit. p. 193.

<sup>149</sup> MACHADO, Teobaldo José. 1990, p. 19; CABRAL, Eurico Jorge Campelo. 1999, op. cit. Ver principalmente capítulos III e V.

<sup>150</sup> MACHADO, Teobaldo José. 1990, op. cit. p. 25.

Desde logo, é necessário fazer uma distinção: as manifestações separatistas contra Portugal sejam da região sudeste ou norte, isto é, revoluções entre metrópole e colônia e entre o ‘norte e o império’ receberam influências de leituras de autores franceses e americanos e das ocorrências revolucionárias burguesas nesses países, enquanto o movimento da Independência e a organização da nova nação foi calcado no ideário do liberalismo inglês. Este pensamento, filtrado em Portugal, chega ao Brasil com pouco vigor revolucionário, e aqui vai proteger os interesses dos portugueses. A reação a esse modelo fez surgir um outro que se lhe contrapõe, conhecido na historiografia brasileira como o pensamento “liberal radical”.<sup>151</sup>

Esses modelos correspondem, em termos de organização e ação de Estado, a dois tipos de políticas públicas diferentes, como se percebe, na obra da historiadora citada:

Politicamente, o Liberalismo realiza-se enfaticamente por suas duas faces: uma, que enfatiza a sociedade civil, como espaço do livre desenvolvimento da individualidade, em oposição ao governo e que sem a ajuda deste pode realizar a felicidade. É o Estado mínimo, segundo Bobbio. Outra, que atribui ao Estado a faculdade de exprimir e garantir politicamente a liberdade individual, que só se realiza plenamente quando através do Estado se universaliza.<sup>152</sup>

A maçonaria estava inicialmente ligada aos grupos dominantes da sociedade e seus elementos, na maioria, eram membros da elite, filhos dos grandes proprietários rurais, os quais iam estudar na Europa, apropriando-se aí de idéias iluministas, na Universidade de Coimbra e, principalmente, na Universidade de Montpellier, na França, considerada um dos focos maçônicos da época.<sup>153</sup> É importante destacar — e insistiremos mais uma vez — que essas influências externas encontraram um ambiente propício, um campo fértil a sua absorção e propagação, e os meios para tal foram vários, mas a situação interna da Colônia foi que determinou o sentido e a medida dessas intervenções, como demonstra Caio Prado Júnior:

... a situação colonial, (...) com suas contradições e conflitos internos, nada tem a ver com a maçonaria ou com qualquer outra ação ou idéia desta ou daquela natureza vindas de fora. É uma situação fruto de condições próprias da colônia, e que se liga unicamente ao regime político e sistema econômico e social aqui vigentes. Neles se origina e a eles deve exclusivamente sua razão de ser.<sup>154</sup>

E continua Caio Prado Júnior:

<sup>151</sup> FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 60. Ver principalmente os capítulos II e IV.

<sup>152</sup> Ibidem. p. 58.

<sup>153</sup> BARRETO, Célia de Barros. 1997, op. cit. p. 197-198.

<sup>154</sup> PRADO Jr., Caio. 20. ed. 1987, op. cit. p. 372.

Os nossos maçons, agindo neste ou naquele sentido, e dentro dos objetivos especiais e particulares da colônia que tinham em vista, estão na realidade agindo não como “maçons”, mas como “brasileiros”. O que o fato de pertencerem à maçonaria lhes acrescenta é a organização, a possibilidade de uma maior unidade de vistas e de ação conjunta, que sem ela, e na falta de outra organização semelhante, teria sido ainda mais dispersiva e incoerente que foi. (...) A maçonaria emprestou assim alguma consciência a uma ação que, sem ela, embora continuasse a existir, teria sido certamente cega e desorientada. Ou teria, o que é mais provável, recorrido a outra organização semelhante, feita sob encomenda e que a teria substituído. Se se preferiu a maçonaria para a tarefa, foi por motivos óbvios.

Há, portanto — empreguemos a palavra um pouco arriscada, mas exata se nos colocamos no ponto de vista de uma história local como a que fazemos aqui — há uma “coincidência” entre um fato de nossa história, e outro de natureza muito mais ampla: de um lado, a situação brasileira, tal como resulta de suas circunstâncias peculiares; doutro, uma internacional, estranha em princípio, mas que indiretamente se liga a nós: a maçonaria e seus objetivos na política européia.<sup>155</sup>

Com isso, esperamos deixar claro que não entendemos os acontecimentos da Colônia como meras reproduções de determinações externas, como se fossem as sociedades secretas e/ou academias e a maçonaria — espaços por excelência das influências estrangeiras — as causas únicas das transformações e dos movimentos políticos que surgiram no Brasil, durante o século XIX.

No Brasil, é Pernambuco o ponto de partida da introdução e propaganda da maçonaria na Colônia<sup>156</sup>, e onde, em 1801, criavam-se algumas lojas no Recife, das quais saíram os elementos da fundação de várias outras.<sup>157</sup>

Porém, a este respeito, Pereira da Costa faz a seguinte afirmação:

Alguns, ou melhor, a maioria desses fatos, porém, carece de autenticidade. O que há, entretanto, de positivo, por constatação histórica sobre a introdução da maçonaria no Brasil, é que em 1809 se criara uma loja maçônica em Pernambuco, com intuito puramente político, como núcleo para a introdução de outras, e da qual fazem parte, nomeadamente, os padres Miguel Joaquim de Almeida e Castro, João Ribeiro Pessoa de Montenegro e Luis José Cavalcanti Lins, os dois primeiros lentes do seminário de Olinda, e o terceiro vigário de Santo Antônio do Recife, iniciados maçons em Lisboa no ano de 1807.<sup>158</sup>

Essa oficina maçônica a que acabamos de nos referir, tinha objetivos puramente políticos e era denominada de *Regeneração*. Nasceu em 1809, por sugestão do padre João Ribeiro, ficou localizada no engenho Paulista, próximo a Olinda, onde realizava suas conferências políticas e congregava, entre outros, “*alguns militares de patentes subalternas*,”

<sup>155</sup> Ibidem. p. 373-374.

<sup>156</sup> Sobre essa posição, existem discordâncias, ver: SILVA, Augusto César Acioly Paz. 2005, op. cit. p. 2-5; \_\_\_\_\_, 2007, op. cit. p. 34-36.

<sup>157</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 92-99.

<sup>158</sup> Ibidem. p. 93-94.

*uma vez que aos filhos do Brasil era vetado atingir aos altos postos da milícia.”*<sup>159</sup> Foi, também, o último reduto de resistência do movimento de 1817, não coincidentemente fora este o local onde se promovera e excitara o referido movimento.

A maçonaria teve, assim, um papel importante em Pernambuco, na organização ideológica, republicana e democrática, como escreveu Muniz Tavares, historiador e membro do malogrado movimento separatista:

Entre os amantes de [*sic*] república figuraram alguns maçons, ou pedreiros-livres. Esta sociedade secreta respeitada por ser misteriosa, e condenada cegamente como tal, diz-se que em tempo assaz remoto fora instituída com o louvável fim de confraternizar os homens, e excitá-los à prática das virtudes morais: concedendo aos seus membros plena garantia de pensar, oferecendo mútua comunicação de idéias, e socorros, facilitando a correspondência por todos os lugares e exigindo inviolável segredo do seu procedimento, a concepção do projeto, que ali é julgado vantajoso, prossegue com perseverança o seu curso. Nenhuma instituição apresentando melhores vantagens ao trabalho da regeneração nacional, aqueles maçons principiaram em 1809 a organizar cada um na cidade de seu domicílio várias lojas, e erigiram o *Grande Oriente*, ou Governo Supremo da Sociedade, na Bahia, residência do maior número de sócios, que tinham sido iniciados e elevados aos altos graus na Europa.

O temor de comprometimento, e a crassa ignorância, restringiam a aquisição de adeptos em todas as províncias, fora a de Pernambuco, que em 1816 contava debaixo da direção de uma *Grande Loja Provincial* quatro lojas regulares compostas de pessoas distintas por ciência, e virtudes.<sup>160</sup>

Oliveira Lima, comentando essa obra de Muniz Tavares, afirma que as idéias de república no Brasil são o resultado direto das suas sociedades secretas, algumas delas disfarçadas com o nome de academias, devendo englobar-se, nessas instituições de caráter revolucionário, as lojas maçônicas, fossem elas imigradas e de origens européia ou criação originária da América.<sup>161</sup> O fato é que contribuíram na luta de emancipação da Colônia e de autonomia em Pernambuco.

No período que antecedeu à revolução, entre 1809 e 1817, em Pernambuco, a maçonaria ampliou-se com a formação de inúmeros núcleos em várias partes da capitania. Em 1814, instalou-se a *Loja Patriotismo* e, no ano seguinte, a *Restauração*. A primeira tem como fim expresse instaurar o governo republicano. As duas foram, com certeza, espaços de elaboração e planejamento do movimento de 1817, mas, também, locais de atitudes tipicamente maçônicas, isto é, a prática da filantropia e da solidariedade que caracteriza a

<sup>159</sup> Ibidem. p. 94.

<sup>160</sup> TAVARES, Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 37.

<sup>161</sup> Ibidem. p. 274.

maçonaria universal.<sup>162</sup> Chamamos a atenção para esse último aspecto (característica da maçonaria), porque ele vai ser o principal elemento a se perpetuar como identidade na maçonaria pós-repressão aos movimentos revolucionários.

Muitas foram, ainda, as lojas maçônicas a surgirem na província em 1816, além da intensificação da agitada propaganda política liberal e a maior organização em suas estruturas. É nesse período que se forma uma grande loja provincial, que contava com quatro oficinas regulares no Recife, compostas por pessoas das mais variadas posições sociais — distintos por ciências e virtudes — em que sobressaíam numerosos eclesiásticos e oficiais militares, todos unidos pela defesa da liberdade e formação da pátria. A relevância desse acontecimento é percebida através das medidas tomada pelo governo que, receoso, mandou prender dois oficiais do Exército, os tenentes de artilharia José Paulino de Almeida e Albuquerque e Antônio Vieira Cavalcanti, que foram enviados presos para o Rio de Janeiro, devendo ficar detidos na fortaleza da Ilha das Cobras, de onde só saíram em 14 de fevereiro do mesmo ano, após severa repressão e sob juramento de não mais continuarem a pertencer à maçonaria. Segundo Pereira da Costa, o delator dos oficiais foi um escravo, que recebeu pela denuncia a liberdade, pagando a sua alforria os cofres da polícia. Como podemos constatar, a vigilância em torno da maçonaria era intensa, porque vários dos seus membros se diziam formados a partir do espírito liberal das idéias francesas, tão temidas pelo governo português. Além de todos esses acontecimentos, os maçons estavam à frente na formulação e participação no movimento de 1817, como ficou claro na afirmação do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que, preso pelos rebeldes do referido movimento e mandado para a mesma fortaleza da Ilha das Cobras, escreveu ao ministro Conde da Barca, em 9 de abril de 1817, informando que, então, no Recife existiam duas lojas de pedreiros-livres, denominadas de *Pernambuco do Oriente* e *Pernambuco do Ocidente*, uma em casa do comerciante Antônio Gonçalves da Cruz, conhecido como o Cabugá e outra, em casa do também comerciante Domingos José Martins. Ambos fizeram parte do governo revolucionário instalado no mês de março com a vitória dos rebeldes.<sup>163</sup>

Derrotado o movimento revolucionário de 1817, presos os seus líderes, julgados e condenados, alguns à morte e outros à prisão, esses últimos foram enviados aos cárceres da Bahia, onde permaneceram por quatro anos. Ainda assim, Dom João VI, vendo que as

---

<sup>162</sup> SILVA, Augusto César Acioly Paz. 2005, op. cit. p. 5; \_\_\_\_\_, 2007, op. cit. p. 36. COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 94-95.

<sup>163</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 95-96; SILVA, Augusto César Acioly Paz. 2005, op. cit. p. 6; TAVARES, Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 279, nota XXIII.

sociedades secretas e a maçonaria possuíam forte poder de influência, decidiu proscrevê-las da Colônia, através de alvará com força de lei expedido em 30 de março de 1818, considerando a participação em suas associações como crime de lesa-majestade.<sup>164</sup> Mas, transcorridos alguns anos, a situação ficaria “amena”, por um breve espaço de tempo, enquanto seu filho, o príncipe regente e posterior imperador do Brasil, Dom Pedro, fora membro da maçonaria; entretanto, logo mudaria de posição e, como imperador, decretaria por carta-lei, em 20 de outubro de 1823, o fechamento das lojas secretas e a perseguição dos seus membros. Ele tinha abjurado seu título de grão-mestre da ordem maçônica.<sup>165</sup>

Com a derrota da Confederação do Equador de 1824 e a vitória dos absolutistas imperiais, o ambiente estava propício para germinarem as forças da reação, e foi o que ocorreu. Logo, foram criadas associações para representá-las e começou a atuar uma sociedade secreta, ainda durante o governo do conservador Tomás Xavier Garcia de Almeida, denominada *Coluna do Trono e do Altar*. Essa corrente retrógrada e ultraconservadora agia de forma violenta e chegou a ameaçar a vida de algumas pessoas ilustres da sociedade. O seu ideal fica claro na afirmativa de Amaro Quintas: “*Os ‘colunas’ — eram chamados seus adeptos — tinham como lema ‘o Imperador sem trambolho’, isto é, sem Constituição — por sinal que uma Carta Outorgada — governando discricionariamente, como nos tempos do ancien regime.*”<sup>166</sup> O elemento novo que encontramos nesse momento, nas sociedades secretas, é que elas agora possuíam jornais como veículos de propaganda. *O Cruzeiro* e *O Amigo do Povo* representam essas posturas retrógradas. Elas ficaram popularmente conhecidas como “colunas”, que, por sua vez, chamavam os adversários, por “calangos”, quer fossem esses constitucionalistas e liberais ou republicanos.<sup>167</sup>

Essas ações não ficaram sem respostas, logo surgiu (ou já existiam) em Pernambuco, entre outras, a *Jardineira* ou *Keporótica*<sup>168</sup> e a *São José* ou *Beneficência*. Essa última parece

<sup>164</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 96. Cita o Alvará que determina: “*que ficavam declaradas criminosas e proibidas todas e qualquer sociedades secretas, de qualquer denominação, com formas e nomes já conhecidos, ou debaixo de qualquer outro nome ou forma que de novo se dispusesse e se inaugurasse, pois todas ficavam sendo reputadas contra o Rei e contra o Estado, incorrendo todos aqueles que fizessem parte de tais associações no crime de lesa-majestade.*”

<sup>165</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 97-98; SILVA, Augusto César Acioly Paz. 2005, op. cit. p. 7-8.

<sup>166</sup> QUINTAS, Amora. O Nordeste, 1825-1850. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Monárquico. t. II, v. 2, 1997, p. 195.

<sup>167</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1965, v. IX, op. cit. p. 289-293; QUINTAS, Amora. 1997, op. cit. p. 194-195.

<sup>168</sup> Encontramos a referida expressão redigida de duas formas diferentes: COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 183-184, escreve: “*Keporática*”; CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. 2001, p. 274, 276 escreve: “*Keporótica*”.

ter-se incorporado à Jardineira, resultando daí uma agremiação de maior extensão e profundidade. A *Jardineira* foi introduzida em Pernambuco em 1821, sendo seus iniciadores o capitão-mor Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, revolucionário de 1817 e o Dr. Joaquim Marcelino de Brito. Pereira da Costa nos informa que ela tinha por fim único “*o socorro da humanidade oprimida pelos reveses da fortuna, ou das injustiças da tirania, por meios compatíveis com a obediência às leis e respeito às autoridades constituídas, tendo porém todos os sócios plena liberdade em matéria de religião.*”<sup>169</sup> Essas sociedades, tais como os “colunas”, também criaram seus jornais para difundirem suas doutrinas, defenderem as idéias liberais e combaterem seus adversários; eram jornais de posturas quase sempre liberais, como *O Diário de Pernambuco*, *O Constitucional*, *a Abelha Pernambucana*, *a Bússola da Liberdade*, entre outros.<sup>170</sup> Várias outras sociedades secretas e maçônicas, ainda irão se formar, mas, apesar do espírito liberal, na medida em que a monarquia se consolida, gradativamente “abandonam” seus aspectos mais revolucionários e progressistas, assumindo aquelas características já referidas — retrógrada e violenta etc.

Por fim, a maçonaria era uma associação política, defensora das idéias liberais, autonomistas e republicanas, que ajudou, indiscutivelmente, nas lutas de emancipação, nas revoltas contra o absolutismo e nas conquistas da independência nacional. Isto, sem falar da Revolução de 1817 e 1824 em Pernambuco, que são filhas da maçonaria.

Tomamos emprestada a periodização da maçonaria em Pernambuco, que Augusto Acioly desenvolve em sua dissertação *Pedreiros do mal: Maçonaria X Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912)*, para deixar mais clara suas transformações, posturas e atitudes históricas. Assim;

... entrando no campo das primeiras referências “positivas” acerca da constituição de lojas maçônicas regulares em Pernambuco, voltemos ao ano de 1809, a partir da fundação da loja Regeneração, com objetivos eminentemente políticos, uma preocupação inerente à maçonaria da fase pré-independência, de 1800 a 1822. (...). De 1809 a 1817, a maçonaria pernambucana foi ampliada com a formação de alguns núcleos em vários pontos da província.<sup>171</sup>

<sup>169</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 184.

<sup>170</sup> Para consultar sobre as citadas sociedades secretas e, entre elas, a maçonaria no período de 1817 - 1824 em diante, ver: QUINTAS, Amora. 1997, op. cit. p. 193-207; COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 184-185 e 384-386; \_\_\_\_\_, 1965, v. IX, op. cit. p. 289-294; CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. 2001, op. cit. p. 272-285 (IX. Sobre as sociedades secretas de Pernambuco) e p. 286-300 (X. Sobre a sociedade maçônica em Pernambuco); \_\_\_\_\_, **Obras Políticas e Literárias**. 1972, p. 387-399 e 401-413; BARRETO, Célia de Barros. 1997, op. cit. p. 191-206.

<sup>171</sup> SILVA, Augusto César Acioly Paz. 2007, op. cit. p. 36.

No período que vai de 1816-31, a Maçonaria Pernambucana atravessou duas fases: uma primeira, de organização e forte agitação política, que culminou com a sua participação em 1817 e 1824; e, num segundo momento, de 1823-24 a 1831, a desestruturação tomou conta da Maçonaria Pernambucana, tendo sido fechadas muitas lojas, principalmente por conta da perseguição às sociedades secretas encetadas por Dom Pedro, após 1823.

A fase que vai de 1823, com o fechamento da maçonaria pelo Imperador Dom Pedro até a sua abdicação, em 1831, não trouxe grande desenvolvimento para a maçonaria pernambucana. (...).

A partir de 1831 começou uma nova fase no interior da maçonaria brasileira e especialmente da pernambucana. O Grande Oriente do Brasil é restaurado, tendo à frente de sua organização José Bonifácio. Uma das principais resoluções tomadas pela direção do novo Grande Oriente foi o de suprimir toda discussão de ordem política e religiosa dos templos. (...).

... o novo ideal que passava a nortear a Maçonaria brasileira e que, ainda hoje, permanece como uma de suas metas: a Loja Maçônica não seria ambiente de discussões político-partidárias, mas espaço de discussão de questões políticas amplas. Esse ideal era denominado por Quintino Bocaiúva de “alta política”, por se preocupar com ideais humanistas e filosóficos e não em favorecer determinada facção política. Essa postura fez parte das reflexões de vários dos maçons brasileiros, durante o século XIX e início do século XX.<sup>172</sup>

É preciso deixar claro que nem todas as sociedades secretas e maçônicas eram progressistas e revolucionárias, existiam, também, as moderadas, as conservadoras e até as reacionárias, cada postura dependia do perfil de seus líderes e fundadores. O que podemos dizer, sem risco de incorrer em erros graves, é que as sociedades secretas e maçônicas de forte influência ou origem portuguesa são, de um modo geral, moderadas e defendem posições políticas constitucionais; já as de fortes influências ou origens francesas são, quase sempre, progressistas e defendem posturas políticas revolucionárias e, às vezes, com república. Algumas, fundadas para a defesa da conservação, do *status quo*, assumem posturas políticas reacionárias e aliam-se com frequência ao poder constituído, de preferência, absolutista. Claro está que a realidade é mais complexa e dinâmica que a nossa tentativa de taxonomia das instituições e órgãos existentes na realidade concreta. O que pretendemos aqui, foi captar seus movimentos de mudanças e torná-los mais compreensíveis para nós, os não contemporâneos aos fatos.

Ainda, uma última consideração sobre essas influências — idéias ilustradas — que se alongam para além do nosso período de pesquisa, é importante destacar que as idéias francesas ou liberais/iluministas, como denominamos aqui, continuaram a influenciar a capitania/província, muito além da Conspiração dos Suassuna (1801); da Revolução de 1817; da Convenção de Beberibe e de Goiana (1821) e da Confederação do Equador (1824), pois as encontramos presentes em vários outros momentos e movimentos (ou líderes) políticos da

---

<sup>172</sup> Ibidem. p. 37-38.



nossa história, tais como: a República dos Afogados (1827); a Setembrada (1831); a Novembrada (1831) e as Carneiradas (1834), sem falar, é claro, da Revolução Praieira (1848), que, no dizer de Amaro Quintas, estava sob o espírito *quarente-huitard*<sup>173</sup>. Até mesmo os movimentos que não estavam sob sua inspiração, que agiam para combatê-las, e, assim, fornecem-nos informações importantes. Esses últimos movimentos — não liberais — defendem posições conservadoras e/ou reacionárias, como por exemplo, o Governo de Luís do Rego Barreto (1817); o Governo dos Matutos (1823); a Abriladas (1832) e a Guerra dos Cabanos (1832). O fato é que a presença das idéias francesas, no Brasil e em Pernambuco, em particular, atravessaram toda a primeira metade do século XIX e alongaram-se para além da segunda metade do mesmo, encontrando-as ainda, nos final do referido século, nos movimentos abolicionista e republicanos, entre outros.

Deixando de momento as formas de organização e propagação das chamadas idéias francesas, voltemos nosso olhar, por um momento, para a natureza e o sentido de sua implementação por parte do Estado Nacional. Neste caso, importa destacar os limites e/ou fraquezas do nosso liberalismo que, por ser inicialmente de caráter elitista, realizado por ilustres fazendeiros, donos de terras e de escravos, satisfaz-se com a liquidação dos laços coloniais, evitando, assim, mudanças profundas na estrutura de produção da sociedade, ou seja, preservar a escravidão como direito sagrado era mais importante.<sup>174</sup>

Em estudo sobre a emancipação política do Brasil, a historiadora Emília Viotti da Costa trata estas questões nos seguintes termos: “*A elite de letrados, porta-voz das categorias socialmente dominantes, forjaria uma ideologia mascarando as contradições do sistema e ignorando a distância entre as disposições jurídicas e a realidade.*”<sup>175</sup> E continua:

<sup>173</sup> Sobre as influências políticas francesas em Pernambuco, em 1848, ver: QUINTAS, Amora. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. 1982; principalmente o 2<sup>a</sup> capítulo “O Espírito Quarente-Huitard e a Revolução Praieira”; no qual afirma: “Admitir-se, não seria possível a ausência do influxo do espírito *quarente-huitard*, da mentalidade quarenta e oito, na velha província pernambucana dos meados do século passado. Se a influência do pensamento francês é patente na nossa vida política e social, se ela se apresenta atuante em vários episódios de nossa história, como na obscura e pouco estudada Conspiração dos Suassunas de 1801, onde se vislumbra, ao lado da participação das idéias de 89, a almejada ajuda de Napoleão Bonaparte, então primeiro cônsul, a espalhar republiquetas pela Europa e que seria o protetor da República a criar-se em Pernambuco, mais marcante se mostra essa influência na idealística Revolução de 1817 e na Confederação do Equador, assim como talvez na agitação, de alto sentido igualitário, do Pedroso em 1823. Em todos os fatos políticos e ideológicos de nosso passado, sente-se a interferência das idéias francesas, interferência mais poderosa desde que a Revolução de 89 espalhou os seus princípios pelo mundo. É de Nabuco a frase: ‘Todas as nossas revoluções foram, dir-se-ia, ondulações começadas em Paris’”. p. 83-84.

<sup>174</sup> Sobre as características e limites do Liberalismo brasileiro, ver: COSTA, Emília Viotti da. 1978, op. cit. p. 88-125; BARRETO, Célia de Barros. 1997, op. cit. p. 198; FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit.; \_\_\_\_\_, O Liberalismo como Doutrina da Nova Ordem Capitalista e a Repercussão no Brasil. **CLIO — Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE**, nº 5, 1982, p. 155-164; \_\_\_\_\_, Conflitos Políticos em Pernambuco: Questões metodológicas. Ibidem, nº 10, 1988, p. 111-122; MACHADO, Teobaldo José. 1990, op. cit.

<sup>175</sup> COSTA, Emília Viotti da. 1978, op. cit. p. 125.

A emancipação política realizada pelas categorias dominantes interessadas em assegurar a preservação da ordem estabelecida, cujo único objetivo era romper o sistema colonial no que ele significava de restrição à liberdade de comércio e à autonomia administrativa, não ultrapassaria seus próprios limites. A ordem econômica seria preservada, a escravidão mantida. A nação independente continuaria subordinada à economia colonial, passando do domínio português à tutela britânica. A fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria e escravidão da maioria dos habitantes do país. Conquistar a emancipação definitiva da nação, ampliar o significado dos princípios constitucionais seria tarefa relegada aos pósteros.<sup>176</sup>

Desta forma, quem saiu provisoriamente vitorioso foi o liberalismo mitigado das camadas dominantes, responsáveis pela emancipação política do Brasil e representado pelo Partido Liberal, pelo menos nominalmente — para usarmos uma expressão da escolástica-nominalista medieval — liberal, ainda que tão conservador e reacionário quanto o próprio Partido Conservador, mas não igual.<sup>177</sup> Os integrantes desse partido, por sua vez, contrapunham-se ao anterior liberalismo radical, presente em Pernambuco, nos movimentos “Revolucionários” de 1817, 1821 e 1824, que, quando derrotados (sufocados), ressurgirão em defesa dos ideais democráticos, na Revolução Praieira em 1848, no movimento abolicionista e na luta pela república na segunda metade do século XIX.<sup>178</sup>

Como já dissemos o Partido Conservador e o Partido Liberal *não* eram a mesma coisa. O primeiro foi capaz de construir uma hegemonia (fluminense) e “costurar” várias frações regionais de classe (intervenção) para se manter no poder e, o segundo, foi incapaz disso, esbarrava no limite da propriedade escravista (nisso, era liberal, por defender a casa, o domínio) e nas muitas fraturas internas, por exemplo, São Paulo e Minas Gerais eram diferentes de Pernambuco.

Distanciamo-nos um pouco (em termos temporais) do recorte do nosso objeto de pesquisa, para podermos demonstrar o quanto se alonga o mesmo, perpetuando-se em uma luta intestina que ultrapassa a condição de Colônia e sobrevive muito além da monarquia, como se fosse uma corrente subterrânea, ora explodindo como um vulcão em erupções, ora parecendo estar morto, mas, volta e meia, reaparecendo, em erupção novamente.

Portanto, podemos concluir, provisoriamente, que as formas de penetração das idéias ilustradas francesas, principalmente em Pernambuco, no início do século XIX, foram

<sup>176</sup> Ibidem. p. 125.

<sup>177</sup> Para uma análise das diferenças entre Partido Conservador e Partido Liberal, consultar: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema:** a formação do Estado Imperial. 5. ed. 2004; e numa outra perspectiva: DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial:** origens do federalismo no Brasil do século XIX. 2005.

<sup>178</sup> MACHADO, Teobaldo José. 1990, op. cit. 198.

múltiplas e diversas, crescendo em complexidade na medida em que as contradições internas se ampliavam e o Antigo Regime aguçava os seus antagonismos e aumentava em debilidade. Neste momento, o sistema colonial entrava em colapso e uma conjuntura longa de crises possibilitava a passagem do regime colonial à monarquia conservadora, sob a regência do herdeiro do trono Português, ao mesmo tempo, em que as antigas estruturas da colônia se perpetuavam, ou seja, a sociedade brasileira continuava sendo escravista, latifundiária, monocultora e agroexportadora.

## CAPÍTULO 4

*Como na Inconfidência Mineira não se descobre uma arma, e tudo não passa de conversas e debates sobre as idéias de liberdade e independência. Por isso não foi um fato como 1798 e 1817. Foi um pensamento sem ação, e como tal pertencente à História das idéias formadoras da consciência nacional. Atos ou pensamentos rebeldes filiam-se num nexo íntimo: a expulsão dos holandeses, a revolta de Beckman, os Emboabas e Mascates, a Inconfidência Mineira, a Revolução dos Alfaiates, a Conspiração dos Suassuna e 1817 têm sua conclusão em 1822.*

**Documentos Históricos:** Devassa de 1801 em Pernambuco. vol. X

(Explicações de José Honório Rodrigues)

#### **4 TEMPOS DE AÇÃO: AS IDÉIAS LIBERAIS NAS REVOLUÇÕES PERNAMBUCANAS DO SÉCULO XIX**

A formação social escravista que se originou na Colônia, como já vimos, a partir da conquista européia, vai durar até os finais do século XIX. Entretanto, nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século seguinte, apresentava sinais de mudança. Pois as disputas pelo controle do Estado metropolitano na Colônia (poder político) geravam conflitos entre a elite colonial local (ou parte dela) e a elite metropolitana portuguesa. Neste contexto, os fatores internos determinavam as mudanças na Colônia e os acontecimentos externos contribuíam, impulsionando-os; dito de outro modo, as influências exógenas só eram absolvidas naquelas colônias cuja estrutura socioeconômica já vinha sendo antes trabalhada por fatores revolucionários internos condizentes ao modo de produção nela existente. Tais fatores internos é que são fundamentais no processo. Uma vez que isto seja levado em conta, justifica-se a opção de fazermos na exposição referência à crise colonial, pois situamos (ver, introdução e o capítulo 1) o contexto geral que, séculos antes, dera origem na América a um modo de produção novo — o escravismo colonial.

A partir de meado do século XVIII, o sistema colonial começa a enfrentar séria crise cuja causa profunda era a transformação econômica provocada pela Revolução Industrial nos países de maior acumulação primitiva de capital da Europa. Nesses países, o capitalismo deixou o estágio comercial e encaminhou-se para a etapa industrial. Como parte desse processo, o pequeno produtor, que trabalhava diretamente para o consumidor, foi desaparecendo. Em segundo lugar, surgiram as grandes unidades produtoras (fábricas), reunindo considerável número de trabalhadores assalariados sob a direção do empresário capitalista.

Assim, na medida em que o capitalismo se desenvolvia, surgiam novas circunstâncias no relacionamento entre as metrópoles e suas colônias, de tal forma que, no início do século XIX, para que o sistema econômico continuasse a se desenvolver, era necessário reformular a relação colônia/metrópole.

Este quadro de mudanças das metrópoles européias, nas quais as influências econômicas e políticas, entre outras, contribuíam para acelerar as transformações internas das colônias, foram bem sintetizadas por Manuel Correia de Andrade:

Nos finais do século XVIII o sistema colonial português se encontrava em decadência e suas estruturas eram abaladas tanto por razões de ordem econômica como política. Assim, no primeiro caso, observa-se que a produção de açúcar do Nordeste não tinha condições de competir com a produção das Antilhas e que o monopólio comercial da metrópole asfixiava o desenvolvimento econômico da colônia e, no segundo, observa-se que os acontecimentos políticos da América do Norte — independência com opção republicana dos Estados Unidos — e da Europa — Revolução Francesa — punham em risco o direito divino dos reis, a monarquia absoluta e o próprio sistema colonial. Apesar da atividade da censura portuguesa, extremamente rígida, não se podia impedir a propagação das notícias vindas do exterior, assim como a propagação de idéias novas, trazidas por viajantes e por estudantes que faziam cursos na Europa. Daí a ocorrência, ainda no século XVIII, da Conjuração Mineira e da Conjuração Baiana (a chamada revolta dos alfaiates).<sup>1</sup>

Essas influências — idéias novas —, principalmente francesas, como afirma José Honório Rodrigues (no volume 103 dos *Documentos Históricos*)<sup>2</sup>, deixaram em vigilância o governo metropolitano e também colonial, assim: “*O governo português já muito alertado sobre a ameaça que o espírito liberal representava para suas instituições, tomara várias medidas repressivas, tanto na metrópole, como nas colônias*” — contra os chamados “*princípios jacobinos*”.<sup>3</sup>

Em Pernambuco, a administração da capitania se fazia atenta aos ecos dos acontecimentos revolucionários europeus e das idéias novas (idéias liberais), através das ações preventivas do Estado, tanto no período do governo de D. Tomás José de Melo (1787-1798) como no da Junta de Governo Provisório, que o substituiu (1798-1804).<sup>4</sup> Além do mais, percebe-se esta vigilância, através dos vários comunicados enviados da Corte, recomendando a necessidade de uma atenta e severa vigilância a ser exercida continuamente ao longo da costa, e que se zelassem as fortificações, os armamentos e o estado da tropa de linha e das forças auxiliares. Como também, deveria ter uma atenção especial à presença de franceses, e não deixar de comunicar imediatamente o aparecimento de qualquer suspeita. Como era constituída essa Junta de Governo Provisório:

A Junta do governo provisório, conforme praxe foi inicialmente composta pelo Bispo D. José da Cunha Azeredo Coutinho, pelo chefe de esquadra e Intendente da Marinha, Pedro Sheverim, e pelo Ouvidor Geral da Comarca, Desembargador Antônio Luís Pereira da Cunha. Este foi substituído, em 19 de outubro de 1799, por José Joaquim Nabuco de Araújo. Em 1802, o bispo Azeredo Coutinho foi

<sup>1</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **O povo e o poder**. 1991, p. 51.

<sup>2</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1954), vol. CIII, p. VII-VIII.

<sup>3</sup> RODRIGUES, José Honório. Explicações. In: BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, p. 3; ver também o capítulo 3 do presente trabalho.

<sup>4</sup> BERNARDES, Denis. Considerações em torno da repercussão da Revolução Francesa em Pernambuco. In: Andrade, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury. **O Nordeste e a Revolução Francesa**. 1992, p. 75; MOTA, Mauro. **Bê-a-bá de Pernambuco** ou apontamentos para uma biografia do Estado. 1991, p. 285.

substituído pelo Deão da Catedral de Olinda, dr. Manuel Xavier Carneiro da Cunha, e, em 1803, Pedro Sheverim foi substituído na Junta por D. Jorge Eugênio de Lócio e Seibls e na Intendência da Marinha por Cândido José de Siqueira, que aliás seria dos raros a oferecer efetiva resistência quando da eclosão da Revolução de 1817. Foi preso, sendo recolhido ao Forte das Cinco Pontas, de onde sairia somente com a vitória das forças realistas.<sup>5</sup>

Na mesma obra, o historiador Denis Bernardes refere-se, também, às medidas tomadas pelo governo de D. Tomás de Melo e, posteriormente, pelo presidente da Junta de Governo Provisório, bispo Azeredo Coutinho:

Ainda no governo de D. Tomás José de Melo foi iniciada a construção do reduto de Gaibu (1797), concluído no governo seguinte (1799), “com auxílio de tropas e moradores da localidade”. Durante o mesmo governo uma Carta Régia mandava abrir empréstimo em Pernambuco e demais capitanias anexas, da importância de um milhão e meio de cruzados, “destinados à defesa do estado, à segurança da real coroa e à glória da nação”.

Em 1799, sob a Junta de Governo Provisório, presidida pelo bispo Azeredo Coutinho, foi aberta contribuição para a compra de uma fragata. Anos depois, já bispo de Elvas, em carta dirigida ao príncipe regente, justificando atos quando de sua passagem por Pernambuco, o fundador do Seminário de Olinda fez uma expressiva descrição das inquietações e problemas aqui vividos por conta dos acontecimentos europeus. (...).<sup>6</sup>

#### 4.1 A CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNA: AS IDÉIAS LIBERAIS E O MOVIMENTO AUTONOMISTA

Foi nestas circunstâncias que teve início, na Capitania de Pernambuco, a Conspiração dos Suassuna de 1801, que, segundo Manuel Correia de Andrade, é um fato histórico de menor importância pelos eventos a que deu origem, pois não acarretou nenhum acontecimento revolucionário.<sup>7</sup> Entretanto, seu estudo nos fornece uma série de informações sobre a mentalidade da época, ou, em outras palavras, informa-nos as idéias e posturas políticas que os “cidadãos” da Capitania possuíam ante o poder constituído.

Como estamos analisando as idéias e posturas políticas dos habitantes da Colônia e de Pernambuco, nosso foco de estudo, ante o poder constituído (português ou seu representante

<sup>5</sup> BERNARDES, Denis. 1992, op. cit. p. 83, nota 04; ver também: RODRIGUES, José Honório. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, op. cit. p. 4-5.

<sup>6</sup> BERNARDES, Denis. 1992, op. cit. p. 75-76, ver também, na mesma obra, as notas 05 e 06 da p. 83.

<sup>7</sup> ANDREDE, Manuel Correia de. Pernambuco Imortal: O doce sonho da república. v. 4, Recife: Encarte do **Jornal do Comércio**, 1995, p. 9.

local), apresentavam-se, no início do século XIX, em franca oposição: os conflitos e interesses entre elite dominante local (colonial, melhor dizendo, frações ou partes dessa elite) e a elite mercantil portuguesa se situam em nível quase “estritamente” político, porque se localizam na superestrutura da sociedade, apresentando-se como disputas pela hegemonia no controle do “Estado Colonial”. Ou seja, controlar o aparelho institucional significava colocá-lo a serviço dos grupos que o detêm, porque é daí que provém a ajuda financeira sob diferentes formas, desde trabalhos públicos, tráfico de influência, financiamentos das exportações, impostos, etc., e se projetam em defesa de uma região porque essas elites se reproduzem em função dos subsistemas econômicos regionais, e se organizam em torno do pensamento liberal.<sup>8</sup> No nosso caso, em Pernambuco, este esquema se reproduz em dimensões micro, sendo a elite dominante regional (senhores de engenhos, mas não todos os membros desse segmento, como já dissemos), que está em conflito com o poder político constituído — os representantes locais da Metrópole, que governa a capitania.<sup>9</sup>

Os membros do movimento denominado de Conspiração dos Suassuna eram ricos proprietários de terras, escravos e engenhos, como também ocupavam cargos de oficiais superiores da Milícia (comandantes militares), respeitadíssimos entre os “nobres” da sociedade local. Tais características evidenciam que segmentos sociais e econômicos — pelo menos, inicialmente — lideravam as tentativas de emancipação da Colônia portuguesa da América, seja nas capitanias (em nosso caso, Pernambuco) e/ou na colônia (Brasil). Estes fatos confirmam nossa postulação de serem conflitos que se localizam na superestrutura da sociedade, sendo deste modo, movimentos de natureza política — conspirações, rebeliões e revoluções.

As pretensões dos líderes da Conspiração dos Suassuna demonstram, claramente, o tipo de conflito político existente entre as elites em Pernambuco nos anos que antecedem a independência da Colônia.

Segundo a tradição historiográfica, Pereira da Costa, Maximiano Lopes Machado e Amaro Quintas, entre outros, toma-se conhecimento do movimento e de suas pretensões<sup>10</sup> nos meados de 1801, quando da denúncia dos implicados. Assim se refere Pereira da Costa:

---

<sup>8</sup> FERRAZ, Socorro. Conflitos Políticos em Pernambuco: Questões Metodológicas. **CLIO — Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco**, nº 10, 1988, p. 115.

<sup>9</sup> Cf. Idem. Ibidem. p. 113, “(...). A liderança desses movimentos, esteve na maioria das vezes, a cargo da elite social brasileira, o que nos permite dizer que os conflitos são entre elites regionais e entre as frações da elite de uma mesma região.”

<sup>10</sup> Cf. BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, p. 19-23, 31-32,



JUNHO 10 — É preso o comandante militar da freguesia do Cabo de Santo Agostinho, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, ilustre e alentado fidalgo, senhor do engenho Suassuna em Jaboatão, como chefe de uma conspiração política, que tinha por objeto formar de Pernambuco uma república independente sob o protetorado de Napoleão Bonaparte, cônsul da república francesa. Seu terceiro irmão José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, então em Lisboa, figurava na conjuração de agente acreditado junto ao protetor, e escapou de ser preso, fugindo para Inglaterra. O público jamais penetrou os esconderijos deste mistério, porque molas reais e secretas fizeram correr sobre ele cortinas impenetráveis; foi certo, contudo, que rios de dinheiro correram pelas religiosas mãos de fr. José Laboreiro, respeitável pelo seu saber e virtudes, lente de teologia dogmática do Seminário Episcopal de Olinda, e de grande prestígio na corte, de onde recentemente chegara, tirando por fruto serem os acusados restituídos à liberdade, à posse dos seus bens seqüestrados, e à estima e prêmios do soberano.<sup>11</sup>

Maximiano Lopes Machado se equívoca quanto à data, mas chama a atenção para as influências francesas:<sup>12</sup>

Alguns navios francezes commetteram excessos em varios pontos da colônia americana e as tropas hespanholas assenhorearam-se, em Portugal, de Olivença e chegaram até Porto Alegre, onde se detiveram em virtude da paz celebrada pelo tratado de Badajoz, de 6 de junho de 1801 e pelo qual cedeu Portugal à França todas terras do Brasil, à margem esquerda do Amazonas. Esta data coincide com a denúncia de uma vasta conspiração em Pernambuco, premeditada com o fim de torná-lo Estado independente e republicano, sob a proteção de Napoleão, pelo que foram presos o capitão-mor de Olinda — Francisco de Paula Cavalcante d'Albuquerque e mais algumas pessoas.<sup>13</sup>

Amaro Quintas corrige equívoco da data<sup>14</sup> da denúncia e escreve:

Em 1801 era Pernambuco governado por uma junta composta do Bispo Azeredo Coutinho, do Intendente da Marinha Pedro Sevherin e do Desembargador José

<sup>11</sup> Grifo nosso. COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** (1795-1817). 1958, v. VII, p. 80. Sobre as pretensões dos líderes do movimento, ver também: QUINTAS, Amora. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico**. t. II, v. 1, 1997, p. 210 -212; MARTINS, Pe. Joaquim Dias. **Os Mártires Pernambucanos**, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817. s/d. p. 12; COSTA, F. A. Pereira da. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. 1982, p. 364; ANDREDE, Manoel Correia de. 1995, op. cit. (nota 5, supra); \_\_\_\_\_, **Movimentos Nativistas em Pernambuco: Setembrada e Novembrada**. 1971, p. 16; LIMA, Oliveira. Nota XXIII. In: TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3. ed. 1917, p. 73; MACHADO, Maximiano Lopes. Introdução. In: TAVARES, Francisco Muniz. 3. ed. 1917, op. cit. p. XXI, XXII (nota 01).

<sup>12</sup> Sobre as influências francesas, ver: capítulo 3 do presente trabalho; COSTA, Ferreira da. Napoleão I no Brasil. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. vol. X, março 1903, p. 197-217; GRIECO, Donatello. **Napoleão e o Brasil**. 1939a; ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury. **O Nordeste e a Revolução Francesa**. 1992; FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2. ed. 1960.

<sup>13</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. 3. ed. 1917, op. cit. p. XXI.

<sup>14</sup> Para corrigir as datas da denúncia, ver principalmente os documentos da: BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, op. cit. p. 18, 19-23, 31.

Joaquim Nabuco de Araújo. Na tarde de 21 de maio do mesmo ano, o capitão do regimento de milícias dos nobres, o comerciante recifense José da Fonseca Silva e Sampaio denunciou ao juiz de fora do Recife e Olinda, Antônio Manuel Galvão, planos de uma conspiração contra o regime. A denúncia foi, incontinenti, transmitida ao governo que, na mesma noite, se reuniu no Palácio da Soledade, onde residia o prelado, e tomou medidas severas, encarregando o aludido juiz a que, “auxiliado pelo Tenente-Coronel do Regimento de Linha do Recife Domingos de Azeredo Coutinho, Com a tropa que fosse precisa, passasse logo a fazer prender o denunciado Francisco de Paula e seu irmão Luís Francisco de Paula Cavalcanti, este comandante da freguesia de Jaboatão, aquele comandante da freguesia do Cabo, os quais foram presos nessa mesma noite e ficaram recolhidos na cadeia desta vila em segredo, separados”, conforme reza o ofício da junta governativa, datada de 27 do citado mês, dirigido ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho e consignado na devassa.<sup>15</sup>

Antes de seguirmos na exposição, é importante considerar a observação de José Honório Rodrigues (Explicações. *Documentos Históricos*. 1955) com relação às fontes de pesquisa sobre os Suassuna:

Nada se conhecia das fontes diretas. Foi talvez o Padre Joaquim Dias Martins, que se dizia “observador por mais de 40 anos”, quem primeiro recolheu a tradição oral desses acontecimentos e os expôs nos verbetes consagrados aos Albuquerque, n’os Mártires pernambucanos.<sup>16</sup>

A maioria dos pesquisadores desta tradição historiográfica não obteve suas informações de fontes diretas, mas principalmente, não exclusivamente de Dias Martins, isto explica em parte certas informações que não encontramos nos documentos da devassa, como por exemplo, o paradeiro de José Francisco de Paula Albuquerque<sup>17</sup> que se encontrava em Lisboa quando da denúncia e prisão dos irmãos Cavalcanti, e de outros aspectos da Conspiração.

Os autores até aqui consultados<sup>18</sup> são unânimes quanto às pretensões autonomistas e republicanas do movimento e à existência de ligações com Napoleão Bonaparte. Quanto à possibilidade de receber apoio de outras regiões internas e externas, a resposta é afirmativa,

<sup>15</sup> QUINTAS, Amora. 1997, op. cit. p. 211.

<sup>16</sup> RODRIGUES, José Honório. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, op. cit. p. 5; ver também as considerações feitas a Dias Martins neste trabalho, no capítulo 2, p. 50, 51 e 52, e notas 63 a 69.

<sup>17</sup> Ver: MARTINS, Pe. Joaquim Dias. s/d. op. cit. p. 12; COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 80; GRIECO, Donatello. **Napoleão e o Brasil**. 1995b, p. 16.

<sup>18</sup> Ver notas 11 a 17, supra.

segundo Oliveira Lima, Donatello Grieco e Manuel Correia de Andrade, seguindo as informações, entre outros, de Dias Martins.<sup>19</sup>

O primeiro assim se refere: “Um outro emissário, Francisco de Paula de Albuquerque Montenegro, devia ir aos Estados Unidos e ao Rio da Prata com objecto de abrir relações continentais à projetada república protegida”.<sup>20</sup>

Donatello Grieco também confirma a possibilidade de apoio externo à conspiração:

José Francisco de Paula, então em Lisboa, recebera a missão de agente acreditado junto ao protetor.  
E outro membro da conjuração, Francisco de Paula de Albuquerque Montenegro, deveria ir aos Estados Unidos para aí estabelecer as relações diplomáticas da nova república.<sup>21</sup>

Manuel Correia de Andrade aborda o tema nos seguintes termos: “(...), José, que se achava em Lisboa, tramavam uma revolução em Pernambuco, contando com o apoio de outros povos americanos e do próprio Napoleão”.<sup>22</sup>

Ainda a respeito das ligações do movimento dos Suassuna com Napoleão Bonaparte, são importantes as análises feitas por Maximiano Lopes Machado e Amaro Quintas, respectivamente:

(...). E se attender-se que alguns navios francezes, pouco antes, hostilizaram diversos pontos do Brasil bem como as tropas hespanholas o territorio portuguez, hostilidades que cessaram cedendo Portugal á França todas as terras ao norte do Amazonas; fica reconhecido que é política franceza e ao dêdo de Napoleão se deve a conspiração Pernambucana, senão para proteger os intuitos democráticos dos brasileiros, ao menos para prejudicar com certeza os portuguezes, do mesmo modo que antes, a França colligada com a Hespanha, auxiliára a soblevação e independência dos Estados Unidos contra a Grã Bretanha.

Não é portanto, sem fundamento que alli se fallou em Napoleão, nem de rios de dinheiro com que se inutilisaram as provas da devassa, para se obter, como se obteve, a liberdade dos conspiradores e a revindicação dos seus confiscados.<sup>23</sup>

<sup>19</sup> São importantes os esclarecimentos de José Honório Rodrigues referente às obras de Dias Martins, Pereira da Costa e Maximiano Lopez Machado, em: RODRIGUES, José Honório. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, op. cit. p. 5-9; Ver também nota 16, supra.

<sup>20</sup> Grifo nosso. LIMA, Oliveira. Anotação XXIII. 3. ed. 1917, op. cit. (para a citação); ver também, nota 11, supra; Esta informação parece ter sido retirada de Maximiano Lopez Machado que, por sua vez, conseguira com Montenegro e este “**parece referir-se a 1817 e não 1801**”, Cf. RODRIGUES, José Honório. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, op. cit. p. 7-8.

<sup>21</sup> Grifo nosso. GRIECO, Donatello. **Napoleão e o Brasil**. 1939a, p. 11. Ver também, RODRIGUES, José Honório. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, op. cit.; e Nota 19, supra.

<sup>22</sup> Grifo nosso. ANDREDE, Manoel Correia de. 1971, op. cit. p. 16; Nota 11, supra.

<sup>23</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. 3. ed. 1917, op. cit. p. XXIII e XXIV.

Amaro Quintas considera a hipótese como afirmativa:

(...). Na época, 1.º cônsul, o herói de Marengo estava enchendo a Europa de satélites e não seria capítulo de história romanceada admitir ter vicejado na mente abrasada de idealismo e nativismo dos participantes do Areópago, o pensamento de transformar o curso em defensor de uma nova república situada na zona equatorial. A ameaça do lançamento do peso de seus exércitos sobre Portugal impossibilitaria a remessa, pela metrópole, de fôrças armadas para combaterem o levantamento pernambucano. E a paz, imposta pela espada, que já tanto pesara em Campo fórmio, forçaria o fraco regente D. João a reconhecer o fato consumado.<sup>24</sup>

Pernambuco, em 1801, era administrado por uma junta de governo composta, entre outros, pelo Bispo D. José da Cunha de Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda, local onde as idéias novas, idéias francesas, sobressaíram-se; estas tinham, como principais divulgadores, os professores Manuel Arruda da Câmara e o Padre João Ribeiro Pessoa. Este último era, também, membro do Areópago de Itambé, organização secreta que propagava idéias liberais e conspirava contra o poder absolutista.<sup>25</sup> No Areópago, três figuras se destacaram, desde as primeiras reuniões, entre os demais amigos e colaboradores do Doutor Arruda da Câmara — o fundador: os irmãos, José Francisco de Paula, Luís Francisco de Paula e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, os quais foram responsáveis pela conspiração dos Suassuna. Os dois últimos, que se encontravam na capitania, foram presos, como consequência da denúncia do comerciante do Recife e capitão do regimento de milícia dos nobres José da Fonseca Silva e Sampaio, junto ao juiz de fora do Recife e Olinda, Antônio Manuel Galvão. O denunciante declara ter ouvido do acusado, Francisco de Paula Cavalcanti, a leitura de duas cartas enviadas pelo irmão que se achava em Portugal. A primeira carta manifestava idéias revolucionárias e advertia o irmão e aos que pudessem entrar “nos nossos projetos”, de não contribuir para o empréstimo que Portugal vinha a solicitar devido à guerra com a Espanha. A segunda carta repetia as mesmas idéias revolucionárias. Afirmava o senhor Francisco de Paula, após aquelas leituras, que era preciso procurar a liberdade, ao que respondeu o denunciante que só no caso de convir a toda a América. Teria replicado o acusado dizendo: “*Nem havendo socorro de nação estrangeira como a França?*”<sup>26</sup>

<sup>24</sup> QUINTAS, Amaro. 1997, op. cit. p. 210; ver também: COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 83-84.

<sup>25</sup> Para todas essas questões, ver principalmente o capítulo 3 deste trabalho.

<sup>26</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 85; QUINTAS, Amaro. 1997, op. cit. p. 211-212; NEVES, Guilherme Pereira das. A Suposta Conspiração de 1801 em Pernambuco: idéias ilustradas ou conflitos

Dois documentos importantes — entre outros — para o estudo da conspiração foram as Portarias datadas de 10 e 15 de junho de 1801. A primeira determinava ao comandante da Fortaleza das Cinco Pontas, Capitão José da Rocha Moreira, que os presos ficassem incomunicáveis entre si ou com qualquer pessoa de dentro ou fora da prisão; apenas receberiam visita do cirurgião ou médico e esta, na presença do dito comandante ou seu imediato; assim como assisti-lo por ocasião da comida, devendo colocar na porta da prisão sentinelas escolhidos entre “*os soldados de melhor nota*”. Enquanto isto, eram seqüestrados os bens dos presos, se excetuando as partes de suas esposas e passava-se a fazer devassa na qual foram ouvidas 80 testemunhas, o que indica haver um grande número de pessoas informadas ou coniventes, pois o inquérito destas não esclareceu a denúncia; provavelmente, por serem, juntos com os acusados, elementos de importância econômica e social na capitania. A segunda Portaria era dirigida ao administrado dos correios, determinando que as malas das cartas que chegassem vindas do Reino, fossem abertas na sua presença, e que assim o executasse enquanto não for mandado o contrário.<sup>27</sup>

Como resultado da devassa, os dois irmãos presos foram soltos por falta de provas. No exame dos papéis, uma das cartas foi abafada pelo escrivão bacharel José Francisco Maciel Monteiro, que, em prêmio, recebeu quatrocentos mil reis das mãos do religioso Fr. José Laboreiro, sendo Francisco de Paula Cavalcanti e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque postos em plena liberdade em 26 de maio de 1802, tendo os seus bens sido devolvidos, após um ano de prisão.<sup>28</sup> Logo em seguida, os dois irmãos foram reintegrados ao exercício do cargo de comandantes militares das freguesias do Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão, respectivamente.

Como podemos observar, os autores, até aqui consultados<sup>29</sup>, fazem parte de uma tradição historiográfica que tem como indiscutível a existência da Conspiração dos Suassuna, que pretendia fundar uma república autônoma em Pernambuco em 1801. Essa posição é posta *sob suspense* pelo historiador Guilherme Pereira das Neves, quando afirma:

---

tradicionais? In: **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, tomo 33 (1999), p. 439-81, (p. 1-31); RODRIGUES, José Honório. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, op. cit. p. 9-13.

<sup>27</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 81-82; ANDREDE, Manuel Correia de. 1971, op. cit. p. 17; NEVES. Guilherme Pereira das. 1999, op. cit.; RODRIGUES, José Honório. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, op. cit.; Nota 26, supra.

<sup>28</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. 3. ed. 1917, op. cit. p. XXIII; ANDREDE, Manuel Correia de. 1971, op. cit. Nota 11, supra. NEVES. Guilherme Pereira das. 1999, op. cit. nota 26, supra; RODRIGUES, José Honório. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, op. cit. Nota 26, supra.

<sup>29</sup> Ver notas 11 a 17, supra.

Da mesma forma, a chamada Conspiração dos Suassunas fica a aguardar o esclarecimento de novas pesquisas, porque, provável fruto de conflitos locais e tradicionais, no ambiente carregado de antagonismos que caracterizava a capitania de Pernambuco então, não parece também ter outro suporte histórico senão a perspectiva nacionalista estreita e a teleologia simplista, que, ao colocar 1822 como o ponto de fuga de todos eles, têm majoritariamente presidido à interpretação dos movimentos rebeldes de finais do século XVIII e inícios do XIX no Brasil.<sup>30</sup>

Assim, para Neves, essa perspectiva interpretativa é tradicional<sup>31</sup>, não responde aos questionamentos apresentados pela historiografia atual, que se fundamenta em novos métodos de pesquisas e de pressupostos teóricos. Esta última perspectiva possibilita “*situar a Conjuração dos Suassunas em seu contexto próprio*”.<sup>32</sup> Sobre duplo aspecto: a) as propostas reformistas de Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro do Ultramar; b) a participação do Bispo Azeredo Coutinho na Junta Governativa de Pernambuco e na fundação do Seminário de Olinda. Esses dois aspectos estavam integrados em um único e mesmo contexto, o reformismo ilustrado do Império Luso-brasileiro. Por isto, analisando estes aspectos destacados por Neves, a historiadora Carolina Lucena Rosa sintetiza-os afirmando que:

Revela um momento político marcado pela constatação de necessidade de se empreender reformas a fim de garantir a sobrevivência do Império português. Ademais, demonstra a existência de uma multiplicidade de tensões específicas de Pernambuco, permeada por redes de interesses e de conflitos, que pautavam as relações políticas e econômicas.<sup>33</sup>

E continua a referida historiadora, analisando a abordagem historiográfica feita por Guilherme P. Neves sobre a Conspiração dos Suassuna, para concluir:

O que o autor propõe, portanto, é uma interpretação da conspiração que difere totalmente de todas que o antecedeu. Para ele, os acontecimentos que motivaram a denúncia devem ser entendidos como parte do jogo político da época. Seriam, assim, frutos de um “conflito tradicional” e não de uma conspiração que visava à emancipação de Pernambuco.<sup>34</sup>

<sup>30</sup> NEVES. Guilherme Pereira das. 1999, op. cit. p. 30. Grifo nosso.

<sup>31</sup> Idem. Ibidem. p. 1. Nesta perspectiva, a “*Conspiração dos Suassunas*” “*seria uma manifestação do descontentamento dos colonos com as políticas da metrópole*” e “*prenúncio da Independência do país em 1822.*”

<sup>32</sup> Idem. Ibidem. p. 7.

<sup>33</sup> ROSA, Carolina Lucena. **A “Conspiração dos Suassuna” (1801): Um Debate Historiográfico.** 2005, 45 p. Monografia (Conclusão de Curso de Licenciatura em História). Universidade Federal da Paraíba/Campus I. p. 36.

<sup>34</sup> Idem. Ibidem. p. 38. Grifo nosso.

Um dos principais argumentos de Neves para “negar” a existência da Conspiração dos Suassuna é que seus supostos líderes — os irmãos Cavalcanti — foram membros de um segmento social privilegiado, a nobreza da terra, e estavam totalmente integrados a sociedade da época, o que impedia ou limitava esses comportamentos, e como tais, buscavam para si títulos e honrarias, comportamento típico do Antigo Regime. Confirmariam esta assertiva as cartas trocadas entre os irmãos Cavalcanti, conclui Neves:

Nenhuma dessas cartas, por conseguinte, sugere intenções sediciosas. Ou indivíduos potencialmente revolucionários. Muito pelo contrário, elas revelam os irmãos Suassunas perfeitamente integrados ao mundo de convenções sociais e culturais de sua época, tratando de dívidas, partilhas e negócios; buscando empenhos para distinguirem-se; cortejando os grandes, de onde fluíam as posições e colocações, que lhes permitiriam avançar os interesses de sua casa; e temendo a divulgação de seus propósitos, que a inveja e a intriga poderiam arruinar, trazendo a infâmia e a desonra, como sucedera a Filipe Pais Barreto (+1727), cuja experiência “nas garras da Mesa da Consciência e Ordens”, segundo a avaliação de Cabral de Mello, “deve ter calado fundo na memória familiar”, uma vez que somente cinquenta anos depois outro membro do clã ousou “pleitear o hábito de cavaleiro” da Ordem de Cristo.<sup>35</sup>

É interessante observar que tanto os Cavalcanti como os Paes Barreto e outros membros das elites da sociedade pernambucana da época, mesmo buscando títulos e honrarias junto à Corte, comportamento típico do Antigo Regime, não se sentiram impedidos de participarem das associações secretas: academias, maçônicas e o Areópago de Itambé, locais de (re)produção e (re)elaboração das idéias liberais/iluministas<sup>36</sup> contestadoras do *status quo*, idéias essas dita francesas, como também não evitaram que se envolvessem nos vários movimentos revolucionários ocorridos na província na primeira metade do século XIX, como por exemplo, a Revolução Pernambucana de 1817.<sup>37</sup> Do mesmo modo, as reformas ilustradas iniciadas pelo Marquês de Pombal e continuadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho com sua conseqüente construção de um Império Luso-brasileiro, produziu indivíduos de *pensamentos*

<sup>35</sup> NEVES. Guilherme Pereira das. 1999, op. cit. p. 28.

<sup>36</sup> Ver capítulo 3 deste trabalho.

<sup>37</sup> A atitude dos militares revolucionários nos permite perceber a “pouca” importância dada aos títulos e honrarias portuguesas. Assim se refere: BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 212. “A população do Recife e arredores viveu, então, neste e em dias subsequentes, uma experiência política e social totalmente nova. Nunca se vira tal acontecimento público: oficiais jogarem fora as insígnias e patentes recebidas por graça real e cavaleiros das ordens militares — as mais cobiçadas honrarias para um súdito das colônias — as arrancarem de suas vestes, desprezando um tão evidente símbolo de distinção e nivelando-se a todos os demais. E tudo isso em meio a um clima de festa, de conagração que, por um momento, derrubou barreiras sociais, de cor, de sensibilidade política. Esta foi a primeira festa política pública — de caráter não oficial — vivida em terras da Monarquia portuguesa. E uma festa que estava a instaurar justamente uma ruptura coma fidelidade de súditos e a negar a soberania real. O edifício social não seria destruído, mas repousaria agora sobre novas bases, e estas seriam, de alguma forma, a vontade livre e soberana dos indivíduos, e não o opressivo paternalismo real.” Ver também: TAVARES, Francisco Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 56.

*ajustados ao sistema*<sup>38</sup>, mas não só estes, produziram também, aqueles indivíduos mais *radicais*<sup>39</sup> que se integraram a projetos revolucionários, autonomistas e republicanos.

Além dos aspectos referidos, há um outro, bastante relevante: a “*tradição colonial pernambucana — contratualista entre a capitania e a Coroa lusitana*”<sup>40</sup>, estudado por Evaldo Cabral de Mello e destacado pelo próprio Neves, explica a especificidade da antiga capitania Duarteina:

Pernambuco ocupava um lugar único no conjunto da colônia, graças ao imaginário peculiar que ali se desenvolvera em função das lutas contra os holandeses, em meados do século XVII. Não se trata de um *nativismo*, à maneira de José Honório Rodrigues, mas de um profundo senso de identidade entre os membros da elite local, enquanto uma *nobreza da terra*, a cujo “sangue, vidas e fazendas” a Coroa devia a restauração da capitania em 1654. Senso de identidade que não presumia rompimento ou distanciamento em relação às tradições da monarquia portuguesa, mas que cobrava, justamente, de acordo com a lógica que lhe era própria, o reconhecimento da dignidade e do lugar que esses indivíduos julgavam merecer, ainda que à custa de atos de aparente infidelidade, como por ocasião da *fronda dos mazombos*, que o mesmo autor examinou mais recentemente. Aristocracia ou *açucarocracia*, como a denomina Cabral de Mello, por conseguinte, constituída de famílias *principais*, que aliavam o poder econômico e político local, segundo o modelo clássico de patriarcalismo desenvolvido por Gilberto Freyre e outros, a uma profunda identificação com os valores nobiliárquicos do Antigo Regime. Elas disputavam, entre si, as marcas de distinção, como a nobilitação por meio de comendas da Ordem de Cristo e a aquisição de postos na administração, e temiam a divulgação das manchas de infâmia, como a falta de pureza de sangue, incentivando as intrigas e as cabalas, que a ampla rede de comissários do Santo Ofício na capitania tendia a amplificar.<sup>41</sup>

Essa tradição colonial a que se refere o texto acima era algo de que os membros dos vários movimentos sediciosos da capitania de Pernambuco estavam côncios e, segundo Evaldo Cabral de Mello representava:

... Mais de século e meio de antagonismo entre mazombos e reinóis, a que não havia faltado sequer o componente de uma guerra civil em 1710-11; e o que é mais, os

<sup>38</sup> Ver: MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817**: estruturas e argumentos. 1972, capítulo 3; FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais**: guerras civis em Pernambuco no século XIX. 1996, p. 57-80.

<sup>39</sup> Ver: MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O Liberalismo Radical de Frei Caneca**. 1978. BARRETTO, Vicente; PAIM, Antônio. **Evolução do Pensamento Político Brasileiro**. 1989, p. 48-66 (1.5. O Liberalismo Radical); PAIM, **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 1984, p. 233-249 (1.5. O Empirismo mitigado e seu principal corolário: O Liberalismo Radical); FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 80-98.

<sup>40</sup> A expressão é usada por: MELLO, Evaldo Cabral de. **A Outra Independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. (2004), p. 20.

<sup>41</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. 1999, op. cit. p. 14. Grifo no original. Para uma exposição mais objetiva, ver: ROSA, Carolina Lucena. 2005, nota 33, supra. Sobre a especificidade colonial de Pernambuco, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue**: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial. 1989; \_\_\_\_\_, **A fronda dos mazombos nobres contra mascates**: Pernambuco 1666-1715. (1995); \_\_\_\_\_, **Rubro veio**: o imaginário da Restauração pernambucana. 1997.



sediciosos de 1817, como os que vieram depois, estavam perfeitamente conscientes do passado regional.<sup>42</sup>

Em obra posterior, Evaldo Cabral de Mello analisa as relações dos eventos políticos da província de Pernambuco concatenando-os com os de Lisboa e da Corte, no período de Independência. Ratifica a posição da existência de uma tradição colonial pernambucana — “*contratualista entre a capitania e a Coroa lusitana*” — e indica o quanto esta tornava sensível seus habitantes aos abusos da metrópole:

... tampouco se pode entender a Independência na província [de Pernambuco] sem referência à tradição colonial, que, graças à experiência da guerra holandesa, gerara uma noção contratualista das relações entre a capitania e a Coroa portuguesa. Enquanto entre El Rei e os demais colonos prevaleceria uma sujeição natural, os pernambucanos manteriam com a monarquia um vínculo consensual, ao se haverem libertado dos Países Baixos mercê de uma guerra travada por seus próprios meios, havendo assim retornado à suserania lusitana de livre e espontânea vontade quando poderia ter instituído governo próprio ou recorrido à proteção de uma potência européia. Este retorno ter-se-ia pactuado mediante certas restrições ao poder real, particularmente no tocante à proibição de novos impostos e à nomeação para os cargos locais, que deveriam ficar reservados à gente da terra, pacto que a Coroa violara sistematicamente.<sup>43</sup>

Essa ilação confirma-se nos escritos da devassa à revolução de 1817, notada pelo desembargador Escrivão do Tribunal da Alçada no Recife, João Osório de Castro Sousa Falcão, quando, em 20 de janeiro de 1818, afirma:

A idéia que os rebeldes fizeram ter aos seus chamados patrícios ignorantes da história de que esta terra, sendo conquistada pelos seus passados aos holandeses, ficou sendo propriedade sua e que a doaram a El-Rei nosso senhor, debaixo de condições que ele não tem cumprido, pela imposição de novos tributos e que os europeus que têm vindo aqui estabelecer-se têm enriquecido à custa deles patrícios e se têm feito senhores do país, e eles escravos; (...).<sup>44</sup>

Detemo-nos um pouco mais neste aspecto, porque ele nos informa, entre outras coisas, do estado de animo dos habitantes da capitania diante do poder constituído — Estado metropolitano ou de seus representantes locais. A capitania de Pernambuco mantinha com a metrópole, como se depreende do exposto até aqui, um grau maior de “autonomia” quando comparada com as outras da colônia, a própria frase citada anteriormente — “*Enquanto entre*

<sup>42</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Introdução: Frei Caneca ou a outra Independência. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. 2001, p. 18.

<sup>43</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 20-21. Ver também: SILVA, Leonardo Dantas. O Ideário Liberal Pernambucano. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (orgs.). **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira: Brasil 1710-1824**. (2000), p. 187-188.

<sup>44</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos: Revolução de 1817**. (1954), vol. CIII, p. 127.

*El Rei e os demais colonos prevaleceria uma sujeição natural, os pernambucanos manteriam com a monarquia um vínculo consensual*” — é indicativa dessa posição diferenciada e da existência de múltiplas tensões e redes de interesses e de conflitos, que pautavam as relações políticas e econômicas locais. Além dos aspectos já referidos, é preciso considerar que o projeto reformista ilustrado de D. Rodrigo de Sousa Coutinho não representou para a população da Colônia e de Pernambuco nenhuma mudança nas práticas do despotismo português, não significou atitude de maior tolerância com seus habitantes. Pelo contrário, como podemos verificar na prisão dos Suassuna ou na repressão extremamente violenta aos revoltosos de 1817. Essa característica comprometeu as reformas ilustradas do Antigo Regime português, e vamos encontrá-la ainda no período de independência, segundo Evaldo Cabral de Mello:

Ao longo do período juanino, foram para o ralo as experiências iniciais de reforma política e institucional. Silvestre Pinheiro Ferreira reconhecia em 1822 que “o Brasil elevado à categoria de Reino [...], nada mais se fez do que esta simples declaração; e em vez de se regular a pública administração do Brasil nesta conformidade, tudo continuou como dantes; e as províncias continuaram a ser governadas pelo arbítrio de governadores tão arbitrários e absolutos como dantes”. Era a mesma justificação que dera para a Revolução de 1817 o agente enviado pelo governo republicano aos Estados Unidos. Segundo escrevia Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, ao secretário de Estado, a vinda de D. João para o Brasil

*“persuadiu a uma parte dos seus habitantes que um príncipe acossado da desgraça tomara dela a lição que tão fácil se lhe fazia e que adotaria um melhor e mais moderado sistema de governo e uma administração liberal, que pudesse assegurar-lhes os bens de que eram senhores e de que não gozavam pelo sistema de despotismo que entre eles se praticava. Mas esta esperança só existiu por mui pequeno espaço de tempo, e isso mesmo só entre os que menos instrução possuíam do sumo grau de corrupção a que tinha chegado aquele governo.”*<sup>45</sup>

Esta violência praticada pelo Antigo Regime, ou melhor, pela monarquia luso-brasileira, fica patente quando comparamos a vitória da revolução de 1817 com a reação da contra-revolução. Percebemos um nítido contraste entre ambas, como se refere Denis Bernardes:

Há um nítido contraste entre a violência da revolução e a da contra-revolução. Na primeira, a violência ficou extremamente contida e quase sem vítimas; na segunda, desde o princípio, a festa da vitória é uma espécie de embriaguez sanguinária que nunca cessou inteiramente, embora apresente fases distintas e haja provocado reações mesmo entre os restauradores da ordem monárquica.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 34. Ver também: BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos:** Revolução de 1817. (1955), vol. CIX, p. 263.

<sup>46</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 218, para a citação. Para a análise da memória e experiência política das pessoas em Pernambuco, durante o Antigo Regime, ver, na mesma obra, todo o capítulo 3 *Memória e Experiência Política*, p. 193-257.

Continua o historiador Denis Bernardes, fazendo a reconstituição da repressão aos envolvidos ou supostos envolvido no movimento de 1817, analisando todo o “espetáculo” da condenação dos presos, este seguia um ritual de decepção dos corpos, exposição de suas partes em lugares públicos, até a consumação.<sup>47</sup> Ou, então, os exemplares castigos de açoites públicos, independente de raça ou posição social, mas preferencialmente contra negros e mulatos, inclusive mulheres. Este comportamento dos representantes de sua majestade foi significativo para marcar a memória e a experiência política dos indivíduos da capitania e, de alguma forma, influenciou as lutas políticas posteriores. Vejamos dois exemplos, em uma relação por demais numerosa. O primeiro refere-se aos açoites:

... Francisco José de Melo, alferes do Regimento Novo de Henriques, “remetido pelo major Merme, encarregado da polícia, entregue pelo soldado Antônio Joaquim Toscano, da 1.<sup>a</sup> Companhia do Batalhão de Caçadores do Rio de Janeiro para se lhe abrir assento à ordem de S.Ex.<sup>a</sup> Castigado com quinhentos açoites no dia 4; em 5, com duzentos; em 7, com duzentos; em 11, com duzentos. Tudo por ordem vocal do dito major e em sua presença. Solto em 13 de junho [1817], por segunda ordem vocal que trouxe o soldado Manuel José, do Batalhão de Granadeiros do Rio, ratificada a mim pelo dito major por ordem de S.Ex.<sup>a</sup> foi solto por ordem vocal do major Merme, dada pelo anseçada Manuel Batista do 1.<sup>o</sup> Batalhão, em 13 de junho, e ficou sem efeito esta soltura por dizer o Desembargador Intendente da Polícia que o não soltasse, salvo se viesse Portaria escrita”.<sup>48</sup>

O segundo exemplo referiu-se à condenação e à morte:

Uma parte importante da cerimônia foi a marcha de cerca de oitocentos soldados desarmados, restos dos dois regimentos de Pernambuco e que haviam apoiado a revolução. Esta marcha, também saída das Cinco Pontas, foi acompanhada das respectivas bandas militares, os soldados colocados ao redor da força cercados por um parque de artilharia com morrões acesos e a cavalaria da Bahia. As execuções foram realizadas ao som de um hino realista e os réus tiveram cabeças e mãos decepadas e troncos arrancados à cauda de cavalos, como rezava a sentença. Concluídos tais atos, o coronel Luís Paulino de Oliveira Pinto da França dirigiu-se aos remanescentes da tropa que participara da revolução e que a tudo assistira, anunciando-lhes que partiriam para Montevideu, onde poderiam expiar o crime

<sup>47</sup> Cf. COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, op. cit. p. 506, “... e portanto julgam os réus incursos nos §§ 5.º e 9.º da Ordenação, Liv. 5.º, tit. 6.º, e mandam, que as sobreditas penas se executem nos réus, aos quais todos, depois do mortos, serão cortadas as mãos e decepadas as cabeças se pregarão em postes a sabre: a cabeça do primeiro réu (Domingos Teotônio Jorge) na Soledade, e as mãos no quartel; a cabeça do segundo em Olinda e as mãos no quartel; a cabeça do terceiro em Itamaracá, e as mãos em Goiana; e o resto dos seus cadáveres serão ligados à cauda de cavalos e arrastados até o cemitério; e igualmente os declaram exautorados; e mandam que se assem e notem as partes dos capitães em todas as estações em que houverem sido registrados: e quanto à degradação de réu Padre, determina que se faça participação à autoridades eclesiásticas para mandarem imediatamente proceder a ela, e a expulsão e deposição da insígnia do hábito, visto ser cavaleiro, antes da execução da pena última.” Com variantes em relação ao texto da devassa: BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos:** Revolução de 1817. (1954), vol. CII, p. 76-78.

<sup>48</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 230-231.

cometido, recobrando a honra perdida e mesmo cobrir-se de glória. Pegados de surpresa, sem meios de reagir, aterrorizados pelo que acabavam de assistir e cercados, desarmados, por numerosa tropa, obedeceram e se deixaram embarcar de imediato. Maridos e filhos deixavam esposas e pais, sem uma palavra de despedida, sem um aviso, uma qualquer preparação.<sup>49</sup>

Outro exemplo que podemos dar desta vivência violenta e despótica do Antigo Regime é fornecida pelas *memórias*, escrita por José Bernardo Fernandes Gama, quando descreve as ações de melhoramento urbano feitas pelo governador D. Tomás José de Melo:

O Aterro dos Afogados [...] estava arruinado, e, com maré cheia, era intransitável. D. Tomás, portanto, quis consertá-lo; mas, seguindo o sistema de não gastar da Fazenda Real com obras públicas, consertou este Aterro exercendo inaudito despotismo! Além dos condenados por sentença a trabalho públicos, as mais pequenas faltas se tornaram crimes, que chamavam sobre os seus autores a pena da calceta; e assim toda a gente do povo vivia em contínuo susto, esperando pela hora em que seria condenada a ir trabalhar no Aterro; umas vezes porque não tirara o chapéu a um sargento, que rondava, outras por falar mais alto, etc., etc. Citarei um fato, e por esse ajuízem os leitores dos mais. Para se consertar o Aterro tirou-se terra das proximidades; (terreno de propriedade de particular) e do vão, que deixou a terra daí tirada, mandou D. Tomás fazer um viveiro de peixes para seu recreio. Um pescador, ou fosse por ignorância, ou por malícia, acertou de ir a esse viveiro do General, e pescar algumas tainhas; mas infelizmente, quando saiu do viveiro, foi encontrado pela ronda, preso, e levado à presença do General, e este imediatamente o condenou a trabalhar de calceta ao pé com os peixes pendurados ao pescoço, enquanto os mesmos peixes, pela putrefação não foram destruídos. Esta sentença foi cumprida à risca, e o pobre homem passou pela injúria durante três dias!<sup>50</sup>

Esta forma violenta, arbitrária e despótica do Antigo Regime, segundo Denis Bernardes, marcou a experiência e a memória política de “*indivíduos — de qualquer categoria social, ocupação, sexo, livres ou escravos — que, no momento da constitucionalização do Reino Unido, em 1820, tinham mais de vinte anos tiveram suas vidas marcadas pela experiência do Antigo Regime.*” Tudo isto permeava toda a vida das pessoas da capitania nas suas mais diversas “*formas de sociabilidade, de valores culturais, de vida religiosa e, sobretudo, de experiência política.*”<sup>51</sup>

Ainda, um último exemplo, retirado de Denis Bernardes, que, entretanto, esclarece as circunstâncias do Antigo Regime na capitania de Pernambuco e suas formas de intervenção

<sup>49</sup> Idem. Ibidem. p. 224.

<sup>50</sup> GAMA, José Bernardo Fernandes, In: BERNARDES, Denis. **O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822.** (2006), p. 197. Para consulta no original, ver: GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias históricas da província de Pernambuco.** 1977, p. 365-366. Sobre D. Tomás José de Melo, ver também: AMARAL, Francisco Pacífico do. **Escavações.** Fatos da História de Pernambuco. 1974 p. 35-40; COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** (1740-1794). 1954, v. VI, p. 467-78.

<sup>51</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p.193.

do Estado. Ele trata da intervenção do governo na regulação do preço da farinha e do sal que se encontrava em falta:

D. Tomás José de Melo interviu no comércio da farinha, regulando seu preço, que não podia exceder a cinco mil réis o alqueire e, também, estabelecendo que toda a farinha comercializada no Recife deveria ser vendida na então Praça da Polé, no bairro de Santo Antônio. Às onze horas do dia, foguetes anunciavam o início das vendas, que eram controladas por um piquete de infantaria. Ninguém podia comprar mais de “um salamim de farinha, devendo os pobres ser os primeiros servidos; de maneira que, quer os ricos mandassem seus escravos, quer fossem pessoalmente, eram eles sempre os últimos que compravam”.

Alguns dos comerciantes que tentaram manter o monopólio da farinha foram presos e carregados de ferros, o que constituía suprema humilhação. Uma tentativa, feita por um tal Braga, de fazer chegar clandestinamente farinha ao Recife, foi descoberta, o que deu motivo a mais um soneto satírico sobre o fato. O produto da farinha apreendida, neste e em outros casos, era aplicado ao hospital dos lázaros.

Assim como regulou a venda da farinha, D. Tomás regulou também a do sal, cuja escassez fazia subir o preço. Sua venda, também com hora e local determinados, estava limitada a uma determinada quantidade por pessoa. O ajuntamento do povo, na hora da venda, provocando atropelo, cada qual querendo logo comprar sua parte, dava ocasião à violência da tropa, que distribuía cipoadas a torto e a direito, para disciplinar a multidão. Tanto a venda regulada da farinha, quanto a do sal, deu lugar a que o povo as chamasse de farinha de foguete e sal de cipoadas.

Tais formas de intervenção do Estado não destoavam, certamente, das práticas correntes da administração colonial, naquilo em que expressavam o modo de ação política do Antigo Regime. Mas, no caso presente, elas se davam em uma situação que as distinguiam das anteriores. É que elas atuavam sobre o espaço público e sobre interesses que eram os da maioria da população. Regular o abastecimento da farinha e do sal, contendo especulação e assegurando um acesso relativamente igualitário a estes gêneros tão importantes, mesmo que por meio do arbítrio, do *terror* e do *despotismo*, marcava a memória de tais ações para a população do Recife. Talvez, por isto, quando os irmãos Suassunas foram denunciados e presos, em 1801, uma das versões que correu entre a gente do povo, da causa da dita prisão, foi a de que José Francisco — um dos irmãos Suassunas, então em Lisboa — fugira para a França, juntamente com D. José de Melo, “de onde viriam tomar esta terra, e que não se devia ter medo”.

Memória de um tempo que, apesar de todo o arbítrio e violência, assegurara, ao menos, contra os poderosos, a subsistência dos mais pobres? E que, como vimos, embora aterrorizasse os mais pobres, atingia também os ricos.<sup>52</sup>

Claro que as experiências não foram somente negativas, como podemos ver, em alguns casos, mesmo violentas, mas que atingiam a todos sem distinção de classe social, foram percebidas pela população pobre em geral, como positivas. Estas atitudes de violência somada aos vários aspectos aqui apontados são indicativos que a busca de títulos e honrarias não era suficiente para garantir a fidelidade à Coroa, sobretudo, em conjunturas de fragilidade da metrópole.

Outro aspecto que compõe a ilustração portuguesa e de sua colônia, são as influências francesas — iluministas ou da Revolução de 1789. Estas, como já nos referimos, deixaram as

---

<sup>52</sup> Ibidem. p. 199-200.

autoridades metropolitanas em estado de alerta, tomando várias medidas preventivas, a ponto de D. João, em 17 de dezembro de 1794, através de carta de lei, mandar voltar a censura ao sistema anterior por meio de três instâncias: a Inquisição, o Ordinário e o Desembargo do Paço<sup>53</sup>; tudo isso, para se evitar os abomináveis princípios franceses, além do mais, na América portuguesa, os ecos dessas novidades não deixavam de chegar, Somam-se a estas as informações sobre a Revolução Americana (Independência dos Estados Unidos, 1776) e as notícias da revolta dos escravos de São Domingos, em 1791. Dito de outro modo, é preciso considerar que as idéias liberais/iluministas francesas, da independência dos Estados Unidos, das informações de libertação das ex-colônias espanholas da América (incluindo o Haiti) e, em particular, o conhecimento de pensadores como Montesquieu, Voltaire e Rousseau, entre outros, mais a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, tudo isso se propagava e disseminava através das sociedades secretas: Academias e Maçonarias etc. Criando uma circulação de idéias, autores e livros, que incentivava a sedição (contribuições locais) e criava uma mentalidade inquieta, desconfiada e sensível às situações de conflitos, nem sempre explicitamente declaradas contra a Coroa, mas que ocultamente divulgadas pelas sociedades secretas, “esperando” ou estando “incubada”, terminava por agir como se fosse um barril de pólvora, explodindo nos momentos de crise. Assim, a lógica de sujeição dos indivíduos (súditos) a monarquia, ao rei (ou os seus representantes), de fidelidade, compromisso e subordinação, a qual, ao menor deslize, conhece a violência da punição corretiva aplicada pelos agentes do déspota, sempre atentos e fiéis veladores, estava sempre viva na memória da população. Assim, como já dissemos, a violência praticada pelos representantes do Antigo Regime aos súditos da Coroa, somada a todos os aspectos e circunstâncias aqui referidas, podem ser indícios das insatisfações existentes na Colônia (em nosso caso, a capitania/província de Pernambuco), insatisfações, muita vezes, mascaradas pelas práticas de se buscar títulos e honrarias, dando a impressão que os habitantes estão totalmente ajustados ao sistema.<sup>54</sup>

Uma questão importante que se coloca sobre a existência ou não da Conspiração dos Suassuna, é: qual era o grau de sua estruturação/organização? Como nos documentos da devassa não foram encontrados evidências que a comprovem, sendo absolvidos seus

<sup>53</sup> NEVES, Guilherme Pereira. **Rebeldia, Intrigas e Temor no Rio de Janeiro de 1794**. (2004), p. 3.

<sup>54</sup> Sobre as influências francesas, consultar os capítulos anteriores, principalmente o capítulo 3. Ver também: NEVES, Guilherme Pereira das. **A Suposta Conspiração de 1801 em Pernambuco: idéias ilustradas ou conflitos tradicionais?** 1999; \_\_\_\_\_, **Rebeldia, Intrigas e Temor no Rio de Janeiro de 1794**. (2004); \_\_\_\_\_, **Em Busca de um Ilustrado: Miguel Antônio de Melo (1766-1836)**. 2006; MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817: Estruturas e Argumentos**. 1972, p. 30-43; VILLALTA, Luiz Carlos. **Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro: Notas sobre as idéias de pátria, país e nação**. 2003.

implicados e restituído os seus bens, alguns historiadores concluem pela sua “inexistência” ou, pelo menos, por sua suspeita. Entretanto, esta parece ser uma das interpretações possíveis, outras, porém, podem caminhar em direção contrária, admitindo sua existência. Em todo caso, é importante considerar o estágio em que se encontrava o movimento. A devassa demonstra que o movimento estava na fase inicial, ainda nos primeiros contatos com os possíveis participantes:

... sobre este negócio, que outra vez dizemos estarmos persuadidos achar-se muito em princípio, como expressamos, quando pela primeira vez o participamos a Vossa Excelência no dito ofício n.º 47 de 27 de maio último. Deus guarde a Vossa Excelência. Recife de Pernambuco, 22 de junho de 1801.

.....

Respondeu que já na acareação passada tinha dito, e agora ratificava que o dito Paula lhe dissera depois da leitura da segunda carta, confirmado as idéias dela, que era necessário procurar a liberdade por esta ou semelhante expressão, que ou já não podia sofrer ou não podia sofrer-se, e que dizendo-lhe ele dito Fonseca que nunca se faria nada, senão convindo toda América por ver a impossibilidade que para isso havia, pois nunca se lembrara de semelhante coisa, ele dito Paula lhe dissera; nem com o socorro de alguma nação como a França, que nessa mesma ocasião lhe perguntara o dito Paula, como ele Fonseca já havia declarado na acareação antecedente, se Antônio Joaquim Ferreira de Sampaio era capaz ou o Doutor Moraes a que ele Fonseca respondera que não sabia pois que nem com eles, nem com outra alguma pessoa havia falado em semelhante matéria, que igualmente nessa mesma ocasião lhe perguntara o dito Paula, se a ele Fonseca havia seu irmão comunicado alguma coisa a este respeito, a que ele Fonseca respondera que haveria dois anos pouco mais ou menos conversado com o dito José Francisco de Paula, este lhe perguntara se este país podia ser livre para o futuro, e que se não lembrava da resposta, por lhe não passar pelo pensamento semelhante idéia de liberdade; que nessa mesma ocasião o dito Paula, vendo a desordem e o desassossego em que fica ele Fonseca lhe dissera se não tinha valor, guardasse segredo, pois que só ele e seus irmão sabiam daquele particular, e que a ela Paula tocava o falar, ou outra semelhante expressão, e ultimamente lhe dissera o dito Paula talvez pela desordem que lhe conhecera (segundo ele pensa) que isto era para o caso da perda de Portugal ou da sua Alteza Real não vir para o Brasil, por se não sofrer jugo estrangeiro, que esta era a conversação que ele dito Paula tivera depois da leitura da segunda carta e que nada mais sabe nem de pessoas nem de projetos, nem de modo.<sup>55</sup>

Ainda uma última consideração sobre a Conspiração dos Suassuna, situando os acontecimentos da capitania com relação às condições políticas de Portugal no momento da mesma. Segundo Evaldo Cabral de Mello:

Portugal achava-se acuado pela aliança franco-espanhola, que levará naquele mesmo ano de 1801 à “guerra das laranjas”, mas não está claro se a coadjuvação francesa fora mero objeto de cogitação, ou se, como se alegará na época, o Primeiro Cônsul chegou a envolver-se na intriga, da qual só desistiria com a assinatura da paz de Badajoz, que pôs fim ao conflito na Península Ibérica. Entre 1796 e 1800, nada

<sup>55</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. 1955, vol. CX, p. 26 e 155-156 para as respectivas citações; ver também, p. 22, 25-26, 31-32. Grifo nosso.

menos de sete projetos haviam sido apresentados ao governo francês visando atacar o Brasil a fim de arruinar o comércio inglês, inclusive o projeto Willaumez (1799), que tinha em mira acometer Pernambuco. Como os conjurados baianos de 1798, os Suassunas acreditavam poder contar com ajuda da França, pois face ao obstáculo da aliança anglo-portuguesa, ela sempre parecera aos conspiradores da terra seu óbvio protetor internacional. É provável, aliás, que o plano visasse sobretudo a precatar-se da ocupação inglesa, no caso em que a invasão do Reino impedisse o Príncipe Regente de atravessar o Atlântico, como o próprio Suassuna teria declarado ao delator da cabala. Na eventualidade de Portugal baquear frente à Espanha e à França, a Inglaterra sentiria a tentação, como ocorrerá pouco depois na Cidade do Cabo em Buenos Aires, de intervir militarmente nas capitânias do Norte, que se haviam tornado importantes fornecedores de algodão à sua indústria têxtil.

É inegável que, na hipótese de o Príncipe Regente cair em mãos inimigas, seja em 1801, seja em 1807, o que, nesta última ocasião, por pouco não se verificou, a criação de um governo provisório da capitania se teria imposto naturalmente não só a Pernambuco como ao Brasil, à maneira do que acontecerá na América espanhola com a formação de juntas autônomas, que, para fins de autodefesa e em nome da monarquia, cujo titular, Carlos IV, fora destronado por Napoleão, transformar-se-iam nos motores da emancipação. Trajetória que, no Brasil, foi frustrada pela vinda da família real. Como assinalou Francisco de Sierra y Mariscal, autor em 1823 de um plano de reconquista do Brasil por Portugal, a transferência da Coroa evitara uma “revolução projetada”, que “teria corrido parelha com a da América espanhola”. Se malgrado os erros governamentais, como a ocupação da Banda Oriental, o regime *juanino* pôde manter-se por treze anos, devera-se a que “no Rio de Janeiro se tinham acumulado as riquezas do Império português e estas lhe davam meios, ainda que sempre escassos, para castigar qualquer conspiração das províncias”.<sup>56</sup>

Concordamos com o historiador Guilherme Pereira das Neves, que a tarefa de investigação do tema não pertence a um pesquisador em particular, mas que ela implica em um amplo e vasto programa que envolva pesquisadores de várias perspectivas teóricas e metodológicas e de vários centros de estudo. Assim, impossibilitado de exposição mais clara e minuciosa, esperamos que as pesquisas históricas venham um dia esclarecer.

## **4.2 A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 E A EXPERIÊNCIA DE UMA REPÚBLICA LIBERAL**

A administração da Junta de governo, cuja principal figura, inicialmente, era o bispo D. Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, chegava ao fim, após um período de 6 anos entre 1798-1804, que, apesar da criação do Seminário de Olinda, não evitou que faltassem conflitos no plano eclesiástico nem no civil e foi mal suportado pela população a ponto desta festejar a vinda de um novo governador.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 26-27; ver também: \_\_\_\_\_, Introdução: Frei Caneca ou a outra Independência. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. 2001, p. 18-19.

<sup>57</sup> Cf. BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 201-202.



O período que se inicia em 1804, com o governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, é bastante diferente. *“Ele entrou para a história como um homem dúbio, de personalidade fraca, desinteressado e mau administrador, entrou, portanto, por qualidades negativas, embora, para compensar, fosse tolerante, culto e possuidor de uma grande experiência administrativa (...).”*<sup>58</sup> Este governante não tomou nenhuma medida preventiva contra as idéias revolucionárias que chegavam à capitania, nem demonstrou ser eficiente administrador público. É o que se percebe da fala de Manuel Correia de Andrade:

Um fato contribuiu muito para a maior propagação das idéias liberais em Pernambuco, o caráter do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Este homem, que era tolerante e não confiava na força das idéias, achava que os maçons se divertiam, conspirando e não tomou providências para evitar que as Academias Suassuna e do paraíso, fizessem proselitismo. Até autoridades, como o Ouvidor de Olinda, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, em suas correições, procurava atrair as pessoas com quem convivia, às suas idéias. Talvez seu próprio secretário, o ministro José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, conspirasse, se “divertisse” com os maçons. O que é verdade, porém, é o fato de que a Capitania esteve durante o seu longo governo, em estado deplorável, as obras públicas paralisaram e as já construídas não eram conservadas, a segurança individual não tinha a menor garantia e, dizem, certa vez o próprio governador foi vítima de gatunos. À noite ele jogava com amigos em Palácio, enquanto os maçons discutiam os princípios liberais que desejavam aplicar ao Brasil e a soldadesca esperava receber o miserável soldo que há meses não lhe era pago. Entusiasmados com a falta de vigilância do Governo, os liberais conspiravam abertamente, chegando até a enviar emissários para coordenar o movimento que se faria aqui com o que deveria surgir nas províncias vizinhas. Para isto, estiveram na Bahia Domingos José Martins e Domingos Teotônio Jorge, enquanto o Ceará foi atraído à causa, pelo coronel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.<sup>59</sup>

Esses vários espaços de sociabilidade e circularidade das idéias liberais sejam as casas de particulares, as sociedades secretas: academias, maçonarias etc. em que se realizaram reuniões e encontros de pessoas, com ânimo de se revoltarem contra o governo, provam que esse desejo era antigo, pelo menos desde a Conspiração dos Suassuna (1801), que se tramava na capitania, ainda que secretamente. Assim, vamos encontrar exemplos como de João Nepomuceno Carneiro da Cunha, que era acusado, em 1817, de já haver pregado a revolução anteriormente, desde dezembro de 1815, na presença de Antônio Carlos, em Igarassu<sup>60</sup>; e do vigário de Recife, padre Antônio Jácome Bezerra<sup>61</sup>, também acusado de vir tratando da

<sup>58</sup> ANDREDE, Manoel Correia de. 1995, op. cit. p. 11.

<sup>59</sup> ANDREDE, Manoel Correia de. 1971, op. cit. p. 20-21.

<sup>60</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos:** Revolução de 1817. (1955), vol. CIX, p. 31, “*Já há dez anos que prego e vocês com os olhos fechados.*”

<sup>61</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos:** Revolução de 1817. (1954), vol. CIV, p. 50. Acusado também, de elogiar Bonaparte.

revolução há sete anos, o mesmo se afirma do padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, professor do Seminário de Olinda.<sup>62</sup> O certo é que as idéias revolucionárias vinham sendo doutrinadas e divulgadas na capitania de Pernambuco, já há bastante tempo, não sendo assim, novidades que o projeto revolucionário vinha sendo articulado com zelo e perspicácia.

Provavelmente, a eclosão do movimento revolucionário estava marcada para o dia 16 de março de 1817<sup>63</sup>, entretanto, as circunstâncias se precipitaram e, em 1º de março do mesmo ano, o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, recebendo uma denúncia formal, foi procurado pelo desembargador Dr. José da Cruz Ferreira, ouvidor da Comarca do Sertão, para informar-lhe que recebera notícia através do negociante Manuel Carvalho de Medeiros (conhecido pelo apelido de Carvalhinho) da existência de uma conspiração que estava sendo urdida pelo “partido dos brasileiros” — confirmada por várias pessoas de responsabilidade (autoridades) da capitania, o que fez o governador mudar de postura. E no dia 4 de março de 1817, o governador Caetano Pinto comunicou uma ordem do dia para as tropas, conclamando-as à obediência à monarquia e à harmonia entre brasileiros e portugueses. No dia seguinte, 5 de março, o governador dirige uma proclamação à população de louvores sobre a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, dizendo que todos eram vassalos do mesmo soberano. Além de convocar no dia 6 de março o Conselho de Guerra, que decidiu prender, de imediato, os acusados de líderes da sublevação. O marechal José Roberto Pereira da Silva encarregou-se da prisão dos líderes civis — que não ofereceram resistências. Já na tentativa de detenção dos militares, que estava a cargo dos

---

<sup>62</sup> Para alguns historiadores, os antecedentes do movimento são longínquos, recuando até a Guerra dos Mascates, no início do século XVIII. A esse respeito chama atenção: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Prefácio, aditamentos e correções. In: COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** (1701-1739). 1983, v. V, p. XXV. “*Merece atenção a esclarecedora contribuição de Evaldo Cabral de Mello sobre as idéias que surgem quando da Restauração Pernambucana, com a rendição dos holandeses (1654), acerca das relações entre a Capitania de Pernambuco e a Coroa portuguesa; segundo essas idéias, a liberdade de Pernambuco fora conquistada com o esforço dos próprios moradores da Capitania e a anexação desta aos domínios de Portugal se fizera por vontade da gente. Assim, devia esta ao soberano não uma vassalagem natural, como a deviam os demais moradores do Brasil, mas uma vassalagem política. Sendo assim, os capítulos apresentados ao Bispo exprimiam essas idéias e reivindicavam para Pernambuco o direito de estabelecer condições para seu governo. Evaldo Cabral de Mello mostra ainda com essa “espécie de doutrina das relações entre a Capitania e a Coroa” pode ser percebida nos movimentos revolucionários posteriormente aqui ocorridos, em 1817, 1824 e 1848, que teriam assim “uma vinculação concreta, de raiz ideológica”. Bernardo Vieira de Melo estaria pois, na mesma linha de idéias do Padre João Ribeiro, de Frei Caneca e de Nunes Machado, com lugar conquistado entre os mártires pernambucanos.*” Grifo nosso. Ver também: BRANDÃO, Ulisses. A Confederação do Equador — 1824. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. XXVI, nº 123 a 126, (1924); SILVA, Leonardo Dantas (org.). **A República em Pernambuco**. 1990, p. XI-XXII (Introdução).

<sup>63</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos: Revolução de 1817**. (1954), vol. CVI, p. 174; ver também: MOTA, Carlos Guilherme. 1972, op. cit. p. 51; COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, p. 379; QUINTAS, Amaro. 1997, op. cit. p. 218.

comandantes dos respectivos corpos, o resultado foi outro: o capitão José de Barros Lima, cognominado “Leão Coroado”, ao receber voz de prisão atingiu com sua espada o brigadeiro português Manoel Joaquim Barbosa de Castro assassinando-o, o mesmo ocorrendo com o ajudante de ordens do governador, enviado para sufocar o movimento, o tenente-coronel Alexandre Tomás de Aquino Siqueira. Avisado do ocorrido, o governador Caetano Pinto refugiou-se na Fortaleza do Brum e, logo depois, capitulou, abdicando de sua autoridade e embarcando para o Rio de Janeiro.<sup>64</sup> A eclosão do levante, com isso, já tinha sido antecipada.

Na cidade, uma multidão reuniu-se, havendo uma pregação a favor da revolta, com o uso de expressões como: “Viva a Independência! Viva a liberdade dos filhos da pátria! Morram os europeus!!”. Os revoltosos promoveram a libertação de detidos políticos e criminosos comuns, ao que se seguiram ataques de libertos das cadeias, de mulatos e negros livres e escravos aos que tentavam fugir do Recife. Cuidaram, ademais, da organização da defesa (fortalezas e outros pontos de resistência) e da cavalaria. Em meio a isso, o governador refugiou-se na fortaleza do Brum (...). Já os comerciantes portugueses abandonaram a cidade do Recife, fugindo para a Bahia, informando os fatos ao conde dos Arcos, governador da Bahia entre 1810-17.<sup>65</sup>

Consolidado o movimento, aos 7 de março de 1817, ocupou-se o poder e organizou-se um Governo Provisório, encarregado de completar o processo iniciado e de executar os objetivos propostos pelos idealizadores do movimento. Procedeu-se as escolhas (eleições) dos membros do governo, ficando formado por: o patriota Domingos José Martins, pelo comércio; o patriota José Luís de Mendonça, pela magistratura; o patriota Domingo Teotônio Jorge, pelos militares; o patriota Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro (como secretário), pelo clero; o patriota Manuel Correia de Araújo, pelos proprietários rurais. Ao lado do governo, formou-se também um Conselho de Estado — no dizer de Carlos Guilherme Mota, verdadeira expressão da *intelligentsia* nativa —, composto por: Antônio de Moraes Silva, o dicionarista e grande proprietário, que recusou a indicação; Dr. José Pereira Caldas; o deão Bernardo Luís Ferreira Portugal; Gervásio Pires Ferreira, grande comerciante; e Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, o ouvidor de Olinda.<sup>66</sup> De forma heterogênea, ficou constituído o

<sup>64</sup> TAVARES, Francisco Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 38-43, 51-54; COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, p. 379; VILLALTA, Luiz Carlos. 2003, op. cit. p. 17-18; ANDREDE, Manoel Correia de. 1995, op. cit. p. 12; QUINTAS, Amaro. 1997, op. cit. p. 217-218; LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: Estrutura e Comportamentos Sociais**. 1988, p. 177-186.

<sup>65</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. 2003, op. cit. p. 17-18; Nota 64, supra; ver também: TAVARES, Francisco Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 44-45, 47-54.

<sup>66</sup> TAVARES, Francisco Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 57, 65; COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, p. 381-383; VILLALTA, Luiz Carlos. 2003, op. cit. p. 18; ANDREDE, Manoel Correia de. 1995, op. cit. p. 13; QUINTAS, Amaro. 1997, op. cit. p. 218-219; LEITE, Glacyra Lazzari. 1988, op. cit. p. 189-190; MOTA, Carlos Guilherme. 1972, op. cit. p. 52. Para a composição do novo governo: BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos: Revolução de 1817**. (1954), vol. CIV, p. 101.

Governo Provisório, reunindo os vários segmentos da sociedade: os radicais, como o representante do Comércio, Domingos José Martins; o mulato Pedro Pedroso, defensor do “haitismo” e os moderados, como o representante da Magistratura.<sup>67</sup> Assim, como podemos observar, o Governo Provisório ou Revolucionário de 1817 foi o primeiro governo composto unicamente de nativos — “brasileiros”. E a Lei Orgânica<sup>68</sup>, por ele proposta, foi a primeira tentativa válida de um programa jurídico que levou em consideração as peculiaridades da nossa gente. Em nota a obra de Muniz Tavares, Oliveira Lima esclarece:

O projeto de *Lei Orgânico acima transcrito*, de que encontrei a cópia entre os papeis da Biblioteca Nacional..., não cogita propriamente da organização futura e definitiva da República. Forma apenas um conjunto de disposições constitucionais transitórias, pelas quais era mantida por um tempo determinado a pentarquia inicial, dando-se-lhe todavia uma forma mais viável e completa para benefício da administração pública. Quando muito, representa um esboço da Constituição a vir, uma fixação das suas bases.<sup>69</sup>

O Governo da República enviou para cada uma das câmaras da Província um exemplar do projeto a ser discutido livremente, e estas deveriam remeter suas observações aprovando ou desaprovando os vários artigos. Assim, no dia 29 de março de 1817, foi enviado o ofício do Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, conselheiro do Estado do Governo Provisório, ao juiz ordinário e mais oficiais da câmara de Olinda:

P. Recibo do Ouvidor atual de Olinda.  
Remeto-vos o projeto da Lei Orgânica, que tendo sido discutido em Conselho teve a aprovação do Conselho e Governo; e só falta para se pôr em prática o ser aprovado pelas Câmaras, caso a achem apropositado. Para esse efeito deveis vós convocar o povo de todas as classes para votarem sobre o dito projeto, e fazer o preciso auto, de que remeter-me-eis certidão para ser presente ao Governo. Advirto-vos que este ato deve ser o mais solene possível, e cumpre que a ele concorra o povo quase todo, pois lhes interessa conhecer o como hão de ser governados. Deveis para ele convidar o Capitão-mor, vigários e mais pessoas notáveis do Distrito, e deve ser tudo feito com brevidade.  
Deus vos Guarde Boa Vista, 29 de março de 1817.  
O P. Ouvidor e Corregedor.  
Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Mdo.  
P. P. Juiz Ordinário mais oficiais da Câmara de Olinda.  
P. S. Remeto-vos igualmente a Lei de anistia, que fareis publicar por bando, e fixar no lugar do costume, e dar a sua devida execução.

<sup>67</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. 2003, op. cit. nota 64, supra; MOTA, Carlos Guilherme. 1972, op. cit. nota 64, supra; MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 40-42; Percebe-se a presença francesa nas disputas entre radicais e moderados, consultar: LIMA, Oliveira. Anotação. LI. 3. ed. 1917, op. cit. p. 317-322.

<sup>68</sup> LEI ORGÂNICA da República de Pernambuco de 1817. In: Leonardo Dantas (org.). **A República em Pernambuco**. 1990, p. 53-60; BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1954), vol. CIV, p. 16-23; ver também: TAVARES, Francisco Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 377-383 (nota CIV). (respectivamente, reproduzida na íntegra).

<sup>69</sup> LIMA, Oliveira. Anotações. TAVARES, Francisco Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 383 (nota CV).

Reconheço a letra e sinal.<sup>70</sup>

Esse Ofício, a despeito da pouca atenção que a historiografia sobre 1817 dá ao projeto de Constituição, é uma prova, ao menos, de que ele não era apenas mera afirmação de princípios, sem grandes efeitos práticos em uma sociedade escravista. Pelo contrário, o Ofício demonstra a instauração concreta das ações institucionais do Governo Provisório. E, segundo Carlos Guilherme Mota representa, a ruptura marcante no campo conceitual, presente na Lei Orgânica.<sup>71</sup>

A escolha de *Juntas de Governo* foi a mais adequada à composição do Governo Provisório, pois atendia aos vários segmentos sociais ou de interesses. O mesmo se verifica em outras regiões do continente americano, no mesmo período histórico, que pretendiam a implantação de governos liberais. Segundo uma tradição historiográfica sobre o movimento de 1817<sup>72</sup>, a composição do governo demonstraria ser o referido movimento elitista, pois, comandado pelas classes dominantes, com o que não concordamos — discutiremos mais adiante esse aspecto.

Entre os problemas que os revolucionários tiveram de resolver e que se apresentavam com urgência, destacam-se: as questões da representação política (baseada na igualdade de direitos de seus cidadãos), e da organização estatal (a construção e formulação legal do novo Estado), estabelecida por meio de uma Constituição a ser promulgada, consolidando, assim, a construção da república liberal. Nessas formulações e ações, segundo Vicente Barreto e Antônio Paim, percebe-se claramente a inspiração no ideário francês:

Na questão da representação os líderes pernambucanos viram-se às volta com os reflexos das discussões da tese de Rousseau de que a soberania é intransferível. Diz Tollenare, que os revolucionários pernambucanos se inclinavam para adotar como base do conceito de representação a propriedade imóvel. Verifica-se, por exemplo, nas idéias de um dos mais destacados e cultos líderes revolucionários, o Pe. João Ribeiro, a persistência desta contradição. Por um lado, advogava a liberdade e igualdade entre os homens, e por outro achava que o governo popular, em razão da própria organização social do país, não teria nenhuma representatividade. A representação iria ser constituída pelos “senhores de engenho ignorantes”, senhores desde os princípios da colonização de suas terras e habituados a impor a sua vontade aos homens e à natureza. A enraizada noção do individualismo incontrolado, que caracterizou toda a estrutura social brasileira, a “ordem privada”, que era na verdade o próprio Estado, não se deixaria dirigir pela opinião daqueles que lhe serviam. Além disso, o próprio Pe. João Ribeiro reconhecia a ignorância e inépcia do povo

<sup>70</sup> Idem. Ibidem. p. 383-384 (nota CVI); BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1954), vol. CIV, p. 95-96.

<sup>71</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 208-209; MOTA, Carlos Guilherme. 1972, op. cit. p. 107-108.

<sup>72</sup> Entre outros, ver: MOTA, Carlos Guilherme. 1972, op. cit.; LEITE, Glacyra Lazzari. 1988, op. cit.; VILLALTA, Luiz Carlos. 2003, op. cit.; QUINTAS, Amaro. 1997, op. cit.

brasileiro para compreender a vida política do *homo novus*. Mas sua fidelidade às idéias liberais, sua crença — advinda da leitura das obras de Condorcet — no progresso do espírito humano fizeram-no adotar a tese de que era um mal inevitável passar pela anarquia para voltarmos à ordem. Era necessário, escrevia Tollenare, usar baionetas. O Pe. João Ribeiro e outros conspiradores concordavam, também, e de forma superposta, em que a verdadeira revolução consistiria na disseminação dos conhecimentos entre todas as classes sociais, além do aperfeiçoamento da “educação moral”, a fim de que os povos compreendessem a sua função no governo.<sup>73</sup>

Percebemos, nas medidas tomadas pelos líderes do novo governo (Governo Provisório da República de Pernambuco), aqueles elementos constituintes das idéias liberais. Esses elementos foram divulgados e propagados pelos vários espaços de sociabilidade e circularidade do ideário burguês, como já vimos.<sup>74</sup> O governo revolucionário tinha como meta organizar o sistema republicano. Cria uma nova bandeira e formaliza (implantar) um conjunto de novos comportamentos e novos costumes, adotando o termo “patriota” e “vós” (à maneira francesa) para ser usado entre os habitantes da pátria como forma de tratamento.<sup>75</sup> Além dessas medidas, outras, também de perfil liberal, foram tomadas, como bem sintetizou Luiz Carlos Villalta:

O novo governo promulgou uma Lei Orgânica, enviada a todas as câmaras das comarcas de Pernambuco, que fixava a tese da soberania popular, determinava o regime republicano de governo, seguia como princípios a liberdade de consciência, de imprensa, a tolerância das religiões, adotando, porém, a religião católica como a religião do Estado. Convocou uma Assembléia Constituinte, expressando, no decreto de convocação da mesma, provavelmente datado de 29 de março de 1817 e de autoria de Antônio Carlos de Andrade, “alguns dos princípios básico do liberalismo e, conseqüentemente, a instauração de fundamentos e normas de poder, opostos ao Antigo Regime: soberania popular, afirmação dos direitos individuais face ao Estado e, na base de tudo, a idéia de pacto social, cujos sacrifícios têm por finalidade a segurança dos indivíduos”.

Dentre as principais medidas tomadas, seja pelo seu significado simbólico, seja pelo que representavam em termos de satisfação de interesses contrariados pelo governo do Reino Unido, podem ser destacadas: a adoção dos termos “patriota” e “vós”, como forma de tratamento entre os patriotas, e de uma bandeira: o aumento dos soldos dos oficiais e soldados (no triplo ou no quádruplo); a abolição de vários impostos; a permissão aos particulares para organizarem companhias de cavalaria, a facilitação do pagamento das dívidas junto à extinta Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba; a proclamação da inviolabilidade de “qualquer espécie de propriedade” (inclusive, de escravos); a anulação dos processos civis e criminais e o seqüestro das propriedades dos negociantes que fugiram por causa da revolução. Amaro Gomes liderou a extensão das medidas revolucionárias à capitania da Paraíba, que constituiu um governo provisório. De Pernambuco, foram enviados emissários ao Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, com a expectativa de conquistar seu apoio à revolução, conseguindo-se a adesão do Rio Grande do Norte e de localidades do Ceará. Inicialmente, o horizonte territorial dos revolucionários

<sup>73</sup> BARRETTO, Vicente; PAIM, Antônio. 1989, op. cit. p. 53.

<sup>74</sup> Ver nota 25, supra.

<sup>75</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1953), vol. CI, p. 34 (Decreto do Governo Provisório. 18 de março de 1817).

restringia-se à capitania de Pernambuco, incluindo-se a então comarca de Alagoas, porém, com a adesão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, emergiu a “já frágil idéia de uma ação e governo comum a todos”.<sup>76</sup>

Os aspectos legais são importantes não só porque explicitam a visão liberal dos líderes do movimento, mas também porque demonstra em quais princípios jurídicos se fundamentaram a construção e a Constituição (Lei) do novo Estado, além de indicar a preocupação dos revolucionários com os meios e espaços para sua realização, isto é, com o lugar e a idéia de nacionalidade, que aparece de forma explícita. O Governo Provisório encaminhou para as Câmaras das comarcas “que formavam a antiga Capitania”, um projeto de Lei Orgânica, que estruturaria o sistema republicano, delimitava os poderes do governo provisório e fixava alguns princípios para a administração da justiça. Entretanto, esse documento seria válido, enquanto se elaborava a Constituição do Estado por uma Assembléia Constituinte a ser convocada. Os dispositivos constitucionais da Lei art. 1º e 2º garantiam aos dirigentes do governo revolucionário a permanência, mas de forma provisória, da unidade dos poderes legislativo e executivo<sup>77</sup>, isto somente durante a situação de exceção.

Ainda do ponto de vista liberal, podemos destacar alguns dos princípios estabelecidos na referida Lei Orgânica: art. 1º criação de uma Constituição da República (elaborada “*pela Assembléia Constituinte, que será convocada assim que se incorporem as Comarcas*”); art. 6º nas sessões legislativas, os projetos serão discutidos com liberdade (“*Cada Membro opinará com plena liberdade, e igualdade e pela opinião que emitir em Conselho ninguém será increpado e menos perseguido*”); art. 23 liberdade de consciência (“*É proibido a todos os patriotas o inquietar e perseguir alguém por motivos de consciência*”); ainda o art. 23 tolerância religiosa (“*A religião do Estado é Católica Romana*”, sendo as outras “*toleradas*”); art. 25 liberdade de imprensa (“*ficando porém o autor de qualquer obra, e seu impressor sujeito a responder pelos ataques feitos à Religião, à Constituição... pelas leis em vigor*”); art. 26 Naturalização dos europeus nossos patriotas (serão aqueles “*entre nós naturalizados e estabelecidos que derem prova de adesão ao Partido da Regeneração e Liberdade*”); art. 28 delimita o período de vigência do Governo Provisório (“*O presente Governo e suas formas durarão somente enquanto se não ultimar a Constituição do Estado. (...) não se achando convocada a Assembléia Constituinte dentro de um ano da data deste ou não se achando concluída a Constituição no espaço de três anos, fica cessado de fato o dito*

<sup>76</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. 2003, op. cit. p. 18-19; ver também: MOTA, Carlos Guilherme. 1972, op. cit. p. 52, 54-56; QUINTAS, Amaro. 1997, op. cit. p. 219-20; BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 206-207, 213.

<sup>77</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1954), vol. CIV, p. 16, 17.

*Governo e entra o Povo no exercício da Soberania para o delegar a quem melhor cumpra os fins de sua delegação.”*);<sup>78</sup> Esta Lei Orgânica, apresentada em forma de decreto, era formada por 28 Artigos e um preâmbulo de justificativa no qual se percebem claramente as concepções filosóficas liberais que norteavam as práticas políticas de seus líderes:

O Governo Provisório da República de Pernambuco, revestido da Soberania pelo Povo, em quem ela só reside, desejando corresponder à confiança do dito Povo, e conhecendo que sem formas e regras fixas e distintas o exercício das funções que lhe são atribuídas, por vago, inexato e confuso, não pode deixar de produzir choques, e dissensões sempre nocivas ao bem geral, e assustadoras da segurança individual, fim e alvo dos sacrifícios sociais. Decreta e tem Decretado.<sup>79</sup>

Essas tendências e atitudes liberais manifestavam-se também de forma radical nas práticas, não ficando no mundo das especulações, como demonstra a historiadora Glacyra Leite:

A respeito da referência aos “direitos dos homens”, os rebeldes não se restringiram apenas a fazer alusões, mas chegaram a mandar imprimir na “Oficina Tipográfica da República de Pernambuco”, a “Declaração dos Direitos Naturais, civis e políticos do homem”, fato esse que denota uma posição bastante radical, já que o objetivo deveria ser o de dar uma maior divulgação a esse documento. A sua impressão foi determinada no mesmo momento em que se imprimiam as seguintes proclamações: “Proclamação aos Baianos”, “Proclamação aos Habitantes do Ceará” e a “Proclamação dos Habitantes do Cabo e do Sul”.<sup>80</sup>

Essas ações dos líderes revolucionários demonstram que suas posições não se limitavam a especulações e discussões estéreis de teorias liberais, mas, pelo contrário, punham-nas em prática, executando dentro de condições “dadas”, a luta pelo poder político da província, em circunstâncias essas que determinavam os limites e avanços do movimento revolucionário. Assim, os acontecimentos nos levam a concordar com a historiadora Glacyra Leite: *“Podemos dizer, portanto, que o movimento de 1817, durante a sua vitória*

<sup>78</sup> Ver nota 68, supra; MOTA, Carlos Guilherme. 1972, op. cit. p. 54; BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 206-208.

<sup>79</sup> LEI ORGÂNICA da República de Pernambuco de 1817. In: Leonardo Dantas (org.). **A República em Pernambuco**. 1990, p. 55; BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos: Revolução de 1817**. (1954), vol. CIV, p. 16; TAVARES, Francisco Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 377 (nota CIV); BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 207, destaca os aspectos liberais da Lei, comentando: *“De forma bastante sucinta, neste preâmbulo estão contidos alguns dos princípios básicos do liberalismo e, conseqüentemente, a instauração de fundamentos e normas do poder, opostos ao Antigo Regime: soberania popular, distinção dos poderes, com regras fixas de respectivo funcionamento, afirmação dos direitos individuais em face do Estado e, na base de tudo, a idéias do pacto social, cujos sacrifícios têm por finalidade a segurança dos indivíduos.”*

<sup>80</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1988, op. cit. p. 195.



*momentânea, tentou organizar-se segundo princípios liberais em que se incluía soberania do povo, liberdade de expressão e governo representativo.”*<sup>81</sup>

Encontramos esses princípios liberais, citados pela historiadora, em várias outras medidas e ações tomadas pelo governo provisório, além das já referidas. As atitudes liberais dos seus líderes ficam claras, nas medidas tomadas com relação às atividades fiscais e econômicas, abolindo os impostos que lhes pareciam odiosos — abolição do Alvará de 20 de outubro de 1812, decidido pelo Governo Provisório a 9 de março de 1817: incide aquele alvará na esfera da tributação, sobretudo da carne, de loja de fazendas e molhados, embarcações etc., “tornando desigual a sorte dos habitantes do mesmo país” — e embargou como garantia de receita as propriedades dos súditos portugueses. Decretou a mais ampla liberdade de comércio, suprimindo os chamados gêneros de monopólio.<sup>82</sup>

Um outro aspecto que está diretamente relacionado com as proposições liberais, até aqui discutidas, é a questão de ser ou não a revolução pernambucana de 1817 escravista. Segundo as posições historiográficas que concebem/interpretam a Revolução como movimento das elites, principalmente açucareiras, como já dissemos, esta *não seria abolicionista*.<sup>83</sup> Nesta perspectiva, o historiador Luiz Carlos Villalta afirma:

As últimas bandeiras dos revolucionários pernambucanos — a manutenção da escravidão e da propriedade —, cumpre adiantar, viram-se ameaçadas no curso do próprio movimento por eles protagonizados e, mais tarde, tornaram-se elementos que ajudaram a cimentar a unidade das classes proprietárias do Brasil em torno do projeto imperial liderado por D. Pedro I, calando as forças centrífugas. Como assinala Maria Odila Leite Silva Dias, “a semente da ‘nacionalidade’ [brasileira] nada teria de revolucionário: a monarquia, a continuidade da ordem existente, eram as grandes preocupações dos homens que forjaram a transição para o império [...] A insegurança social cimentaria a união das classes dominantes nativas com a ‘vontade de ser brasileiros’ dos portugueses imigrados que vieram fundar um novo império nos trópicos”.<sup>84</sup>

Essa assertiva não corresponde propriamente ao ideário e atitudes dos líderes do movimento de 1817, que defendiam a extinção da escravidão, mas que, estrategicamente, para

<sup>81</sup> Idem. Ibidem. p. 197.

<sup>82</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1953), vol. CI, p. 113; MAIOR, Armando Souto. CONFERÊNCIA: a Revolução de 1817. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (orgs.). **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**: Brasil 1710-1824. (2000), p. 187-188; MOTA, Carlos Guilherme. 1972, op. cit. p. 55; COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v. VII, p. 390; TAVARES, Francisco Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 111-115; LEITE, Glacyra Lazzari. 1988, op. cit. p. 204-205.

<sup>83</sup> MOTA, Carlos Guilherme. 1972, op. cit. p. 142-162; LEITE, Glacyra Lazzari. 1988, op. cit. p. 105-114; VILLALTA, Luiz Carlos. 2003, op. cit. 6-7; BARRETTO, Vicente; PAIM, Antônio. 1989, op. cit. p. 55-56; entre outros.

<sup>84</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. 2003, op. cit. p. 7.

conquistarem o apoio dos segmentos ricos (principalmente dos senhores de engenhos etc.), aceitaram a permanência da escravidão, devido às circunstâncias de guerra não serem favoráveis para se indispor com os tradicionais senhores de escravos — é importante também lembrar que existiam alguns senhores de terra que apoiavam a abolição.<sup>85</sup> Entretanto, fazia parte dos seus planos o fim do que consideravam uma pecha — a escravidão. A simples possibilidade, ainda que “remota”, de se conceder a liberdade aos escravos, atemorizava os grandes proprietários. Diante de tal situação, o governo provisório julgou oportuno manifestar com clareza suas posições, na seguinte Proclamação:

Patriotas pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles crêem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor, e escravos. O governo lhes perdoa uma suspeita, que o honra. Nutridos em sentimentos generosos não podem jamais acreditar que os homens por mais, ou menos tostados degenerassem do original tipo de igualdade: mas está igualmente convencido que a base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido destas duas forças opostas deseja uma emancipação, que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão: mas deseja-a lenta, regular, e legal. O governo não engana ninguém, o coração se lhe sangra ao ver tão longínqua uma época tão interessante: mas não a quer prepóstera. Patriotas, vossas propriedades ainda as mais opuntes ao ideal da justiça serão sagradas; o governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crede na palavra do governo, ela é inviolável, ela é santa.<sup>86</sup>

A posição abolicionista (ou “a emancipação indistinta dos homens de cor, e escravos.”) contida na proclamação que está reproduzida na obra *História da Revolução de Pernambuco de 1817*, de Muniz Tavares, demonstra claramente as posições, intenções, pretensões e ações liberais dos líderes do movimento. O referido autor, revolucionário de 17, de posições políticas moderadas, crítico de várias medidas tomadas por seus patriotas, durante

<sup>85</sup> Sabe-se que os líderes do movimento revolucionário de 1817 defendiam as idéias liberais, mas eram bastante heterogêneos em termos ideológicos, compostos (formados) pelos vários segmentos sociais, assim, vamos encontrar — também —, alguns proprietários de engenhos apoiando posições consideradas radicais, como: “O proprietários do Engenho do Meio, na Paraíba, ofereceu quarenta escravos para a causa revolucionária (1). Claudino José Carrilho, na noite do dia 6 de março levou seus escravos armados para engrossar ‘o partido dos rebeldes’ (2). Alguns outros senhores tomaram atitudes semelhantes (3). Entre os líderes mais entusiastas estavam o Capitão-Mor Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, o Coronel Suassuna (4), Jerônimo Inácio Leopoldo Maranhão (5) e José Carneiro Carvalho da Cunha (6) que, também, comandavam os seus negros.” LEITE, Glacyra Lazzari. 1988, op. cit. p. 110-111. A numeração entre parêntese foi alterada, ela indica as fontes originais de consulta, respectivamente: (1) BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos: Revolução de 1817.** (1953), vol. CI, p. 227 (Relação nominal com as culpas dos réus acusados em 1817. Acusação a Amaro Gomes Coutinho, Coronel Miliciano da Paraíba); (2) Ibidem. 1955, vol. CVIII, p. 114 (Defesa de Felipe Néri Ferreira); (3) Ibidem. 1955, vol. CVIII, p. 127-135 (Defesa de Gervásio Pires Ferreira); (4) Ibidem. 1953, vol. CI, p. 128 (Carta sem assinatura e sem destinatário, 14 de abril de 1817); (5) Ibidem. 1955, vol. CIX, p. 109 (Defesa de Jerônimo Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão) e Ibidem. 1954, vol. CVI, p. 161 (Relação dos réus existentes na cidade da Bahia — acusação a Jerônimo Inácio Leopoldo Maranhão); (6) Ibidem. 1954, vol. CVI, p. 161 (Idem — Acusação a José Carneiro de Carvalho da Cunha). Grifo nosso.

<sup>86</sup> TAVARES, Francisco Muniz. 4. ed. 1969, op. cit. p. 153-154.

o conflito, mas também um abolicionista, deixa claro que a escravidão era para eles um terrível flagelo, a ponto de ver, nesta *proclamação*, a absolvição do que considerava todos os erros dos seus companheiros, os líderes do movimento:

O coração sincero daqueles patriotas não valeu-se de subterfúgios no anúncio da verdade, com toda a solenidade proclamou que em **ceder** fazia o máximo dos sacrifícios; que sofria contemplando ainda remota a época da onímoda regeneração dos infelizes filhos do Pai Universal. Bastava este ato do governo provisório para perdoar-lhe os erros.<sup>87</sup>

Essa posição de defasa da igualdade étnica mais que da igualdade social, não caracterizava o movimento como um todo, entretanto, não há dúvida que era a posição dos seus principais líderes, pelo menos dos mais radicais e atuantes. Para Carlos Guilherme Mota, que não concorda com assertiva abolicionista do movimento, existia um núcleo rebeldes de líderes brancos e agressivos que punha medo nos senhores rurais, “*Não apenas Martins, Francisco Bernardo, Padre João Marinho, Miguel Carlos e João Ribeiro engrossavam o partido da Revolução Abolicionista, por suas idéias e ações.*”<sup>88</sup> Mas “*Também, José Maria de Vasconcelos e Bourbon, (...) revelou-se rebelde entusiasmado e sensibilizado pelo problema racial*”<sup>89</sup>, entre outros. Nesta mesma linha de raciocínio, Denis Bernardes refere-se às quebras de hierarquias étnicas e sociais nas praças e ruas do Recife em 1817, de negros e mulatos, pois eram, para eles, a mais odiosa e pesada marca do Antigo Regime. E, mais adiante, exemplifica essa atitude dos líderes revolucionários:

Há vários registros de atitudes antiescravistas e etnicamente igualitárias de Domingos José Martins. Uma notação do padre Dias Martins, referente às atividades comerciais de Domingo José Martins, bem antes de 1817, tem uma importância que passou, no entanto, despercebida: “nela [na Bahia] se aplicou a operação do comércio, em que em breve tempo fez progressos consideráveis; mas a estreiteza do teatro, e a absurda escravidão legal, infelizmente convertida em principal ramo do negócio daquela capital, o obrigaram a buscar Lisboa: aqui, ainda mais escandalizado pelo feroz despotismo, que esmagava os portugueses, concebeu o grande projeto de passar para a pátria de homens livres; e de fato achou meios de partir para a Inglaterra, e estabelecer-se em Londres”. Descrevendo o que se passava nas ruas do Recife, depois de 6 de março, diz o físico-mor João Lopes Cardoso Machado: “Os cabras, mulatos e crioulos, andavam tão atrevidos que diziam éramos todos iguais, e não haviam de casar, [sic] senão brancas, das melhores. Domingos José Martins, andava de braço dado com eles, armados de bacamartes, pistolas e espada nua”. Carta a um “meu compadre”, 15 de junho de 1817.

<sup>87</sup> Ibidem. p. 154. Grifo nosso.

<sup>88</sup> MOTA, Carlos Guilherme. 1972, op. cit. p. 151.

<sup>89</sup> Idem. Ibidem. nota 88, suprar.

E Luís Paulino de Oliveira Pinto da França, em carta ao conde da Barca, datada da Bahia, 24 de maio de 1817: “o Martins, tendo formado ultimamente um corpo de trezentos negros, quase todos escravos que para este fim tiraram aos senhores”.<sup>90</sup>

.....  
A prolongada resistência ao escravismo, sua manutenção após a Independência, tem feito esquecer a existência de uma larga corrente crítica — até mesmo por razões políticas conservadoras — à escravidão. Em 1817, a escravidão foi ameaçada e Domingos José Martins não hesitou em sacrificar os interesses escravistas para salvar a república. Esta experiência não será esquecida nas lutas políticas posteriores.<sup>91</sup>

Ainda um último aspecto, seria o movimento revolucionário de 1817, comandado pela elite escravista e latifundiária, *a aristocracia rural*? Essa assertiva tradicional apresenta-se como hegemônica na historiografia sobre o movimento de 1817 e sobre todo o período que vai até a independência. Desde os primeiros historiadores do século XIX, como Francisco Adolfo Varnhagen, Manuel de Oliveira Lima até historiadores novos como Carlos Guilherme Mota, Glacyra Lazzari Leite e Luiz Carlos Villalta, entre outros — só para dar alguns exemplos — essa perspectiva interpretativa apresenta-se inquestionável, quer os historiadores sigam uma concepção positivista, como os primeiro aqui referidos, quer sejam os pesquisadores atuais munidos das teorias e metodologias consideradas as mais avançadas da historiografia contemporânea. Em quaisquer dos casos, *independente das atitudes e posturas e do grau de envolvimento e participação dos membros da camada dos grandes proprietários no movimento de 1817*, a conclusão será sempre a mesma, *a responsabilidade da preparação e liderança do movimento está nas mãos da aristocracia rural* (grandes proprietários). Essa assertiva se fundamenta na premissa que, na Colônia, só as camadas economicamente superiores da sociedade eram capazes de ter acesso às idéias liberais, além do que, nesta perspectiva teórica, explicam-se as mudanças ocorridas na Colônia, e, em nosso caso, na província de Pernambuco, pelas determinações externas, isto é, são as transformações ocorridas na metrópole que explicam as mudanças internas da Colônia<sup>92</sup>, pois não eram possíveis as idéias ilustradas se difundirem nos meios populares devido às várias barreiras existentes: analfabetismo, marginalização do povo da vida política, deficiência dos meios de comunicação etc. Assim, “*Apenas uma pequena elite de revolucionários inspirava-se nas obras dos autores europeus que liam, freqüentemente, mais com entusiasmo do que com espírito crítico. A maioria da população inculta e atrasada não chegava a tomar*

<sup>90</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 183-184, (nota 123); Para consultar as citações no original, ver respectivamente: MARTINS, Pe. Joaquim Dias. s/d. p. 257-258; BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1953), vol. CII, p. 12; Ibidem. 1953, vol. CI, p. 226.

<sup>91</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 185 (nota 128).

<sup>92</sup> Sobre as perspectivas interpretativas e analíticas da pesquisa, ver o capítulo 1 deste trabalho.

*conhecimento das novas doutrinas.*”<sup>93</sup> Essa posição historiográfica fundamenta-se na seguinte argumentação: comprovam-se a atuação dos grandes proprietários frente ao movimento revolucionário de 1817 pelo grande número de nomes de donos de engenhos, direta ou indiretamente, nele envolvidos. Partindo dessa argumentação, deduz-se ser o movimento de 1817 um movimento das elites proprietárias de terras e escravos.

Essa posição teórica parece “não considerar” a *emergência dos novos segmentos sociais médios* e as transformações e desenvolvimentos ocorridos na Colônia durante o transcurso de trezentos anos de dominação lusitana, nem a formação de uma sociedade complexa, dinâmica e heterogênea tanto do ponto de vista socioeconômico como étnico-cultural, na qual as hierarquias tendem a não se apresentarem puramente dicotômicas em seus interesses, conflitos e projetos. Deste modo, a Colônia portuguesa da América, nos finais do século XVIII e início do seguinte, não apresentava mais aquela dicotomia senhor/escravo dos primeiros tempos da sociedade colonial, na qual a vida social se concentrava nos engenhos e fazendas com uma produção voltada exclusivamente para o mercado externo, existindo uma débil economia de subsistência. Entretanto, a necessidade de desenvolver as atividades produtivas levou à formação de vilas urbanas quase sempre junto aos portos, locais de trocas e escoamentos das mercadorias agrícolas para Europa e importação de manufaturas vindas do outro lado do Atlântico. Geravam-se assim, internamente, os elementos de contradição ao próprio sistema. Foi no interior desses núcleos urbanos que se desenvolveu o comércio para atender à demanda da colônia e, por sua vez, foi nessas cidades que se concentrava uma mão-de-obra livre ligada aos trabalhos portuários, ao comércio e a outras atividades produtivas urbanas, que, somadas aos pequenos e médios comerciantes e aos profissionais liberais, vai formar um segmento social médio permeado entre as duas camadas anteriormente citadas de senhores e escravos. Deste modo, ao chegar o século XIX, já existia uma camada média urbana que crescia de brasileiros natos, composta da pequena e média “burguesia”, de grande parte do clero, dos funcionários públicos, dos militares de baixa patente e dos profissionais liberais. Comprimida entre as duas camadas tradicionais, sofrendo as conseqüências do sistema em crise. Assim, foram esses locais, os espaços por excelência das atividades comerciais e administrativas, ocupados pelos segmentos médios de brasileiros natos que, com a chegada da Corte portuguesa, na primeira metade do século XIX, vai ser golpeada pela criação de novos impostos e aumento dos já existentes, elevando o custo de vida, além do que, os comerciantes nativos sofriam a concorrência dos portugueses, que controlavam o comércio

---

<sup>93</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 7. ed. 1999, p. 30.

em grosso e se expandiam pelo varejo. “*Todos esses transtornos, aditados às idéias liberais sopradas da Europa, amalgamavam-se aos interesses e realidade social deste segmento médio, estimulando a eclosão dos movimentos de 1817, 1821 e 1824 em Pernambuco.*”<sup>94</sup>

Entretanto, no início do século de XIX, ainda podemos afirmar que quem constituía a “classe” dominante colonial, era principalmente, porém não exclusivamente, os grandes proprietários escravistas e latifundiários, afora os grandes comerciantes de produtos importados e do tráfico negreiro, os governadores das capitanias, os magistrados, os militares de alta patente, os bispos e arcebispos etc. (esses últimos, mais freqüentemente, representavam os interesses do governo português).<sup>95</sup> Foi nestas circunstâncias que as idéias liberais penetraram a Colônia e foram absorvidas pelos vários segmentos sociais, ou melhor, como já dissemos, as idéias liberais foram (re)elaboradas e (re)significadas pela realidade da colônia. Assim, consideramos que, neste contexto, os fatores internos determinavam as mudanças na colônia e os acontecimentos externos contribuíam impulsionando-os; dito de outro modo, as influências exógenas só eram absorvidas naquelas colônias cuja estrutura socioeconômica já vinha sendo antes trabalhada por fatores revolucionários internos condizentes ao modo de produção nela existente. Tais fatores internos é que são fundamentais no processo. Isto exposto, é importante consideramos que as idéias liberais, na segunda metade do século XVIII e início e durante o século XIX, foram, inicialmente, representadas e disseminadas pelas camadas economicamente dominantes (aristocracia rural), e, posteriormente, com o desenvolvimento de áreas urbanas pelo menos nas vilas e/ou cidades portuárias que passam a ser defendidas principalmente pelos segmentos médios da sociedade, mas não unicamente. Esta linha de raciocínio se aproxima da desenvolvida por Evaldo Cabral de Mello, quando analisa as bases sociais do movimento de 1817:

Joaquim Nabuco idealizava Dezesete quando afirmou que fora empreitada pela “camada superior da sociedade pernambucana, as antigas famílias, os senhores de engenho, os ricos proprietários [que teriam sido] os que mais se apaixonaram pela Independência e pela revolução”. No outro extremo, Fernando de Azevedo acentuou que “a posição da aristocracia rural, nas lutas que agitaram Pernambuco, foi sempre definida: uma atitude de reação conservadora”, tanto assim que “na revolução de 1817, quase nenhum senhor de engenho [havia] entre os conspiradores”, o que é verdade mas passa por cima do bom número deles que aderiram à insurreição. É certo que, na época, já havia quem sobreestimasse o potencial revolucionário da açucarocracia. Para recolonizar o Brasil, afiançava Sierra y Mariscal, a Coroa lusitana só podia contar com o “partido português”, composto sobretudo pelo

<sup>94</sup> Para os vários aspectos socioeconômicos aqui abordados, ver: MACHADO, Teobaldo. **As Insurreições Liberais em Goiana**. 1990, p. 56-58; MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 26-34, 57-63; e principalmente o capítulo 2 deste trabalho.

<sup>95</sup> Ver entre outros o capítulo 2, item 2.4 Outras condições materiais e sociais da capitania de Pernambuco.

comércio, de vez que os senhores de engenho não formavam “ordem”, na acepção de corpo privilegiado, pois “qualquer [um] pode ser senhor de engenho e há muitas qualidades de engenho”.<sup>96</sup>

Continua o historiador Evaldo Cabral de Mello, com a seguinte ponderação:

Nem tanto Joaquim Nabuco nem tanto a Fernando de Azevedo. Ao longo da sedição, a atitude da mata norte de Pernambuco e da Paraíba destoou da mata sul e de Alagoas, nitidamente contra-revolucionárias. A esmagadora maioria dos engenhos confiscados pela Coroa situava-se naquela região. Malgrado sua numerosa parentela na mata sul, Francisco Pais Barreto não logrou recrutá-la, embora venha futuramente a consegui-lo quando se tratar de reprimir a Pedrosada (1823) e a Confederação do Equador (1824). O que no movimento deu relevo à ação do grande proprietário rural não foi sua posição social mas a circunstância de deter o comando das milícias rurais, embora esta não se possa explicar sem aquela. Salvo a mata norte de Pernambuco e a Paraíba, foi nas raras áreas não-açucareiras do interior em que triunfou que Dezesete assumiu contornos eminentemente rurais: no Crato, sublevado pela família Alencar e sua clientela, ou no Rio Grande, onde a rebelião foi empresada pelo morgado de Cunhaú, maior fortuna da capitania.<sup>97</sup>

Das considerações acima, fica claro que a participação dos grandes proprietários, no movimento revolucionário de 1817, foi, no mínimo, muito diversa. Encontramos proprietários que apoiaram o movimento desde a primeira hora, um número muito pequeno; e um número considerável que aderiu tardiamente, quando o movimento já estava vitorioso. Entretanto, segundo Teobaldo Machado, quando tomado em sua totalidade, a participação da aristocracia rural no movimento não atingia o percentual de um por cento (1%) do universo existente. E, ainda é preciso esclarecer que “*Importante facção desta mesma aristocracia comparecia em juízo para condená-lo, como um todo, tecendo severas críticas aos revolucionários, apontando os verdadeiros líderes do movimento, além de juras de fidelidade a El-Rei.*”<sup>98</sup>

Este comportamento de condenação do movimento de 1817, por parte dos membros da aristocracia rural, apresenta-se como evidente nos depoimentos das testemunhas de acusação ouvidas perante o Tribunal de Alçada, presidido por Bernardo Coutinho Álvares de Carvalho, que consta nos Autos da Devassa da Insurreição de 1817. Em sua maioria, os depoimentos foram para execrar os verdadeiros líderes, como demonstra Teobaldo Machado:

<sup>96</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 53.

<sup>97</sup> Ibidem. p. 54.

<sup>98</sup> MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 61 (para a citação). Segundo o referido historiador, p. 62, os verdadeiros líderes do movimento revolucionário de 1817, foram: “*Domingos José Martins, comerciante, Padre João Ribeiro Pessoa, Gervásio Pires Ferreira, comerciante, Padre Pedro de Souza Tenório, Domingos Theotônio Jorge, militar, Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, negociante, Felipe Néri Ferreira, negociante e José de Barros de Lima, militar.*”

A testemunha e senhor-de-engenho Romão Lourenço de Medeiros, após tecer comentários desairosos sobre o movimento, aponta apenas dois grandes culpados e projetores da Insurreição: Domingos José Martins e Antônio Gonçalves da Cruz, chamado de “Cabugá”, afirmando:

*“Que a rebelião e levantamento de Pernambuco, foi projetado em casa de Domingos José Martins, também em casa de Antônio Gonçalves da Cruz, chamado o Cabugá”.*<sup>99</sup>

Uma outra testemunha de nome Antonio Teixeira, também senhor-de-engenho, se restringe a condenar os citados comerciantes e entre apologias à monarquia, diz:

*“Em casa de um mulato Antonio Gonçalves da Cruz, por alcunha o Cabugá e de Domingos José Martins, havia negociações, que demandavam longo tempo e em altas horas, que geralmente se atribuem à Maçonaria”.*<sup>100</sup>

No depoimento da testemunha Cândido José da Silva, estão apontados os principais líderes e cabeças da Insurreição, não se encontrando, entre eles, nenhum membro da aristocracia:

*“Os principais motores e cabeças da Revolução acontecida no dia 6 de março foram Domingos José Martins, Domingos Theotônio Jorge, O Padre João Ribeiro Pessoa de Melo e o Antonio da Cruz Gonçalves (sic), conhecido como o Cabugá”.*<sup>101</sup>

Um outro argumento levantado por Teobaldo Machado, para demonstrar que a liderança do movimento de 1817 não estava nas mãos da aristocracia rural, é o de que esse segmento social, só tardiamente aderiu ao movimento e, quando veio a reação dos realistas, também foram os primeiros a abandonarem-no, quando não apoiaram a contra-revolução, delatando os seus antigos companheiros e os responsabilizando pela insurreição. Para tanto, o historiador utiliza-se da expressão **“pseudolíderes”** como uma ferramenta de análise que permite captar os diversos comportamentos dos membros do movimento. Assim se refere o historiador:

Os poucos que vão aderir ao movimento só o fazem, quando o mesmo já estava consolidado e já havia um governo provisório dos insurgentes. Pitorescas e até ridículas são as justificativas desses **“Pseudolíderes”** revolucionários. De Francisco de Paula Albuquerque, Senhor do Engenho Megaó de Cima, da Vila de Goiana:

*“Que no dia sete do dito mês de março chegou a notícia, a ele depoente, de que o governador Caetano Pinto, se recolhera à Fortaleza do Brum, e aí, se fez pondo contra o levantamento dos rebeldes, e na madrugada do dia oito, pelas cinco horas, partiu para o Recife, a unir-se ao Partido do General, por assim o julgar do seu dever”.*<sup>102</sup>

<sup>99</sup> Grifo no original. ANRJ (Divisão de Documentos Escritos) Códice 7 — vol. 1, p. 98, apud MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 62.

<sup>100</sup> Grifo no original. ANRJ (Divisão de Documentos Escritos) Códice 7 — vol. 1, p. 135, apud MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 62-63.

<sup>101</sup> Grifo no original. ANRJ (Divisão de Documentos Escritos) Códice 7 — vol. 14, p. 53, apud MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 63.

<sup>102</sup> Grifo no original. ANRJ (Divisão de Documentos Escritos) Códice 7 — vol. 14, p. 28, apud MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 63-64.



E continua Teobaldo com outro exemplo:

De Francisco da Rocha Paz Barreto, Senhor do Engenho Mato Grosso, no Cabo:  
*“E que sabendo o réu que seu pai se havia retirado para o Cabo, e que ia ter com amigos, para promover a boa causa, e o veio encontrar no Engenho de Manoel Thomé e como ele seguiu para o Engenho Santo Estevão. E que passados dias aparece naquele Engenho o Capitão-Mor Francisco de Paula Cavalcanti, comandando uma força e ordenou ao réu que o acompanhasse, o réu teve que obedecer por ver que a todos a quem ele intimara a mesma ordem o executara”.*<sup>103</sup>

As lideranças dos grandes proprietários, quando de suas defasas, alegavam terem sido intimadas pelos líderes rebeldes a seguirem o movimento, e se não o fizessem, seriam considerados pelos mesmos, “rebeldes e inimigos da pátria e seriam condenados a morte”. Exemplo típico deste comportamento foi o do senhor de Engenho Manuel Corrêa de Araújo, representante agrícola, no governo provisório, que alega ter cedido ao movimento insurrecional pela força:

que o dito Coronel entre bocas de fogo e espadas fora conduzido à chamada Casa do Governo Provisório, e intimado a deixar-se chamar e fazer as vezes de um daqueles do dito governo. Que indo eu algumas vezes na qualidade de Capitão-Mor, obrigado a ceder à ameaças, vi sempre ao dito Coronel triste e mudo, senão quando um dia dos primeiros de abril ofereceu um papel em que pedia o dispensassem de assistir ao seu governo, como a um homem, que bem se conhecia e sinceramente se confessava por inepto, nenhuma inteligência em coisas da política e governo, com que nunca sonhara, ao que lhe não foi deferido, porque ainda que alguns membros tal o reputavam, e mesmo disseram em público aquele impropério contra o Coronel, todavia importava embusterar com ele ao povo (que desprezava quanto aborrecia aos infames provisórios), fazendo-lhe crer que alguns homens honrados, aderiram aos seus conselhos, e impediram os efeitos de tirania que dos tais provisórios se temiam e murmuravam”.<sup>104</sup>

O comportamento do referido senhor de Engenho Manuel Corrêa de Araújo, representante agrícola no governo provisório, deixa claro o grau de envolvimento, participação e compromisso desse segmento social com o movimento de 1817, é o que nos indica o documento citado por Teobaldo Machado:

Com referência a esse “pseudo-líder”, qualificado por Antonio Carlos de Andrade de “simples máquina de assinar”. — Antonio de Moraes e Silva, Capitão-Mor de Ordenanças da Vila e Termo do Recife, faz a defesa deste mencionado representante da agricultura, Manuel Corrêa de Araújo, mas que, na realidade, retrata a figura de

<sup>103</sup> Grifo no original. ANRJ (Divisão de Documentos Escritos) Códice 7 — vol. 14, p. 86, apud MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 64.

<sup>104</sup> Varnhagen, F. Adolpho. **História do Geral do Brasil**. Tomo V, p. 181, nota 111, apud MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 72-73.

um indivíduo ignóbil, anti-revolucionário e antiliberal. Em determinado trecho do dito atestado, Moraes e Silva retrata-o como realista convicto:

*“que o Coronel Manuel Corrêa de Araújo no infausto dia 6 de março do corrente, andou toda a tarde organizando o seu regimento de Nobres, em defesa da causa d’El-Rei Nosso Senhor, o qual não pôde pôr em pé de atacar os inimigos rebeldes, por acharem na caixa do cartuchame, que se arrombou, e estava com o trem debaixo da inspeção de Domingos Theotônio Jorge, um dos conspiradores, somente 18 cartuchos; e pedindo-se pólvora ao Forte do Brum lhe foi dado solta e embarrilada”.*<sup>105</sup>

A conduta destes pseudolíderes fica patente até no tratamento dado aos dirigentes rebeldes pelos realistas quando da vitória sobre o movimento. Fica claro que foram poupadas as vidas dos representantes dos grandes proprietários, enquanto os membros de outros segmentos sociais foram executados de imediato:

Quanto a Domingos José Martins, foi para a frente de batalha combater os realistas, é preso, condenado e morto; Domingos Theotônio Jorge, preso em Paulista, é posteriormente levado à forca; Padre João Ribeiro Pessoa de Melo, suicida-se e tem seu corpo desenterrado e esquartejado. O representante da agricultura se integrou de logo à contra-revolução, atraído seus antigos companheiros de governo e até arregimentando pessoas do seu e de outros engenhos para contra eles lutar. Dele desse Tollenare: “O Sr. Manuel Correia de Araújo havia traído o partido antes do dia 20 de maio”.<sup>106</sup>

Essa condição de “classe”, que “condiciona” a participação dos seus membros nos movimentos políticos, é patente também nas outras camadas sociais. Com se refere o já citado historiador Teobaldo Machado:

Quanto à participação dos militares, pode-se afirmar que quase todos, que estiveram pela causa revolucionária, eram de origem humilde, filhos de gente da camada média, geralmente baixa, das grandes cidades. A vida militar não atraía os jovens de melhores condições financeiras, pois não oferecia condições adequadas ou promoções condizentes. Aos brasileiros era vedado o acesso aos últimos postos do oficialato.<sup>107</sup>

.....

Como os padres, os militares que lideraram o movimento eram quase todos oriundos de famílias modestas. Não existem indícios de que tanto eles, como os padres revolucionários, tivessem laços de dependência para com a aristocracia rural.<sup>108</sup>

Teobaldo Machado, ponderando a composição social desse segmento médio revolucionário sintetiza-o:

<sup>105</sup> Grifo no original. Varnhagen, F. Adolpho. op. cit. p. 181, nota 111, apud MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 71-72.

<sup>106</sup> MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 74-75.

<sup>107</sup> Idem. Ibidem. p. 76.

<sup>108</sup> Idem. Ibidem. p. 77.

A Insurreição de 1817, ao que tudo indica, foi um movimento liderado pela camada social média, de pequenos e médios comerciantes, parte do clero, militares, funcionários públicos e profissionais liberais. Aos pequenos e médios comerciantes interessava a expansão dos seus negócios, que eram dificultados pelos negociantes portugueses, que dominavam o comércio em grosso e tentavam controlar o varejo. O comerciante brasileiro varejista, praticamente, ficava condicionado aos interesses dos negociantes portugueses.<sup>109</sup>

Fica patente, também, a participação dos profissionais liberais e artífices no referido movimento de 1817, elementos esses do segmento social médio. Como podemos verificar nos documentos históricos da Biblioteca Nacional, em que consta uma carta do comerciante português João Lopes Cardoso Machado, enviada a seu compadre, em que assim se refere:

Os boticários, cirurgiões, sangradores, não fizeram mais conta de mim; quando eu passava, riam-se e chamavam-se: Delegado, que Deus, haja, até os barbeiros não me quiseram mais fazer a barba, respondiam que estavam ocupados no serviço da pátria. Via-me obrigado a fazer a mim mesmo a barba. Andava o médico Brito e o Miranda em competência com o provisório como filhos da terra, qual havia de ser nomeado físico-mor. O Peixoto era o cirurgião-mor da República e Exército, não queria europeus em cargo público.<sup>110</sup>

Ainda, mais uma consideração sobre esse segmento social médio. Encontramos alguns documentos, constantes da instrução processual (devassa de 1817), que demonstram a preocupação dos realistas com os elementos desse segmento social, considerando-os perigosos, os quais necessitavam ter grande vigilância. Um desses documentos indica os indivíduos considerados perigosos:

Os indivíduos, bem como um Doutor Brito, médico, um Tomás de Aquino, negociante, um Vicente Ferrão Gomes, legista, um José de O. Barbosa, mulato alfaiate, em que falo à Vossa Senhoria no meu número 3. Um José Carlos Mayrink, Secretário do Governo, público traidor no tempo da rebelião, para cuja prisão gritam os realistas, ele, e outros desta natureza, são os que sempre andam debaixo de maior vigilância.<sup>111</sup>

Podemos ainda comprovar, segundo Teobaldo Machado<sup>112</sup>, a efetiva participação do segmento médio da sociedade na Insurreição de 17, pela grande quantidade de indivíduos membros desta camada social presos pelos realistas. Isto fica patente na relação dos réus “que se mandaram prender”, em cinco de abril de 1818, no total de 43 (quarenta e três), constam

<sup>109</sup> Idem. Ibidem. p. 85.

<sup>110</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1953), vol. CII, p. 13.

<sup>111</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1953), vol. CII, p. 246.

<sup>112</sup> MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 89-90.

entre eles, vários militares e negociantes, funcionários públicos, padres e nenhum senhor-de-engenho.<sup>113</sup> Em outra relação de presos, de seis de fevereiro de 1818, entregue ao Juiz de Alçada, no dia 22 de abril do mesmo ano, constam os nomes de 77 (setenta e sete) indivíduos, incluindo, inclusive, a observação de culpas. A maioria desses réus são também de comerciantes e militares, alguns padres, funcionários públicos, profissionais liberais e apenas três senhores-de-engenho.<sup>114</sup>

Além dos segmentos sociais já referidos, outros vieram a somar-se e engrossar as fileiras revolucionárias: as camadas mais humildes da população, principalmente os brancos pobres, os mulatos, os negros livres e todo um bando de desocupados que viviam das atividades de biscateiros. Referindo-se a essa massa de indivíduos pobres, um trecho do relatório da Alçada é bastante conclusivo:

Quanto à população já muda de figura, esta canalha que se compõe geralmente de mulatos, negros, etc., entusiasmada da palavra liberdade, que se espalhou no tempo da Revolução, não se mostra verdadeiramente realista, e ao contrário, parece viver como um cão acaimado, ou um corpo manietado.<sup>115</sup>

Não vamos aqui apresentar todos os argumentos arrolados por Teobaldo Machado para justificar a tese que as lideranças do movimento revolucionário de 1817 eram oriundas dos segmentos médios da sociedade da época. Importa-nos apenas indicar que, uma leitura mais atenta, que tome cada caso como um caso, evitando abstrações generalizantes, possibilita-nos ver aspectos que antes não eram vistos. O que queremos, é chamar a atenção para uma leitura mais analítica dos documentos, dos acontecimentos e das circunstâncias, a fim de fazer-nos ver as singularidades da província de Pernambuco no início do século XIX.

A violência que sucedera a vitória realista, como já nos referimos, dá a dimensão e o significado do que representara a ousadia dos Pernambucanos ao se rebelarem e proclamarem a República, autônoma e independente dentro no imenso império português. Tal ousadia custara um número considerável de vidas, infinitamente maior, mais violenta e cruel do que o próprio movimento revolucionário. Os anos que se seguiram ao movimento, serão para a província tempos de tensões e violência, com momentos de paz e sossego e um relativo desenvolvimento administrativo, que, no entanto, não apagará da memória política dos seus habitantes a experiência vivida.

<sup>113</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1953), vol. CII, p. 103.

<sup>114</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1954), vol. CIV, p. 159.

<sup>115</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. (1953), vol. CII, p. 246.

#### 4.3 DE GOIANA A BEBERIBE: A EXPULSÃO DE LUÍS DO REGO BARRETO PELOS LIBERAIS DE 1817 E A FORMAÇÃO DAS JUNTAS GOVERNATIVAS

Já passara quatro anos da revolução de 1817 e o furor tirânico, a violência e o abuso que sucedera a esta, pelo então governador da província de Pernambuco Capitão-General Luís do Rego Barreto, já houvera, de certo modo, amainado. Ele fez diversas obras públicas recomendáveis no Recife, procedendo a aterros, aberturas da estrada entre Olinda e Recife, organizou a administração, tratando com prudência o dinheiro da Província etc. Entretanto, esses atos não foram suficientes para fazer a população esquecer os abusos e a violência do início de seu governo, e que, vez por outra, era lembrado pelas atitudes arbitrárias do governo.

Nesse momento, tem início, na cidade do Porto em Portugal (1820), um movimento liberal, constitucional que exigia a recuperação e volta da sede do Reino, forçando o retorno imediato de D. João VI e da Corte para Lisboa, ficando eles subordinados à nova constituição. As primeiras notícias eram dispersas e chegavam através de viajantes e navios que viam de Portugal. No dizer de Denis Bernardes, *“uma das principais conseqüências e características do movimento constitucionalista iniciado no Porto em 24 de agosto de 1820 foi a quebra do controle da informação e da circulação das idéias que, até então, marcara a vida política da monarquia portuguesa.”*<sup>116</sup> Com as notícias chegando ao Brasil, as primeiras adesões ao movimento constitucional foram se dando de forma isolada, mas, em pouco tempo, as províncias iam se comunicando entre si e se informando do que se passava em cada uma, em Portugal e no Rio de Janeiro. As repercussões desse movimento para o Brasil assemelhassem às ocorridas com a abertura dos portos em 1808, como comenta o já citado Denis Bernardes:

Para o Brasil, a revolução do Porto completou ou ampliou, no sentido político, o que o ato de 28 de janeiro de 1808 iniciara sob o aspecto econômico. Ela realizou, política e culturalmente, uma segunda abertura dos portos, a qual nem a autoridade do rei, no Rio de Janeiro, nem a dos seus representantes, nas províncias, pudera conter.<sup>117</sup>

Ainda em outubro de 1820, as primeiras notícias do movimento constitucional português começam a chegar a Pernambuco. O então Governador, General Luís do Rego

---

<sup>116</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 359.

<sup>117</sup> Idem. Ibidem. p. 359.

Barreto<sup>118</sup>, procurou controlar as repercussões locais, enquanto esperava uma definição de D. João VI no Rio de Janeiro. Essas notícias chegaram a Pernambuco cinco dias depois que foram recebidas pela Corte no Rio de Janeiro:

Hoje chegou aqui o pacote inglês, e, da mão de um oficial de caçadores portugueses, que nele vem de passagem para essa Corte, recebi as proclamações, cujas cópias remeto a Vossa Excelência. Ele diz que as houvera em Falmouth, na sua volta de Paris, do comandante do pacote em que fora de Portugal para a dita cidade, o qual acabava, então, de chegar de Lisboa. Juntamente com as proclamações, vem uma carta escrita da mesma Corte de Lisboa, que dá indícios do espírito que ali reina. Nem eu sei mais nada, nem ele, segundo diz, mas é bastante a ser verdade o que se contém na proclamação dos Governadores do Reino, e a ser ela mesma verdadeira.<sup>119</sup>

Com os navios vindos do Atlântico e atracando no cais, local de embarque e desembarque de mercadorias, pessoas e informações, espaço de sociabilidade e circulação de idéias e opiniões, que atraía a curiosidade da população da vila e, como diz Flavio Cabral: “*Ao sinal da chegada de uma embarcação na barra do horizonte, os habitantes da cidade corriam até o cais à procura de informações.*”<sup>120</sup> No Recife, o porto era sua porta de entrada, de passageiros, viajantes, comerciantes, funcionários reais, correspondências e impressos, quando possível, contrabando e notícias proibidas etc. As idéias e novidades penetravam na província e se espalhavam como fogo em palha seca, circulando em vários ambientes, nas conversas de ruas ou de um pequeno público letrado; o fato é que se debatia nas portas das igrejas, nas academias, nos mercados públicos, nos cafés, nas tabernas, nos armazéns, nas feiras e bares ou nos encontros casuais ou de negócios. Além desses espaços de convivências, existam outros, como “*as águas do rio Capibaribe, que a emoldura. O rio servia de estrada por onde diariamente circulavam canos transportando pessoas, objetos e coisas. De um trajeto a outro, canoieiros e passageiros jogavam conversas fora e muitos assuntos vinham à*

<sup>118</sup> BARRETO, Luís do Rego. **Memória Justificativa sobre a conduta do marechal-de-campo Luís do Rego Barreto durante o tempo em que foi governador de Pernambuco, e presidente da Junta Constitucional do Governo da mesma Província.** Oferecida à Nação Portuguesa. 3. ed. 1991, p. 24. É importante lembrar, como faz: BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 361, “*Ainda antes das notícias sobre a revolução do Porto, começaram a circular, em Pernambuco, notícias sobre o movimento constitucionalista espanhol que irrompera em Cádiz e o governador recebera também ‘a nova da revolta de Nápoles, Sardenha, Sicília, e do que se passava no norte de Flandres e parte da Alemanha’.*” Grifo do autor. Consultar original: Carta de Luís do Rego Barreto ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, datada de Pernambuco, 10 out. 1820, In: Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. LII, 1979, p. 157-158.

<sup>119</sup> Carta de Luís do Rego ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, datada de Pernambuco, 22 out. 1820, In: Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. Idem. Ibidem. p. 168.

<sup>120</sup> CABRAL, Flavio José Gomes. Os Efeitos da Notícia da Revolução Liberal do Porto na Província de Pernambuco e a Crise do Sistema Colonial no Nordeste do Brasil (1820-1821). In: **Frontera de la historia**, número 011, Instituto Colombiano de Antropologia e Historia — ICANH. Bogotá, Colômbia, 2006, p. 393.

*tona durante a viagem.*”<sup>121</sup> Toda essa agitação adensava a opinião pública, principalmente em torno da política, assim, naquele momento criava-se na província um clima de tensão e expectativa, que guardava algumas semelhanças com 1817, o que deixou o então Governador Luís do Rego Barreto em estado de alerta, como veremos.<sup>122</sup> Antes, porém, uma observação feita pelo historiador Flavio José Gomes Cabral sobre o novo *léxico político* surgido com o movimento vintista português, pois esse fenômeno é significativo para se captar a mentalidade da população através da linguagem usada e que passa a fazer parte do cotidiano, nem sempre de forma clara, mas presente na fala da população. Esse fenômeno é semelhante ao ocorrido durante a revolução de 1817:<sup>123</sup>

O movimento vintista possibilitou o uso de um novo léxico político nos dois lados do Atlântico que exprimiam uma prática constitucional. Mas, na realidade, o entendimento parecia complicado para algumas pessoas: cortes, juntas provisórias de governo, eleição, voto, eleitor, deputado, cidadão, corcunda (partidário dos portugueses e da monarquia absoluta), constituição e regeneração. Esta última era a palavra-chave do momento, pois exprimia o próprio nome do movimento. Revolução foi à época um termo pouco utilizado e, quando se fazia uso, referia-se à maneira contra-revolucionária levantada a partir de 1820. “Regeneração” significava “reformular” ou “renovar”, rompendo-se com parte do passado porque se conservavam a monarquia e o catolicismo. Em contrapartida, outras palavras procuraram explicar os abusos da liberdade: anarquia, guerra civil, pedreiros-livres, carbonários, jacobinos, democracia, república, partido e facção. Em Pernambuco, tomou-se cautela quanto à “propagação das doutrinas constitucionais”. Mesmo assim, às escondidas comentava-se pelas esquinas a “mudança do sistema, da Constituição, das Cortes”, etc.<sup>124</sup>

Entretanto, antes de terminar o ano 1820, Luís do Rego vai registrar, em carta enviada ao Visconde de Rio Seco, que não era mais possível impedir a propagação das notícias vindas de Portugal, nem as conseqüências, por conseguinte, a situação política da província mudara e assim se refere:

Eu tenho adotado todos os meios de manter a segurança pública na minha província, porém vejo o espírito público exaltado e todo propenso para a parte de Portugal. Isto é geral, é quase sem exceções [...]. De Portugal, chovem notícias por toda parte e não é possível impedi-las. Os ingleses as têm iguais e as espalham. Os papéis públicos desta nação, em lugar de desaprovarem, fazem elogios ao levantamento e seu objeto. O partido de Portugal é sem adversário, e eu, observando esta marcha, mantenho a minha força em atitude de respeito e não faço mais porque sei que se

<sup>121</sup> Idem. Ibidem. p. 395.

<sup>122</sup> Idem. Ibidem. p. 393-395; ver também neste trabalho: Capítulo 3.

<sup>123</sup> Ver capítulo 3.

<sup>124</sup> CABRAL, Flavio José Gomes. In: **Frontera de la historia**, número 011, Instituto Colombiano de Antropologia e Historia — ICANH, Bogotá, Colômbia, 2006, op. cit. p. 394.

usar de meios violentos, posso dar causa a um tumulto, do qual, posto que esteja certíssimo de triunfar, podem resultar por outra parte, graves conseqüências.<sup>125</sup>

Na verdade, antes mesmo de qualquer iniciativa por parte das várias províncias da Colônia, da sede do Reino no Rio de Janeiro ou do governador Luís do Rego Barreto, e mal as notícias chegaram a Pernambuco, o referido governador Luís do Rego foi informado da existência de uma conspiração<sup>126</sup> inspirada no movimento liberal português de finalidade constitucional e, naturalmente, para destituí-lo; isto, ainda em finais de novembro de 1820. Assim, a ousadia dos seus líderes se antecipando à adesão do Pará (a 1 de janeiro de 1821) e da Bahia (a 10 de fevereiro de 1821) à revolução do Porto, o que mostra, o clima de tensões sociais e insatisfações políticas existente na província á época.<sup>127</sup> Essa conspiração foi facilmente reprimida pelo governador Luís do Rego, que abriu uma devassa, por ordem do ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, para punir os implicados.<sup>128</sup> Resultou desse acontecimento, entre outros, a demora da província de Pernambuco em aderir ao movimento constitucional português, e quando isto ocorreu, se deu sob a liderança oficial do governador Luís do Rego Barreto, como comenta o historiador Denis Bernardes:

... Ao contrário do que ocorreu na Bahia e no Rio de Janeiro, a tropa portuguesa em Pernambuco não apoiou o movimento constitucionalista, mantendo-se fiel às ordens do governador. Isto explica, entre outras razões, o fato de que se passou cerca de um ano entre a chegada das primeiras notícias da revolução do Porto e a eleição de uma Junta, dentro das novas regras adotadas pelas Cortes, e a capacidade de Luís do Rego de permanecer à frente do governo, embora invocando os ritos constitucionais. A experiência de 1817 também paralisou a muitos que associavam constitucionalismo a republicanismo ou temiam a repetição de uma sangrenta repressão, tendo por base a Corte no Rio de Janeiro. Tudo isto fez com que, em Pernambuco, não houvesse uma imediata e explosiva adesão ao constitucionalismo fora do controle oficial mas, ao mesmo tempo, contribuiu para uma melhor e mais sólida preparação de um movimento

<sup>125</sup> Carta de Luís do Rego Barreto ao visconde do Rio Seco, datada de Pernambuco, 19 dez. 1820, In: op. cit. vol. LII, 1979, p. 214.

<sup>126</sup> O descaso da historiografia sobre o referido movimento é comentado pelo historiador: CABRAL, Flavio José Gomes. In: *Frontera de la historia*, número 011, Instituto Colombiano de Antropologia e Historia — ICANH. Bogotá, Colômbia, 2006, op. cit. p. 396-399 (para o referido movimento) e p. 396 (para a citação a seguir): “*Faz-se necessário aqui uma observação. É de se estranhar o descaso da historiografia brasileira sobre esse assunto, que, tudo indica, se trata de uma das primeiras manifestações de adesão ao movimento constitucional iniciado em Portugal em 1820. Tanto que só pudemos tecer alguns esclarecimentos acerca da referida sedição graças a uma devassa aberta pelo governador da época para conhecer com mais nitidez as idéias e as pretensões dos amotinados.*”

<sup>127</sup> BARRETO, Luís do Rego. *Memória Justificativa...* 3. ed. 1991, p. 22; Ofício de 4 jan. 1821, In: COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, p. 100-101; AMARAL, Francisco Pacífico do. *Escavações: Fatos da História de Pernambuco*. 1974, p. 47-48 e nota 12; BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 365-366.

<sup>128</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 366-368; Carta de Luís do Rego ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, Pernambuco, 19 dez. 1820, In: *Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto*. op. cit. vol. LII, 1979, p. 175-176.



constitucionalista apoiado em forças locais e que teve também como objeto a expulsão da tropa portuguesa e dos funcionários e magistrados mais identificados com a monarquia do Antigo Regime.<sup>129</sup>

Luís do Rego Barreto protelou o quanto pode a adesão as Juntas Constitucionais portuguesas, esperando uma definição do eterno indeciso D. João VI, do qual era fiel escudeiro. Entretanto, em 2 de março de 1821, recebe notícias sobre a adesão da província da Bahia (10 de fevereiro), e estas tiraram o governador da letargia em que se encontrava. Segundo Francisco Pacífico do Amaral “*esta novidade, que começou a espalhar-se às 9 horas da manhã, de ouvido a ouvido, já ao meio-dia não havia quem a ignorasse.*”<sup>130</sup>

De imediato, Luís do Rego convocou para a tarde do mesmo dia um conselho formado por seus oficiais gerais, comandantes de corpos e ministros, para tratar do assunto, os quais decidiram que, no dia seguinte, “*convocasse para o poço da Câmara o clero, a nobreza e o povo, a fim de, com sua assistência, deliberar o que se deve fazer.*”<sup>131</sup> Os primeiros através de ofícios e o povo, por meio de edital do ministro da Polícia.<sup>132</sup> Reunidos na Câmara em assembléia, no dia 3 de março, decidem pela “*adesão*” ao constitucionalismo português, mas a uma adesão condicionada a sua Majestade D. João VI, ou melhor, como nos informa Pacífico do Amaral: “*convinha era se pedir a El-Rei a constituição que houvesse de conceder aos povos de Portugal e seus domínios; e que entretanto deviam **submeter sua vontades à vontade do soberano***”.<sup>133</sup> Todas essas medidas (manobras) demonstram a tentativa de Luís do Rego Barreto para não perder o controle da situação na província e se manter fiel a sua Majestade, além é claro, por prudência, pois o próprio governador já se justificara afirmando: “*triste situação a minha! Foi o meio de que lancei mão o único possível para salvar esta Província dos horrores da guerra civil, e conserva-la a Sua Majestade intacta de inovações [...]*”.<sup>134</sup> Evaldo Cabral de Mello sintetizou de forma muito clara o comportamento de fidelidade a sua Majestade por Luís do Rego Barreto, “mesmo quando este se vê forçado a

<sup>129</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 368; AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 43-44.

<sup>130</sup> AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 44.

<sup>131</sup> Idem. Ibidem. p. 44.

<sup>132</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 370-371.

<sup>133</sup> AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 45. Grifo no original. Ver também, na mesma página, nota 8: “*Nesse auto ficou assentado o seguinte: ‘Que os interesses dos povos do Brasil não serão separados dos da antiga metrópole, e que consequentemente a Constituição do Brasil devia ser aquela que S. Majestade concedesse aos povos de Portugal e mais possessões. Que entretanto eles submetiam suas vontades à vontade soberana de S. Majestade sobre quaisquer limitações ou reformas tendentes a manter o decoro e direito incontestáveis da sua Real Pessoa.*”

<sup>134</sup> Carta de Luís do Rego ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, Pernambuco, 5 mar. 1821, In: Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. op. cit. vol. LII, 1979, p. 192-193.

assumir posições liberais, digo constitucionais”, na Assembléia, a qual ficou conhecida como o Grande Conselho:

Ao Grande Conselho, Luís do Rego expôs a impossibilidade de “opor barreiras à torrente impetuosa da opinião”, em face da acumulação secular dos problemas institucionais da monarquia, os quais, não havendo sido resolvidos em seu devido tempo, teriam de sê-lo agora, sob a égide da Coroa e preservada a integridade do Reino Unido. Adotando proposta do governador, decidiu-se por unanimidade que “os interesses dos povos do Brasil não serão separados dos da antiga metrópole”; que, “conseqüentemente, a Constituição do Brasil devia ser aquela que Sua Majestade concedesse aos povos de Portugal e mais possessões”; e que neste ínterim a província se submeteria “à vontade soberana de Sua Majestade sobre quaisquer limitações ou reformas tendentes a manter o decoro e direito incontestáveis de Sua Real Pessoa”. Neste sentido, Luís do Rego encaminhou representação ao monarca, reconhecendo, em proclamação à província, que “a opinião pública, as luzes do século, exigem novas instituições fundadas sobre princípios liberais que concorrem igualmente à grandeza e à felicidade dos reis e dos povos”, e assegurando que tais aspirações seriam certamente atendidas por D. João VI, embora frisasse que, enquanto isto, as autoridades manteriam a obediência às leis, punindo implacavelmente quem as transgredisse.<sup>135</sup>

Luís do Rego protelou o quanto pode a adesão ao constitucionalismo português e quando o admitiu, o condicionava a seguir sua Majestade no Rio de Janeiro, em uma espécie de constitucionalismo áulico. Entretanto, ele prometera ao Grande Conselho que, caso não recebesse notícias do Rio até o dia 2 de abril, respondendo o ofício dirigido pela Câmara do Recife ao rei<sup>136</sup>, proclamaria o regime liberal e estabeleceria um governo provisório. Isto não foi necessário, pois “no dia 26 de março, quando menos se esperava, chegou do Rio de Janeiro o decreto de El-Rei no qual declarava que o mesmo Augusto Senhor tinha aprovado e solenemente jurado a Constituição que as cortes houvessem de fazer, e que seria a adotada em todos os domínios portugueses.”<sup>137</sup> Imediatamente, o governador se dirigiu para a Câmara do Recife e com outras autoridades leu o decreto régio, prestou juramento e deu início às comemorações públicas, nas quais ele e a família entoaram o hino constitucional português e seguiram para a Igreja Matriz de Santo Antônio, onde cantou um solene “Te-Déum”.<sup>138</sup> Ainda sob sua presidência, estabeleceu um Conselho Consultivo, formado por personalidades de sua

<sup>135</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 65-66. Nesta reunião, Luís do Rego proferiu um discurso propondo que se pedisse a El-Rei a constituição, ver: AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 44-45 e nota 7, com reprodução do referido discurso, feito na ocasião pelo governador Luís do Rego Barreto. O qual foi também reproduzido no jornal *Aurora Pernambucana*, ano I, terça-feira 27 mar. 1821, pp. 2-3, In: BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 371, nota 33 (para a indicação do número do jornal).

<sup>136</sup> AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 45, nota 9.

<sup>137</sup> Idem. Ibidem. p. 53-54. Lembremos que, ainda no Rio de Janeiro, o rei D. João VI, por decreto de 26 fev. de 1821, jurou a futura constituição a ser oferecida pela Corte ao povo de todo o reino português.

<sup>138</sup> Idem. Ibidem. p. 54.

confiança, que auxiliava na administração desde a repressão de 1817, os quais deveriam, entre outras coisas, organizar as eleições da deputação pernambucana às Cortes.<sup>139</sup>

O quadro político da província de Pernambuco — e isto é importante para as idéias liberais — a partir desse momento, começou a mudar, os grupos liberais, até então receosos da reação de Luís do Rego, passaram a assumir posições mais explícitas em favor de um governo constitucional nos moldes da Bahia. Essas notícias recém chegadas do Rio de Janeiro eram significativas não só para esses grupos, mas também para todos os outros grupos que viveram a experiência política da revolução de 1817, sejam os que estavam do lado da monarquia, sejam os que defenderam a república. Pois, pela primeira vez desde a vitória dos realistas, era possível se expressar livremente e passava-se a ter um regime constitucional que garantia a liberdade de idéias, entre outras. O historiador Denis Bernardes vai se referir a respeito dessa situação da seguinte maneira:

Ela significava o triunfo e o reconhecimento do movimento constitucionalista iniciado no Porto, agora legitimado pelo prévio juramento real da futura Constituição. A fidelidade à monarquia deixava de ser argumento de intimidação contra os liberais que propugnavam pela constitucionalização do Reino Unido e o juramento real servia também para afastar os escrúpulos mais apegadamente monárquicos. Além disso, e isto é fundamental, liberava-se a atividade política de todos os entraves ainda subsistentes, sobretudo com a liberdade de imprensa, as discussões públicas e a expressão das idéias políticas.<sup>140</sup>

Mais adiante, continua Denis Bernardes, destacando a importância do movimento constitucionalista para o exercício da liberdade:

Como já indicamos, foi a partir do movimento constitucionalista do Porto, que a imprensa — em suas várias expressões: o panfleto, o jornal, o livro — escapou dos controles estatal e eclesiástico. Acentuou-se seu papel como instrumento político estatal — publicações de atos do governo, de proclamações, de editais — mas também como expressão do debate político em sentido mais geral. Em 16 de março de 1821, Luís do Rego oficiou ao ouvidor-geral da comarca do Recife e intendente de polícia, Antero José da Maia e Silva, sobre licença que concedera para impressão dos atos do governo, mas recomendando que o mesmo examinasse todos os papéis que os particulares tivessem de imprimir, os quais só seriam recebidos com seu consentimento. O governador havia mandado instalar uma tipografia no trem militar, resto da que fora confiscada em 1817 e que não fora inteiramente remetida ao Rio de Janeiro, conforme determinara uma ordem régia. Nesta tipografia foram impressas a

<sup>139</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 380-381, “A 7 de junho, foi realizada a eleição para as comarcas de Olinda e Recife dos deputados de Pernambuco às Cortes Constituintes da Nação Portuguesa. O território da província havia sido dividido em dois para efeito da escolha dos eleitores e posterior eleição dos deputados. As comarcas de Olinda e Recife, juntas, constituiriam como uma província e outra, as comarcas do Sertão e São Francisco. Nesta data, os eleitores de Olinda e Recife, reunidos na primeira cidade, então capitania da província, elegeram sete deputados e dois suplentes.” Ver também: COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 140-142.

<sup>140</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 373-374.

ata da reunião do dia 3 de março e uma *Notícia*, datada de 9 do mesmo mês, sobre as resoluções então tomadas. Em 27 de março passou a circular o primeiro jornal editado em Pernambuco, a *Aurora Pernambucana*, dirigida pelo genro e secretário de Luís do Rego, Rodrigo da Fonseca Magalhães.<sup>141</sup>

Essas transformações políticas que garantiam os direitos da população, em especial a liberdade de expressão, inclusive o de imprensa, não devem ser super valorizadas, pois, como se refere Francisco Pacífico do Amaral, elas nem sempre representaram, na prática, os ideais constitucionais, pelo contrário, muitas vezes, serviam de meio para legitimar os interesses despóticos, como era o caso do jornal fundado pelo governador:

Logo que Luiz do Rêgo pôde arranjar tipos para pôr em andamento uma pequena imprensa, se serviu dela para ainda mais torcer a opinião pública a seu jeito, espalhando, entre o povo, seus impressos, cheios de calúnias e falsidades; persuadido talvez que todos acreditassem ser exato o que ele mandava escrever e publicar.

Se fôssemos a narrar as mentiras, calúnias e falsidades impressas na **Aurora Pernambucana**, digo, **Aurora Pernambucana**, assim se chamava o jornal, nunca acabaríamos.<sup>142</sup>

Com as notícias de juramento de El-Rei, a Constituição que as Cortes portuguesas houvessem de fazer, seguiu-se uma explosão de alegria e festas por parte da população, segundo o já citado Francisco Pacífico do Amaral<sup>143</sup>, e que o historiador Denis Bernardes comenta da seguinte maneira:

Tais festas e comemorações, significando que a política estava agora também nas ruas, que havia uma *opinião pública* ou um *espírito público* a ser consultado, são expressões de Luís do Rego, não encerravam os embates políticos sobretudo em torno da (re)definição da autoridade local.<sup>144</sup>

Do exposto até aqui, percebe-se que as idéias liberais vintistas iam penetrando a província e quebrando, gradualmente, a resistência dos elementos do Antigo Regime, ainda presentes e muito fortes, representados pelo governador Luís do Rego Barreto e suas práticas despóticas, além, é claro, de ir revigorando e impulsionando os elementos liberais já existentes na província desde o início do século XIX, nas sociedades secretas: maçonaria e

<sup>141</sup> Idem. Ibidem. p. 375, nota 40.

<sup>142</sup> AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 57-58. Grifo no original.

<sup>143</sup> AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 54.

<sup>144</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 375. Grifo do autor.

academias etc., nos vários espaços institucionais formas e (não)formais e nas conspirações e revoluções, entre outras.<sup>145</sup>

Não vamos aqui detalhar, de forma minuciosa, todo o processo, avanços e recuos da formação das justas constitucionais, para tanto, existe uma bibliografia numerosa, queremos apenas destacar alguns aspectos que permitem perceber, com mais clareza, os elementos liberais deste movimento na província de Pernambuco.

Voltemos aos acontecimentos. Luís do Rego em 29 de março de 1821, convocou um novo conselho com pessoas de sua confiança, as quais dariam um caráter de legitimidade às suas ações e, no dia 31 do mesmo mês, com o respaldo e em acordo com o dito conselho, nomeou uma **Junta Constitucional Governativa**.<sup>146</sup> Logo em seguida, Luís do Rego teve suas ações legitimadas constitucionalmente, pois, chega à província a resolução das Cortes de 18 de abril de 1821, sancionada pelo decreto de 24 do mesmo mês e ano, entretanto, era uma legitimidade precária. A essa altura, entre maio e junho de 1821<sup>147</sup>, em consequência dos acontecimentos portugueses, os processos que se vinham arrastando nos tribunais (da Bahia) contra os mais de trezentos envolvidos na revolução pernambucana de 1817, foram ultimados, libertando-se os presos, depois de mais de três anos de cárceres.<sup>148</sup>

É preciso deixar claro que a volta dos presos de 1817 a Pernambuco não foi decisão do rei na Corte no Rio de Janeiro, foi, sim, decisão judicial-legal da assembléia constituinte em Lisboa, que demonstra o momento de antagonismo existente entre as Cortes constitucionais em Portugal e a insistência das práticas despóticas do Antigo Regime em terras brasileiras. Os presos políticos foram reabilitados, tiveram suas sentenças anuladas, encerrados seus processos e recobram seus direitos civis e políticos. Esses procedimentos típicos do ideário liberal irão alimentar posturas e ideários de membros da província que já não suportavam o autoritarismo de Luís do Rego. Os grupos que iam chegando, eram recebidos como heróis da liberdade e vítimas do antigo despotismo. Denis Bernardes se refere a um relato inédito da

<sup>145</sup> Ver principalmente o capítulo 3 deste trabalho.

<sup>146</sup> AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 56-57, e para a composição da junta, nota 20; ver também: BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 377 e 382; COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 126-127.

<sup>147</sup> Em 26 de maio, desembarcaram no Recife mais de cinquenta presos políticos de 1817, vindos da Bahia, entre eles, pernambucanos, paraibanos, norte-rio-grandenses. Ver: COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 143; LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1824: A Confederação do Equador**. 1989, p. 80; BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 378.

<sup>148</sup> FONSECA, Felipe Mena Calado da. O Movimento Revolucionário de Goiana em 1821. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife: vol. XIII, n. 71, março de 1908, p. 6-8; COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 143-145; BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 378-379; MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 67-68; DELGADO, Luiz. **A Convenção de Beberibe: o primeiro episódio da Independência do Brasil**. 1971, p. 7; LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 80-81.

volta dos prisioneiros políticos da monarquia portuguesa e de como eram recebidos pela população da província:

De cada navio que ia chegando em 1821 ao porto desta província procedente do da Bahia, desembarcavam alguns desses prediletos filhos da pátria, que tanto, e por tão longo tempo haviam padecido por amor da liberdade.

Vinham todos bem trajados, de porte grave, e precedidos pela fama da instrução adquirida na própria cadeia à custa de sacrifícios, transformada por eles em liceu no qual exerciam as funções de lentes aqueles de seus companheiros de infortúnio que mais habilitados estavam para isto.

Foram todos recebidos com grandes demonstrações de alegria, contentamento e regozijo público que se repetiam quase diariamente. Esses homens visitavam-se mutuamente, e a todo momento, sem etiqueta.

Saíam à rua em grupos e guardavam entre si relações da mais estrita fraternidade. Eram hábitos adquiridos na vida em comum que passaram na cadeia.

O povo não se fartava de os ver e aplaudir e por toda parte os acompanhavam. Quem não tinha sido preso do Estado não podia com eles competir. O próprio General Luís do Rego não pode resistir à evidencia dos fatos; e, ou por efeito de seu cavalheirismo ou por cálculo político, respeitou a opinião pública, assistindo com os seus aos atos religiosos promovidos pelo povo em honra de seus concidadãos recém-chegados, e mandando fazer honras militares em seu enterro ao capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que, pouco depois de sua volta da Bahia faleceu nesta Cidade [Recife] com sentimento geral.<sup>149</sup>

É preciso, como faz Denis Bernardes, deixar claros os sentimentos que a cidade manifestou com a chegada dos ex-presos políticos de 1817, vindos da Bahia. Para os revolucionários, “*luminárias, fogos de artifício, salva de canhões, te-déum*”; para os elementos realistas ligados a repressão à república de 17, “*temor, conflitos, planos de novas repressões*.”<sup>150</sup> Esses comportamentos explicitavam os conflitos existentes na província de Pernambuco — nem sempre declarados — entre os grupos ou facções do ideário liberal e as práticas do Antigo Regime; o primeiro vivenciado na curta experiência republicana de 1817, o segundo, presente ainda nas atitudes e práticas cotidianas dos governos do Rio de Janeiro e de Luís do Rego Barreto em Pernambuco.

Ainda na Bahia, os liberais recém libertos (ou parte deles) promovem uma reunião com o objetivo de primeiro expulsar de Pernambuco o então governador Luís do Rego Barreto e, em segundo lugar, reformar o Sistema Político, adotando o Constitucionalismo. Para tanto, escolhem os liberais a Francisco Paes Barreto, morgado do Cabo e futuro marquês do Recife, que, ao chegar no Recife, o governador fez prender e mandou para Portugal. Escolhem-se, para substituí-lo a José de Barros Falcão de Lacerda que seria depois, em 1824,

<sup>149</sup> *Folhas esparsas dum [sic] trabalho que um filho de José de Barros Falcão de Lacerda escreveu sobre os acontecimentos políticos em que seu pai esteve envolvido*. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, estante A, gaveta 14, f. 34, In: BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 379-380. (Manuscrito inédito).

<sup>150</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 378, 380.

comandante supremo das forças rebeldes; foi preso também e remetido para Fernando de Noronha. Foi quando designaram-se novos articuladores: Felipe Mena Calado da Fonseca, que veio a ser secretário da Junta de Governo criada em Goiana, e o seu amigo Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque. Estes, cientes da pouca sorte dos antecessores, não vão ficar mais no Recife, logo se dirigindo para Goiana onde se alojaram no engenho Cangaú, de propriedade de Joaquim Martins da Cunha Souto Maior; logo de imediato, começaram a estudar um plano para alcançar os objetivos desejados, como também tomaram as providências de organização do movimento. Nestes preparativos levaram aproximadamente dois meses e meio. Na propaganda, como nos manifestos posteriores, valeram-se do pretexto de estarem representando as deliberações das Cortes Constitucionais, que, desde abril, estavam preconizando a instalação de Juntas nas Províncias.<sup>151</sup>

Tomadas as primeiras medidas, iniciados os contatos com as outras vilas, povoações e com a Província da Paraíba, dirigem-se para Goiana, assim, em 29 de agosto de 1821, tropas advindas de Nazaré, Pau d’alho, Tracunhaém, Limoeiro, entre outras, entram na Vila de Goiana, onde eram aguardadas. Nesse mesmo dia, foi eleita uma Junta, que recebeu o título de **“Governo Constitucional Provisório da Província de Pernambuco”**, também conhecida como **Junta Governativa de Goiana**<sup>152</sup>, que visava a implantação de um governo constitucional e à saída, da Província, do governador Luís do Rego Barreto.<sup>153</sup> Com a criação da referida Junta de Goiana, e, antes mesmo de receber notícias oficiais da mesma (comunicações), o governador (presidente da Junta Constitucional Governativa), de imediato, convoca a Câmara do Recife e, em assembléia, faz a eleição de um novo governo, denominado de **Conselho Constitucional Governativo**<sup>154</sup> (30 de agosto de 1821). O episódio foi descrito por Felipe Mena Calado da Fonseca do seguinte modo:

---

<sup>151</sup> FONSECA, Felipe Mena Calado da. 1908, op. cit. p. 6-8; AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 80- 84; COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 128-129 e 143-145; BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 380; MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 68-69; DELGADO, Luiz. 1971, p. 7-8; LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 80-81.

<sup>152</sup> O Governo de Goiana ficou constituído das seguintes pessoas: Francisco de Paula Gomes dos Santos, Felipe Mena Calado da Fonseca, o capitão-mor Joaquim Martins da Cunha Souto Maior, padre Manuel Silvestre de Araújo, Manoel dos Reis Curado, Antônio Máximo de Souza, José Victorino de Borba Cavalcanti de Albuquerque e Bernardo Pereira do Carmo. Essa junta teve, como presidente, o goianense Francisco de Paula dos Santos e, como secretário, Felipe Mena Calado da Fonseca, ambos revolucionários de 1817 e ex-prisioneiros dos cárceres baianos.

<sup>153</sup> FONSECA, Felipe Mena Calado da. 1908, op. cit. p. 10-13; BARRETO, Luís do Rego. **Memória Justificativa...** 3. ed. 1991, p. 43.

<sup>154</sup> Foram, de imediato, abertas sessões e oficiado às câmaras da província, ver: Circular às câmaras desta Província [Pernambuco] participando a instalação do governo e o façam reconhecer. Recife, 31 de agosto de 1821. In: PERNAMBUCO, Conselho Estadual de Cultura. **Pernambuco no Movimento da Independência:**

No segundo dia depois de ter sido installado o governo officou-se ao general Luiz do Rego, participando-lhe todo o ocorrido, assim como convidando-o a reconhecer dito governo, e a embarcar-se para Portugal o mais breve possível. A todas as câmaras da província se communicou o mesmo acto.

O general Luiz do Rego tendo recebido noticia no dia antecedente ao da recepção do officio tratou immediatamente de convocar a câmara do Recife, e com os militares de sua escolha, (dos sobrevividos de Portugal e poucos mais individuos da cidade) amassou uma cousa a que deu o nome de conselho governativo da provincia.<sup>155</sup>

Sobre o mesmo episódio F. P. do Amaral relata:

... quando no dia 29 de agosto, por volta das 8 horas da noite viu-se entrar no Recife, vindo de Olinda, um cavaleiro a toda desfilada que se dirigia para o quartel general, onde se apeou.

Não eram passados trinta minutos, quando começaram a sair do mesmo quartel ordenanças de cavalaria para diversas partes, e com tanta precipitação, que mais pareciam voar do que correr.

Sobressaltados ficaram os poucos e moderados liberais que ainda restavam na vila, alguns dos quais, apesar de terem direta e indiretamente colaborado no Recife para o acontecimento de Goiana, não tinham ainda dele conhecimento pois ignoravam completamente a razão do movimento que notavam; o que só se fez público no dia imediato, pelo modo que vamos referir.

Às 10 horas da manhã saiu um bando da Câmara convocando o clero, nobreza e povo para se acharem no paço do conselho às 11 horas; e ao mesmo tempo com pequeno intervalo receberam os officiais de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linhas, ordem de Luiz do Rêgo, para assistirem fardados à reunião que ia haver na Câmara. E com efeito, apesar do pouco tempo que sempre se dava para tais reuniões, compareceram armados quase todos os officiais, muitos dos quais não puderam entrar, por não haver mais lugar, pois já estava cheia a não só deles, como de alguns paisanos.

[...]

Estavam muitos à espera, ansiosos mesmos, por saberem dos motivos dessa convocação, que para os liberais fora segredo, até a hora em que o Ouvidor abriu em presença de todos um officio de Luiz do Rêgo, em que dizia que tinha recebido de Goiana notícia de que nesta vila se achavam povos armados, os quais pediam a instalação de um governo provisório, e que nessas circunstâncias a Câmara houvesse de deliberar o que se devia fazer.

Nunca foi meu desejo sustentar as rédeas do governo contra a vontade do povo e ainda uma só representação não recebi sobre a necessidade de instaurar outro.

O povo desta capital, como já disse, tem-se explicado claramente sobre este objeto, mostrando querer o existente até a decisão das cortes. (...) Não posso porém deixar de dar a consideração devida ao fato acontecido hoje, e releva que a assembléia decida sobre a forma de governo, que julgar necessária nas presentes circunstâncias, para manter a paz na província, enquanto o soberano congresso das cortes não determina a forma de governo político, que deve reger o Brasil; ficando todos na intelligência, de que nada me pode ser mais grato do que a instalação de uma Junta de governo interino, para ver se por este modo, cessam os partidos, ou acabam os protestos, que se tomam para eles; o que receberei com a maior satisfação a notícia de que esta foi a resolução da Assembléia, da qual se deve fazer o respectivo termo.<sup>156</sup>

---

Correspondência Oficial do Governo da Província, entre agosto e outubro de 1821. (1973), p. 13-14. Para o officio de Luís do Rego, ver: AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 75, nota 39.

<sup>155</sup> FONSECA, Felipe Mena Calado da. 1908, op. cit. p. 13-14.

<sup>156</sup> AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 74-75.



Fica patente o comportamento de “ir atrás”, por parte do governador (agora presidente do Conselho Constitucional Governativo) Luís do Rego, isto é, a administração deste no Recife buscava agora se apresentar como a verdadeira e legítima representante do constitucionalismo de toda a província de Pernambuco, tal qual apresentava-se, também, a Junta Governativa de Goiana. Entretanto, a liderança de Luís do Rego era constantemente questionada em sua legitimidade, seja quando da criação da Junta Governativa de 31 de março<sup>157</sup>, seja na presidência do Conselho Constitucional Governativo de 30 de agosto de 1821, sobre a qual Denis Bernardes faz a seguinte análise:

O novo governo, mais uma mudança de nome e com uma composição ampliada em sentido colegiado, embora continuasse representando o partido português, sua principal base no Recife, teve contudo de proceder a algumas mudanças no seu relacionamento com a população. Denominado inicialmente de Conselho Constitucional Governativo, teve também outros nomes e sua composição sofreu também variações.<sup>158</sup>

Como vimos, no Recife, ao ser informado dos acontecimentos de Goiana, Luís do Rego apressa-se em fazer eleger um Conselho Governativo de Pernambuco que, posteriormente, formará a “Junta Constitucional Governativa da Província”, constituída por militares portugueses e poucas pessoas da cidade de sua confiança, presidida pelo próprio Luís do Rego. A proposta foi recusada pela Junta de Goiana, pois ela não representava os verdadeiros desejos dos Pernambucanos. Esta posição afirma-se quando da constante troca de ofícios entre ambos: Os ofícios de Goiana intimam Luís do Rego a desistir de qualquer autoridade, responsabilizando-o pelo que ocorrer se tal não fizer. Anuncia que a Junta de Goiana existe apenas para lhe declarar essa “resolução dos povos”, cessando de funcionar e de existir logo que se eleja outra por todas as Câmaras das vilas existentes. Os ofícios de Luís do Rego e do seu Conselho possuem um tom diverso e procuram ser conciliatórios: convidam os de Goiana a se incorporarem à Junta do Recife cujo presidente é o general “que não quis governar sozinho”. Na verdade, por trás das trocas de ofícios, existia a intenção de não cederem. Assim, após vários confrontos militares, as tropas de Goiana cercam o Recife. Encurralado e impossibilitado de reação, Luís do Rego sente-se derrotado e, moralmente, depõe as armas. E eis que, no dia 4 de outubro, batem à porta do quartel-general que é também sede do governo, em Beberibe, três homens que, em nome do último governador

<sup>157</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 382.

<sup>158</sup> Idem. Ibidem. p. 390, nota 72.

português de Pernambuco, vão tratar da paz. São eles: o tenente-coronel Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, futuro Visconde de Suassuna; um representante da Paraíba que para aqui viera à frente de uma comissão mediadora, João de Araújo Cruz; e um negociante, Gervásio Pires Ferreira, que reentra em cena para ficar marcando um período expressivo e importante de nossa história.<sup>159</sup>

A 5 de outubro de 1821, foi assinado um termo de capitulação, que tomou historicamente o nome de **Convenção de Beberibe**, dando, por fim, a Pernambuco a sua autonomia, com a expulsão do último governador português e com a eleição de uma **Junta Governativa Democrática e Independente**. Esta foi eleita no dia 26 de outubro e ficou assim constituída<sup>160</sup>: Gervásio Pires Ferreira (comerciante e ex-preso de 17)<sup>161</sup>, presidente; padre Laurentino Antônio Moreira de Carvalho (clero)<sup>162</sup>, secretário e os seguintes membros: o cônego Dr. Manuel Inácio de Carvalho (clero); tenente-coronel Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (militar e ex-preso de 17)<sup>163</sup>, Filipe Nery Ferreira (comerciante e ex-preso de 17)<sup>164</sup>, Joaquim José de Miranda (comerciante e senhor de engenho) e Bento José da Costa (comerciante português que fora sogro de Domingos José Martins). A eleição da junta, segundo Flávio Guerra, “foi o primeiro governo livre e democrático havido em Pernambuco exatamente dentro do espírito que de certo modo norteara a revolução de 1817.”<sup>165</sup>

<sup>159</sup> **Pernambuco no Movimento da Independência:** Correspondência Oficial do Governo da Província... 1973, *passim*; PERNAMBUCO, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco** (1821 – 1834). 1997, *passim*; FONSECA, Felipe Mena Calado da. 1908, op. cit. p. 13-29; AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 81-94. Ver também: LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 81-83; MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 154-165; MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 69; BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 386-397; COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 130-134; DELGADO, Luiz. 1971, p. 14-15; FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 135-148.

<sup>160</sup> Analisando a composição da Junta, assim se refere: ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos Nativistas em Pernambuco:** Setembrizada e Novembrada. 1971, p. 30: “A Junta era, assim, dominada pela ala mais moderada dos revolucionários de 1817. Era formada por aqueles que só haviam aderido àquela revolução quando ela estava vitoriosa e que ao verem que essa vitória era efêmera, passaram a tomar atitudes que lhes valessem o perdão do Rei. Entre eles salientava-se o presidente Gervásio Pires Ferreira que, vitorioso o movimento de 1817, fizera ao governo republicano grandes doações e fora escolhido para o Conselho Consultivo do mesmo, mas que nos últimos dias da revolta se colocou na cama, alegando doença, para se eximir de maiores culpas.”

<sup>161</sup> MELO, Antonio Joaquim. **Biografia de Gervásio Pires Ferreira**. 1973, 2 vols.; COSTA, F. A. Pereira da. **Dicionário Bibliográfico de Pernambucanos Célebres**. 1982, p. 405-410; MARTINS, Joaquim Dias. s/d. p. 177-179; BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos:** Revolução de 1817. (1954), vol. CVIII, p. 127 e seg.; COSTA PORTO, José da. **Os Tempos de Gervásio Pires**. 1978.

<sup>162</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1982, op. cit. p. 604-605.

<sup>163</sup> Idem. Ibidem. p. 129-134; MARTINS, Joaquim Dias. s/d. op. cit. p. 195-197; BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos:** Revolução de 1817. (1954), vol. CVI.

<sup>164</sup> Idem. Ibidem. p. 287-290; MARTINS, Joaquim Dias. s/d. p. 176-177.

<sup>165</sup> Para a citação ver: GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. 1979, p. 90. Para a construção do parágrafo, ver: COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, p. 133-134; AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 92-

Referindo-se a esses acontecimentos Francisco Pacífico do Amaral, em sua obra *Escavações...*, escreve:

Dois dias duraram as negociações, no final das quais se publicaram em Beberibe os artigos de paz ou para melhor dizer, o armistício que suspendeu a continuação das hostilidades; pois os goianenses, apesar do que haviam ajustado com Gervásio, Luiz Francisco, Dr. Paraizo e outros, e que fora aceito por Luiz do Rego, permaneceram com as armas até que aquele general, em quem não se podia confiar, desse as mais convincentes provas da boa fé e lisura de seu procedimento nesse negócio, o que nunca revelou em situação alguma; pelo que não era de esperar que ele mantivesse o que se tinha estipulado na convenção de Beberibe, em virtude da qual ficou limitada a sua jurisdição ao Recife e cidade de Olinda, sendo esta **in nomine**, por achar-se ocupada pelos goianenses; o que importava a sua completa desmoralização, por ter sido do dia para noite despojado da sua tão alta quanto extensa autoridade; ele que ainda na véspera de perdê-la, mandava prender, sem que houvessem praticado crimes, inúmeros indivíduos, como ele mesmo teve a fraqueza de confessar.<sup>166</sup>

Assim, o resultado dessas negociações foi o reconhecimento de dois governos sobre o território da Província, um com jurisdição sobre todo o interior (a Junta de Goiana) e outro com jurisdição só sobre Recife e Olinda (a Junta de Luís do Rego); este acordo deveria vigorar até a eleição de uma nova Junta de governo para a província, como estabelece o decreto das Cortes de 1.º de setembro de 1821 e a Carta Régia de 2 do mesmo mês.<sup>167</sup>

No mesmo dia em que foi eleita a nova Junta de Governo da Província, Luís do Rego, sua família e amigos, parte das tropas portuguesa e mais alguns comerciantes lusos da Vila do Recife embarcam para Lisboa, e segundo Glacyra Leite, “*Foram também para Portugal muitos europeus, oficiais da tropa de linha e o Juiz de Fora de Goiana.*”<sup>168</sup> A saída de Luís do Rego Barreto representa não só sua derrota, mas também, o fim do Antigo Regime em Pernambuco. O Constitucionalismo estava vitorioso, apesar das tensões e conflitos, das divisões e disputas políticas entre centralistas e autonomistas.

---

94 e nota 52; LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 82-83; BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 399 e nota 2; FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 148; BRANDÃO, Ulisses.. Vol. XXVI, nº 123 a 126, (1924), op. cit. p. 115; MELO, Antonio Joaquim. 1973, vol. 2, op. cit. p. 16-18 (sobre a eleição da junta, ver principalmente, esses dois últimos).

<sup>166</sup> AMARAL, Francisco Pacífico do. 1974, op. cit. p. 92 (para a citação) e, para a **Ata da sessão do Governo Constitucional Temporário da Província, ereto na Vila de Goiana**, fixada na povoação de Beberibe (Recife) do referido dia 5 de outubro de 1821, ver nota 52 na mesma página. Consultar também, o resumo do **Tratado celebrado entre este Governo, e o Conselho Governativo do Recife** e o ofício da Junta presidida por Luís do Rego Barreto enviando a Gervásio Pires Ferreira para negociar um acordo com a Junta de Goiana, de 3 out. 1821, In: **Pernambuco no Movimento da Independência: Correspondência Oficial do Governo da Província...** 1973, p. 144-146 e 69-70 respectivamente; além das **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco** (1821 – 1834). 1997, vol. I, op. cit. p. 33-35, sessões de 2, 3, 4 e 5 de outubro.

<sup>167</sup> Para o texto do decreto e da Carta Régia, ver: **Pernambuco no Movimento da Independência: Correspondência Oficial do Governo da Província...** 1973, p. 147-148 e 150-153.

<sup>168</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 84.

Algumas considerações sobre o que escrevemos até aqui e principalmente, sobre a nova junta de governo ou *Junta de Gervásio Pires Ferreira*, que, de certa forma, é um momento de síntese das circunstâncias políticas da província. São bastante esclarecedoras para as idéias liberais, pois nos informam de como essas sobreviveram mesmo apesar da forte repressão sofrida por seus representantes nos movimentos revolucionários e conspirações. Entretanto, os meios e segmentos sociais que permaneceram alimentando o ideário liberal foram vários, tanto alguns poucos elementos das elites escravistas e açucareiras (setor que inicialmente os defendera), como os novos e recentes grupos socioeconômicos ligados a outras atividades produtivas e comerciais, como, por exemplo, o algodão e o comércio de secos e molhados e até indivíduos do povo e do clero, além dos profissionais liberais. Esses grupos médios, como já foi dito, assumem as idéias liberais ou se identificam com elas. Tendo sido predominantes na revolução de 1817, estão presentes também agora, e assim, vamos encontrá-los como membros da nova junta.<sup>169</sup> Dos sete membros que a formavam, três participaram diretamente da revolução de 1817 e são homens de perfil claramente liberal e republicano, pelo menos se apresentaram assim quando estiveram no poder; também, dos sete membros referidos, quatro eram comerciantes, um era militar e dois eram clérigos, o que deixa patente a participação e liderança dos segmentos médios, além de seus membros representarem, aquele setor do comércio português já “nacionalizado” pela residência, pelo nascimento e pelos laços de família. Ainda sobre os componentes da junta, são importantes as considerações de Evaldo Cabral afirmando: “*quatro dos sete vogais eram homens de negócio, sem vínculos empregatícios com o Estado, verdadeira novidade em termos da Independência, via de regra conduzida, no Rio e nas províncias, por funcionários civis ou fardados.*”<sup>170</sup> A junta, pela sua composição, desagradava o Rio de Janeiro, que não a via com bons olhos, achando-a não confiável e republicana.<sup>171</sup> Essa desconfiança está presente na denominação dada à junta, como analisa o historiador Denis Bernardes:

<sup>169</sup> Confirma essa assertiva FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 168, “*O estado de rebeldia, quase permanente, na Colônia pode ser também entendido a partir dessas informações econômicas. Os grandes proprietários, em sua grande maioria entretanto, não serão os líderes mais importantes das grandes rebeliões. No rol dos réus, nas devassas, são encontrados, mas a sua participação não passa de um percentual menor comparativamente aos médios e pequenos proprietários, comerciantes e militares.*” Grifo nosso.

<sup>170</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 70.

<sup>171</sup> A mesma opinião encontramos no Recife: Idem. Ibidem. p. 74, “*Para a comunidade reinol do Recife, não havia dúvida de que, à sombra do constitucionalismo vintista, Gervásio tramava a Independência, para cujo fim esperara atrair a Bahia, aonde enviara um filho seu de emissário, ‘porém saíram-lhe os seus planos errados por se acharem lá baionetas da Europa’.*”

Os termos *democrata* e *independente*, dados pelos inimigos da Junta, visavam caracterizá-la como republicana, portanto inimiga da monarquia e como partidária da independência do Brasil, ou seja, antiportuguesa. Era uma maneira de dizer que a Junta representava a volta do projeto político de 1817. O termo *democrata* possuía, então, o sentido de radicalismo republicano, associado ao jacobinismo da Revolução Francesa. A questão está presente em todo o debate político do período e foi claramente posta por José Bonifácio em discurso na Constituinte, pouco antes de deixar o ministério. Neste discurso ele opõe republicanos aos monárquico-constitucionais que “não querem nem democracias nem despotismo”.<sup>172</sup>

O estado de ânimo político da província não se apaziguou com a saída de Luís do Rego e parte das tropas portuguesas, os comerciantes portugueses da província solicitam do novo governo que alguns corpos de linhas fiquem para garantir sua proteção (o que não aconteceu), pois o clima de disputas entre os grupos políticos locais permaneceu hostil. A composição da junta é um indicativo dessas tensões e disputas pelo controle do poder (administração), que é um permanente foco de possíveis conflitos. Sobre esse aspecto, a análise de Evaldo Cabral é bastante esclarecedora:

Malgrado a predominância eleitoral da mata açucareira, a junta de Gervásio era exclusivamente recifense, recrutando-se no comércio, no clero, na força armada e nas profissões liberais. Face ao dissídio entre a mata norte, constitucionalista, e a mata sul, que sustentara Luís do Rego, o colégio eleitoral marginaliza deliberadamente os grandes proprietários rurais. Embora se pretendesse que estes homens, quais outros Cincinatos, teriam preferido voltar desprendidamente ao amanho das suas terras, os cabeças do movimento sentiam-se frustrados, entre eles o Presidente da extinta junta goianista, Francisco de Paula Gomes dos Santos. Eles continuavam a exercer influência sobre a força que haviam reunido, inclusive o contingente do Recife que desertara para Goiana e fora depois aquartelado em Olinda. Gervásio tratou de reincorporá-lo, disseminando-o pelas antigas unidades, para terror da comunidade lusitana, persuadida de que ia materializar o “grande medo” colonial do massacre de portugueses e saque da praça. Muitos reinóis abastados, que pertenciam ao comércio português sem raízes na terra, refugiaram-se com suas famílias nas embarcações surtas no porto ou abandonaram Pernambuco, calculando-se em cerca de 1.400 o número dos que se retiraram ou para outras províncias ou para as ilhas do Atlântico, Lisboa, Porto e até a Inglaterra.<sup>173</sup>

Apesar desse clima de tensão, que durou todo o período da junta governada por Gervásio Pires, a partir deste momento, Pernambuco passou a delegar em causa própria, seja externa ou internamente, pois não aceitou nem ordens de Portugal (das Cortes), nem do Rio de Janeiro, expulsando não só os portugueses, como também os representantes de D. Pedro. Para sintetizar a complexa situação em que se encontrava a província naquele momento, com constantes conflitos entre população local e tropas portuguesas enviadas da Corte ou do Rio, citaremos mais uma vez Evaldo Cabral:

<sup>172</sup> BERNARDES, Denis. 2006, op. cit. p. 401.

<sup>173</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 70-71.

Gervásio providenciou o repatriamento do batalhão dos Algarves, antes mesmo de recebida a competente ordem das Cortes. Mas em dezembro, a chegada do comandante das armas, José Maria de Moura, com contingente enviado do Reino para substituir os algarvios, foi o sinal para o reinício das alterações. O brigadeiro empossou-se, mas o grosso da tropa ficou retido nos navios-transporte ao largo da costa paraibana, impedido de desembarcar pelas manifestações populares, que se tornaram incontroláveis quando Moura substituiu por oficial lusitano o comandante brasileiro da fortaleza que controlava o acesso ao porto (25.i.1822). Um Grande Conselho, convocado pela junta, opinou contra o desembarque, em nome da tranquilidade pública (3.i.1822). A tropa regressou a Portugal, dando lugar a grande euforia pública, luminárias e festejos, mas em março surgiu a divisão que as Cortes despacharam para o Rio, comandada por Francisco Maximiliano de Souza, a qual, em face da renovação dos tumultos, prosseguiu viagem após deixar em terra nova comandante das armas, José Correia de Melo, mas não os efetivos trazidos para Pernambuco.<sup>174</sup>

Estes não foram casos isolados, vários outros conflitos ocorreram, antes e depois, e a Junta de Governo decidiu, todas as vezes, pelo repatriamento das tropas lusas, como também, tomou medidas mais duras punindo os líderes dos distúrbios populares.<sup>175</sup> Entretanto, apesar de toda essa situação “*Em março de 1822, Pernambuco achava-se emancipado de fato...*”<sup>176</sup> e não de direito, das Cortes Portuguesas e, em certa medida, do Rio de Janeiro. Essa assertiva se percebe, também, nos escritos da viajante inglesa Maria Graham que assim se refere em seu diário: “*a junta estava extremamente ansiosa por saber se havia probabilidade de reconhecimento pela Inglaterra da independência do Brasil, ou se ela tomaria alguma participação na luta.*”<sup>177</sup> Ainda sobre esse desejo de independência dos pernambucanos ao qual se refere a viajante inglesa, ou melhor, de autonomia, que em sua forma mais radical queria ver a Província livre tanto das interferências das Cortes de Portugal como do Governo do Rio de Janeiro, a historiadora Glacyra Leite escreve:

Com a saída de José Correia de Melo e a passagem do Comando das Armas para a Junta do Governo de Pernambuco, por decisão do “Grande Conselho”, pode-se dizer que se encerrava, de fato, a dominação de Portugal sobre a Província de Pernambuco. Afastava-se, finalmente, o seu aparelho de força. As autoridades européias pouco a pouco iam também sendo obrigadas a retirar-se. No final de 1821 e início de 1822 saíram do Recife o Desembargador Antero José Maria e Silva e o ouvidor da Comarca. O Juiz de Fora de Goiana, o Ouvidor de Olinda e a “última autoridade européia, o Juiz de Fora do Recife João Manuel Teixeira que servia de Ouvidor, foi também preso e expulso”.

<sup>174</sup> Idem. Ibidem. p. 75.

<sup>175</sup> Para uma descrição mais detalhada destes casos ver: Idem. Ibidem. p. 72-76; LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 83-87; FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 153-156.

<sup>176</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 76.

<sup>177</sup> GRAHAM, Maria. **Diário de Uma viagem ao Brasil**. 1990, p. 150.

Várias tentativas das Cortes de Lisboa no sentido de acalmar os conflitos no Brasil mostraram-se inúteis. Foram criadas Comissões para o estudo da extinção de impostos chamados “gravosos ao povo”, e foi solicitado aos Deputados do Brasil e de Portugal que apresentassem propostas sobre o “método de administração das rendas na Nação em todas as Províncias do Reino do Brasil, e que indicassem as quantias e o modo por que elas deviam contribuir para as despesas e urgências do Estado”. Vê-se, pois, que o temor de perder a colônia tinha levado Portugal a fazer uma série de concessões. Os conflitos, entretanto, continuaram.<sup>178</sup>

É preciso deixar claro, o que se está tomando como *independência de fato*, não foi e nem poderia ser de *direito*. Isto para ser de *fato* e de *direito*, seria necessário romper relações com as duas estâncias administrativas (as Cortes de Lisboa e o príncipe regente no Rio de Janeiro) e assim radicalizar o processo em um movimento revolucionário, como foi o caso de 1817. Entretanto, a estratégia não foi a da guerra pura e simples, mas a delicada tentativa de se declara e manter-se aliada, sendo parte desse reino constitucional português, sem, no entanto, obedecer fielmente às determinações recebidas. Para tanto, procurava tirar vantagem da distância entre a Província e as referidas sedes administrativas, decidindo por conta própria o que era melhor para Pernambuco. Essa estratégia necessitava que nos ofícios, documentos e correspondências da Junta do Governo da Província com as Corte em Portugal e com o Rio de Janeiro, atendessem às exigências das formalidades da escrita jurídica, todavia, como já foi dito, internamente, o governa da província só executava as ordens de seu interesse e que estava em sintonia com o desejo da população. Assim, por exemplo:

Em 24 de dezembro de 1821 chegava de Portugal, nomeado pelas Cortes, o Governador das Armas, Brigadeiro José Maria de Moura. O seu desembarque, com alguns oficiais e 60 soldados, desencadeou sérios motins em Recife. (...) ... A população enviou uma representação à Junta de Governo da Província solicitando a devolução das forças a Portugal. Diante de tal situação, os membros da Junta decidiram “celebrar uma grande sessão extraordinária” com a presença do “Governador das Armas, dos Chefes de todos os corpos militares, Oficiais de patentes superiores (...), os Magistrados, Presidentes de Repartições Cíveis, Negociantes e mais conspícuos cidadãos, com os Reverendos Vigários das três freguesias desta Praça (...), para auxiliarem o Governo com livre parecer”. A sessão realizou-se a 30 de janeiro de 1822 e decidiu-se, não só impedir o desembarque do batalhão que se achava no porto, como exigir o retorno da parte do mesmo que já havia desembarcado com o Governador das Armas.<sup>179</sup>

O que é possível deduzir dos acontecimentos? Que a Junta Governativa agia habilidosamente — ainda que nem sempre conseguisse — na tentativa de atender aos diferentes interesses locais e externos, sejam os das Cortes em Lisboa ou da sede

<sup>178</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 87.

<sup>179</sup> Idem. Ibidem. p. 84-85 (para a citação); Para consultar documentos, ver: **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco** (1821 – 1834). 1997, op. cit. p. 75-80.

administrativa do Rio de Janeiro (isto quando não se chocassem com os interesses da província), no entanto, suas decisões eram em última estância para satisfazer os interesses de Pernambuco.<sup>180</sup> Esse comportamento de rebeldia e independência, tanto em relação a Lisboa ou ao Rio de Janeiro, é destacado pela historiadora Glacyra Leite a seguir:

A atuação da Junta de Governo de Pernambuco era no sentido de conseguir autonomia frente ao Governo de Lisboa mas, também, de não aderir completamente à direção do governo do Rio de Janeiro. Havia uma disposição contrária à progressiva centralização do poder no Rio e nas mãos de D. Pedro.<sup>181</sup>

Essa política da Junta ou de seu Presidente resultou do objetivo prioritário de assegurar a autonomia pernambucana frente a Lisboa e frente ao Rio de Janeiro. Como avalia o também historiador, o inglês Brian Vale:

Subjacente à política de Pires Ferreira e de seus partidários, fermentava a velha aspiração de autonomia dos pernambucanos. Eram eles hostis ao domínio português mas percebiam que a política das Cortes em favor da descentralização administrativa do Brasil era favorável a seus interesses separatistas. Analogamente, embora dessem apoio ao movimento que visava assegurar a independência do Brasil, não alimentavam o menor desejo de ver sua província dominada por um governo monárquico no Rio de Janeiro. Desse modo, a serviço dos interesses de Pernambuco, a junta seguiu um delicado rumo entre duas alternativas. Mas seu raciocínio era demasiado sutil para ser entendido pelas massas. Aos olhos do povo, Pires Ferreira parecia vacilar, cheio de indecisões, entre o antigo regime monárquico português e o novo movimento de independência brasileira. Assim começou a desgastar-se o apoio de massas com que poderia contar.<sup>182</sup>

Sintetiza bem essa situação as palavras da já mencionada viajante inglesa Maria Graham quando, ao deixar Pernambuco, escreve em seu diário:

Deixamos Pernambuco com a firme convicção de que pelo menos esta parte do Brasil nunca mais se submeterá ao jugo de Portugal. Se a firmeza de comportamento de Luís do Rego falhou em manter a capitania em obediência, será inútil a outros governadores tentá-lo, especialmente enquanto o estado da metrópole for tal que não possa lutar com as colônias, nem por elas, e enquanto as considerar simplesmente como regiões tributáveis de seus territórios, obrigados a sustentá-la em sua fraqueza.<sup>183</sup>

<sup>180</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcanti e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998 p. 11, 12-13.

<sup>181</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 87.

<sup>182</sup> VALE, Brian. “A ação da marinha nas guerras da Independência”, In: MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 80-81.

<sup>183</sup> GRAHAM, Maria. 1990, op. cit. p. 163.



Diante de situações tão delicadas e de problemas que exigiam soluções rápidas, a Junta nem sempre podia responder por todas as decisões. Por isso, vai ser criado o grande Conselho, espécie de assembléia constitucional representativa e democrática, que admite uma maior e mais heterogênea participação na administração pública — aqui mais uma vez fica explícita as características liberais da Junta Governativa. A criação desse mecanismo jurídico-político era para fundamentar melhor as decisões a serem tomadas, convocando o Grande Conselho nos momentos mais difíceis para dividir com a Junta as responsabilidades. Ele era formado pelos representantes dos vários segmentos da sociedade: senhores proprietários, comerciantes, padres, deputados, desembargadores, juizes, engenheiros, inspetores e militares, cuja gradação ia desde capitão-mor, major graduado, tenentes-coronéis a sargentos-mores. Esse instrumento institucional vai ser importante para a reorganização militar da Província e na relação da Junta com a tentativa de recolonização das Cortes de Lisboa, como também, no confronto com as ações centralizadoras e absolutistas do Rio de Janeiro.<sup>184</sup> A esse respeito, a historiadora Socorro Ferraz apresenta a seguinte análise:

As relações de Gervásio Pires com o governo do Rio de Janeiro foram, desde o começo, tensas. Em seu discurso de posse na presidência da Junta já se referia ele às rivalidades existentes no país que levam a uma divisão entre irmãos. É na afirmativa de que não existe intenções de independência que Gervásio se coloca diante das autoridades portuguesas e das do Rio de Janeiro; mas é na convocação do Conselho da Província, que decide pelo desembargue de tropas portuguesas, que ele se denuncia. A situação é difícil e ele já havia previsto em seu discurso de posse. As acusações de independência são alusivas mais à posição da província em relação ao Rio de Janeiro do que em relação à Lisboa. Observa-se, pelas proclamações feitas, seja pela Junta ou por Gervásio que o jogo do equilíbrio entre os dois pontos fora sempre perigoso para Pernambuco.<sup>185</sup>

Assim, podemos considerar que Pernambuco, durante a primeira metade do século XIX, foi um centro de contestação do poder da metrópole, primeiro Lisboa, depois Rio de Janeiro. A Insurreição Pernambucana de 1821 foi um movimento de independência (no sentido aqui referido), que sobre o pretexto de expulsar o governador da Província Luís do Rego Barreto e de reformular o sistema político, pôs em prática uma verdadeira democracia e uma independência de fato, isto se confirma quando o governo dos pernambucanos (revolucionários) expulsa os portugueses e não permite a entrada de novos representantes

<sup>184</sup> FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 157.

<sup>185</sup> Idem. Ibidem. p. 157-158 (para a citação) e, p. 148-153 (reprodução do discurso de posse de Gervásio Pires); Para a consulta do referido documento, ver também: **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco** (1821 – 1834). 1997, op. cit. p. 40-41, “*Ata da Sessão 1ª de 27 de outubro de 1821, da Junta Provisória de Pernambuco.*” Para consultar as Proclamações à população, ver: MELO, Antonio Joaquim. 1973, op. cit. p. 71, 72, 101 respectivamente Proclamação em 18.09.1822, em 01.11.1821 e em 11.01.1822.

vindos de Lisboa, como também passam a delegar em causa própria, não aceitando mais as ordens vindas de Portugal, nem de D. Pedro no Rio de Janeiro. Estava assim definitivamente confirmada a independência (autonomia) dos pernambucanos.

O período iniciado com a saída de Luís do Rego Barreto de Pernambuco, como estamos vendo, foi marcado por intensas disputas políticas entre grupos locais, que se digladiavam em lutas pelo controle do poder. Ainda não eram partidos políticos formalmente constituídos como conhecemos hoje, mas sim, facção, grupos, setores, tendências, correntes e posições políticas as mais variadas: uns defendiam a união com Portugal, outros, a separação e a união com D. Pedro, um terceiro condicionavam a união com o Rio de Janeiro à existência da autonomia e, outros ainda, desejavam a república etc. Seus membros eram também, dos mais variados segmentos sociais, sem, contudo, constituírem representações exclusivas de suas origens sociais, isto significando que as idéias ou ideário político que defendiam, não eram de classe (pelo menos, não exclusivamente da classe de que faziam parte), e os defendiam por afinidades e/ou interesses práticos, pois, como já nos referimos, controlar o poder central de uma província representava conseguir benefícios múltiplos como investimentos públicos, financiamentos das exportações, tráfico de influências entre outros.<sup>186</sup> Eram grupos como os “*pés de chumbo*”, sempre opostos à chamada “causa do Brasil”; os “*liberais radicais*” defendem a república; os “*liberais moderados*” aceitam uma monarquia constitucional e os *negros* queriam haitianizar a América portuguesa. Essas separações não são rígidas, pois os membros de um grupo ou facção podiam mudar de posição e passar para outra, assim, por exemplo, indivíduos que, em Pernambuco, em 1817, eram vistos como liberais radicais e republicanos, em 1824, apoiava a facção oposta tornando-se anti-republicano e absolutista, aliando-se a D. Pedro I. Esse cenário que começou a se formar antes da independência mudará bastante com esta; deste modo, e de forma bastante generalizada e simplificada, podemos organizar e agrupar ou classificar em três correntes políticas, pelo menos didaticamente.

Uma, formando o “*Partido Português*”, constituído por comerciantes que queriam restabelecer o monopólio comercial, parte dos burocratas e militares contrários à independência e que apoiavam a política das Cortes de recolonizar o Brasil (O nome português não se refere à nacionalidade dos correligionários, pois havia muitos que, nascidos no Brasil, defendiam essa posição, enquanto muitos portugueses defendiam a independência).

---

<sup>186</sup> Ver, nota 8, supra.

Outra, chamado “*Partido Brasileiro*”, era formada por setores dominantes da sociedade brasileira, como os grandes proprietários rurais, comerciantes portugueses, brasileiros e estrangeiros, favorecidos pelo livre comércio, e altos funcionários do governo. Embora resistissem à política de recolonização das Cortes, a princípio não eram favoráveis à independência, pois queriam manter o Brasil como uma monarquia associada à monarquia portuguesa. Mas, percebendo que sua proposta política era inviável, passaram a apoiar a independência com D. Pedro no poder.

Uma terceira corrente política formava o chamado “*Partido Liberal Radical*”, era composto, em sua maioria, de setores das “classes médias” urbanas da época (jornalistas, médicos, padres, funcionários públicos dos baixos escalões, professores etc.). Nesse grupo, muitos eram militantes da Maçonaria e defendiam, além do rompimento com Portugal, a implantação de uma república democrática. No entanto, parte de seus membros passaram a aceitar a monarquia constitucional com D. Pedro no poder, depois do Dia do Fico.

Em Pernambuco, considerando as circunstâncias e a herança da experiência política de 1817, podemos, como faz o historiador Marcus Carvalho, observar a paulatina cristalização de duas tendências principais entre os grupos locais:

Uma delas, melhor articulada com o projeto urdido no Rio de Janeiro, era favorável à união das províncias sob a liderança do príncipe regente. Chamaremos essa tendência de centralista, termo emprestado da historiografia sobre o liberalismo na América Latina muito apropriado quando se olha a construção do Estado nacional de fora do eixo das províncias do sudeste que viriam a deter a hegemonia política a partir do primeiro reinado. Essa tendência congregava muita gente da antiga aristocracia açucareira, e viria a ser liderada pelo Morgado do Cabo, sucedido pelos irmãos Cavalcanti.

O grupo centralista, favorável à união das províncias em torno do projeto de José Bonifácio, juntava uma boa parte da aristocracia agrária mais antiga e muitos dos comerciantes de grosso trato bem estabelecidos. Sob o ponto de vista econômico e político, iriam se aliar à corte no Rio de Janeiro justamente por terem se beneficiado do sistema vigente direta ou indiretamente, afinal de contas o sistema colonial não teria durado tanto sem a ajuda de uma oligarquia local, que ganhava dinheiro, poder e *status* com o regime. Essa elite pagava um preço pelos limites impostos à expansão de seus negócios de exportação. Mas, em troca, ganhava a garantia da permanência das estruturas de poder da qual fazia parte, mesmo como parceiros secundários. Isso incluía todo um conjunto de prerrogativas que, na prática, se traduziam no apoio real ao domínio exercido localmente. Inclusive culturalmente sentia-se mais como portugueses do Brasil do que com alguma identidade própria, diferenciada, brasileira propriamente dita. [...]

Uma vez mantido o poder no Rio, fosse ou não feita a independência de Portugal, acreditavam, em primeiro lugar, que nada seria mexido. Caso o Brasil adquirisse sua soberania, continuariam ganhando o livre acesso ao comércio externo — que aliás já tinham em 1821-22. Em segundo lugar, ganhariam finalmente o pleno controle das rendas derivadas dos impostos arrecadados.<sup>187</sup>

<sup>187</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998, op. cit. p. 6-7.

E continua o historiador Marcus Carvalho:

A outra tendência era federalista: tanto fazia a sede do reino ser no Rio como em Lisboa — ou até nos dois lugares — desde que fosse mantida a autonomia provincial, conquistada com a Revolução do Porto. Essa segunda tendência era liderada por Gervásio Pires, que assumiu o governo provincial em outubro de 1821. As bases sociais dos federalistas eram mais amplas, pois nessa legenda incluíam-se tanto liberais moderados — como Gervásio Pires — como radicais — Frei Caneca por exemplo.

O federalismo era uma proposta interessante para os homens de riqueza recente, ou mesmo antiga, mas que estivessem relegados na partilha do poder local, excluídos assim dos lugares de Capitães-Mores nas comarcas, e outras tantas honrarias da aristocracia mais antiga. Havia, portanto, proprietários rurais nesse grupo que concorriam com seus adversários pelas posições nas milícias e representação nas Câmaras. Esses postos eram disputados através de amigos influentes, e também com propinas, grito, tapa, e bala. Os cargos militares e civis tinham relevância prática. As Câmaras influíam na administração das vilas e cidades. Suas decisões afetavam a vida de todos. Para qualquer governador régio era muito mais fácil governar com elas, como deixou claro a experiência pernambucana que resultou na Guerra dos Mascates. Já os postos nas milícias, e depois dos anos trinta, na guarda nacional e justiça de paz, garantiam o controle sobre a população masculina livre. [...]

A liderança desse grupo, do qual fazia parte muita gente endinheirada, desconfiava da proposta do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que pretendia manter o poder local. Poder este que havia sido conquistado a partir da eleição da Junta presidida por Gervásio Pires.

Muitos eram também maçons. O que não surpreende, afinal de contas, entre eles havia tanto centralistas quanto federalistas.

Essa oposição à união com o Rio, portanto, não era apenas fruto de idéias abstratas. O constitucionalismo federalista tornou-se uma questão objetiva, amadurecida no próprio desenrolar dos acontecimentos. A Junta de Gervásio Pires estava efetivamente governando a província independente do Rio e de Portugal. Por que mexer na situação? O constitucionalismo federalista — a fonte desse poder e autonomia — era o cerne da questão. Agora se a sede do reino seria em Lisboa ou Rio, era uma questão secundária.

A origem do federalismo moderado em Pernambuco também remonta a 1817.<sup>188</sup>

A evolução desses conflitos e suas permanentes tensões não se resolverá antes da Confederação do Equador em 1824, os grupos e facções em disputas continuaram lutando entre si pelo controle da Junta de Governo e se alternando no poder da província. Não detalharemos todo o processo, mas, como estamos fazendo, destacaremos ainda alguns aspectos que explicitam as questões liberais dos movimentos e/ou seus líderes.

Foi nestas circunstâncias que a Junta de Gervásio Pires teve de enfrentar uma nova situação; o príncipe Regente declara o “Fico” no dia 09 de janeiro de 1822 e forma o ministério de José Bonifácio de Andrade, este sai fortalecido. A Junta de Governo se vê forçada a mandar votos de louvor a Pedro, por outro lado, escrevia também a Portugal, garantindo sua fidelidade às Cortes. Na verdade, era uma tentativa de ganhar tempo,

---

<sup>188</sup> Idem. Ibidem. p. 6 e 10.

esperando a evolução dos acontecimentos, antes de comprometer-se. Esse jogo da Junta liderada por Gervásio, era muito arriscado, Ela na medida em que buscava autonomia tanto do Rio quanto de Lisboa, alienava o apoio de ambos os centros de poder e tornava-se mais vulnerável. Gervásio Pires não queria se unir ao projeto de José Bonifácio e fez o que pôde para evitar a adesão. Este enviou agentes — Moraes Mayer e Vasconcelos Drummond - para a província com o propósito de organizar a oposição e tramar contra a Junta de Governo estabelecida.<sup>189</sup>

Entre os desdobramentos dos acontecimentos, o Príncipe Regente decreta, em 16 de fevereiro de 1822, a criação e convocação do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias, atendendo assim, aos desejos dos mineiros, paulistas e fluminenses, províncias que apoiavam o projeto centralizador e de unidade “nacional” de José Bonifácio. Segundo a historiadora Socorro Ferraz, “*a este Conselho serão atribuídas as funções de examinar projetos de reforma na administração em geral e proposição de medidas e planos para o desenvolvimento do país*”.<sup>190</sup> O Conselho de Procuradores Gerais das Províncias era uma forma de reação do Príncipe Regente às medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa, como analisa a já citada historiadora: “*A criação desse Conselho pela Regência era uma resposta às Cortes pela formação das Juntas provinciais e de certo modo, seria uma forma de se anular ou obstaculizar toda e qualquer iniciativa proposta pelas Juntas*”.<sup>191</sup> A posição da Junta e de Gervásio Pires foi a de considerar ilegal a criação do Conselho, pois tal decisão só caberia ao poder constituinte em Lisboa. Para os pernambucanos, essa proposta pareceu um caminhar em direção à centralização administrativa e ao controle do sistema constitucional. Nessas circunstâncias, toma-se conhecimento, no Recife, do *parecer de 18 de março de 1822 da comissão das Cortes para os negócios do Brasil*, que propunha a subordinação da força armada e da administração fazendária aos governos locais, previa que as relações entre Portugal e o Brasil seriam objeto de artigos adicionais à Constituição, que reconheciam às províncias a gestão de seus próprios orçamentos, desde que garantido o princípio da unidade da monarquia luso-brasileira. Completava-se a proposta, concedendo ao Brasil “um ou dois centros de delegação do poder executivo”, para superar a lentidão das comunicações com o Reino, criadas pela distância, ficando a província vinculada a uma ou outro. Pernambuco demoraria ainda algum tempo para organizar e realizar as eleições, isto é, ao receber ordens

<sup>189</sup> Idem. Ibidem. p. 12-13; MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 76.

<sup>190</sup> FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 158-159.

<sup>191</sup> Idem. Ibidem. p. 159.

vindas do Príncipe Regente e julgadas ilegais ou contrárias às Cortes ou ao interesses da Província, Gervásio Pires Ferreira não negava a execução das mesmas, protelava-as o mais possível e, quando se encontrava em situação difícil, levava a discussão para o seu aspecto legal ou constitucional, o qual tinha grande domínio.<sup>192</sup>

Como já nos referimos, a política de Gervásio Pires era a de aguardar o desenrolar dos acontecimentos, enquanto ia gerindo a província com autonomia, entretanto, José Bonifácio de Andrade e Silva enviou para Pernambuco alguns emissários com o propósito de aliciar e agregar os indivíduos simpáticos à causa de D. Pedro. Esses indivíduos, o senhor Menezes, que foi coadjuvado por dois outros emissários, Manuel Pedro de Moraes Mayer e Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda, futuro Barão de Pirapama, ambos naturais de Pernambuco e cuja atuação será recompensada com a concessão da Ordem do Cruzeiro. Ao chegarem à província, não procuraram a Junta, mas sim, os opositores à política de Gervásio, a facção unitária de base urbana<sup>193</sup>, e assim agiram:

Abstendo-se de contactos com a junta, os enviados procuraram isolá-la, dizendo a cada interlocutor o que ele queria ouvir. Aos senhores de engenho, asseguravam que o Regente faria respeitar a propriedade rural caso atacada pela gente de cor; aos nostálgicos do Antigo Regime, que ele restabeleceria a sociedade de ordens abolida pelas Cortes; aos nativistas, que os portugueses seriam escoraçados do país; aos republicanos, que, firmada a Independência, o Príncipe seria descartado; aos timoratos, que Sua Alteza permaneceria obediente a D. João VI, só ambicionando a Regência; e aos oficiais goianistas, que D. Pedro confirmaria suas patentes.<sup>194</sup>

Com o grupo unitarista bem organizado em Pernambuco, aumentava a pressão para que o governo aderisse às propostas vindas do Rio de Janeiro. A forma de ação desses agentes do governo do Rio foi utilizar a pressão das forças favoráveis à Independência do Brasil para propagar a necessidade de união em torno de D. Pedro. Assim, no dia 1º de junho de 1822, um grupo de pessoas entra na sala de reunião do governo provincial exigindo o direito de petição. Com elas, alguns oficiais de primeira linha, acompanhados de “moços de casaca” e até gente “descalça”, escreveu o secretário na ata do dia. Todos eram liderados por Moraes Mayer e Vasconcelos Drummond, impondo o juramento de fidelidade a Pedro e obediência às Cortes naquilo que não fosse de encontro à vontade do Príncipe Regente. O documento

<sup>192</sup> Para este último aspecto, (parecer 18 de mar.) ver: MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 84-85; para a construção de todo o parágrafo, ver: FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 158-159; MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 83-86; LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 87-88; CARVALHO, Marcus J. M. de. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998, op. cit. p. 13.

<sup>193</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 86.

<sup>194</sup> Idem. Ibidem. p. 89-90.

assinado selava os destinos de Pernambuco ao reconhecimento deste último como chefe do executivo do Brasil, como também, selava o destino político de Gervásio Pires Ferreira, conforme observou Frei Caneca um ano e meio depois, quando comentou o episódio. Tornara-se *persona non grata* tanto dos seguidores de Bonifácio quanto da Corte.<sup>195</sup>

A tensão na província aumenta. Gervásio Pires, percebendo a ilegalidade do “reconhecimento à aclamação do Príncipe Regente como chefe do executivo”, resolve, no dia 2 de junho de 1822, anular o acerto da véspera, alegando contradição de proclamar D. Pedro independente do executivo de Portugal, mas em tudo o mais sujeito às Cortes Extraordinárias e Constituintes do Reino, com adesão ao Senhor D. João VI, rei constitucional do Reino. Em seguida, oficia ao Rio de Janeiro (17.9.1822) fazendo algumas advertências sobre a maneira pela qual o Príncipe Regente vinha conduzindo os negócios do Brasil. Essa ousadia crítica, da Junta de Pernambuco, vai ser vista como ofensiva, e, em resposta, a Corte, apóia de forma não declarada (estratégia), aos adeptos do unitarismo na província, estimulando distúrbios no Recife. Estes tiveram êxito na empresa de excitar a população à causa da independência, pois a idéia de desligamento de Portugal encontrava acolhida junto aos diferentes setores sociais pernambucanos. Além de que, na medida em que se cristalizava a paulatina polarização entre o Rio de Janeiro e as Cortes em Lisboa, os adversários da Junta passaram a acusá-la de favorecer o partido português devido à sua relutância em aderir ao que chamavam na província de “causa do Rio de Janeiro”. A administração da Junta, por sua vez, não agradava aos liberais radicais, que desejavam a independência o mais rápido possível, não concordando com a moderação e ambigüidade de Gervásio Pires. A onda de distúrbios prosseguiu durante todo o mês de agosto até que, em 17 de setembro de 1822, a demissão da Junta de Governo liderada por Gervásio Pires se tornou inevitável e se efetivou. Essa ocorreu sob forte pressão, quando o Capitão de Artilharia Pedro da Silva Pedroso, incentivado pelos emissários do Rio de Janeiro, assumiu a liderança dos chamados “grupos de sediciosos”. Neste dia, formou-se

---

<sup>195</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 88; MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 90; FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 170; CARVALHO, Marcus J. M. de. In: **Revista Brasileira História**. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998, op. cit. p. 13; RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra-Revolução: As Forças Armadas**. 1975, vol. 03, p. 175-179. Para consultar os documentos ver: MELO, Antonio Joaquim. 1973, op. cit. p. 25 e 78-95; COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 240; BRANDÃO, Ulisses.. Vol. XXVI, nº 123 a 126, (1924), op. cit. p. 137-138 e 157-158; ARQUIVO NACIONAL. **As Câmaras Municipais e a Independência**. 2 v. 1973, p. 109-111; **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco** (1821 – 1834). 1997, op. cit. p. 103-107, “Ata da Sessão de 1 de junho de 1822, da Junta Provisória de Pernambuco.”; CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Typhis Pernambucano** (Recife), 01/01/1824. In: as várias obras do autor indicadas na bibliografia.

uma nova Junta de Governo, que, sem sombra de dúvida, seguia a “causa do Rio de Janeiro”, como era comum se afirma na época.<sup>196</sup>

Ainda uma última consideração, o liberalismo de Gervásio Pires Ferreira não era radical como de um Frei Caneca ou Domingos Martins, era de forte convicção, mas pautava-se na defesa de um Estado Constitucional, não obrigatoriamente republicano, era um liberalismo de caráter moderado e federalista que garantisse a autonomia das províncias. A historiadora Socorro Ferraz analisa o período de sua administração nos seguintes termos:

Nas proclamações que fez durante o período em que foi presidente da Junta e nas recomendações a S. A. R. ou nas demonstrações financeiro-econômicas, demonstrou ser um burocrata entendido no seu ofício — o de gerir a Província, com idéias progressistas, defendendo, talvez, um liberalismo utilitário.

Ao presidir a Junta num momento em que as províncias estavam desestruturadas, isto é, desligadas dos centros políticos de poder, praticamente governou Pernambuco independente, tanto do Rio de Janeiro como de Lisboa. [...]

Apoio político dos seus antigos companheiros de 1817 não faltou. Todos estes acontecimentos, 1817, 1821, 1822 e 1824 parecem ter um só liame, uma trilha liberal, às vezes mais acentuada para o caminho republicano, outras vezes para o respeito à legalidade monárquica.<sup>197</sup>

O historiador Evaldo Cabral de Mello, analisando a postura política de Gervásio Pires em determinado momento (na proclamação de 22 de junho de 1822), faz as seguintes considerações:

O manifesto também formulava a concepção gervasista de Império luso-brasileiro, indispensável à segurança de suas partes, e associada, de um lado, à união das províncias brasileiras, penhor de preservação dos seus direitos, cujo corolário seria o estabelecimento de poder executivo na ex-colônia; e, de outro, a um sistema de autogoverno pelo qual cada província arcaria com suas próprias despesas, concorrendo apenas para o orçamento brasileiro e imperial consoante o que Gervásio descrevia como “um rateio de avaria grossa mercantil”. As relações comerciais entre os dois Reinos e entre as províncias deveriam fundar-se na reciprocidade mais estreita; e, em matéria fiscal, só subsistiriam tributos equitativos, cuja receita não deveria ultrapassar o mínimo requerido pelo custeio da administração. Gervásio pensava igualmente em impostos interprovinciais.<sup>198</sup>

<sup>196</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 91; LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 88-89; CARVALHO, Marcus J. M. de. In: **Revista Brasileira História**. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998, op. cit. p. 13-14; para consultar os documentos: MELO, Antonio Joaquim. 1973, op. cit. p. 78-104, 151-153; Ofício da Junta Provisória de Pernambuco ao Príncipe Regente de 17 de junho de 1822. In: BRANDÃO, Ulisses. Vol. XXVI, nº 123 a 126, (1924), op. cit. p. 130-135, 140-141; COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 329.

<sup>197</sup> FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 174-176; para a análise da administração econômico-financeira da província no período de Gervásio Pires ver: Idem. Ibidem. p. 164-170.

<sup>198</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 94 (para a citação); para uma avaliação crítica de Gervásio Pires ver: Idem. Ibidem. p. 79-80; MELO, Antonio Joaquim. 1973, op. cit. 2 vols.



#### 4.4 NOVAMENTE UMA REPÚBLICA LIBERAL: A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR DE 1824

A nova Junta, “governo dos matutos”, era, em vários aspectos, oposta à de Gervásio Pires; só tinha conseguido o poder por causa do apoio militar (foram feitas, aproximadamente, 90 promoções na milícia e exército, enquanto a anterior fizera apenas 04),<sup>199</sup> era formada apenas de senhores de engenho e pessoas ligadas aos grandes proprietários e de orientação política conservadora que viam na monarquia uma boa solução política; já a de Gervásio fora exclusivamente recifense, formada principalmente por comerciantes, predominantemente urbana e de orientação política progressista; a primeira era de composição rural e foi organizada para ser da confiança do Ministério dos Andrades, e poderia, assim, cooperar melhor com o governo do Rio de Janeiro. Para esta, foram eleitos, pelo Colégio Eleitoral da Província, na Catedral de Olinda, em 23 de setembro de 1822, os seguintes membros: Afonso de Albuquerque Maranhão (presidente), José Mariano de Albuquerque Cavalcanti (secretário), como vogais: Capitão-Mor e Morgado do Cabo Francisco Paes Barreto de Melo (posteriormente nomeado Presidente da Província pelo Imperador), Dr. Francisco de Paula Gomes dos Santos, Tenente-Coronel Manuel Ignácio Ribeiro de Melo, Capitão Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e João Nepomuceno Carneiro da Cunha (os dois últimos renunciaram antes mesmo de tomarem posse), e para o cargo de Governador das Armas, o truculento Capitão Pedro da Silva Pedroso (sendo logo depois promovido a Sargento-Mor e em seguida, a Tenente-Coronel).<sup>200</sup>

O período que se seguiu, com a formação da nova Junta de Governo da Província, foi marcado por disputas políticas entre os grupos rivais, ausência de autoridade, absoluto desgoverno na província, constantes arbitrariedades do Governador das Armas Pedro Pedroso<sup>201</sup> e uma incapacidade da Junta de impor o mínimo de ordem na província. Assim, a Junta presidida por Afonso de Albuquerque Maranhão, governou de 18 de setembro de 1822 a 15 de setembro de 1823 e a Junta presidida por Francisco Paes Barreto de Melo governou

<sup>199</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998, op. cit. p. 15-16.

<sup>200</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 319-321; FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 181; LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 89-90; MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 113; CARVALHO, Marcus J. M. de. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998, op. cit. p. 15-16; ANDREDE, Manoel Correia de. 1971, op. cit. p. 34-35; COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 319-321.

<sup>201</sup> Conhecido como: Os motins de Fevereiro de 1823. Estudado por: CARVALHO, Alfredo de. **Estudos Pernambucanos**. 1978, p. 259-335.

desta data até 13 de dezembro de 1823<sup>202</sup>, quando novamente os federalistas retomam o poder (governo da província).

Uma consideração, ainda, sobre os conflitos entre grupos rivais. Esses não eram antagônicos ou pelo menos não obrigatoriamente, sendo mesmos considerados liberais, ou melhor, de diferentes correntes liberais. Assim ao assumir a administração da Província, Gervásio Pires fazia reacender antigas disputas políticas locais, como bem analisa a historiadora Socorro Ferraz:

Ter o governo de Gervásio Pires uma conotação liberal republicana, e o comércio maior relevo que a agricultura, principalmente e a do açúcar, reabilitou, reacendeu um antiga disputa entre parte dos senhores de engenho da região norte e parte da região sul da província, na disputa do poder, usando a bandeira do liberalismo. Todos os ingredientes para o golpe contra Gervásio estavam articulados, incluindo o apoio político do Rio de Janeiro, e o das tropas que lhe eram fiéis, comandadas por José de Barros Falcão de Lacerda [...].<sup>203</sup>

Mais adiante, analisando a composição da nova Junta conhecida como Governo dos Matutos, a referida historiadora comenta:

Este governo é representativo do poder dos proprietários rurais e por esta razão é chamado de Governo dos Matutos. Antepondo-se ao Governo anterior [o de Gervásio Pires] dos comerciantes, é formado por dois grupos rivais: um, liderado por Paes Barreto, representando a elite mais importante e tradicional da zona sul da província e outro por Paula Gomes, representando uma elite secundária, cuja base também se sustentava no açúcar, localizado ao norte, conforme já nos referimos.<sup>204</sup>

O que possibilitou o retorno dos federalistas ao governo da província, entre outros, foram as constantes arbitrariedades do Governador das Armas Pedro da Silva Pedroso; a incapacidade da Junta Governativa de por ordens e tranquilizar a Província; a criação, por D. Pedro I, em 20 de outubro de 1823 dos Conselhos de Governo Províncias, para substituir as Juntas e o fechamento da Assembléia Constituinte em 12 de novembro do mesmo ano,

<sup>202</sup> A Junta presidida por Paes Barreto (neste momento de sua vida, já abdicara de suas crenças republicanas e seu liberalismo limitava-se à independência da Pátria) era formada pelos seguintes membros: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro visconde de Suassuna é filho do homônimo, coronel Suassuna); Manoel Ignácio Bezerra de Melo (secretário); Pe. Bernardo Luís Ferreira; o Desembargador Antonio José Osório de Pina Leitão; Manoel de Carvalho Paes de Andrade; Cipriano José Barata de Almeida; Joaquim Pires Ferreira; Euzébio de Queiros Coutinho da Silva; Dr. José de Carvalho; Adriano José Leal; Thomas Antonio Maciel Monteiro; Francisco Xavier Pereira de Brito; João Pires Ferreira; Bento José da Costa; Amaro de Barros Correa Junior.

<sup>203</sup> FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 178.

<sup>204</sup> Idem. Ibidem. p. 181. Na nota de rodapé n. 49, na mesma página, a autora esclarece: “Este grupo do norte, em sua maioria era constituído de médios e novos proprietários. Por certo, sua produção açucareira era de menor porte, estando mais ligados à produção d aguardente. É também nessa região que se estabeleceu plantações de algodão.”

ficando explícito o absolutismo do imperador. Esses novos eventos precipitaram o fim do chamado “governo dos matutos” e fizeram ou contribuíram para (re)nascer na Província o discurso liberal radical e (re)erguer a bandeira do constitucionalismo, recebendo, assim, apoio da maior parte das tropas, dos padres (ou parte deles) que tinham em Frei Caneca um defensor ardoroso e divulgador do constitucionalismo, falando de suas vantagens em seus cultos e nos púlpitos das igrejas. Esse discurso chagava à população do Recife, Olinda e algumas paróquias do interior. Nestas circunstâncias e na total anarquia em que se encontrava Pernambuco, os federalistas aproveitaram a situação e reuniram as Câmaras de Olinda e Recife (Grande Conselho, em 13 de dezembro de 1823)<sup>205</sup> e fizeram eleger uma nova Junta, tendo à frente o intendente da Marinha, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, ex-integrante de 1817.<sup>206</sup> Uma nova Junta de Governo se formava na Província, essa agora, nitidamente liberal, sem as dubiedades e ambigüidades que marcara a anterior — a dos Matutos.<sup>207</sup>

<sup>205</sup> O Presidente em exercício Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque abriu a sessão do Conselho e falou em nome da Junta: “... *que achando-se a Província bandeada, e ameaçando uma Guerra Civil, havendo já Corpo reunido em Goyana, annunciando-se que não cessaria, sem que se mudasse de Governo, e sendo apresentadas a este Governo diversas peças comprovativas do fato, era um dever sagrado do Governo, fazer cessar as calamidades publicas, poupando assim o Sangue Patriotico; e que não podendo conseguir-se este bem, sem se soffocasse a Causa, elle e seus companheiros, pois que tinha em seu poder Procuração do Presidente Francisco Paes Barreto, rogavão a todos os Congregados, que em nome do bem da humanidade e da Província, e mesmo em nome do Grande Império Brasileiro, que os dispensassem de um Governo, em que tinham perdido toda a força moral, e cuja continuação só podia produzir males incalculaveis e que sendo a salvação da Província a primeira Ley, elles desde já havião por demittido o Governo; e que para não haver um intervallo anarchico, deprecavão instantemente que se remediasse o mal, criando-se um Governo precário na forma determinada na Carta de Ley de vinte de Outubro do corrente anno; pois que, não soffrendo demora o estado convulsivo da Província, era preciso seguir a formula, não obstante alterar-se o modo: e pondo-se em votação se convinha, ou não, a demissão e nomeação do Governo, na forma do dito Decreto, foi unanimemente dicidido que, como a felicidade da Província exigia esta medida, que convinhão na demissão, e que se pasasse logo a eleger o Governo na forma do dito Decreto.*” In: **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco** (1821 – 1834). 1997, op. cit. p. 214-215, “*Ata da Sessão de 13 de Dezembro de 1823 da Junta Provisória de Pernambuco.*” A Ata da referida sessão é reproduzida também por: COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, p. 323; e LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Pernambuco: Da Independência à Confederação do Equador**. 1979, p. 220-221.

<sup>206</sup> Essa nova Junta era formada por: “*Manuel de Carvalho Paes de Andrade, Secretário o Doutor José da Natividade Saldanha e Conselheiro, Doutor Luiz Bernardo Ferreira, Doutor Manuel Ignácio de Carvalho, Doutor Francisco Xavier Pereira de Brito, Bento Joaquim de Miranda Henriques, Vigário Luiz José Cavalcanti Lins e Deputado Felix José Tavares da Silva*” (Manuscritos de José Domingos Cordeiro). In: MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 180.

<sup>207</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998, op. cit. p. 16-18; FERRAZ, Socorro. 1996, op. cit. p. 177-190; LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 91-95; ANDREDE, Manoel Correia de. 1971, op. cit. p. 36-39. Para consultar os documentos ver: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Typhis Pernambucano** (Recife), 08/01/1824. In: as várias obras do autor indicadas na bibliografia; **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco** (1821 – 1834). 1997, op. cit. p. 120-121, 122-124, 167-168, 188-189, 210-211 e 214-215, respectivamente “*Ata da Sessão de 03 e 08 de Agosto de 1822, 17 de Abril, 15 de Setembro, 26 de Novembro e 13 de Dezembro de 1823 da Junta Provisória de Pernambuco.*”; COSTA, F. A. Pereira da. 1962, v. VIII, op. cit. p. 323. “*Ata da Sessão extraordinária e Grande Conselho de 13 de dezembro de 1823.*”

O Grande Conselho que elegera a nova Junta, em caráter provisório ou precário, como se dizia à época, decidira também, convocar uma outra eleição com os eleitores das paróquias; a se realizar em 08 de janeiro de 1824.<sup>208</sup> Essa confirmou as escolhas feitas pelo Grande Conselho de 13 de dezembro de 1823, assim como, novamente, a ratificou na sessão de 21 de fevereiro de 1824.<sup>209</sup> Entretanto, durante todo esse período, o demissionário presidente da Junta dos Matutos, Francisco Paes Barreto não aceita as decisões do Grande Conselho, e reivindica junto ao referido conselho a volta ao cargo de presidente, alegando ter seu representante excedido os poderes do mandato recebido<sup>210</sup>, além do que, neste momento, o Imperador D. Pedro I já o escolhera para o referido cargo.<sup>211</sup> Nessas circunstâncias, ambos mandaram emissários ao Rio de Janeiro. Enquanto aguardavam resposta, chegou ao porto do Recife, vinda do Rio de Janeiro, a Divisão naval sob o comando do Capitão de Mar-e-Guerra John Taylor, trazendo a proclamação de posse de Paes Barreto, ordenada pela Corte, como sintetiza a historiadora Glacyra Leite:

Em fins de março de 1824 chegou ao Porto do Recife a Divisão naval composta pelas fragatas Niterói e Piranga cujo comandante – o Capitão de Mar-e-Guerra John Taylor – tinha como finalidade promover a posse de Paes Barreto. O ambiente era de grande agitação dando ciência das ordens trazidas da Corte. O Senado da Câmara de Olinda respondeu-lhe imediatamente alegando que a posse de Paes Barreto dependia da resposta do Imperador à representação que lhe havia enviado. O Comandante propôs, então, que se convocasse uma reunião do Grande Conselho para decidir sobre o assunto, o que foi aceito por Paes de Andrade. A reunião se realizou no dia 7 de abril de 1824.

Os 319 membros congregados do Grande Conselho escolheram para presidir a sessão o padre Venâncio Henrique de Rezende e, para secretariá-la, Frei Joaquim do

<sup>208</sup> TERMO DA ELEIÇÃO do Presidente, Secretário e Membro do Conselho do Governo da Província, eleito pelo Colégio Eleitoral das Comarcas, nesta Cidade de Olinda, e do Recife (Peças oficiais relativas às revoluções de Pernambuco — 1817 e 1824). In: LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. 1979, p. 223-225, nota 25.

<sup>209</sup> SESSÃO DO CONSELHO dos Deputados das Câmaras, que foram convocados, pelo atual Presidente do Governo (Peças oficiais...). In: Idem. Ibidem. p. 230-233, nota 33; **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco** (1821 – 1834). 1997, op. cit. p. 236-238, “*Ata da Sessão de 21 de Fevereiro de 1824 da Junta Provisória de Pernambuco: Sessão do Conselho dos Deputados das Câmaras que forão convocadas pelo actual Presidente do Governo.*”

<sup>210</sup> PROCURAÇÃO OFICIAL de Pais Barreto, pro-presidente da Junta Provisória a um dos membros dela, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, para o que se havia de tratar no Grande Conselho convocado no dia 13 de dezembro próximo passado. (Peças oficiais...). In: Idem. Ibidem. p. 227, nota 29, “*Ilustríssimo Sr. Por me achar impossibilitado em razão de moléstia, rogo a V.S. fassa as minhas vezes em tudo julgar conveniente propor ao Conselho, que para tudo o autorizo, até mesmo a demissão. Deus guarde a V.S. Recife, 13 de dezembro de 1823. Francisco Pais Barreto. Ilustríssimo Sr. Francisco de Paula Cavalcanti d’Albuquerque.*”

<sup>211</sup> MISSIVAS de Francisco Pais Barreto a Manuel de Carvalho (Peças oficiais...). In: Idem. Ibidem. p. 225, 226-227, 227-228, respectivamente notas 26, 28 e 30; MISSIVAS de Manuel de Carvalho a Francisco Pais Barreto (Peças oficiais...). In: Idem. Ibidem. p. 225-226, 228-229, respectivamente notas 27 e 31; CIRCULAR ÀS CÂMARAS do Recife, Olinda, Igarapu, Sirinhaém, Santo Antônio, Goiana, Limoeiro e Pau d’Alho (Peças oficiais...). In: Idem. Ibidem. p. 229-230, nota 32; para a relação dos votos obtidos por Manuel de Carvalho, nas eleições de 13 de dezembro de 1823 e de 8 de janeiro de 1824, ver: LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. 1979, op. cit. p. 221-222, nota 23.

Amor Divino Caneca. Ao iniciar a reunião, o Presidente pediu ao Capitão de Fragata, delegado do Comandante Taylor, que declarasse o fim a que vinha àquela província com sua força naval. Como resposta, o Capitão declarou que o objetivo da expedição era o empossamento do Capitão-Mor Francisco Paes Barreto na presidência da província. Convidado a se manifestar, o Presidente eleito, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, fez um relato dos acontecimentos que se desencadearam na Província desde o dia 13 de dezembro de 1823, quando Francisco Paes Barreto se demitiu. Colocada a matéria em votação, optou-se pela conservação, no governo, do presidente Paes de Andrade. Decidiu-se, também, enviar três membros do Conselho para relatar a D. Pedro I os últimos acontecimentos e “rogar” a confirmação de Manuel de Carvalho no governo. A decisão do Grande Conselho teve como consequência imediata declaração, pelo Capitão John Taylor, do bloqueio do Porto do Recife e adjacências. Manuel de Carvalho Paes de Andrade, por sua vez, ordenou a prisão dos emissários de Taylor e fez proclamação contra esse Comandante e também contra o que denominava de “portugueses conspiradores” (abril de 1824). Taylor comunicou-se, então, com o Comandante das Armas solicitando a imediata soltura dos aprisionados. Desse momento em diante a correspondência de Taylor para Falcão, que vinha se mantendo num tom mais ou menos cortês, passa a uma terminologia mais ameaçadora. Assim, o Comandante afirmava que se desenvolviam claramente, em Pernambuco, “idéias republicanas bem dignas desse intruso Presidente”.<sup>212</sup>

Fica claro que o comandante Taylor não tinha intenção de dialogar, mesmo quando solicitou a convocação do Grande Conselho ao presidente em exercício Paes de Andrade, suas ações eram pura e simplesmente de execução dos interesses e caprichos de D. Pedro I e da Corte no Rio de Janeiro, pois o mesmo já via o governo da Província como hostil e republicano, só não o consideraria se o governo pernambucano concordasse com a execução de suas ordens. Com o tempo, ficavam, cada vez mais, nítidas as diferenças entre a província de tendência liberal e o governo central que cristalizava suas posições absolutistas.

A postura liberal do governo da Província fica ainda mais clara no de 6 de junho de 1824, quando o Senado da Câmara se reúne para deliberar sobre o juramento do Projeto de Constituição elaborado pelo Conselho de Estado (e proposto pelo Imperador) e o acatamento do decreto de nomeação de José Carlos Mayrink da Silva Ferrão (o qual não aceitou) para presidente da Província, cabendo a Frei Caneca dar o parecer em forma de voto, como escreve a historiadora Glacyra Leite:

<sup>212</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 99-100 (para a citação); ver também: LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. 1979, op. cit. p. 217-219, nota 10; Para consultar os documentos ver: **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco** (1821 – 1834). 1997, op. cit. p. 252-261, “*Ata da Sessão extraordinária: sem efeito. de 7 de Abril de 1824 da Junta Provisória de Pernambuco.*”; CANECA, Joaquim do Amor Divino. **O Typhis Pernambucano**. 1984, p. 126-136, 151-157 e 158-164 respectivamente nº XIII (Quinta-Feira, 1º de abril de 1824), nº XVI (Quinta-Feira, 29 de abril de 1824) e nº XVII (Quinta-Feira, 6 de Maio de 1824); *Ata do Grande Conselho* convocado por Manuel de Carvalho Paes de Andrade para 7 de abril de 1824 (tomaram parte 319 membros). In: BRANDÃO, Ulisses. Vol. XXVI, nº 123 a 126, (1924), op. cit. p. 174-176; *Proclamação* de Manuel de Carvalho Paes de Andrade de 9 de abril de 1824. In: COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 1965, v. IX, p. 40-41 e para outras informações sobre a situação da província, ver p. 19-21; para consultar: o *OFÍCIO do Comandante das Armas José de Barros Falcão ao Imperador*. In: LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. 1979, op. cit. p. 179-181.

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, presente à sessão, fez a análise dos principais artigos do projeto e na sua exposição afirmava, primeiro, que o projeto “pecava pelo principal” pois não garantia a Independência em relação a Portugal com a “determinação e a dignidade necessária”; não determinava o território do Império, como têm feito “sabidamente as constituições mais bem formadas da Europa e América; e com isto se deixa uma físga, para se aspirar a união com Portugal (...); porque jurando o Imperador a integridade e indivisibilidade do império, não jurava a sua independência”. Em segundo lugar, alegava Frei Caneca que “é a nação quem escolhe a forma de governo, quem distribui esta suma autoridade nas partes, que bem lhe parece, e com as relações que julga mais adequadas ao seu aumento, segurança da sua liberdade política e sua felicidade; logo é quem deve esboçar a sua constituição, purifica-la das imperfeições e afinal estatuí-la”. A terceira proposição dizia: “... como S.M.I. não é a nação, não tem soberania, nem Comissão da nação brasileira para arranjar esboços de Constituição e apresentá-las, não vem este projeto de fonte legítima e por isso se deve rejeitar por exceção de incompetência”. Finalmente, a quarta asserção dizia: “S.M.I. está tão persuadido que a única atribuição que tem sobre os povos é esta do poder da força a que chamam outros a última razão dos Estados, que nos manda jurar o projeto, com um bloqueio à vista fazendo-nos todas as hostilidades; por cujo motivo não se deve adotar nem jurar semelhante esboço de Constituição, pois o juramento (...) é indispensavelmente necessário ser dado em plena liberdade, e sem a menor coação (...)”. “Portanto, ainda vos lembro que este juramento vos conduzirá a um horroroso perjúrio, que nos tornará detestáveis à face dos homens (...). É por todas estas razões, que eu sou de voto, que se não adote e muito menos jure o projeto de que se trata, por ser inteiramente mau pois não garante a Independência do Brasil, ameaça a sua integridade, oprime a liberdade dos povos, ataca a soberania da nação, e nos arrasta ao maior dos crimes contra a divindade, qual o perjúrio, e nos apresentado de maneira mais coativa e tirânica”.

Diante da argumentação de Frei Caneca, o Grande Conselho decidiu acatar seu voto e não receber nem jurar o projeto de Constituição. Em primeiro lugar, por ser considerado “iliberal contrário à liberdade, independência e direitos do Brasil, e apresentado (...) por quem não tinha poderes”. Em segundo lugar, por considerar que “o seu juramento envolvia perjúrio ao juramento cívico, em que se havia prometido reconhecer e obedecer a Assembléia Brasileira Constituinte e Legislativa”.<sup>213</sup>

Nessas circunstâncias, os acontecimentos se precipitaram, aumentando o impasse entre Pernambuco e o Rio de Janeiro, pois ainda, em 11 de junho de 1824, o Imperador comunicava as Províncias o risco eminente de invasão do Brasil por Portugal. Assim, determinou que John Taylor e as demais divisões navais retornassem ao Rio de Janeiro, deixando as províncias abandonadas e entregue à pura sorte, inclusive, deu ordens às mesmas, no caso de invadidas e sem condições de resistir, sua população devia fugir para o interior e incendiar e devastar o litoral; com essas medidas, fica claro que D. Pedro I preocupava-se só com a Corte no Rio de Janeiro e não dava nenhum apoio às Províncias.<sup>214</sup> Essa atitude do Imperador gerava suspeitas de existir um acordo entre ele e EL Rei seu pai, que, no caso de um ataque dos portugueses ao

<sup>213</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 100-101; para consultar os documento ver: Voto de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca — *Ata da Sessão do Senado da Câmara do Recife. 6 de junho de 1824*. In: BRANDÃO, Ulisses. Vol. XXVI, nº 123 a 126, (1924), op. cit. p. 183-189; CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. 1972, op. cit. p. 72.

<sup>214</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 101; COSTA, F. A. Pereira da. 1965, v. IX, op. cit. p. 41.

Brasil, se sacrificaria o Norte, entregando-o ao ex-colonizador, o qual em troca, reconheceria a monarquia de D. Pedro no Sul.<sup>215</sup> A esse respeito, comenta Evaldo Cabral de Mello:

A opinião fluminense julgava que os preparativos de defesa sob a supervisão de D. Pedro eram para inglês ver e que, diante do fato consumado da força lusitana na Guanabara, ele entraria em acordo com o pai. A maioria do ministério não teria escrúpulos em sacrificar o Norte; e o ministro do Império, Maciel da Costa, cogitava de entregá-lo ao ex-colonizador em troca do reconhecimento do monarca no sul, ficando a definição dos limites na dependência de acordo.<sup>216</sup>

E continua o historiador Evaldo Cabral:

Dando como certa a separação do Norte, afirmava que “não hesitará Sua Majestade em mandar imediatamente forças que, em vez de deverem ser consideradas hostis pelo Príncipe Regente, iriam pelo contrário embarçar a desmembração de um reino [o Reino Unido], que deverá algum dia pertencer-lhe legitimamente”. Não se tratava, portanto, de assenhorear-se Portugal das províncias do Norte mas de aniquilar a insurreição para trocar sua reintegração ao governo do Rio pelo restabelecimento do Império luso-brasileiro. Por isso mesmo, Palmela não tinha pressa em responder às gestões britânicas relativas ao reconhecimento da Independência.<sup>217</sup>

Com o retorno de John Taylor à Corte, estava suspenso o bloqueio à cidade do Recife, entretanto, os acontecimentos acirravam aos extremos os antagonismos, além de deixar desguardada toda a costa Norte do Brasil.

A oposição entre o Norte e Sul, como afirma Glacyra Leite, “*deve ser procurado nas situações interprovinciais naqueles momentos históricos.*”<sup>218</sup> A região liderada por Pernambuco, durante o período de colonização, formava um grande subsistema (canavieiro e algodoeiro), mais ou menos autônomo, gozando de uma força relativa nas negociações com a Metrópole. Essas situações, herdadas e somadas às circunstâncias do início do século XIX, explicam as posturas e divergências dos vários grupos ou facções (que ora apóiam o Imperador ou distanciam deste) em lutar nas Províncias. Deste modo, encontramos uma série de movimentos, que têm na insatisfação ao Governo Central (Rio de Janeiro), a força motriz que alimenta as revoltas e rebeliões de inspiração federalista neste lado da ex-colônia. São

<sup>215</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 203-206, na página 204, observa: “A expedição tornou-se uma das tantas batalhas de Itararé da história brasileira, mas servirá para avivar as suspeitas pernambucanas de que o temido ataque à província contava com a cumplicidade de D. Pedro. A ordem de suspensão do bloqueio parecia uma autorização tácita. [...]”. “Até onde se sabe, não existiu tal acordo, mas a suspeita era eminentemente plausível.”

<sup>216</sup> Idem. Ibidem. p. 203-204.

<sup>217</sup> Idem. Ibidem. p. 204-205.

<sup>218</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 107;

esses elementos, entre outros, que explicam a vinculação entre os movimentos de 1817, 1821 e 1824, como também, a sobrevivência das idéias e posturas liberais na Província, seja na luta pela formação de um Estado (Império) constitucional, federativo ou mesmo, em suas formas mais radicais, repúblicas autônomas confederadas.<sup>219</sup>

Assim, quando, em 1824, os pernambucanos ou parte considerável deles, mais a população do Norte, de um modo geral, sentiram-se afrontadas, por uma série de desprestígios e abusos praticados pelo governo do Rio de Janeiro, isso fez emergirem práticas representativas desse longo processo histórico que se acumulava e impregnava na sociedade da região, criando resistências e lutas em defesa de direitos considerados essenciais. Entretanto, a heterogeneidade dos grupos ou facções em oposição levou à divisão da população, das forças civis e militares e dos líderes políticos, como já dissemos, que ora apóiam os federalistas, ora apóiam os unitaristas, criando uma radicalidade em que cada parte defende irredutivelmente suas posições, como escreve Glacyra Leite:

Esses acontecimentos vêm demonstrar que as lutas, cada vez mais acirradas em Pernambuco eram regidas, em grande parte, pela polarização que acontecia no interior das forças civis e militares da província, ainda que estivessem estritamente relacionadas com o problema da oposição à política do Governo do Rio de Janeiro. As tropas estavam extremamente divididas, as lideranças radicalizadas, cada uma das partes defendia irredutivelmente suas posições. A “massa popular”, requisitada tanto por Paes de Andrade quanto por Paes Barreto achava-se dividida. Dependendo do atendimento de suas expectativas apoiava ora uma, ora outra facção. Passada a fase de adesão a Pedroso, a população dos centros urbanos atendia mais ao apelo a favor de Paes de Andrade e contra o governo do Rio de Janeiro. Outro perfil que ia se tornando cada vez mais nítido, à medida que o processo de rebelião se avolumava, era o apoio do Senado da Câmara e das tropas de Olinda a Manuel Carvalho Paes de Andrade. Quanto à população do interior, menos comprometida com as lideranças e mais apegada ao carisma da monarquia e da realeza, colocava-se mais facilmente do lado da nomeação feita pelo Imperador e, portanto, a favor de Francisco Paes Barreto.<sup>220</sup>

O desenrolar dos acontecimentos levou os grupos de tendências liberais mais nítidas (há uma predominância dos setores urbanos) a radicalizar o processo — os Carvalhistas, o mesmo ocorrendo com a facção oposta, que apoiava o imperador — os Morgadistas, cindindo, assim, a população da Província:

A dissidência que tivera início nas lutas entre as lideranças pernambucanas e as do Sul foi se espalhando e absorvendo diferentes camadas da população, não só em Pernambuco como nas províncias circunvizinhas. O movimento de resistência que

<sup>219</sup> Sobre o significado de federação e confederação, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 14-15; BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 10. ed. 1997, op. cit.

<sup>220</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 98.



vinha sendo articulado em relação à orientação política do governo central se configurou, então, em rebelião.<sup>221</sup>

É importante, ainda, deixar claro que essas facções, os Carvalhistas e os Morgadistas, não são homogêneas, nem do ponto de vista dos segmentos socioeconômicos que as compõem (desde grupos populares até os ricos senhores de terras), nem do ponto de vista político (liberais moderados e radicais, federalistas, unitaristas e absolutistas). No primo caso, como já dissemos, existe a predominância dos segmentos ricos não tradicionais e, principalmente, médios urbanos (comerciantes, artesãos, padres, médicos, advogados, professores, profissionais liberais etc.), no segundo caso, a predominância dos segmentos ricos tradicionais e rurais. Entretanto, existe uma circularidade e sociabilidade entre esses grupos, o que impede uma delimitação rígida, fazendo com que, se possa encontrar, por exemplo, membros da segunda na primeira e vice e versa, como se refere Evaldo Cabral de Mello:

O carvalhismo não era uma facção puramente federalista, como havia sido o gervasismo, mas incorporara uma parcela dos unitários ressentidos com a dissolução, além da massa pedrosista, que o governo dos matutos alienara. A força da coalizão fundava-se nos moderados e nos unitários dissidentes, que acreditavam poder atingir seus propósitos sob a bandeira da reconvocação da Constituinte, não da mudança de regime. A postura ambígua adotada por Carvalho não se destinava apenas a embair o Rio mas lhe permitia escamotear as divergências no âmbito da aliança, prolongando-a enquanto fosse conveniente a seus propósitos, ademais de habilitá-lo a camuflar com os fins declarados da coalizão as medidas governamentais que poderiam servir tanto ao propósito de alcançar o objetivo limitado da resistência ao golpe de Estado de novembro de 1823, quanto ao de romper com o Império unitário.<sup>222</sup>

Deste modo, estava pronta às condições da província para o desfecho dos acontecimentos, a simpatia pela causa da independência liderada pelo Rio de Janeiro foi abalada e o apoio aos federalistas aumentava. Assim, em 02 de julho de 1824, o presidente eleito da Província de Pernambuco, Manuel de Carvalho Paes de Andrade publica o *Manifesto e Proclamação*, convocando a todos os habitantes de Pernambuco e do Norte à rebelião, tem início a chamada “Confederação do Equador”.<sup>223</sup>

Percebe-se, claramente, o perfil liberal dos documentos — *Manifesto e Proclamação* — no qual o presidente da Província de Pernambuco, Manuel de Carvalho Paes de Andrade

<sup>221</sup> Idem. Ibidem. p. 108.

<sup>222</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 164-465.

<sup>223</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 108; para consultar documentos, ver: *Manifesto e Proclamações*. In: BRANDÃO, Ulisses. Vol. XXVI, nº 123 a 126, (1924), op. cit. p. 201-210.

convoca os “*Brasileiros*” à união pela “*salvação da pátria*”, da “*liberdade*” e da defasa da “*soberania*”. Ele historiou os acontecimentos desde a Independência, fazendo ver que nem o sistema de governo nem o Imperador estavam correspondendo à necessidade de se proteger a soberania da nação, como prova o abandono das Províncias diante do “*perigo da invasão do Brasil por forças portuguesas*”. Denunciava, ainda, na Proclamação, que a capital “... *era o empório e receptáculo de quase todas as rendas*” da maioria das Províncias, e “*vinha tirando quanto tem podido em dinheiro, efeitos e construções navais [...]*”, eles não possuíam condições de defender a Nação. Diante disso, quais os meios de defesa das províncias? Contestava nos documentos o sistema de governo criado com a Independência e propunha o que chamava de “*sistema americano de governo*”. Esse sistema era apresentado como mais adequado à realidade brasileira.<sup>224</sup> E conclui o Manifesto com os princípios liberais que defendem o voto e o sistema representativo:

Segui, ó brasileiros, o exemplo dos bravos habitantes da zona torrida, vossos irmãos, vossos amigos, vossos compatriotas; imitei os valentes de seis províncias do norte que vão estabelecer seu governo debaixo do melhor de todos os systemas — representativo —; um centro em lugar escolhido pelos votos dos nossos representantes dará vitalidade e movimento a todo nosso grande corpo social. Cada Estado terá seu respectivo centro, e cada um d’estes centros, formando um anel da grande cadêa, nos tornará invencíveis.

Brasileiro! Pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas; o momento é este, salvemos a honra, a pátria e a liberdade, soltando o grito festivo — Viva a Confederação do Equador! — **Manuel de Carvalho Paes de Andrade**, presidente.<sup>225</sup>

As medidas tomadas pelos confederados tinham objetivos bem definidos, formar um corpo territorial com as Províncias do Norte (a pátria da Confederação), garantir a defesa da mesma e consolidar o Estado liberal com a elaboração de uma Constituição para a nova República — A Confederação do Equador. Outras medidas foram tomadas pelo presidente Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que propôs a instalação de um Governo Provisório Representativo na Província de Pernambuco (a providência era para garantir a segurança em caso de invasão ou represália de Portugal ou da Corte no Rio de Janeiro); convocou para o dia 17 de agosto de 1824 um Grande Conselho<sup>226</sup> formado pelos procuradores de todas as

<sup>224</sup> *Manifesto e Proclamações*. In: BRANDÃO, Ulisses. Vol. XXVI, nº 123 a 126, (1924), op. cit. p. 201-210.

<sup>225</sup> Idem. Ibidem. p. 203. Grifo no original.

<sup>226</sup> Para participar dessa Assembléia, Frei Caneca redige um COMUNICADO que foi publicado no Typhis Pernambucano como contribuição as discussões, são explícitos os fundamentos liberais do documento: BASES PARA A FORMAÇÃO DO PACTO SOCIAL, REDIGIDAS POR UMA SOCIEDADE DE HOMENS DE LETRAS. In: CANECA, Joaquim do Amor Divino. **O Typhis Pernambucano**. 1984. p. 213-214 e 226-227, respectivamente nº XXIV (Quita-Feira, 1º de Julho de 1824), nº XXVI (Quinta-Feira, 15 de Julho de 1824).

Províncias Confederadas, a se reunir em Recife (com finalidade de criar o Supremo Governo Provincial das Províncias Confederadas e de instalar, em local a ser escolhido, uma Assembléia Constituinte e Legislativa); Propôs um projeto de Constituição<sup>227</sup> que estabeleceria os princípios fundamentais da Confederação<sup>228</sup>, por exemplo: Capítulo I - Artigo 1º. “*As províncias do Norte do Brasil passam a formar uma união que terá por título — Confederação do Equador*”; Artigo 2º. “*O governo se divide em dois Poderes políticos, Legislativo e Executivo*” (cabendo ao primeiro, criar o “*Tribunal Supremo de Justiça*”, como rege o Capítulo V - Artigo 32º.); Capítulo II - Artigo 6º. “*O Poder Legislativo é composto duma Assembléia de Deputados eleitos pelas Províncias Confederadas*”; Artigo 7º., § 1º. Propunha “*alterar ou mudar o atual sistema de governo para outro mais liberal e vantajoso ao bem ser dos povos da Confederação*”; Artigo 9º. “*As sessões serão publicas e somente poderá haver sessão secreta quando assim for julgado pela Assembléia e por pluralidade de votos, o que nunca terá lugar em discussão de Leis*”.<sup>229</sup> Além dessas medidas, o movimento tomou outra, de forte repercussão, que deixa claro os princípios liberais defendidos na província – abolição do tráfico de escravo:

Convindo não somente aos interesses da humanidade, porém, ainda mesmo aos desta Província que se extinga de todo um comércio que está em completa oposição com os princípios do Direito Natural e as luzes do presente século: Tenho resolvido, que fica suspenso o trafico da escravatura para este porto. Até que a Soberana Assembléia Constituinte e Legislativa resolva este negocio afinal. As autoridades a quem o conhecimento disto competir assim o tenham entendido. Palácio do Governo de Pernambuco, 3 de julho de 1824. Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente.<sup>230</sup>

As medidas tomadas pelos confederados deixam patente o perfil liberal do movimento de 1824 e demonstram que este, tal como os anteriores, buscavam realizar as idéias e posturas do referido ideário defendidas por seus líderes, ou seja, foram os vários movimentos de rebeliões ou revoluções da primeira metade do século XIX a materialização das idéias

<sup>227</sup> Para uma análise detalhada do Projeto de Constituição proposto por Manuel Carvalho Paes de Andrade, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 214-218.

<sup>228</sup> A CONSTITUIÇÃO da Confederação do Equador. In: BRANDÃO, Ulisses. Vol. XXVI, nº 123 a 126, (1924), op. cit. p. 359-364. No preâmbulo da Constituição, escreve: “*Projeto de governo para as províncias Confederadas, e que as deve reger em nome da soberania nacional das mesmas províncias, oferecido a todos os brasileiros em geral, e em particular aos das províncias do Norte, especialmente aos pernambucanos, por Manuel de Carvalho Paes de Andrade, presidente do governo de Pernambuco.*” p. 359 (para a citação); reproduzida também, por: LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 197-202 (anexo).

<sup>229</sup> Idem. Ibidem. p. 359-360, 363-364.

<sup>230</sup> EDITAL suspendendo o tráfico da escravatura. In: BRANDÃO, Ulisses. Vol. XXVI, nº 123 a 126, (1924), op. cit. p. 211.

liberais. Entretanto, eram heterogêneos e buscavam responder as circunstâncias que os envolviam. São essas situações que explicam a diversidade de posições e posturas liberais. Com isso, queremos dizer que não existe a idéia liberal pura, que foi distorcida quando posta em prática na Colônia, ao contrário, as doutrinas e teorias políticas e/ou filosóficas são sempre respostas a problemas de uma realidade concreta, daí sua diversidade, criando os vários grupos, segmentos, correntes, facções e partidos, todos se dizendo defensores de uma mesma ideologia. No nosso caso, podemos falar de, pelo menos, duas, os liberais moderados e os radicais.

As forças da Confederação eram poucas e fracas; os senhores rurais, em sua maioria, não apoiaram o novo governo e até se opuseram ao movimento. Em alguns casos, a participação destes foi para auxilia as forças imperiais, como, por exemplo, o senhor de engenho Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque Lacerda e o Morgado do Cabo Francisco Paes Barreto.<sup>231</sup>

Uma observação se faz importante, mal passará o perigo de invasão pelos portugueses e novas medidas de repressão contra Pernambuco foram tomadas. O Imperador, um mês após a suspensão do bloqueio do porto do Recife e antes menos de ser informado sobre o manifesto de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, proclamando a Confederação do Equador, mandava bloquear novamente o referido porto, caso José Carlos Mayrink da Silva Ferrão ainda não houvesse sido empossado no cargo de presidente. Em seguida, D. Pedro suspendeu as garantias constitucionais da Província, “nosso primeiro estado de sítio”; designou uma comissão militar para julgar sumariamente os líderes da Confederação; ordenou a Mayrink, que, uma vez empossado, fizesse jurar o projeto de constituição de 1824; isto demonstra que o carvalhismo já não tinha opção de negociação com o Rio de Janeiro e que o confronto se tornara inevitável, como analisa Evaldo Cabral de Mello:

O despreparo da expedição recolonizadora, que não dispunha nem de chefes nem de tropas, além de muitos dos navios carecerem de consertos, também liquidava os temores de ataque português. Assim, transcorrido um mês da ordem de suspensão do bloqueio, o Imperador decidiu recomêçá-lo. A 11 de julho, quando ainda não se sabia do manifesto de Carvalho proclamando a Confederação do Equador, partia do Rio segundo flotilha, de seis unidades, sob o comando de Antônio José de Carvalho, com ordens de apertar o bloqueio caso Mayrink ainda não houvesse sido empossado. A 5 de agosto, ela fundeava em frente do Recife. Em Alagoas, além de auxílio bélico para Pais Barreto, ela desembarcar Pedroso, que D. Pedro anistiará e fizera comandante de artilharia de Pernambuco, na expectativa de que recuperaria o apoio da gente de cor. Por fim, o monarca desmembrara a comarca pernambucana do São

---

<sup>231</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1982, op. cit. p. 356-357, 373;

Francisco, transferindo-a a Minas, de modo a poupá-la e à Bahia do contágio carvalhista.<sup>232</sup>

A República do Equador teve uma duração efêmera, dominou Pernambuco durante 72 dias, de 2 de julho a 12 de setembro de 1824. E, tal como em 1817, quando caiu, seus membros conheceram a dura mão do despotismo. D. Pedro foi impiedoso com os vencidos, fazendo-os julgar por uma Comissão Militar que condenou à morte vários brasileiros, demonstrando, assim, uma severidade implacável durante toda a repressão.<sup>233</sup> E não parou por aí, as punições atingiram até o território da Província, amputando parte desta, como escreve Barbosa Lima Sobrinho:

A chegada do brigadeiro Bento Barroso Pereira pôs um ponto final na campanha do perdão. O certo é que as execuções começaram depois de sua vinda. E Fernando Martins pergunta: “Para que tanto rigor? Toda a província achava-se no mais perfeito sossego; tranquilamente os habitantes repousavam e ninguém mais se lembrava do passado”. Mas a verdade era que Pedro I não esquecia e não perdoava. E não se limitando à punição dos revolucionários, castigava a própria Província, tirando-lhe a comarca do Rio de S. Francisco, com 133.000 quilômetros quadrados de superfície, e anexando-a, provisoriamente, à província de Minas Gerais, pelo decreto de 14 de julho de 1824. Pernambuco já havia perdido a comarca de Alagoas, em consequência da revolução de 1817. De uma área, em 1816, de 266 mil quilômetros quadrados, Pernambuco passava, depois da Confederação do Equador, a uma área de 98.281 quilômetros quadrados, depois de duas revoluções, que nunca deixarão de ser páginas gloriosas na história nacional. Passava assim a província do 9º para o 12º lugar, na extensão da superfície, entre as províncias brasileiras, como resultado de haver sonhado com a Independência antes de 1822 e com a Federação e a República, antes de 1889.<sup>234</sup>

Os unitaristas saíram vitoriosos; as forças liberais — moderados, federalistas e radicais republicanos —, pelo menos por um breve espaço de tempo, deixaram o poder<sup>235</sup>, e neste período, os absolutistas ou homens da confiança do Imperador controlaram a Província. Esta ficou sob a intervenção do Brigadeiro e General, Governador Interino, Francisco de Lima e Silva que dirigiu os negócios da Província até 23 de maio de 1825, quando foi substituído por José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, Presidente nomeado pelo Imperador. Sintetizando os últimos acontecimentos e o clima que se gerou em Pernambuco com a derrota da Confederação, Manuel Correia de Andrade e Glacyra Leite fizeram as seguintes apreciações:

<sup>232</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. 2004, op. cit. p. 220-221.

<sup>233</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. 1971, op. cit. p. 42-44; LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. 1979, op. cit. p. 207-210; LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 122, 129-136.

<sup>234</sup> LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. 1979, op. cit. p. 209-210.

<sup>235</sup> Logo, vamos encontrá-los nos movimentos posteriores: a República dos Afogados (1827), a Setembrada (1831), a Novembrada (1831), a Carneiradas (1834) e a Revolução Praieira (1848).

Passada a fase perigosa, fase em que cabia ao Presidente pacificar os dois partidos opostos e reprimir energeticamente as desordens, apressou-se José Carlos Mayrink a declarar-se restabelecido e a tomar posse do Governo para que fora nomeado. Os revolucionários mais decididos estavam mortos ou ausentes e sem poderem voltar à Pátria, enquanto D. Pedro não recuasse em sua atitude perseguidora. O Morgado do Cabo que despendera muito dinheiro na luta, via-se nas boas graças do Soberano. Iniciava-se uma fase em que os comerciantes portugueses e os absolutistas, ao lado de homens que se interessavam apenas pelo poder, dominariam a província. Os homens de 1817 e 1824, estavam afastados pela morte ou pelo exílio. Teríamos sete anos de domínio do absolutismo no qual a Presidência da Província seria exercida por José Carlos Mayrink e, posteriormente, por Tomás Xavier Garcia de Almeida.<sup>236</sup>

E para Glacyra Leite:

A situação em Pernambuco prosseguiu, dessa forma, muito tensa tanto na órbita dos vencidos como na dos vencedores e entre uns e outros. A polarização interna continuou a existir, ora em nível de latência, ora em nível explícito. Os graus de latência ou de explicitação estiveram sempre em consonância com o tipo de relações que se desenvolviam em nível local e nacional.<sup>237</sup>

Ainda uma consideração sobre 1824. A Confederação Equador não foi uma pura e simples aventura republicana, foi o desdobramento e a radicalização desesperada, da luta pelo poder entre as facções “que não queriam se aliar ao projeto centralista e autoritário vindo do Rio” e que, por algum tempo, preferiram a existência do *status* de Reino Unido, desde que garantida a condição federalista e constitucional adotada pelas cortes, a partir de 1820.<sup>238</sup> E, quando o Brasil torna-se Independente, lutaram, por sua vez, por um Estado Constitucional, só radicalizando a posição, com a proclamação da Republica do Equador, porque o Imperador os traiu, com a construção de uma Nação absolutista. Esses acontecimentos nos ajudam a entender o comportamento e atitude dos federalistas e constitucionalistas, particularmente os Pernambucanos, como se refere Marcus Carvalho:

Para os federalistas, a questão principal, entre 1821 e 1824, não era a separação de Portugal ou do Rio de Janeiro, mas manter a autonomia provincial — conquistada a partir de uma série de medidas tomadas pela Revolução do Porto — e ampliar esta autonomia através de uma constituição federalista. O golpe de setembro de 1822 garantiu a adesão de Pernambuco ao projeto de independência liderado por José de Bonifácio.

O caso de Pernambuco ajuda a entender a Independência no resto do Brasil. A forma centralizadora e autoritária tomada pelo novo Estado nacional foi uma derrota para os federalistas de várias províncias. Sabe-se que houve oposição ao golpe de Pedro contra a constituinte em todas as províncias, inclusive no Rio, onde também havia setores das elites locais que ficaram de fora da Partilha do poder, além é claro dos

<sup>236</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. 1971, op. cit. p. 44.

<sup>237</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 136.

<sup>238</sup> Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998, op. cit. p. 18.

liberais radicais ou doutrinários, eternamente insatisfeitos. Tendo esse contexto em mente, é possível entender o seguinte paradoxo: foram no Pará e no Maranhão onde se formaram as primeiras Juntas de Governo após a Revolução do Porto. Todavia, foram essas também as duas últimas províncias a aderir à Independência como Pedro no trono. Ali, a Independência não foi uma conquista em relação ao regime colonial, mas um retrocesso em relação à autonomia alcançada a partir de 1821. O mesmo aconteceria em Pernambuco, onde a facção centralista tomaria o poder pelas armas. As Juntas de Governo do reino unido, soberanas entre 1821 e 1822, representavam uma forma de governo local, mesmo que oligárquico. Bem ou mal, foram eleitas por membros das Câmaras Provinciais. Comparando-se com o que veio depois, foram projetos de poder bastante arrojados. Da forma como ocorreu em Pernambuco, a Independência também foi um retrocesso político para os liberais federalistas constitucionalistas.<sup>239</sup>

Um último aspecto. Todos os movimentos políticos aqui elencados (1801, 1817, 1821 e 1824), tiveram em comum as lutas pela implementação do ideário liberal. Ainda que mal sucedidos, contribuíram, de algum modo, para manter viva e enraizada, na memória da província, a experiência política das pessoas que viveram, lutaram e até morreram em defesa das idéias liberais.

Com a repressão aos vários movimentos políticos ocorridos em Pernambuco, na primeira metade do século XIX, estava (re)criado o despotismo na ex-colônia portuguesa, e, como podemos observar, as esferas públicas de participação política foram anuladas, pois a política, no sentido clássico (grego).<sup>240</sup> não se dissocia da construção dos espaços públicos de participação dos indivíduos, opondo-se às esferas ou espaços de poder despóticos, absolutistas ou totalitários. Assim, as lutas pela construção de espaços e esferas públicas de participação política se acentuam na Colônia e em Pernambuco no início do século XIX, espaços como as Sociedades Secretas: Academias, Maçonaria, Areópago e o Seminário de Olinda, entre outros.<sup>241</sup> Foram os meios de (re)elaboração, propagação e divulgação das idéias liberais. Essas idéias que, no século XIX, na Colônia/Nação, confundiam-se, por exemplo, com as lutas pelo direito à liberdade de expressão e imprensa, liberdade de comércio (fim dos monopólios), tolerância religiosa e de viver em uma sociedade regida por uma Constituição. Essas diversas posições foram sendo construídas e/ou reivindicadas em momentos diferentes, frutos de circunstâncias específicas, isto é, a complexidade e dinâmica da sociedade brasileira, no início do Oitocentos e as influências externas na mentalidade da população local, produziram situações de alinhamento ao poder constituído ou situações de mudanças, essas contrárias ao *status quo* produzido pelo Governo Central (seja a Metrópole ou Rio de Janeiro),

<sup>239</sup> Idem. Ibidem. p. 19.

<sup>240</sup> Ver principalmente capítulo 1 e capítulo 3.

<sup>241</sup> Ver capítulo 3.

como percebemos, nos vários movimentos de: conspiração, revoltas, rebeliões e revoluções, os quais estudamos aqui. Esses movimentos (1801, 1817, 1821 e 1824), todos liberais, contribuíram para a formação ou criação dos espaços e esferas de representação pública com a participação e consulta aos cidadãos, espaços esses com liberdade religiosa, de expressão, de comércio e de respeito à Lei (Constituição). Mas quando os movimentos liberais não foram bem sucedidos, renascia o despotismo e a sociedade voltava a se fechar. Assim, parafraseando Flavio Cabral, afirmamos que as tramas dos diversos movimentos ocorridos na primeira metade do século XIX mostram que a população, mesmo impedida de comentar ou utilizar palavras que os identificavam — os movimentos —, as pessoas falavam, burlando tais interdições. E nesse contexto, a palavra verbal fugiu do controle dos mantenedores do Antigo Regime ou dos governos despóticos posteriores (digo, D. Pedro), porque, como “*ensina Habermas que quando o povo comentava pelas ruas ou até mesmo em casa o que via e ouvia, não se encontrava ‘completamente excluído, tendo em vista que falava’.*”<sup>242</sup> Deste modo, sintetizando os acontecimentos, seus avanços e recuos, podemos afirmar que as idéias liberais vão, por assim dizer, repousar, digo, repousar, não desaparecer, até as condições da Província permitir-lhes que ressurjam.

---

<sup>242</sup> CABRAL, Flavio José Gomes. In: *Frontera de la historia*, número 011, Instituto Colombiano de Antropologia e História — ICANH. Bogotá, Colômbia, 2006, op. cit. p. 409; no original ver: HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 1984, 23.



## Capítulo 5

*Quem viver em Pernambuco  
Deve estar desenganado,  
Que ou há de ser Cavalcanti,  
Ou há de ser cavalgado.*  
(Jerônimo Vilela de Castro Tavares)

## 5. A LONGA CONSTRUÇÃO: AS IDÉIAS LIBERAIS NO REPOUSO DO TEMPO (CONCLUSÃO)

A Província de Pernambuco, desde o início da colonização e mesmo depois, seja no Brasil Reino ou no Brasil Império, destacou-se por possuir uma posição de relevância na Colônia e uma postura de liderança no Norte do território ou, como chamamos hoje, no Nordeste brasileiro. Essas posturas se confirmam, entre outros motivos, pelas inquietações políticas existentes na antiga donatária Duarteina, aqui estudadas.

Com o malogro dos vários movimentos liberais da primeira metade do século XIX, iniciou-se, novamente em Pernambuco, um período de refluxo para esse ideário político, pois a repressão aos revolucionários de 1817 colocou no controle do poder e da mesma, Luiz do Rego Barreto, que, mais que ninguém, incorporou o ideário absolutista do Antigo Regime e a conservação do *status quo*. Com sua expulsão iniciou-se em Pernambuco, um período mais complexo, no qual o refluxo político do ideário liberal se dá agora pelo menos com relação aos movimentos e/ou a algumas das correntes políticas do referido ideário. Entretanto, desde o início do referido século se vivia a experiência da alternância de momentos de relativa clama e outros de violentos conflitos.

A conjuntura do período — finais do século XVIII e as primeiras décadas do XIX — é relativamente favorável a Pernambuco.<sup>1</sup> O crescimento econômico da capitania se dá sobre tradicionais estruturas escravistas que se encontram em pleno renascimento agrícola com o aumento de importância do algodão, gado e açúcar.<sup>2</sup>

Por outro lado, no campo político, as idéias liberais continuaram a se propagar, ainda que nem sempre pelos mesmos representantes. Estas foram, inicialmente, representadas e disseminadas pelas camadas economicamente dominantes ou parte dela (aristocracia rural), e, posteriormente, com o desenvolvimento de áreas urbanas (não exclusivamente), pelo menos, nas vilas e/ou cidades portuária, devido ao comércio, passam a ser defendidas pelos segmentos médios da sociedade. Desta forma, as idéias liberais permaneceram vivas em Pernambuco, mesmo depois do malogro dos vários movimentos de conspiração, revoltas e

---

<sup>1</sup> Administrativamente, a situação não foi a mesma para todo o período. Durante o governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1804-1817), “a capitania esteve durante o seu longo governo, em estado deplorável, as obras públicas paralisaram e as já construídas não eram conservadas, a segurança individual não tinha a menor garantia e, dizem, certa vez, o próprio governador foi vítima de gatunos”. ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos Nativistas em Pernambuco**. 1971, p. 21.

<sup>2</sup> Sobre o desenvolvimento material de Pernambuco, ver principalmente capítulo 3.

revoluções ocorridas na capitania/província no período em estudo (1800 a 1825), pois as encontraremos posteriormente, presentes em vários outros momentos e movimentos (ou líderes) políticos da nossa história, tais como: a República dos Afogados (1827); a Setembrada (1831); a Novembrada (1831) e as Carneiradas (1834), sem esquecer, é claro, a Revolução Praieira (1848) e os movimentos abolicionista e republicano.

Deste modo, iam as idéias liberais sobrevivendo, pois, gradativamente, foram mudando seus representantes (divulgadores), isto é, o grupo ou parte dele (aristocracia rural) que antes as defendia, opondo-se ao governo absolutista (Antigo Regime) ou a seu(s) representante(s) no governo local, ao ocupar o poder e controlar o Estado absolutista, assumindo práticas e atitudes que antes combatia, identifica-se com este (o Estado), e passa a combater os movimentos que defendem os princípios liberais, sem, no entanto, deixar de se auto-proclamar liberal. Este é o caso, por exemplo, dos membros da família Cavalcanti que, ao controlarem o governo da província, agiam tal quais seus antigos adversários, repetindo práticas políticas e administrativas das gestões anteriores, ainda que nas falas e nos discursos tentassem dissimular, apresentando-se como se ainda fossem liberais. E, se o eram, já não eram como antes, “liberais rebeldes/revolucionário/progressistas/republicanos” (liberais radicais). Daí, pouco tempo depois se ouvirem o ditado popular: “não existe algo mais conservador do que um liberal no poder”.

Essa atitude de se apresentarem como revolucionários, defendendo as idéias liberais e, ao chegarem ao poder, abandoná-las tornando-se conservadores, não foi exclusividade da família Cavalcanti, outras como os Paes Barreto, morgado do Cabo, também agiram da mesma forma.<sup>3</sup> Interessa-nos, em particular a família Cavalcanti uma vez que ela participou dos vários momentos e movimentos de conspiração, revoluções e até contra-revoluções desde o início do século XIX.

Vejamos o movimento dos Suassuna e, na seqüência, os outros do período, liderados ou não, pela família Cavalcanti.<sup>4</sup> Com o malogro da Conspiração, em 1801, seus líderes foram presos, entretanto, um ano depois, após a devassa, são libertos por falta de provas. Os irmãos Francisco de Paula Cavalcanti e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, postos em liberdade, voltaram a viver na capitania, sendo respeitados e aceitos pelas autoridades — governantes e Rei. Um terceiro irmão, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que se encontrava na Inglaterra, retorna à Colônia e torna-se governador da

<sup>3</sup> BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O Patriotismo Constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. (2006), p. 156; 163 (nota 86); ANDRADE, Manuel Correia de. 1971, op. cit. p. 22-25.

<sup>4</sup> Sobre os vários movimentos políticos liberais do século, ver capítulo 4.

Capitania do Rio Grande do Norte (1806-1811) e, posteriormente, Capitão-General de Moçambique, colônia portuguesa.<sup>5</sup> O segundo, Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, recebeu o Título de Cavaleiro do Hábito de Cristo.<sup>6</sup> O primeiro deles recebeu títulos e honrarias como as que se seguem:

O hábito de Cristo em 1804, sendo a 28 de abril do mesmo ano nomeado Capitão de Ordenanças da Freguesia de Jaboatão, para no ano seguinte ser confirmado no posto de Capitão-mor das Ordenanças de Olinda e, finalmente, obter em 1808 o Foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.<sup>7</sup>

Deste modo, iam os Cavalcanti se enchendo de títulos e honrarias, enquanto o coronel Suassuna (como era conhecido Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque)<sup>8</sup>, em sua propriedade, o engenho de mesmo nome, organizava uma sociedade secreta chamada de Academia Suassuna, que propagava idéias liberais. Em seguida, não medindo esforços, consegue a transferência do Padre João Ribeiro Pessoa de Montenegro — hábil e ferrenho defensor das idéias liberais — membro do Seminário de Olinda, no qual era professor da cadeira de desenho, para o hospital do Paraíso, onde faz fundar, na sala da biblioteca, uma segunda Academia, a do Paraíso, com a ajuda do já citado padre João Ribeiro Pessoa, do Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro e do capitão-mor Francisco Paes Barreto, padroeiro e proprietário daquele hospital, pois urgia a propaganda democrática de um centro de ação na Praça do Recife.<sup>9</sup>

Este comportamento de rebeldia, por parte dos Cavalcanti, vai perdurar até 1817, como se constata da fala de Donatello Grieco: “*Solto o coronel Suassuna persistiu (diz ainda Dias Martins) ‘cada vez mais infatigável, se bem que mais circunspecto, em cultivar e propagar a ciência oculta da liberdade’.*”<sup>10</sup> E continua:

A pretexto de moléstia, Suassuna visitou o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte, espalhando a semente da rebelião.

<sup>5</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamento sociais**. 1988, p. 224.

<sup>6</sup> MARTINS, PE. Joaquim Dias. **Os Mártires Pernambucanos**. s/d. p. 18.

<sup>7</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. 1971, op. cit. p. 17-18.

<sup>8</sup> Sobre a identificação dos Cavalcanti com o nome de sua da propriedade, ver capítulo 2.

<sup>9</sup> Ver capítulo 3; ANDRADE, Manuel Correia de. 1971, op. cit. p. 17-18; COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 1958, v.VII, p. 141-142; \_\_\_\_\_, **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. 1982, p. 366.

<sup>10</sup> GRIECO, Donatello. **Napoleão e o Brasil**. 1939, p. 15 (para citação); ver também: MELO, Mário. **A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817**. (1912), p. 15-16; MARTINS, PE. Joaquim Dias. s/d. op. cit. p. 12.

E quando esta rompeu, logo aos primeiros gritos, o pioneiro democrático, por certo desejoso de vingar as humilhações que sofrera dezesseis anos antes, reuniu todas as ordenanças e milícias do Cabo, deu armas aos escravos e se reuniu às tropas de Domingos José Martins.<sup>11</sup>

Os agentes da repressão encontram vínculos entre a Revolução Pernambucana de 1817 e a Conspiração de 1801, por exemplo, com a carta do Desembargador João Osório de Castro Souza Falcão, um dos devassantes do movimento de 17, enviada ao Ministro do Reino, Tomás Antônio Vila Nova Portugal, no ano de 1818, e por depoimentos de várias testemunhas, que constam na publicação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, (T. XXIX), de 1866, a qual reúne uma série de documentos sobre a referida revolução. Parte desta revista está contida nos *Anais Pernambucanos*, de Pereira da Costa. Eis a carta do Desembargador João Osório de Castro Souza Falcão:

Segundo aqui tenho concebido, o projeto da revolução era antigo em Pernambuco, a explosão, porém, no dia 6 de março foi intempestiva e obra do acaso. As idéias revolucionárias transmitidas em 1801 por Francisco de Paula Cavalcanti e Luís Francisco de Paula, de que houve denúncia estes dois foram presos, e depois soltos por falta de provas, porque no exame dos papéis (como dessa devassa se sabe) uma das cartas foi abafada pelo escrivão Fonseca, que em prêmio recebeu quatrocentos mil-réis. As idéias começadas pelos dois Arrudas, médicos em Goiana, pelos vigários de Santo Antônio e Recife cresceram e propagaram-se pelo estabelecimento das lojas maçônicas, nas quais excluídos da duas sessões particulares os maçons europeus, a maior parte dos quais eram filhos do país, seduzidos desde 1814 pela chegada de Domingos José Martins se fizeram conspiradores.<sup>12</sup>

O segundo caso, depoimentos das testemunhas de 1817:

Em 1801 foram os Suassunas denunciados de rebeldes, e desde então observou, que os que figuraram na revolução (de 1817) eram muitos unidos com eles... Já depois da revolução, Cristóvão de Holanda, o Baixa, disse a êle testemunha, presente o padre Manuel José Coelho, que há quatorze anos sabia da revolução, porque já 1801 seu cunhado Suassuna fôra prêso, e dera 400\$ ao escrivão para sumir uma carta que lhe fazia culpa... Os que figuraram na revolução eram muito unidos em os Suassunas de 1801, quando foram denunciados de rebeldes...<sup>13</sup>

<sup>11</sup> GRIECO, Donatello. 1939, op. cit. p. 16.

<sup>12</sup> QUINTAS, Amora. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico**. t. II, v.1, 1997, p. 212 (para a citação); MACHADO, Maximiano Lopes. Introdução e nota 2. In: TAVARES, Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. Introdução de Maximiano Lopes Machado. Revisada e anotada por Oliveira Lima. 3. ed. 1917, p. XXII-XXIII; ver também, nota 9, supra.

<sup>13</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1958, v.VII, op. cit. p. 83.

Em relação à carta do devassante, Desembargador Osório Falcão, Amaro Quintas faz a seguinte correção: o escrivão era o bacharel José Francisco Maciel Monteiro, sendo Fonseca o denunciante.<sup>14</sup> Este último era o capitão do regimento de milícias dos nobres, o comerciante José da Fonseca Silva e Sampaio.

Até aqui, apresentamos os irmãos Cavalcanti (membros da aristocracia rural) como “legítimos” representantes das idéias liberais. Entretanto, faz-se necessário esclarecer que eles e seus descendentes e parte considerável do segmento social de que faziam parte, não eram os únicos a defenderem as idéias republicanas na capitania, eram apenas mais alguns dos representantes. E começavam a dar sinais de mudanças em suas posições, passando, gradativamente, de uma postura liberal — “progressista”, para uma conservadora — defensora da ordem existente (*status quo*). Isto começa a ficar claro quando explode a revolução de 1817, que proclama a República em Pernambuco, pois a maioria dos senhores de engenho permaneceram neutros, aguardando o desfecho da situação. Com a violenta reação da Corte Portuguesa (do príncipe regente de Portugal, D. João)<sup>15</sup> contra o movimento, percebemos como se portaram os revolucionários na hora da desdita, quais os que permaneceram fiéis à suas idéias e os que procuraram apenas salvar a pele:

Não foram poucos os **heróis**; homens como o Padre João Ribeiro, como Domingos José Martins, como Domingos Teotônio Jorge, como o Leão Coroado, como o capitão Antônio Henrique, souberam portar-se com estoicismo diante da morte e dar exemplo ao povo e aos tiranos. Outros, porém, tiveram um **comportamento diverso**; assim, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, que alcançaria elevados postos durante o Primeiro Reinado, conseguiu dar uma demonstração de maestria em oportunismo, pois, de secretário de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, passou a Secretário do Governo Republicano e, após a vitória, dos realistas, foi protegido por Luís do Rêgo, grande algoz dos Pernambucanos. Interessante é que, enquanto ele recebia a proteção deste famigerado general português, o seu auxiliar, por ocupar o cargo de auxiliar de secretário do governo republicano, era condenado a morrer na fôrça, o Padre Tenório. De **traição**, foi a atitude do representante da agricultura no governo, Manuel Correia de Araújo, que a 6 de março, estava com os realistas, nas poucas medidas tomadas para conter a rebelião, a 7, estava com os republicanos, a ponto de ser eleito para participar do governo pelos mesmos constituído e, logo após, passou a conspirar com outros senhores de engenho, para restaurar o poder real e, finalmente, colaboraria com as tropas reais na restauração. **Bem dúvida**, salientamos, foi a atitude dos irmãos Francisco de Paula e Luís Francisco de Paula.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> QUINTAS, Amora. 1997, op. cit. 212.

<sup>15</sup> Este só se tornaria rei em 1818, esclarece: LIMA, José Ignácio de Abreu e. **Sinopse ou Dedução Cronológica dos Fatos mais notáveis da História do Brasil**. (1ª ed. 1845) 1983, p. 308, “*Em consequência da revolução de Pernambuco demorou-se o ato da coroação e aclamação d’el-Rei D. João VI, que só teve lugar a 6 de fevereiro do presente ano [1818] com toda a pompa e solenidade do estilo.*”

<sup>16</sup> Grifo nosso. ANDRADE, Manuel Correia de. 1971, op. cit. p. 23-24 (para citação); MACHADO, Teobaldo. **As Insurreições Liberais em Goiana**. 1990; LIMA, Oliveira. Nota XLVI. In: TAVARES, Muniz. 3. ed. 1917, op. cit. p. 119-123.

Confirma esta posição dúbia dos Cavalcanti as anotações que Oliveira Lima faz à obra de Francisco Muniz Tavares — *História da Revolução Pernambucana de 1817*:

Relatou-me o Sr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, cuja memória é tão notável quanto o senso de estadista, que mais de uma vez lhe contou o Visconde de Camaragibe, que o pai, o Coronel Suassuna, partira do engenho para o Recife, com as suas ordenanças, ao terem notícia do movimento, dando todos vivos ao Rey.<sup>17</sup>

Deste modo, o coronel Suassuna prosseguiu em direção ao Recife. Ao aí chegar, parece ter se lembrado das idéias que defendera na Academia Suassuna e resolveu pactuar com os líderes do movimento, ganhando novamente a confiança dos companheiros, que o viam como um dos mais importantes representantes das idéias liberais na capitania e tornou-se general de divisão das tropas republicanas. Responsável pelo Recife, junto com seu irmão que comandava a Fortaleza do Brum, não ofereceu resistência às tropas realistas, compactuou com elas, entregando-lhes o Recife sem um único tiro. Além disto, aclamou o Rei e libertou o Marechal José Roberto, para quem entregou o governo da Praça que lhe havia sido confiada.<sup>18</sup> Mesmo assim, foi preso e enviado aos cárceres na Bahia, onde permaneceu durante 4 anos; quando anistiado e liberto, em 10 de fevereiro de 1821, voltaria à capitania, já doente e velho, vindo a falecer oito dias após sua chegada, em junho do mesmo ano.<sup>19</sup>

As mudanças que percebemos na postura política dos Cavalcanti e do segmento social que representam (aristocracia rural), ficarão mais nítidas e consolidadas por volta de 1848, com a Revolução Praeira. Entretanto, desde a Revolução Republicana de 1817, passando pela Convenção de Beberibe (1821), pelo Governo dos Matutos (1822) e pela Confederação do Equador (1824) apresentavam sinais de alterações, isto é, gradativamente, e de maneira dúbia, as elites locais (ou parte delas) “iam ‘abandonando’ as idéias liberais” (ou assumindo uma postura “liberal mitigada”), que passavam a ser representadas por outros segmentos sociais. Na Colônia, esse comportamento também começa a se cristalizar com as mudanças políticas ocorridas em Portugal e a exigência de retorno do rei e da Corte, como se refere a historiadora Rosa Godoy:

Partindo D. João VI, a 26 de abril de 1821, convocado pelas Cortes, permanecendo D. Pedro como Regente no Brasil, e eleitos os deputados brasileiros às Cortes, os acontecimentos se precipitaram, ainda mais, provocando maior clareza das forças em presença; de um lado, o “partido português” (tropas e burguesia mercantil), de

<sup>17</sup> Grifo nosso. LIMA, Oliveira. Nota XLVI. In: TAVARES, Muniz. 3. ed. 1917, op. cit. p. 120.

<sup>18</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. 1971, op. cit. p. 24-25.

<sup>19</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1982, op. cit. p. 368-369; MARTINS, Pe. Joaquim Dias. s/d. op. cit. p. 14.

outro, o “partido brasileiro”, ou seja, todos aqueles que se vinculam aos interesses criados com a permanência da Corte no Rio de Janeiro (burocratas, comerciantes liberais, fornecedores e credores do Governo e cortesãos), ao qual se articula um a fração “democrático-popular” composta por extratos médios urbanos (profissionais liberais, alfaiates, boticários, barbeiros, oficiais mecânicos, artesãos, comerciantes retalhistas) e em torno da qual circula a multidão marginalizada (negros e mulatos forros e brancos pobres).<sup>20</sup>

Em Pernambuco, a Junta que assumiu o poder com a Convenção de Beberibe, em 1821, auto-intitulou-se *Junta Democrática e Independente*, tornou-se perigosa para Lisboa, porque era partidária da “Independência”<sup>21</sup>, ou melhor, sua postura em relação as decisões vindas de Portugal era de total autonomia. Ela também ameaçava os projetos de Dom Pedro porque sua autonomia colocava em risco a unidade do Brasil, pois sua defesa de um governo federativo era visto pelo Rio de Janeiro como pretensão de criar uma “república independente” no norte do território. A independência da Junta, em relação ao Príncipe Regente, atrapalhava os planos de José Bonifácio, de unir todo o Brasil em torno do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Este articulou um movimento de grandes proprietários rurais pernambucanos, que derrubou o governo da província e colocou no poder, em seu lugar, um grupo de aristocratas rurais tradicionais (Governo dos Matutos), favoráveis ao governo do Rio de Janeiro. Esse grupo aceitou a posse de Dom Pedro como Imperador do Brasil.<sup>22</sup>

Mesmo com a Independência e a posse de Dom Pedro como Imperador, não se alterou o clima político da província:

<sup>20</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O ENREDO DO BRASIL — 1º ATO. **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica. n. 20, (2002). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004, p. 40. (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco).

<sup>21</sup> Com a evolução dos acontecimentos e as mudanças de posições da Assembléia Constituinte portuguesa em relação a sua antiga Colônia, os pernambucanos passam a “desconfiar” das pretensões das Cortes portuguesas. Aos poucos, ficou claro até aonde ia o liberalismo lusitano, ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O ENREDO DO BRASIL — 1º ATO. **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica. n. 20, 2002. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004, p. 39. (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco). “O liberalismo ‘vintista’ assume uma especificidade própria em Portugal: antiabsolutista e antibritânico. Mas, contraditório no que se refere às relações metrópole-domínios ultramarinos, pois, se liberalmente antimercantilista em sua política interna, antiliberalmente mercantilista na política proposta para o Brasil. Por razões óbvias dos interesses prejudicados da burguesia metropolitana (de Lisboa e do Porto) e de um nacionalismo ressentido por não mais abrigar a sede da monarquia”. Grifo nosso.

<sup>22</sup> Ver neste trabalho: capítulo 4 (4.3 – De Goiana a Beberibe: a expulsão de Luís do Rego Barreto pelos liberais de 1817 e a formação das Juntas Governativas); CABRAL, Eurico Jorge Campelo. **Insurreição Pernambucana de 1821** (ou a expulsão dos portugueses de Pernambuco). 1992, 32 p. Monografia (Especialização em História do Nordeste). Fundação de Ensino Superior de Olinda — FUNESO; \_\_\_\_\_, **Os Suassuna, as idéias liberais e a conspiração dos autonomistas**. 1999, 78 p. Monografia (Especialização em História de Pernambuco). Universidade Federal de Pernambuco; LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1824: A Confederação do Equador**. 1989, p. 83-94; GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. 4. ed. 1992, p. 85-96; ANDRADE, Manuel Correia de. 1971, op. cit. p. 26-36; MACHADO, Teobaldo. **As Insurreições Liberais em Goiana**. 1990, p. 151-167, 176-178.



Esses acontecimentos delineiam bem o clima tenso vigente em Pernambuco, especialmente no Recife em 1823. Enquanto isso, as lideranças Pernambucanas polarizavam-se. De um lado, ficava o bloco do Clube do Apostolado integrado por elementos ligados a Francisco Paes Barreto (Presidente da Junta), Francisco Néri Ferreira (grande comerciante de escravos) e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (filho), proprietário do Engenho Suassuna. De outro, o grupo que era denominado por seus adversários “os do partido contra a Monarquia”, liderados por Manuel Carvalho Paes de Andrade.<sup>23</sup>

Pois estas facções tinham interesses diferentes — agora, os conflitos se dão entre frações da elite local. Esses acontecimentos deixam claro serem os movimentos, conflitos, que se localizam, mais especificamente, não exclusivamente, na superestrutura da sociedade, portanto, movimentos políticos. Essas facções tinham seus representantes (deputados) no Rio de Janeiro, capital do Império, que se confrontavam: uma propagava pelo apoio ao absolutismo de Dom Pedro; outra desejava acabar com os últimos resquícios do sistema colonial e limitar o poder do Imperador. A Assembléia Constituinte de 1823 era a arena de luta dessas tendências. Com a dissolução e posterior Outorgação da Constituição de 1824 pelo Imperador, a Província de Pernambuco se recusou a jurar a nova Constituição. As facções da província se digladiam em conflitos intestinos e o apoio do Governo Central a uma delas foi o suficiente para explodir a Confederação do Equador.<sup>24</sup>

Esse movimento liberal foi severamente reprimido, entretanto, a violência feita para calar, não consegue fazer desaparecer os motivos que o geraram. Deste modo, os problemas indicados pela Confederação do Equador não foram resolvidos e se perpetuaram, perpetuando, assim, as idéias liberais que fundamentavam este movimento. Essa assertiva pode ser comparada com as considerações da historiadora Emília Viotti da Costa:

Os conflitos entre o imperador e as elites, o governo central e as províncias, as elites nacionais e locais não foram resolvidos. Nem a repressão nem o castigo fizeram desaparecer os problemas apontados pelos revolucionários de 1824 [A Confederação do Equador]. Quando a Câmara dos Deputados reuniu-se novamente em 1826, os conflitos voltaram à tona, agravados agora por divergências entre as próprias elites. A organização do sistema educacional, a legislação agrária, a abolição do tráfico de escravo, a liberdade de imprensa, a naturalização de estrangeiros, o recrutamento militar, a liberdade de culto, a organização de conselhos provinciais e municipais, a composição do poder judicial: estes eram alguns dos pontos que dividiam os representantes em dois grupos opostos, um liberal e outro conservado.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 93. Grifo nosso.

<sup>24</sup> Ver neste trabalho: capítulo 4 (4.4 – Novamente uma República Liberal: A Confederação do Equador de 1824); MACHADO, Teobaldo. 1990, op. cit. p. 173-198; ANDRADE, Manuel Correia de. 1971, op. cit. p. 38-50; LEITE, Glacyra Lazzari. 1989, op. cit. p. 91-103.

<sup>25</sup> COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 7. ed. 1999, p. 145.

É preciso esclarecer que essas posições se referiam a modelos ideais do que significava ser conservador ou ser liberal e, por sua vez, correspondia a respostas aos referidos problemas indicados pelos rebeldes de 1824. Entretanto, de um modo geral, não é possível identificar coerência total entre os indivíduos ou grupos políticos, isto é, na prática podemos encontrar liberais que são mais conservadores e conservadores mais liberais e vice-versa.

Sem termo a pretensão de aprofundar as análises do período que vai até 1848, e só querendo indicar alguns elementos que demonstram o alongamento da idéias liberais para além do recorte temporal por nós realizado, faremos algumas considerações aos acontecimentos ocorridos em Pernambuco.

Alongando-nos um pouco no tempo, percebemos que, no final do período regencial, surgiram os dois grandes partidos políticos (no sentido strictu do termo) – o Liberal, formado por profissionais liberais urbanos e grandes proprietários rurais ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização; o Conservador, formado pelos grandes proprietários da lavoura de exportação, os grandes comerciantes e a burocracia estatal. No interior desses partidos, ocorriam divergências políticas, havendo conservadores mais liberais e liberais mais conservadores.

Em Pernambuco, o Partido Conservador (controlado por Rego Barros) estabeleceu uma aliança com a cúpula do Partido Liberal (controlado pelos Cavalcanti), formado por grandes senhores de engenho e comerciantes tradicionais. Essa aliança controlava a presidência da província e a maioria dos cargos de deputado gerais e senadores, preenchidos por eleição na província.

Os grupos que estivessem ligados ao poder, seja nacional ou local, recebiam privilégios (eram beneficiados por obras públicas, empréstimos e boas rendas). Os senhores de engenho e comerciantes tradicionais tinham o apoio do governo da província. Os senhores de engenho e os comerciantes novos, também ligados ao açúcar, estavam excluídos desses benefícios. Por essa razão, embora fossem ligados ao Partido Liberal, rebelaram-se contra a cúpula do partido devido à aliança desta com os conservadores. Conseguiram atrair os intelectuais urbanos, jornalistas e bacharéis em Direito, de Olinda, social e mesmo familiarmente ligados a eles, e formaram o Partido Praieiro — seu jornal, o *Diário Novo*, era impresso na Rua da Praia, tradicional centro comercial do Recife.

Na Corte, o Partido Liberal era representado pelos Cavalcanti, seus líderes em Pernambuco; os quais estavam aliados ao partido Conservador. Os liberais, na província, eram

representados, ideologicamente, pelo chamado Partido Praieiro, serão estes, os responsáveis pela Revolução Praieira (1848).<sup>26</sup>

Com a repressão e derrota dos Praieiros (liberais), Pernambuco entra em uma fase de relativo sossego e progresso material. Entretanto, apesar do domínio dos conservadores no poder, em apenas 24 anos, nada menos de quinze gabinetes se sucederam no Império e trinta e nove presidentes governaram a província.

Por fim, Pernambuco, durante a primeira metade do século XIX, foi um centro de contestação do poder das metrópoles, primeiro Lisboa, depois Rio de Janeiro.

A Conspiração dos Suassuna foi um movimento liberal da elite dominante local, ou de parte dessa elite, contra a elite dominante portuguesa (Metropolitana). Pretendia a autonomia, a separação e a república na capitania.

Quanto ao fato de ter sido a aristocracia rural a representante das idéias liberais, concordamos que, inicialmente, isto é verdade, principalmente nos finais do século XVIII e início do XIX, mais precisamente, até a vinda da família Real para o Brasil. Entretanto, com as várias medidas tomadas por Dom João príncipe regente para tornar a Colônia economicamente viável e seu conseqüente impulso ao desenvolvimento urbano, pelo menos em algumas vilas e/ou cidades portuárias (capitais, em especial), e a elevação da Colônia a Reino Unido a Portugal, isso fez com que segmentos da elite dominante local fossem cooptados e passassem a defender os interesses absolutistas da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro.<sup>27</sup>

Neste momento, ocorre por parte desta elite um processo gradativo de “abandono” das idéias liberais e a adesão a posturas conservadoras, quando não absolutistas, ou pelo menos, essa elite se distanciou dos ideais de 1801, 1817, 1821e 1824. No entanto, tal comportamento não se dá de forma clara, pois não se abandona o discurso liberal, pelo contrário, a elite permanece no Partido Liberal, mas defendendo posições moderadas e, até mesmo, apoiando, em alguns momentos, atitudes contrárias aos ideais liberais.

Como demonstra Teobaldo Machado, a defesa das idéias liberais em Pernambuco, por volta da segunda década do século XIX, foi obra principal, e não exclusivamente, das

---

<sup>26</sup> QUINTAS, Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. 6. ed. 1982.

<sup>27</sup> Era preciso ganhar a simpatia da elite brasileira e torná-la aliada do governo. Dom João distribuía fartamente títulos de nobreza e títulos da Ordem de Cristo, da Ordem de Santiago, da Ordem de São Bento de Aviz, da Ordem da Torre e Espada, etc. Esses títulos não eram hereditários nem implicavam vantagens materiais. As honrarias visavam apenas contentar os agraciados. Significava simplesmente prestígio, *status*, satisfação pessoal e um senso de obrigação para com a Coroa portuguesa. Em apenas oito anos, mais de cinco mil brasileiros foram agraciados com títulos honoríficos.

camadas médias da sociedade, pois a aristocracia rural já demonstrava ser conservadora. Assim:

A nível “nacional”, uma facção da camada economicamente dominante mantém sob a bandeira do Partido Liberal um “falso liberalismo”. Nominalmente liberal, era todavia um partido tão conservador e reacionário, quanto o próprio Partido Conservador.

Os “verdadeiros” liberais, oriundos de um segmento social médio, permaneceram em luta por seus ideais democráticos. Os efeitos dessa luta se refletiram e se sobressaíram em 1848, na chamada “Revolução Praieira” em Pernambuco, no movimento abolicionista e na instituição do sistema republicano.<sup>28</sup>

É importante considerar que o período em estudo é relativamente longo, e os vários acontecimentos ocorridos correspondem a diferentes circunstâncias políticas da administração portuguesa — em relação as suas terras da América — e ao Brasil Independente. Os três primeiros momentos 1801, 1817 e 1821, respectivamente, Conspiração dos Suassuna, Revolução Pernambucana e Convenção de Beberibe correspondem, ainda, à administração do Império Ultramarino Português; o momento seguinte, 1824, a Confederação do Equador, período do Brasil Nação, com o Poder constituído no Rio de Janeiro.

Nessas circunstâncias, as idéias liberais foram postas em prática conforme as condições sócio-históricas da colônia/Nação e/ou capitanias/províncias. Inserido nesse contexto, o liberalismo representou em certo sentido a racionalização e a secularização no âmbito da política, sua materialização durante a primeira metade do século XIX, em Pernambuco, nos movimentos de conspiração, rebeliões e revoluções contra o poder constituído. Primeiro, contra Lisboa e depois contra o Rio de Janeiro, representou a criação de espaços ou esferas públicas de participação política, seja nas várias: a) *instituições* que funcionavam como espaços de (re)produção, propaganda/divulgação do ideário liberal (as sociedades secretas: academias, maçonaria e o areópago; o Seminário de Olinda e posterior faculdade de Direito; bibliotecas etc.). Esses espaços foram importantes para a sobrevivência das idéias liberais e, nos momentos de repressão, pareciam ter deixado de existir, entretanto, muitos apenas se esconderam no anonimato e na informalidade, sobrevivendo de modo não oficial, mais logo que a repressão abrandava, voltavam a (res)surgir, propagando idéias políticas e defendendo projetos sociais entre outros. b) Ou nas *tentativas de construção ou*

<sup>28</sup> MACHADO, Teobaldo José. 1990, op. cit. p. 198. Grifo nosso, no original não constam de sublinhado e nem das aspas em “verdadeiros” e “falso”. As colocamos porque achamos demasiado forte as referidas expressões, entretanto, a citação como um todo nos parece válida para demonstrar a multiplicidade de liberalismos existente e a diversidade de segmentos sociais que passaram a se identificar com esse ideário político.

*implementação durante os governos revolucionários* (1817, “1821” e 1824) de uma administração voltada para atender aos interesses da província. Apesar do curtíssimo período dos governos revolucionários, esses procuraram organizar um novo Estado (propondo uma Constituição, criando uma burocracia, estruturar as esferas do poder: aparelhos jurídicos, as Assembléias e as forças Armadas etc.), tomando medidas econômico-fiscais e criando representações “diplomáticas”.

Além disso, as idéias liberais sofreram um processo de identificação por parte das elites da colônia e do império, mas não só por elas, pois outros segmentos sociais também se reconheceram neste ideário e os defenderam, muitas vezes, com mais intensidade e radicalidade. Como resultado dessas diferentes identificações com as idéias liberais, percebemos que o liberalismo não se apresentou como um projeto claro a ser executado, nem como um projeto coeso e uno, pelo contrário, ele era heterogêneo e múltiplo, ou melhor, as idéias liberais respondiam a desejos, interesses e circunstâncias locais, individuais e de grupos ou facções, mas que se perpetuaram como produto das experiências e das memórias das lutas políticas da população. Deste modo, elas se alongaram por todo o século XIX, pois constantemente se resignificavam conservando, entretanto, seu núcleo duro: os princípios liberais.

Ainda uma última consideração, a longa duração das idéias liberais apresenta-se na dialética de permanências/mudanças que antecede os movimentos políticos e os ultrapassa, estando presente nas instituições (não)formais e nas várias organizações civis, propagadoras e conspiradoras de tais ideais — Seminário, Areópago, bibliotecas, sociedades secretas, escolas e/ou faculdade etc. Assim, as idéias liberais são realidades imersas no todo social, que o tempo demora a gastar, mudando os movimentos, as personagens, as classes sociais, os grupos, facções ou partidos políticos, mudando elas próprias, mas, permanecendo um núcleo (os princípios) que fazem delas o que elas próprias são liberais. Deste modo, quando as estudamos, buscamos perceber suas transformações (metamorfoses) e permanências (o que se conserva).

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES PRIMÁRIAS

#### A) DOCUMENTOS DA BIBLIOTECA NACIONAL

BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. Apresentação de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Divisão de obras raras e publicações/Ministério da Educação e Cultura, 1953. vol. CI.

\_\_\_\_\_, **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. Apresentação de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Divisão de obras raras e publicações/Ministério da Educação e Cultura, 1953. vol. CII.

\_\_\_\_\_, **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. Apresentação de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Divisão de obras raras e publicações/Ministério da Educação e Cultura, 1954. vol. CIII.

\_\_\_\_\_, **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. Apresentação de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Divisão de obras raras e publicações/Ministério da Educação e Cultura, 1954. vol. CIV.

\_\_\_\_\_, **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. Apresentação de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Divisão de obras raras e publicações/Ministério da Educação e Cultura, 1954. vol. CVI.

\_\_\_\_\_, **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. Apresentação de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Divisão de obras raras e publicações/Ministério da Educação e Cultura, 1955. vol. CVIII.

\_\_\_\_\_, **Documentos Históricos**: Revolução de 1817. Apresentação de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Divisão de obras raras e publicações/Ministério da Educação e Cultura, 1955. vol. CIX.

\_\_\_\_\_, **Documentos Históricos**: Devassa de 1801 em Pernambuco. Apresentação de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Divisão de obras raras e publicações/Ministério da Educação e Cultura, 1955. vol. CX.

#### B) DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

A CONSTITUIÇÃO da Confederação do Equador. In: BRANDÃO, Ulisses. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. XXVI, nº 123 a 126. Recife: Gráfica Oficial, 1924, p. 359-364.

AMARAL, Francisco Pacífico do. **Escavações**. Fatos da História de Pernambuco. 2. ed. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974. (1. ed. 1884).

ANDRADE, Manuel de Carvalho Paes de. *Manifesto e Proclamações*. In: BRANDÃO, Ulisses. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. XXVI, nº 123 a 126. Recife: Gráfica Oficial, 1924, p. 201-210.

ARQUIVO NACIONAL. **As Câmaras Municipais e a Independência** — Ofícios. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Conselho Federal de Cultura 1973, v. 1, p. 101-119. (Comemorativo do Sesquicentenário da Independência, Publicações do Arquivo Nacional — nº 71).

ARQUIVO NACIONAL. **As Juntas Governativas e a Independência** — Ofícios. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Conselho Federal de Cultura 1973, v. 2, p. 653-702. (Comemorativo do Sesquicentenário da Independência, Publicações do Arquivo Nacional — nº 75).

ARRUDA DA CÂMARA, Manuel. **Obras reunidas**. C. 1752-1811. Obra coligida e com estudo biográfico por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. (Coleção Cidade do Recife, 23).

BARRETO, Luís do Rego. **Memória Justificativa sobre a conduta do marechal-de-campo Luís do Rego Barreto durante o tempo em que foi governador de Pernambuco, e presidente da Junta Constitucional do Governo da mesma Província**. Oferecida à Nação Portuguesa. Apresentação de Denis Antônio de Mendonça Bernardes. 3. ed. Recife: Cepe, 1991. (Fac-símile da edição de 1822, Lisboa).

\_\_\_\_\_, Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. Recolhidas e transcritas por Evaldo Cabral de Mello. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. vol. LII, Recife: Cepe, 1979, p. 81-215.

BASES PARA A FORMAÇÃO DO PACTO SOCIAL, REDIGIDAS POR UMA SOCIEDADE DE HOMENS DE LETRAS. In: CANECA, Joaquim do Amor Divino. **O Typhis Pernambucano**. Direção e Organização de Vamireh Chacon e Leonardo Leite Neto; Introdução de Vamireh Chacon. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984. p. 213-214 e 226-227.

BRANDÃO, Ulisses. A Confederação do Equador — 1824. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. XXVI, nº 123 a 126. Recife: Gráfica Oficial, 1924. (Edição Comemorativa do 1º. Centenário da Confederação do Equador).

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras Políticas e Literárias**. Colecionadas pelo comendador Antônio Joaquim de Melo. Recife: ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1972. (Fac-símile da primeira edição de 1875).

\_\_\_\_\_, **O Typhis Pernambucano**. Direção e Organização de Vamireh Chacon e Leonardo Leite Neto; Introdução de Vamireh Chacon. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984.

\_\_\_\_\_, **Frei Caneca: Acusação e Defesa**. Organizado e apresentado por Socorro Ferraz. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.

\_\_\_\_\_, **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Ed. 34, 2001. (Coleção Formadores do Brasil).

CARTA RÉGIA do príncipe regente. (Cópia Integral). In: NOGUEIRA, Severino Leite. **O Seminário de Olinda e o seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**. Recife: FUNDARPE, 1985. (Coleção Pernambucana — 2ª fase, 19). (Original, Arquivo Público de Pernambuco — Ordens Régias — livro 59 — ano 1798).

CARTA ALVARÁ de doação (Cópia Integral). In: NOGUEIRA, Severino Leite. **O Seminário de Olinda e o seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**. Recife: FUNDARPE, 1985. (Coleção Pernambucana — 2ª fase, 19).

CARVALHO, Alfredo de. Jornais Pernambucanos de 1821-1898. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. vol. IX, nº 52, Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1899, p. 25-250.

\_\_\_\_\_, **Estudos Pernambucanos**. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Fac-símile da edição de 1907). (Coleção Pernambucana, XIII).

CIRCULAR ÀS CÂMARAS do Recife, Olinda, Igarçu, Sirinhaém, Santo Antônio, Goiana, Limoeiro e Pau d'Alho (Peças oficiais relativas às revoluções de Pernambuco — 1817 e 1824). In: LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **PERNAMBUCO: Da Independência à Confederação do Equador**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 229-230.

COMUNICADO. Bases para a formação do pacto social, redigidas por uma sociedade de homens de letras. In: CANECA, Joaquim do Amor Divino. **O Typhis Pernambucano**. Direção e Organização de Vamireh Chacon e Leonardo Leite Neto; Introdução de Vamireh Chacon. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984, p. 213-214; p. 226-227.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos (1493-1590)**. Estudos introdutórios de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE: Diretoria de Assuntos Culturais, 1983. v. I. (Coleção pernambucana — 2ª Fase, 2). (Fac-símile da edição de 1951 do Arquivo Público Estadual).

\_\_\_\_\_, **Anais Pernambucanos (1701-1739)**. Estudos introdutórios de José Antônio Gonsalves de Mello. 2. ed. Recife: FUNDARPE: Diretoria de Assuntos Culturais, 1983. v. V. (Coleção pernambucana — 2ª Fase, 6). (Fac-símile da edição de 1951 do Arquivo Público Estadual).

\_\_\_\_\_, **Anais Pernambucanos (1740-1794)**. Prefácio de Etelvino Lins de Albuquerque. Recife: Arquivo Público Estadual, 1954. v. VI.

\_\_\_\_\_, **Anais Pernambucanos (1795-1817)**. Prefácio de Costa Porto. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958. v. VII.

\_\_\_\_\_, **Anais Pernambucanos (1818-1823)**. Prefácio de Cid Sampaio. Recife: Arquivo Público Estadual, 1962. v. VIII.

\_\_\_\_\_, **Anais Pernambucanos (1824-1833)**. Prefácio de João Roma. Recife: Arquivo Público Estadual, 1965. v. IX.

\_\_\_\_\_, **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Prefácio de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. (Coleção Cidade do Recife; 16). (Fac-símile da primeira edição de 1882).

\_\_\_\_\_, Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. vol. VI, nº 39, Recife, Typografia de F. P. Boultreau, 1891, p. 23-54.

COSTA, Ferreira da. Napoleão I no Brasil. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. vol. X, nº 57, Recife/março, 1903, p. 197-217. (Fac-símile da edição de 1886, artigo publicado na Revue du Monde Latin — Paris, tradução do R.I.A.H.G. P).



COUTINHO, José J. da Cunha de Azeredo. **Obras Econômicas** (1794-1804). Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Nacional, 1966. (Roteiro do Brasil, v. 1).

EDITAL suspendendo o tráfico da escravatura. In: BRANDÃO, Ulisses. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. XXVI, nº 123 a 126. Recife: Gráfica Oficial, 1924, p. 211.

ESTATUTOS, DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE N. SENHORA DA GRAÇA DA CIDADE DE OLINDA DE PERNAMBUCO ordenado por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Majestade Fidelíssima, fundador do mesmo Seminário. (Cópia Integral). In: NOGUEIRA, Severino Leite. **O Seminário de Olinda e o seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**. Recife: FUNDARPE, 1985. (Coleção Pernambucana — 2ª fase, 19).

FOLHAS ESPARSAS dum [sic] trabalho que um filho de José de Barros Falcão de Lacerda escreveu sobre os acontecimentos políticos em que seu pai esteve envolvido. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, estante A, gaveta 14, f. 34, In: BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006. (Estudos Históricos; 65). p. 379-380. (Manuscrito inédito).

FONSECA, Felipe Mena Calado da. O Movimento Revolucionário de Goiana em 1821. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**. vol. XIII, n.71, Recife: março de 1908, p. 01-69.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; apresentação Marcelo Maciel. 2. ed. Recife: CEPE, 2006. v. 2, 3: il. (Fac-símile da edição publicada sequencialmente entre 1908 e 1927).

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias históricas da província de Pernambuco**. Prefácio de Mauro Mota. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977. (Reprodução fac-similar da ed. de 1844-1847).

GAMA, Lopes. **O Carapuzeiro: Crônicas de costumes**. Organização Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (Coleção Retratos do Brasil).

HONORATO, Manoel da Costa. **Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco**. Estudos introdutórios do Prof. José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/SEDUC, 1976. (Coleção Pernambucana). (1. ed. 1863).

LIMA, José Ignácio de Abreu e. **Sinopse ou Dedução Cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil**. Reprodução 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983. (Coleção Cidade do Recife, 28). (Reprodução fac-similar da ed. de 1845).

LEI ORGÂNICA da República de Pernambuco de 1817. In: Leonardo Dantas (org.). **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990, p. 53-60. (República/Fundação Joaquim Nabuco, 15).

MANUSCRITOS de José Domingos Cordeiro. In: MACHADO, Teobaldo José. **As Insurreições Liberais em Goiana**. Recife: FUNDARPE, 1990, p. 179-180.

MARTINS, Pe. Joaquim Dias. **Os Mártires Pernambucanos**. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, s/d. (Primeira edição, Pernambuco: Typ. De F. C. de Lemos e Silva, 1853). (O manuscrito é de 1823).

MELO, Antonio Joaquim. **Biografia de Gervásio Pires Ferreira**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Editora Universitária, 1973, 2 v. (1. ed. 1895).

MISSIVAS de Francisco Pais Barreto a Manuel de Carvalho (Peças oficiais relativas às revoluções de Pernambuco — 1817 e 1824). In: LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **PERNAMBUCO: Da Independência à Confederação do Equador**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 225-228.

MISSIVAS de Manuel de Carvalho a Francisco Pais Barreto (Peças oficiais relativas às revoluções de Pernambuco — 1817 e 1824). In: LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **PERNAMBUCO: Da Independência à Confederação do Equador**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 225-226, 228-229.

OFÍCIO do Comandante das Armas José de Barros Falcão ao Imperador. In: LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Pernambuco: Da Independência à Confederação do Equador**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 179-181.

OFÍCIO da Junta Provisória de Pernambuco ao Príncipe Regente de 17 de junho de 1822. In: BRANDÃO, Ulisses. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. XXVI, nº 123 a 126. Recife: Gráfica Oficial, 1924, p. 130-135, 140-141.

PERNAMBUCO, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco** (1821 – 1834). Transcrição paleográfica de Acácio José Lopes Catarino e Hercy Laís de Oliveira. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco; CEPE, 1997. v. 2 v. 1.

PERNAMBUCO, Conselho Estadual de Cultura. **Pernambuco no Movimento da Independência**: Correspondência Oficial do Governo da Província, entre agosto e outubro de 1821. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1973.

PROCURAÇÃO OFICIAL de Pais Barreto, pro - presidente da Junta Provisória a um dos membros dela, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, para o que se havia de tratar no Grande Conselho convocado no dia 13 de dezembro próximo passado. (Peças oficiais relativas às revoluções de Pernambuco — 1817 e 1824). In: LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **PERNAMBUCO: Da Independência à Confederação do Equador**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 227.

SESSÃO DO CONSELHO dos Deputados das Câmaras, que foram convocados, pelo atual Presidente do Governo (Peças oficiais relativas às revoluções de Pernambuco — 1817 e 1824). In: LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **PERNAMBUCO: Da Independência à Confederação do Equador**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 230-233.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3. ed. Introdução de Maximiano Lopes Machado. Revisada e anotada por Oliveira Lima. Recife: Imprensa Industrial, 1917. (1. ed. 1840).

\_\_\_\_\_, **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 4. ed. Notas do Prof. Costa Porto. Revisada e anotada por Oliveira Lima (1917). Recife: Governo do Estado, Casa Civil de Pernambuco, 1969. (1. ed. 1840).

TERMO DA ELEIÇÃO do Presidente, Secretário e Membro do Conselho do Governo da Província, eleito pelo Colégio Eleitoral das Comarcas, nesta Cidade de Olinda, e do Recife (Peças oficiais relativas às revoluções de Pernambuco — 1817 e 1824). In: LIMA

SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **PERNAMBUCO: Da Independência à Confederação do Equador**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 223-225.

### C) DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA (RELATOS DE VIAJANTES)

DENIS, Ferdinand. **BRASIL**. [tradução João Etienne Filho e Malta Lima]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil; v. 46).

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. [tradução A. J. L.]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1990. (Coleção Reconquista do Brasil. 2. série; v. 157).

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil**: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. [tradução Moacir N. Vasconcelos]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo Ed. da Universidade de São Paulo, 1990. (Coleção Reconquista do Brasil. nova série; v. 16).

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2. ed. Trad. Luís da Câmara Cascudo. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, vol. XVII). (1ª ed. Em inglês, Londres 1816).

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas Dominicais**. Trad. Alfredo de Carvalho. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, vol. XVI).

## FONTES SECUNDÁRIAS

### D) OBRAS DE REFERÊNCIA

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de Política**. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo; Brasília: Editora da UnB, 2003. CD-ROM.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. (elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.).

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. (Dicionários Michaelis).

SILVA, Genny da Costa e. **ÍNDICE:** Onomástico e de Assuntos dos Anais Pernambucanos DE F. A. Pereira da Costa. Recife: FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1987. (Coleção Pernambucana — 2ª fase).

#### E) LIVROS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos nativistas em Pernambuco:** Setembrada e Novembrada. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1971.

\_\_\_\_\_, **O povo e o poder.** Belo Horizonte/Minas Gerais: Oficina de Livros, 1991.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Eliane Moury. **O Nordeste e a Revolução Francesa.** Recife: FUNDAJ/Massangana, 1992.

\_\_\_\_\_, Pernambuco Imortal: O doce sonho da república. v. 4, Recife: Encarte do **Jornal do Comércio**, 1995.

\_\_\_\_\_, **História Econômica e Administrativa do Brasil.** 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

\_\_\_\_\_, **As Raízes do Separatismo no Brasil.** Recife: Editora universitária da UFPE, 1997.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (orgs.). **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira:** Brasil 1710-1824. Brasília: CNPq; Recife: FUNDAJ/Massangana, 2000. (Seminário Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira — Brasil 1710-1824, 3, 1999). (Série: Descobrimento, 14).

\_\_\_\_\_, Pernambuco Imortal Personagens. Formação da Consciência Nacional: do Nativismo ao Nacionalismo. v. 4, Recife: Encarte do **Jornal do Comercio**, 2000.

\_\_\_\_\_, **Atlas Escolar de Pernambuco.** João Pessoa: GRAFSET, 2003.

\_\_\_\_\_, **Pernambuco:** cinco séculos de colonização. João Pessoa: GRAFSET, 2004.

ALVES, Gilberto Luiz. **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda:** 1800-1836. Ibitinga, São Paulo: Humanidades, 1993.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia.** São Paulo: Moderna, 1992.

\_\_\_\_\_, **Filosofando:** Introdução à Filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho:** a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura Brasileira:** Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

BARATTA, cônego José do Carmo. **História eclesiástica de Pernambuco.** Recife: Imprensa Industrial I. Nery da Fonseca, 1922.

\_\_\_\_\_, **Escola de Heróis:** o Colégio de N. S. das Graças. O Seminário de Olinda. 2. ed. Recife: Comissão Estadual das Comemorações do Sesquicentenário da Independência, 1972.

BARRETO, Carlos Xavier Paes. **Os Primitivos Colonizadores Nordestinos e seus Descendentes.** Rio de Janeiro: Ed. Melso, 1960.

BARRETO, Célia de Barros. Ação das Sociedades Secretas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira:** o Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, t. II, v.1. p. 191-206.

BARRETO, Vicente. **A Ideologia Liberal no Processo da Independência do Brasil** (1789-1824). Brasília: Câmara dos Deputados/Divisão de publicações, 1973.

\_\_\_\_\_; PAIM, Antonio. **Evolução do Pensamento Político Brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. (Coleção reconquista do Brasil. 2. série; v. 150)

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006. (Estudos Históricos; 65).

\_\_\_\_\_, Considerações em torno da repercussão da Revolução Francesa em Pernambuco. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury. **O Nordeste e a Revolução Francesa**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1992. p. 71-85.

\_\_\_\_\_, Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCÓS, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005. (Estudos históricos, 60). p. 379-409.

BELLO, Ruy de Ayres. **Subsídios para História da Educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, vol. XVIII).

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Portugal: Publicações Europa-América, 1983. (Col. Fórum da História, 4).

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 5. ed. Lisboa: Portugal: Presença, 1986. (Col. Biblioteca de textos universitários, 46).

\_\_\_\_\_, **Escritos Sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978. (Col. Debates, 131).

CALDEIRA, Jorge. **A Nação Mercantilista: ensaio sobre o Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CARDOSO, Ciro F. As concepções acerca do sistema econômico mundial e do antigo sistema colonial: a preocupação obsessiva com a extração de excedentes. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. (Coleção História brasileira; 5). p. 109-132.

\_\_\_\_\_, Sobre os modos de produção coloniais da América. In: SANTIAGO, Théó Araújo. **América Colonial**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988a. p. 61-84.

\_\_\_\_\_, O Modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Théó Araújo. **América Colonial**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988b. p. 85-133.

\_\_\_\_\_; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e de política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_, **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARDOZO, Manoel. Azeredo Coutinho e o Fermento Intelectual de Sua Época. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. **Conflito e continuidade na sociedade brasileira — ensaios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 86-122. (Coleção Retratos do Brasil, 79).

- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1998.
- CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jaques e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, v. 1. p. 17-48.
- CHACON, Vamireh. **Abreu e Lima: general de Bolívar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Estudos brasileiros, 66).
- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Idéias Políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado: Pesquisa de Antropologia Política**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. (Coleção Ciências Sociais).
- COSTA, Cruz. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. 10. ed. São Paulo: Difel, 1978. p. 64-125. (Col. Corpo e Alma do Brasil, 23).
- \_\_\_\_\_, **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- COSTA PORTO, José da. **Pequena história da Confederação do Equador**. Recife: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1974.
- \_\_\_\_\_, **Os Tempos de Gervásio Pires**. Recife: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, vol. XIX).
- CRIPA, Adolfo et al. **As Idéias Filosóficas no Brasil**. séculos XVIII e XIX. São Paulo: Convívio, 1978. v. 1. p. 59-79, 143-183.
- \_\_\_\_\_, **As Idéias Filosóficas no Brasil**. século XX — Parte II. São Paulo: Convívio, 1978. v. 3. p. 39-83.
- \_\_\_\_\_, **As Idéias Políticas no Brasil**. São Paulo: Convívio, v. 1, 1979.
- DELGADO, Luiz. **Quadro histórico do direito brasileiro**. Recife: UFPE/Universitária, 1974.
- \_\_\_\_\_, **A Convenção de Beberibe: o primeiro episódio da Independência do Brasil**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.
- DEL PRIORE, Mary. **A Família no Brasil Colonial**. São Paulo: Moderna, 1999.
- DENIS, Henri. **História do Pensamento Econômico**. 4. ed. Lisboa, Portugal: Livro Horizonte, 1982.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- \_\_\_\_\_, A Interiorização da metrópole e outros estudos. MOTA, Carlos Guilherme. **1822. Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 160-184.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

- DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros passos, 285).
- FAORO, Raymundo. **Os Donos o Poder: formação do patronato político brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997.
- FERNANDES, Aníbal. **Idéias Francesas em Pernambuco na primeira metade do século XIX**. Recife: Imprensa Oficial, 1957.
- FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.
- FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. 2 v.
- \_\_\_\_\_. **Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal**. 14 ed., Recife: Imprensa Oficial, 1966. 1º e 2º tomos.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Nacional, 1987.
- GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Col. Tudo é história, 29).
- \_\_\_\_\_. **O Escravidão Colonial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Temas: Sociedade e política, 23).
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GRIECO, Donatello. **Napoleão e o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- \_\_\_\_\_. **Napoleão e o Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. (Biblioteca do Exército; 614. Coleção General Benício; v. 304).
- GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel** (As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci). 9. ed. São Paulo: L&PM, 1986.
- GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. 2. ed. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAZARD, Paul. **O pensamento Europeu no Século XVIII** (De Montesquieu a Lessing). Lisboa: Presença, 1983. (Biblioteca de Textos Universitários, 63).
- JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. (Estudos Históricos, 50).
- \_\_\_\_\_. Independência, Independências. In: JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p. 17-48. (Estudos Históricos, 60).
- \_\_\_\_\_. **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. (Estudos Históricos, 60).

KEITH, Henry H. A Tradição Não-Violenta na História do Brasil: Mito que Precisa Ser Demolido? In: KEITH, Henry H. & EDWARDS, S. F. **Conflito e continuidade na sociedade brasileira** — ensaios. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 170-281. (Coleção Retratos do Brasil, 79).

LASKI, Harold J. **O Liberalismo Europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. (Col. História brasileira, 5).

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEBRUN, Gerard. **O que é Poder**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984. (Coleção primeiros passos, 4).

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamento sociais**. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988.

\_\_\_\_\_. **Pernambuco 1824: A Confederação do Equador**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1989.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Pernambuco: Da Independência à Confederação do Equador**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Pernambuco**. Seu desenvolvimento histórico. 2. ed. Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1975. (Coleção Pernambucana, 1). (1. ed. 1895).

\_\_\_\_\_. **Dom João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. (1. ed. 1908).

\_\_\_\_\_. **O Movimento da Independência: 1821-1822**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989a. (Coleção Reconquista do Brasil. 2. série; v. 154).

\_\_\_\_\_. **O Império Brasileiro: 1821-1889**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989b. (Coleção Reconquista do Brasil. 2. série; v. 155).

LOVE, Joseph L. Comentário. A Tradição Não-Violenta na História do Brasil: Mito que Precisa Ser Demolido? In: KEITH, Henry H. & EDWARDS, S. F. **Conflito e continuidade na sociedade brasileira** — ensaios. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 282-289. (Coleção Retratos do Brasil, 79).

MALERBA, Jurandir. **Os Brancos da Lei: Liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil**. Maringá: EDUEM, 1994.

\_\_\_\_\_. (org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006a.

\_\_\_\_\_. (org.). **A Independência Brasileira: Novas Dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b.

MACHADO, Teobaldo José. **As Insurreições Liberais em Goiana**. Recife: FUNDARPE, 1990.

MAIOR, Armando Souto. CONFERÊNCIA: a Revolução de 1817. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (orgs.). **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira: Brasil 1710-1824**. Brasília: CNPq; Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. p. 161-173. (Seminário Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira — Brasil 1710-1824, 3, 1999). (Série: Descobrimento, 14).



MARSON, Izabel Andrade. **O movimento praieiro 1842 – 1849:** imprensa, ideologia e poder. São Paulo: Moderna, 1980.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema:** a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAXWELL, Kenneth. **Chocolate, piratas e outros malandros:** ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MELO, Clóvis. A Revolução Francesa e a Insurreição Pernambucana de 1817. In: Andrade, Manuel Correia de. FERNANDES, Eliane Moury. **O Nordeste e a Revolução Francesa.** Recife: FUNDAJ/Massangana, 1992. p. 87-101.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue:** Uma fraude genealógica no Pernambuco colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_, **A fronda dos mazombos:** nobres contra mascates (Pernambuco 1666-1715). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_, **Rubro veio:** o imaginário da Restauração pernambucana. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_, **A outra independência:** o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MELLO, João M. Cardo de. **O Capitalismo Tardio:** Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MELO, Mário. **A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817.** Recife: Ed. Nery da Fonseca, 1912.

MENDES Jr. Antônio, et alli. **Império.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Brasil História: Textos e Consulta, 2).

MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo:** Antigo e Moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A Arte de Curar nos Tempos da Colônia:** Limites e espaços da cura. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.

MOSCA, Gaetano e BOUTHOU, Gaston. **História das Doutrinas Políticas:** Desde a Antiguidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822. Dimensões.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_, **Nordeste 1817:** Estruturas e Argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972. (Coleção Estudos, 8).

\_\_\_\_\_, (org.). **Brasil em Perspectiva.** 10. ed. São Paulo: Difel, 1978. (Col. Corpo e Alma do Brasil, 23).

\_\_\_\_\_, **Idéia de revolução no Brasil (1789 – 1801):** estudo das formas de pensamento. São Paulo: Ática, 1996.

MOTA, Mauro. **Modas e modos.** Recife: Editora Raiz, 1976.

\_\_\_\_\_, **Bê-a-bá de Pernambuco** ou apontamentos para uma biografia do Estado. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1991.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1851).** v. 1, Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Imprensa Universitária, 1968.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_, Liberalismo Político no Brasil: Idéias, Representações e Práticas (1820-1823). In: PEIXOTO, Antonio Carlos... [et al.]. **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001. p. 73-101.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1800)**. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_, O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos G. **Brasil em Perspectiva**. 10. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 47-63.

\_\_\_\_\_, As Dimensões da independência. In: MOTA, Carlos G. **1882. Dimensões**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 15-26. (Col. Debates, 67).

NOGUEIRA, Severino Leite. **O Seminário de Olinda e o seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**. Recife: FUNDARPE, 1985. (Coleção Pernambucana — 2ª fase, 19).

OHLWEILER, Otto Alcides. **Evolução Sócio-econômica do Brasil: do descobrimento à nova república**. 2. ed. São Paulo: Ortiz, 1990.

PAIM, Antônio. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Convívio: [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

\_\_\_\_\_, **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

\_\_\_\_\_, **Evolução Histórica do Liberalismo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. (Biblioteca de Cultura Humanista, 1).

\_\_\_\_\_, **O Liberalismo Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

PEIXOTO, Antonio Carlos... [et al.]. **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

PERNAMBUCO, Arquivo Público de. **Um Tempo do Recife**. Recife: Universitária, 1978.

PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_, **Evolução Política do Brasil e outros Estudos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRADO, J. F. de Almeida. O regime das capitanias. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de & FAUSTO, Boris (coords.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. t. 1. v. 1. p. 96-107.

QUINTAS, Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. 6. ed. Recife: Massangana, 1982.

\_\_\_\_\_, **A Revolução de 1817**. 2. ed. Rio de Janeiro/Recife: José Olympio/FUNDARPE, 1985.

\_\_\_\_\_, A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico**. t. II, v.1, 1997. p. 207-237.

\_\_\_\_\_, O Nordeste, 1825-1850. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico**. t. II, v.2, 1997. p. 193-241.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Humanismo a Kant**. São Paulo: Paulus, 1990. v. II. (Coleção filosofia).

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e Tempos Históricos**: A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A Liberdade em Construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1522**: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. (Ed. fac-similar).

RODRIGUES, José Honório. **Independência**: revolução e contra-revolução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975 [vol. 1. A evolução Política; vol. 2. Economia e sociedade; v. 3. As Forças Armadas; v. 4. A liderança nacional; v. 5. A política internacional; em co-edição com a Ed. da Universidade de São Paulo].

\_\_\_\_\_, **Aspirações Nacionais**: Interpretação histórico-política. São Paulo: Fulgor, 1963.

SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888 – 1891)**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Nova Fronteira, 1985. (Publicações históricas, 86).

SETTE, Mário. **Arruar**: histórias pitorescas do Recife antigo. 3. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, v. XII).

SILVA, Leonardo Dantas (org.). **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990. (República/Fundação Joaquim Nabuco, 15).

\_\_\_\_\_, O Ideário Liberal Pernambucano. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (orgs.). **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**: Brasil 1710-1824. Brasília: CNPq; Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. p. 177-194. (Seminário Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira — Brasil 1710-1824, 3, 1999). (Série: Descobrimento, 14).

SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade**: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Rogério Forastieri da. **Colônia e Nativismo**: A História como “Biografia da Nação”. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_, **História da Historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2001.

SIQUEIRA, Sônia Aparecida. A Escravidão Negra no Pensamento do Bispo Azeredo Coutinho: Contribuição ao Estudo da Mentalidade do Último Inquisidor Geral. In: Silva, Leonardo Dantas (Org.). **Estudos Sobre a Escravidão negra**. Recife: FUNDAJ/Massangana, v. 1, 1988. p. 365-452. (Série Abolição, 15).

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ideologia do Colonialismo**: Seus Reflexos no Pensamento Brasileiro. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada**: o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **Interpretação da Realidade Brasileira**: introdução à história das idéias políticas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1973.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **A Democracia Coroada**: teoria política do Império de Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (Coleção Documento Brasileiros, 93).

TOURRET, Fernand. **Chaves da Franco-Maçonaria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VEIGA, Gláucio. **História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife**. v. 1. (Período Olinda). Recife: UFPE/Ed. Universitária, 1980.

\_\_\_\_\_, **História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife**. v. 2. (Período Olinda). Recife: UFPE/Ed. Universitária, 1981.

VITA, Luis Washington. **Panorama da Filosofia no Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1969. (Série Universitária).

VOVELLE, Michel. **Ideologia e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ZENHA, Edmundo. **O Município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

#### F) TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

CABRAL, Eurico Jorge Campelo. **Insurreição Pernambucana de 1821** (ou a expulsão dos portugueses de Pernambuco). 1992, 32 p. Monografia (Especialização em História do Nordeste). Faculdade Olindense de Formação de Professores: Da Fundação de Ensino Superior de Olinda — FUNESO.

\_\_\_\_\_, **Os Suassuna, as idéias liberais e a conspiração dos autonomistas**. 1999, 78 p. Monografia (Especialização em História de Pernambuco). Universidade Federal de Pernambuco.

MACHADO, Maximiano Lopes. **O Liberalismo no Brasil Oitocentista**: aspectos políticos e sociais de práticas liberais. 2007, 105 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente Opulenta e de boa linhagem**: família e relações de poder na Paraíba. 2005, 248 p. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco.

NÁDER, Alexandre Antônio Gíli. **Tempo e Conhecimento**: dialética da duração e fundamentos da narrativa para uma História de tempo recente/presente (1968-2002) da educação superior brasileira. 2004, 250 p. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco.

ROSA, Carolina Lucena. **A “Conspiração dos Suassuna” (1801)**: Um Debate Historiográfico. 2005, 45 p. Monografia (Conclusão do Curso de Licenciatura em História). Universidade Federal da Paraíba/Campus I.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. **“Pedreiros do Mal”**: Maçonaria X Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912). 2007, 150 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

## G) ARTIGOS, CONFERÊNCIAS E TRABALHOS EM CONGRESSOS

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional** 10 (1): 95-129, Verão, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=242&path%5B%5D=197>>. Acesso em: 19 Jan. 2008, p. 95-129 (p. 01-35).

CARDOSO, Ciro F. Repensando a Construção do Espaço. **Revista de História Regional**. Vol. 3. — n° 1 — Verão 1998. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v3n1/ciro.htm>>. Acesso em: 19 Jan. 2008, p. 01-14.

CABRAL, Flavio José Gomes. Os Efeitos da Notícia da Revolução Liberal do Porto na Província de Pernambuco e a Crise do Sistema Colonial no Nordeste do Brasil (1820-1821). In: **Fronteras de la historia**, número 011, Instituto Colombiano de Antropologia e Historia — ICANH, Bogotá, Colômbia, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/833/83301112.pdf>>. Acesso em: 19 Jan. 2008, pp. 389-413 (p. 01-26).

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcanti e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci_arttext)>. Acesso em: 19 Jan. 2008, pp. 331-413.

CHAUÍ, Marilena de Souza. “Ética”. In: **CICLO DE CONFERÊNCIAS** — ORG. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 1991, Produção 02 Filme: TV CULTURA: Vídeo Cultura — DVC/Fundação Padre Anchieta, Fita, n.02.

FERRAZ, Socorro. O Liberalismo como Doutrina da Nova Ordem Capitalista e a Repercussão no Brasil. **CLIO** — Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, Recife: UFPE, n° 5, 1982, p. 155-164.

\_\_\_\_\_, Conflitos Políticos em Pernambuco: Questões Metodológicas. In: **CLIO** — Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, Recife: UFPE, n.10, 1998, p. 111-122.

NEVES. Guilherme Pereira das. A Suposta Conspiração de 1801 em Pernambuco: idéias ilustradas ou conflitos tradicionais? In: **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, tomo 33 (1999). Disponível em: <[www.historia.uff.br/artigos/neves\\_suposta.pdf](http://www.historia.uff.br/artigos/neves_suposta.pdf)>. Acesso em: 19 de Janeiro de 2008, p. 439-81 (p. 01-31).

\_\_\_\_\_, Rebeldia, Intrigas e Temor no Rio de Janeiro de 1794. In: XXIV REUNIÃO ANUAL, 26 a 30 julho de 2004, Curitiba. **Comunicação**, SBPH — SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, p. 01-14.

\_\_\_\_\_, EM BUSCA DE UM ILUSTRADO: MIGUEL ANTÔNIO DE MELO (1766-1836). In: **Colóquio**, s/d., Real Gabinete Português de Leitura. Disponível em: <[www.realgabinete.com.br/coloquio/3\\_coloquio\\_outubro/paginas/9.htm](http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/9.htm)>. Acesso em: 18 de janeiro de 2008, p. 01-13.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. **As Luzes da Maçonaria sobre Pernambuco**. 2005. Disponível em: <<http://www.2csh.clio.pro.br/augusto%20cesar%20acioly.pdf>>. Acesso em: 24 Jul. 2007, p. 01-15. (Trabalho apresentado no: II Congresso Sul-Americano de História, 2005, Passo Fundo. Caderno de Resumos do II Congresso Sul-Americano de História, 2005).

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O ENREDO DO BRASIL — 1° ATO. **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica. n. 20, 2002. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de

Pós-Graduação em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas; apresentação Socorro Ferraz. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004, p. 19-56.

VEIGA, Gláucio A Biblioteca dos Oratorianos. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. L, Recife: CEPE, 1978, p. 51-65.

\_\_\_\_\_, Perfis Iluministas da Revolução de 1817. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. LII, Recife: CEPE, 1979, p. 233-266.



VILLALTA, Luis Carlos. **Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro**: Notas sobre as idéias de pátria, país e nação. 2003. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/pernambuco1817.pdf>>. Acesso em: 02 Jan. 2007, p. 01-38. (Artigo publicado no dossiê “Brasil Império”, organizado por Lili Schwartz, na Revista USP, São Paulo (58): —, jun./jul./ago. 2003).

**ANEXOS**

## MAPA 01

## Povos indígenas do Brasil na época do descobrimento



	Tupi Guarani		Pano
	Jê		Tukano
	Aruak		Charrua
	Karib		Outros Grupos

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A. **Atlas Histórico Básico**. São Paulo: Ática, 1989, p. 35. (livro do professor).



MAPA 02

BRASIL

Capitanias Hereditárias



Fonte: ANDRADE, Manuel Correia de. **Atlas Escolar de Pernambuco**. João Pessoa: GRAFSET, 2003. p. 21.

MAPA 03  
BRASIL  
Capitanias Subalternas



Fonte: ANDRADE, Manuel Correia de. **Atlas Escolar de Pernambuco**. João Pessoa: GRAFSET, 2003, p. 20.

MAPA 04  
BRASIL  
Desmembramento de Pernambuco



Fonte: ANDRADE, Manuel Correia de. **Atlas Escolar de Pernambuco**. João Pessoa: GRAFSET, 2003, p. 23.

MAPA 05  
BRASIL  
Capitanias/Província, 1822



Fonte: Conforme informação da Enciclopédia eletrônica Wikipédia. Disponível em:  
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Brazil\\_states1823](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Brazil_states1823)> Acesso em 28 de  
julho de 2008.